

José Nilo Bezerra Diniz

**OS MAPAS QUE FIZERAM ANGOLA:
DESENHOS E DESÍGNIOS NA PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA
DO SUL DE ANGOLA (1785-1886)**

Tese submetida ao Programa de Pós-
Graduação em História da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Doutor em História.
Orientador: Prof. Dr. João Klug

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Diniz, José Nilo Bezerra
os mapas que fizeram Angola : desenhos e
desígnios na produção cartográficas do sul de Angola
(1785-1886) / José Nilo Bezerra Diniz ;
orientador, João Klug, 2018.
269 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis,
2018.

Inclui referências.

1. História. 2. História da África. 3. Nova
História da Cartografia. 4. História Ambiental. 5.
História de Angola. I. Klug, João. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em História. III. Título.

José Nilo Bezerra Diniz

**DESENHOS E DESÍGNIOS NA PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA
DO SUL DE ANGOLA (1785-1886)**

Esta Dissertação/Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de
“Doutor em História Cultural e aprovada em sua forma final pelo
Programa de Pós-Graduação em História

Florianópolis, 28 de junho de 2018

Prof.a. Dra. Beatriz Galloti Mamigonian
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Klug – Orientador e Presidente- UFSC

Prof. Dr. Jelmer Vos – University Of Glasgow

Prof.a., Dra. Ana Paula Wagner - UNICENTRO

Prof.a. Dra, Cláudia Mortari - UDESC

Prof. Dr Tiago Kramer de Oliveira - UFSC

Prof. Dr. Marcio Roberto Voigt (Suplente Interno) - UFSC

Prof. Dr. Marcos Nestor Stein (Suplente Externo) - UNIOESTE

A meus pais, Antônia e Cícero.

AGRADECIMENTOS

À FAPESC, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de pesquisa.

Ao professor João Klug que gentilmente me aceitou orientar em caminhos tão distantes dos seus em um gesto de confiança e coragem.

Ao professor Jelmer Vos, que leu e comentou o trabalho desde o início, além de ser uma excelente companhia, seja nos arquivos de Lisboa, seja no campo de futebol.

Aos membros da banca, Jelmer Vos, Ana Paula Wagner, Paulo Pinheiro Machado, Tiago Kramer, e Cláudia Mortari pelo tempo dedicado à leitura e colaboração nesse trabalho.

Aos meus familiares, pela paciência e confiança incontestes em mim, ainda que não compreendessem os pormenores da pesquisa.

Aos meus amigos do LABIMHA, em especial a professora Eunice Nodari, pela assistência a todos os membros do laboratório.

Aos bonitos, Angela Lima, Lincon Bruno, Guilherme Luís, Aline Klauck, por caminharem junto comigo durante os quatro anos de pesquisa.

Aos amigos que fiz em Floripa, especialmente Cissa Pacheco, Camila Baptisti, e o casal Camila e João.

Aos amigos da graduação, Anderson Carneiro, Anderson Saboia, Neto, Leo Ibiapina, Plauto, José Airton, Lucas, Cícero, Gabriel Pereira.

Aos funcionários de todas as instituições de pesquisa pelas quais passei, por prestarem um serviço zeloso e pelas dicas de documentos afins.

Invejo um pouco a aventura que presumo tenha sido a surpresa lenta da sucessão destes morros, destas planícies e dambas.

(Ruy Duarte de Carvalho, 2003)

RESUMO

A presente tese reflete sobre a construção do território sul de Angola a partir do mapeamento da hidrografia da África Austral, especialmente, o rio Cunene. A partir das discussões traçadas pela Nova História da Cartografia e pela História Ambiental, analisa-se as visões de natureza, as diferentes percepções, as representações do curso do rio Cunene e a relação dessas imagens com os desígnios e planos coloniais. O período privilegiado para estudarmos essas interfaces se inicia com as primeiras tentativas de utilização do rio Cunene como um corredor imperial desde a costa atlântica até o oceano Índico, em 1785, até a ressignificação desse rio como o limite meridional da colônia de Angola, em 1886. Tendo em vista a vicissitude da representação do Cunene, o rio é entendido como um acontecimento, fruto de uma intrincada rede de histórias que envolvem os povos que ali habitam, cartógrafos, sertanistas, engenheiros militares, autoridades coloniais, colonos, exploradores europeus. Estes sujeitos descreveram/criaram o território em volta do Cunene, fazendo dele um caminho fluvial de escala continental, no século XVIII, e uma área limítrofe, em fins do século XIX. De uma imagem a outra, os cartógrafos incorporam cada vez mais os elementos não humanos, como sinuosidades do rio, quedas d'água, dunas e ilhas fluviais como os mais fiéis para descrever a realidade e arbitrar em favor dos interesses coloniais, deslocando os critérios que conferiam autoridade à determinada marcação no mapa em detrimento de outra.

Palavras-chave: Colonialismo. História da África. História da Cartografia. História de Angola.

ABSTRACT

This thesis is about the construction of the Angola's south territory from the hydrographical mapping of Southern Africa, especially the Cunene River. From the discussions drawn by the New History of Cartography and the Environmental History, it analyses the views towards the nature, the different perceptions and representations of Cunene River's course and the relations between these images and the colonial plans and purposes. The main period to understand these connections starts with the first attempts of use of the Cunene River as an imperial corridor from the Atlantic coast to the Indian Ocean in 1785 and ends with its resignification as the meridional limit of Angola in 1886. In view of the vicissitude of Cunene's representation, it is understood as an historical fact due an intricate web of stories involving the local people, cartographers, traders, military engineers, colonial authorities, colonists, and European explorers. These people described/created the territory around Cunene making it a continental-scale fluvial way in the 18th century and a borderline in the late 19th century. From an image to another the cartographers includes more and more non-human elements, such as river sinuosities, waterfalls, dunes, and fluvial islands as the most reliable features to describe reality and arbitrate in favor of colonial interests, shifting the criteria which gave authority to a specific marking on the map to the detriment of another.

Keywords: Colonialism. History of Africa. History of Cartography. History of Angola.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Divisão administrativa das províncias do sul de Angola	24
Figura 2	Convenções e códigos de representação empregados por D'Anville (1730)	56
Figura 3	Comparação do curso do rio Cunene entre as cartas Royaume de Loando, Congo, Angola, Benguela [1725] e l'Ethiopie Occidental [1732].....	61
Figura 4	Principais expedições portuguesas ao interior da África (1785-1811)	92
Figura 5	“Parte da África austral como antes da Exploração do major Serpa Pinto a representou em março de 1879 o mapa do Sr. Keith Johnston da Sociedade Real de Geografia de Londres”	169
Figura 6	Hidrografia da África Austral	171

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Reinos Loando, Congo, Angola e Benguela (1730)	53
Mapa 2	Etiópia Ocidental (1732).....	59
Mapa 3	“Carta Geographica da Costa Occidental da Africa” (1790)	70
Mapa 4	“Plano e prospecto das terras adjacentes ao Porto de Mossâmedes” (1785)	77
Mapa 5	Carta francesa que acompanhou Lacerda e Almeida na sua viagem de 1798, anotada pelo viajante	88
Mapa 6	“Mappa dos rios Cunene e Cubango em parte do seu curso e do país adjacente. Districto de Mossâmedes. África Austral Occidental”	104
Mapa 7	Península e baía dos Tigres. Rio Cunene	130
Mapa 8	Carta da África central e meridional Carta da África Central e meridional e dos territórios portugueses ali contidos para servir para o estudo do itinerário da Expedição Áfrico- portuguesa de 1877.....	216
Mapa 9	“Itinerário do major Serpa Pinto de Benguela ao Bihé: novembro de 1877”	223
Mapa 10	Rio Cunene	227

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BSGL	Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa
BOGGPA	Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola
CC	Comissão de Cartografia
CCPG	Comissão Central Permanente de Geografia
DGU	Direção Geral do Ultramar
IICT	Instituto de Investigação Científica e Tropical
SEMU	Secretaria d'Estado da Marinha e Ultramar
SGL	Sociedade de Geografia de Lisboa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	A INVENÇÃO DE UM “GRANDE RIO” CHAMADO CUNENE	43
2.1	Entre rios e mapas	43
2.2	D’Anville, Dom Luís da Cunha e a busca por um rio continental	47
2.3	Expedições ao sul de Benguela	67
2.3.1	<i>Pinheiro Furtado e a “Carta Geographica da Costa Occidental da Africa”</i>	69
2.3.2	<i>Coluna expedicionária de Gregório José Mendes</i>	79
2.3.3	<i>A expedição de António José da Costa e a geografia imaginária do Cunene</i>	82
2.4	Francisco José de Lacerda e Almeida e a travessia à contra costa	85
3	A GEOGRAFIA VIVIDA: O SABER GEOGRÁFICO A PARTIR DE COMERCIANTES E FUNCIONÁRIOS COLONIAIS	95
3.1	Os sertões de Moçâmedes na visão dos sertanistas e comerciantes	95
3.1.1	<i>No Eldorado do Marfim</i>	108
3.1.2	<i>No universo pastoril</i>	110
3.2	“Ou dominar tudo deveras e impor a lei, ou abandoná-los completamente”: visão do território por funcionários coloniais	112
3.2.1	<i>A economia das trocas de gado na visão das autoridades portuguesas</i>	132
4	A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA E O “PROBLEMA AFRICANO”	143
4.1	De instituição militante a organização triunfante: a consolidação e internacionalização da SGL	149
4.2	A SGL e a propaganda colonial em Portugal	162
4.3	Uma visão panglossiana da Sociedade de Geografia de Lisboa	173
4.4	Sobre a ocupação portuguesa do sul de Angola, segundo a SGL	181
5	O MAPEAMENTO HIDROGRÁFICO E A CONSTRUÇÃO DE UMA FRONTEIRA	193
5.1	Rios africanos em debates e controvérsias europeias	193
5.2	Concorrência estrangeira no sul de Angola	203
5.3	Explorações geográficas modernas ao Cunene e a	

	construção do rio fronteira	211
5.4	Demarcação da fronteira sul de Angola	230
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
	REFERÊNCIAS	239

1 INTRODUÇÃO

É bem verdade que àquela altura já deixara de ser um espaço em branco. Vinha sendo preenchido, desde a minha infância, com rios, lagos e nomes. Deixara de ser um espaço em branco dominado por um mistério fascinante – uma extensão vazia que os meninos poderiam ocupar com sonhos de glória.¹

Passados quase quatro séculos desde o mapeamento de sua costa, a África Central e Austral permaneciam, em larga medida, não mapeadas. Com muita argúcia, Marlow, personagem da novela de Joseph Conrad, percebe que os espaços em branco do continente africano – aqueles nunca dantes representados em traços e tintas na cartografia europeia – a partir da segunda metade do século XIX passariam a ser progressivamente colmatados e que os estudos e a representação da hidrografia e potamografia teriam importância capital.

Nessa empresa cartográfica que conjugava os interesses de impérios em expansão, missionários religiosos, sociedades geográficas, exploradores em busca de prestígio e comerciantes a procura de enriquecimento, os ignotos territórios da África então reivindicados pelo Império português passaram a ser alvo de outras potências imperiais europeias, como Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha. Durante a segunda metade do século XIX, o mapa do continente foi tingido com as cores dos impérios ali projetados. Portugal ostentava um mapa cor-de-rosa em que os territórios de Angola e Moçambique apareciam unidos; a França exibia um mapa azul que se espalhava desde o Mar Vermelho ao Níger e Congo; já a Inglaterra apresentava um ambicioso mapa avermelhado desde o Cabo até o Cairo. Longe de serem mera apresentação de uma realidade observada, essas cartas geográficas apontavam desígnios e aspirações dos impérios em expansão.²

¹ CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 16.

² A relação entre desenho cartográfico e desígnio foi elucidativamente apresentada por Denis Wood e John Fels. Ao nos apropriarmos dos termos observamos também as análises mais recentes de Beatriz Bueno, que além de empregá-los atenta para a própria aproximação etimológica da raiz das duas palavras. WOOD, Denis; FELS, John. *Designs nos signs/ myth and meaning in maps. Cartographica*. Vol.23, nº3,

Em várias zonas, a inevitável sobreposição de cores significava também o choque de desejos e aspirações coloniais. Nesse embate pelo território, as expedições científicas de exploração, muitas vezes, desempenhavam papel importante, visto que a cartografia tornara-se a língua comum nos litígios diplomáticos, mas também legitimadora do poder imperial dentro e fora das colônias. No caso português, não é desmedido falar que elas foram a um só tempo suporte e resultante de uma ação afirmativa, sobretudo em regiões contestadas pela expansão de outros impérios.

Assim, esta tese tem como ponto fulcral o processo de construção e a ação do saber geográfico na Angola meridional, notadamente observando o papel desempenhado por agentes particulares – comerciantes, agentes coloniais – e pela Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), principal instituição centralizadora dos debates ultramarinos durante a expansão imperial portuguesa. Fundada em 1875 por um grupo heterogêneo de intelectuais, entusiastas da colonização, profissionais liberais, membros do governo e militares, os sócios da SGL se arrogaram do dever de promover a questão colonial perante a opinião pública e de instruir, tanto quanto possível, o governo português. A atuação individual ou coletiva dos associados teve como propósitos, estudar, inquirir, inventariar e diagnosticar a saúde administrativa das possessões ultramarinas e, através de representações governamentais, da tomada de decisões a partir dos cargos que então ocupavam, de proselitismos em periódicos metropolitanos, poderem intervir no devir colonial³.

A região privilegiada pelo presente estudo é a porção meridional da Angola hodierna, especialmente o universo agro-pastoril dos territórios áridos do planalto sul e deserto do Namibe e a região entre os rios Cunene e Cubango (Okavango). Ela corresponde às atuais províncias do Namibe, Huila, Cunene e Cuango-Cubango. Essa região é formada pelas terras áridas de dois desertos, o Kalahari e o Namibe, cuja

1986, pp. 54-103; BUENO, Beatriz P. S. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. V. 17, n.º2. Jul-dez., 2009, pp. 111-153; _____. *Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: EDUSP, 2011.

³ A sociedade de Geografia de Lisboa foi fundada em 1875 por um grupo de entusiastas da expansão imperial portuguesa, dentre os quais estavam o Jornalista Luciano Cordeiro, o professor Rodrigo Pequeto. A vocação de oráculo da política colonial que almejava desde a fundação, viria se tornar mais concreta em 1879, após a fusão dessa instituição particular com a Comissão Central Permanente de Geografia, órgão oficial do governo.

separação é a serra de Chela (**figura 1**). O acesso à água e a solos mais férteis torna a distribuição populacional bastante desigual, havendo superpopulação em alguns núcleos e imensa porção de terra inabitada. São exíguos os recursos naturais para recolção, exceto a pesca litorânea, e a maioria da população possui a criação de gado extensiva como principal atividade econômica.⁴

⁴ ESTERMANN, Carlos. *Etnografia de Angola: sudoeste e centro*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983; _____. *Etnografia do sudoeste de Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1960; CARVALHO, Ruy Duarte de. *Vou lá visitar pastores: exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuvale*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.

Figura 1: Divisão administrativa das províncias do sul de Angola



Fonte: “Províncias angoleñas”. Disponível em : https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Angola,_administrative_divisions_-_de_-_colored.svg (acessado em 12 de maio de 2016).

A escolha do recorte geográfico não se deu de forma aleatória, mas tendo em vista o crescente interesse geopolítico que o sul de Angola passou a desempenhar a partir da terceira década do século XIX. A ausência de grandes estados centralizados, ou “reinos de savana” – para utilizar um termo de Jan Vansina – ⁵ não foi um fator desestimulador ao levantamento cartográfico português no sul de Angola; tampouco o fato de o seu clima desconectá-la dos grandes ciclos de comércio “lícito”: o marfim, a borracha e o café. Tal falta era compensada por inúmeras descrições que traçavam estreitos paralelos ambientais com a metrópole e pela expectativa de assim poder reproduzir o modo de vida e produção agrícola europeia por meio da imigração branca.

É importante destacar que nessa região, coabitam povos de origem Banto e Khoisan. Estes últimos são formados por um neologismo que agrupa tanto os Khoi, grupos pastores, quanto por grupos caçadores e re-coletores, os San. A maior parte do território é de domínio Banto. Os não Banto são grupos reduzidos e dispersos de caçadores e re-coletores, a maior parte habitante do deserto ou das franjas das fazendas dos Banto. Por sua vez, os Banto do sul de Angola possuem uma organização política mais centralizada, que emerge na forma de reinos e grandes chefaturas no século XIX, e dedicam-se a atividade pastoril e praticam a agricultura. ⁶

Essa complexidade étnica e cultural foi tema de inúmeros estudos a partir da segunda metade do século XIX e a escolha por uma circunscrição étnica, racial, linguística ou pelos centros de poder e potentados que se erguiam tornou-se uma questão candente durante todo o período colonial. Ademais, a administração colonial desde o início apresentava sensíveis dificuldades em representar e circunscrever com precisão a territorialidade desses grupos, visto que eram formados tanto por nômades, quanto por grupos agropastoris praticantes da transumância. ⁷

⁵ VANSINA, Jan. *Kingdoms of the Savanna*. Madison: University of Wisconsin Press, 1968.

⁶ Seguimos a divisão etnográfica de Carlos Estermann. Ver: ESTERMANN, Carlos. *Op. Cit.*, 1983; ESTERMANN, Carlos. *Op. Cit.*, 1960.

⁷ Utilizada por muitas sociedades pastoris, a transumância é uma formulação ecológica que consiste numa forma de organização e gestão dos recursos naturais (reservas de pasto, aguadas, lamedouros de sal, solos) através do deslocamento do gado durante vários meses em manadas, para locais distantes da residência permanente de seus proprietários.

Por isso, interessa-nos também investigar como as lentes coloniais experimentaram diferentes modalidades de leitura e agrupamento destas populações. Como será abordado ao longo da tese, o olhar inquisidor dos geógrafos e funcionários coloniais a isto designados esteve direcionado a “descobrir” ou simplesmente identificar boas terras, cursos de rios mais ou menos perenes, acentuando o desejo português de distribuir e fixar colonos nas terras, o que acentuava o contraste à mobilidade e desprendimento dos pastores nômades locais. Já o olhar transculturado de alguns comerciantes, muitas vezes, revelava a fluidez dos povos do sul. Entre rios intermitentes e seus complexos e intrincados canais na estação chuvosa, manadas de animais migrantes e povos transumantes, a apreensão da temporalidade africana, das estações climáticas, de suas vicissitudes, parece ter sido o principal obstáculo à representação bidimensional da carta topográfica no sul de Angola.

A documentação da época denomina a região genericamente de sul de Angola, embora durante o século XIX as fronteiras comerciais, culturais, administrativas e políticas do sul da colônia angolana tenham sido fluidas e móveis, dotadas de inúmeros avanços e recuos. Trata-se de uma área que esteve em maior ou menor medida sob a influência de Mossâmedes como porto e centro administrativo durante o período em questão.

Assim, buscar-se-á discutir qual o papel da geografia para a construção e dilatação desse território. Em um trabalho de fôlego, René Pélissier, um dos mais informados autores da conquista do território de Angola, já discorreu acerca da expansão e construção do Estado moderno a partir de pólvora e sangue, salientando o papel da resistência armada africana frente ao avanço da fronteira⁸. O estudo da cartografia pretende dar uma parcela de contribuição a essa questão, pois sugere uma relação menos dicotômica, mais contingente e constituída ora pela severa oposição aos grupos autóctones, ora em estrita colaboração. Como apontou Edward Said, “nenhum de nós está fora ou além da geografia, da mesma forma nenhum de nós está totalmente ausente da luta pela geografia. Essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas, imagens e representações”⁹.

⁸ PÉLISSIER, René. *História das campanhas de Angola*. 3ªed. Lisboa: Estampa, 2013, 2 Vol.

⁹ SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2011, pp. 39-40.

Nesse caso, o desígnio projetivo de expansão das fronteiras quase sempre era desenhado nos mapas, representando áreas pouco ou nada efetivamente ocupadas, muitas vezes em territórios onde a soberania portuguesa encontrava-se efetivamente ameaçada e as alianças locais fragilizadas. Na cartografia, a ocupação dispersa de formato de “arquipélago”, assegurada apenas por uma frágil cadeia de fortalezas, presídios ou fazendas de colonos era, então, superada por uma visão compacta, sólida e de conjunto do território.

Apesar da presença portuguesa no sul de Angola remontar ao padrão de descobrimento de Diogo Cão em 1486, a costa e interior do país se manteve oficialmente “inexplorada” até a metade do século XIX. Isso ficava ainda mais claro quando se comparava a precisão cartográfica e cosmográfica da costa angolana com os espaços em branco que preenchiam a maior parte da hiterlândia do território. As primeiras incursões exploratórias abaixo de Benguela datam de 1784, por iniciativa do Governador da província, o Barão de Mossâmedes. Porém, delas não resultaram nenhuma conquista efetiva da costa, sendo o projeto esquecido após a saída do Barão do governo de Angola.

Décadas depois, um novo interesse pela região seria fomentado pelas políticas do secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Sá da Bandeira, com vistas a ocupar e assegurar a região ao domínio luso através da colonização branca. Este projeto foi uma das medidas de Sá da Bandeira para modernizar o império, as quais se somavam a abolição do tráfico transatlântico de escravos nos domínios portugueses, a ligação entre Angola e Moçambique e a ocupação do Congo.¹⁰ Possuindo um clima e meio ecológico considerado pelas

¹⁰ O projeto de Sá da Bandeira apresentado em relatório em 1836 tinha como principal objetivo reconectar os mercados africanos e metropolitanos, haja vista que boa parte deles era tributária de praças comerciais brasileiras. O desejo de produzir “novos brasis” na África foi baldado. A ruptura do comércio negreiro foi apenas virtual e o “serviço de carregadores” permaneceu em intensa operação mesmo após outras tentativas de encerrá-lo. De todas as medidas propostas pelo secretário apenas a ocupação sul de Angola avançou. Concretamente, no sul da colônia uma série de medidas oficiais e extraoficiais foram tomadas a partir da década de 30 do século XIX: em 1839 foi fundado presidio de Moçâmedes; em 1841, Bernadino José Brochado montou uma feitoria de sociedade com D. Ana Uberlati, representando os interesses comerciais de Luanda. Dois anos depois foi a vez de Fernando José Cardoso Guimarães e Luiz Baptista Fins, de sociedade com D. Ana Joaquina dos Santos, de Luanda. Já em 1845, foi erigido no planalto da Huila a mando do Governador Pedro Alexandrino da Cunha um presidio, sendo um passo importante para a expansão da fronteira para além da cordilheira de Chela. E em 1849, uma década após a fundação do presidio, Moçâmedes recebeu uma considerável leva de

descrições da época como favorável à imigração branca, a porção meridional de Angola proporcionava a experimentação de um novo tipo de colonização voltado para a produção agrícola assegurada por colonos em detrimento do capitalismo comercial eminentemente predatório, que se baseava em produtos oriundos da caça ou recoletados das florestas¹¹.

A historiografia diverge quanto à importância da experiência colonial do sul de Angola. Do ponto de vista econômico, Clarence-Smith considera que a experiência de colonização branca, embora limitada, desenvolveu uma produção mercantil interna de açúcar, aguardente e algodão voltada para as trocas comerciais com os Ovambo, Nyaneca, Nkhumbi e Herero. Isso fez com que desde muito cedo se formasse um grupo proletário, que era mantido pelas relações capitalistas e, até 1913, pelas relações escravistas.¹²

Outro grupo de autores considera que a experiência colonial de finais do século XIX e início do XX não foi economicamente motivada, mas levada a cabo apenas pelo orgulho nacional inflamado e por um conjunto de gratificações ideológicas, políticas e sociais da classe dominante. Nesse sentido, o sul de Angola parece ser o campo de observação mais exemplar a esse argumento porque carecia de uma produção colonial em larga escala, como o café, a borracha, o marfim e a cera.

Com efeito, René Pélissier demonstrou o quanto o combate à resistência armada – sobretudo das chefias Ovambo dos Cuamato e Cuanhama – consumiu avultados recursos humanos e pecuniários, o que gerou um *déficit* perene de capital investido entre 1896 e 1914¹³. As

portugueses vindos de Pernambuco após a Revolução Praeira de 1848. Ver: CASTRO, Bernadino Figueiredo de Abreu e. Carta de Bernadino Figueiredo de Abreu e Castro ao Vice-presidente da municipal de Mossamedes (27/11/1856). In: FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Angola: apontamentos sobre a colonização e litoral do sul de Angola*. Agência Geral das Colônias, 1940, p. 17. Vol 3. BANDEIRA, Marquês de Sá. *O trabalho rural africano e a administração colonial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873; ALEXANDRE, Valentim. Portugal em África (1825:1974): uma perspectiva global. *Penélope*. n°11, 1993, pp. 53-66.

¹¹ ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill. *Nova história da expansão portuguesa. O império africano(1825-1890)*. Lisboa: Estampa, 1998; M'BOKOLO, Elikia. *África negra. História e civilizações: Do século XIX aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, pp. 200-212.

¹² CLARENCE-SMITH, Gervase. *Slaves, peasants and capitalism in Southern Angola (1840-1926)*. New York: Cambridge University Press, 1979; _____. *The third Portuguese Empire, 1825-1975. A study in economic imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1985.

¹³ PÉLISSIER, René. *Op.cit.* 2013.

limitações de capital humano e monetário investidos, a pobreza natural da região e a resistência autóctone fizeram com que, na opinião de Jill Dias, a política oficial de colonização e conquista do *hinterland* de Mossâmedes, levada a cabo a partir dos anos 40 do século XIX, jamais surtisse o efeito esperado, colecionando inúmeros insucessos do ponto de vista econômico.¹⁴

Nesse sentido, apropriaremos-nos de ambas as perspectivas. O insucesso econômico das políticas coloniais e ações militares na região, por si só, são insuficientes para afirmar que o governo português não tivesse a intenção genuína de auferir lucro sobre a colônia. Ao mesmo tempo, uma leitura unidimensional em que se valoriza apenas o estímulo econômico pode ser demasiado simplificadora, encobrindo outras motivações coloniais.

Mesmo com o acentuado desejo de “recolonização” da África implementadas por Sá da Bandeira ao longo de mais de 30 anos, como observou Valentim Alexandre, “as mutações de fundo, os grandes movimentos que darão a sua forma definitiva ao império africano, só vêm a ocorrer no último quartel do século, em plena época de partilha de África, num processo paralelo ao da expansão colonial de várias outras nações europeias”.¹⁵ Assim, a efetiva colonização e conquista dos territórios ultramarinos em África só teve início após o acirramento da concorrência estrangeira e o iminente receio de perder suas colônias para as demais nações colonizadoras do globo, embora a produção de conhecimento dos territórios meridionais de Angola datasse de mais de meio século a sua efetiva ocupação.¹⁶

Nessa conjuntura de subterfúgios diplomáticos, conflitos e arranjos territoriais na corrida imperial, temos como hipótese que a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa pode ser lida como um dos principais pontos de inflexão da política colonial portuguesa. Alguns

¹⁴ Alexandre e Dias enumeram diversos tentames coloniais que consideram baldadas. São elas, a fundação do “presídio de Moçâmedes (1839), feitorias de Moçâmedes devidas a Jácome Filipe Torres e outros (1840 a 1844), fixação de pescadores algarvios na baía de Moçâmedes e em Porto Alexandre (1844), fixação de 173 emigrantes portugueses vindos do Brasil em Moçâmedes e na Huíla (1849), fundação da colônia de S. Pedro da Chibia por colonos vindos da Humpata (1835), colônia de alemães e portugueses na Huíla (1857) fixação de *boers*, primeiro no Humbe (colônia de S. Januário), depois na Huíla e Humpata (1879), etc. Só a colônia de madeirenses que fundou Sá da Bandeira em 1885 encontrou real sucesso”. Ver: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill. op. Cit., p. 143.

¹⁵ ALEXANDRE, Valentim. *Op. Cit.*, 1993, p. 57.

¹⁶ ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill. op. Cit., pp. 140-145.

políticos e intelectuais portugueses ligados a ela ergueram suas vozes não somente em protesto às demarcações fronteiriças do Estado Livre do Congo (1885), do Ultimato britânico (1890), mas igualmente o fizeram com relação ao que entendiam ser verdadeiras amputações do Império português em toda a África.¹⁷ A articulação da SGL na imprensa, nos acordos diplomáticos e na administração governamental teve como resultado uma expressiva expansão territorial do domínio português, logo após a retirada militar e administrativa de alguns pontos do interior da África ocorrido na década de 1860.

No entender de Valentim Alexandre, essa percepção foi fruto de um crescente nacionalismo imperial, ao qual chamou de “nacionalismo radical”. Esta ideologia que emergiu no último quartel do século XIX se caracterizava por ser “marcadamente imperialista, capaz de fazer uma mobilização relativamente importante nas camadas populares urbanas das principais cidades do país (Lisboa e Porto) em torno de temas coloniais”.¹⁸

Nesse sentido, merece atenção o apelo dirigido por Manuel Ferreira Ribeiro ao país no mesmo ano da Conferência de Berlim:

A célebre bacia comercial, inventada na conferencia de Berlim, não tem a menor significação, porque o curso de seus rios, e os territórios que os delimitam ou são portugueses ou não foram ainda explorados!¹⁹

No entendimento de Ferreira Ribeiro, a “questão do Congo” era fictícia, pois nenhuma nação estava mais capacitada à missão de reconhecer e demarcar a bacia hidrográfica do Congo-Zaire do que a portuguesa. Sob a justificativa de direitos históricos, Ferreira Ribeiro reivindicava a presença lusitana na região desde as explorações de

¹⁷ As metáforas que representam as perdas das colônias não se limitaram às críticas jornalísticas e cadernos especializados. Nas páginas de semanários ilustrados da época são comuns as cenas em que uma colônia africana é arrancada das mãos de um português, ou mesmo entregue em uma bandeja por um membro do alto escalão. Para ficar em alguns exemplos, ver as caricaturas de Bordalo Pinheiro no semanário *O Antonio Maria* para o ano de 1885.

¹⁸ ALEXANDRE, Valentim. *O Império português (1825-1890): ideologia e economia. Análise Social*, vol. XXXVIII, Lisboa, 959-979, 2004, p. 972.

¹⁹ RIBEIRO, Manuel Ferreira. *Homenagem aos heroes que precederam Brito Capelo e Roberto Ivens na exploração da África Austral (1484-1877)*. Lisboa: Lallemand Frères, 1885, p. III.

Diogo Cão (1484), e afirma que “aos trabalhos de Brasa [1879-1882] podíamos opor os de Ruy de Sousa [1491] e aos de Stanley [1874-77] correspondiam com vantagem os de Duarte Lopes [1578]”²⁰. Dessa forma, relativiza o papel das modernas expedições científicas em favor de notas de viagens portuguesas bem mais antigas. Na verdade, essas expedições em pouco ou nada podiam ser comparadas, dado as abissais diferenças de recursos, humanos, e técnico-científicos²¹.

A citação acima é valiosa, pois permite entrever que a garantia das colônias na África Central e Austral necessariamente passaria pelo conhecimento sistemático das bacias hidrográficas de seus principais rios segundo os cânones da ciência europeia, quer o que já fosse conhecido, quer o que ainda devesse ser estudado. A busca pelos principais eixos de acesso ao continente e seus mercados adjacentes fizeram do mapeamento dos rios o principal objeto de investigação.

Foi nessa arena de disputa pelo território da África centro-meridional que em 1875 foi fundada a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL). Desde sua fundação foi patente o interesse da SGL em atuar na produção de conhecimentos acerca da porção Centro-Austral do continente africano, região onde se concentrava as duas principais possessões portuguesas, Angola e Moçambique. A forte aliança entre essa sociedade científica lisboeta e a colonização da África pode ser percebida na fundação de uma pasta interna específica para discutir essas questões já em 27 de março de 1877. Tratava-se da Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização da África, simplesmente conhecida como Comissão Africana²². Esta comissão

²⁰ Idem. Ibidem. pp. 09-10.

²¹ A expedição de Savorgnan de Brazza (1875-1878) tinha por fito navegar o rio Ogowe até a sua nascente e tentar estabelecer contato com os chefes mais hospitaleiros ao longo do rio, a fim de encontrar um acesso que facultasse aos franceses as matérias primas do alto Congo. Sobre a viagem de Brazza, conferir: BRAZZA, Pierre Savorgnan de. *Au cœur de l'Afrique: vers La Source des grands fleuves* (1875-1877). Paris: Phébus, 1992; BORY, Paul. *Les explorateurs de L'Afrique*. Tours: Alfred Mame et Fils, 1890. p. 223. Já a viagem de Stanley, realizada sob os auspícios dos jornais *Daily Telegraph* e *New York Herald*, consistiu-se na exploração da bacia do Zaire por meio da navegação realizada em um barco desmontável em cinco sessões, possibilitando o seu desmanche em trechos não navegáveis, como rápidos e quedas. Cf.: STANLEY, Henry Morton. *Através do continente africano*. Mem Martins: Gráfica Europam, 2007. Vol. 1, pp. 35-39.

²² À discussão de criação da Comissão Africana, seus objetivos, suas atribuições e seus respectivos representantes, ver: Actas da Sociedade: sessão em 27 de março de 1877. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Porto: Tipographia de Freitas e Fortuna, 1878, n°3, pp. 218-219.

tinha como escopo discutir e fomentar projetos colonizadores que assegurassem o desenvolvimento das possessões portuguesas neste continente, bem como discutir no âmbito internacional a legitimidade lusa sobre essas regiões.

Esse complexo imbricamento entre interesses científicos e colonizadores foi brilhantemente estudado por Mary Louise Pratt em *Os olhos do império*. Ao estudar narrativas de viagens britânicas, a autora chama de “anticonquista” as estratégias de representação usadas pelos agentes europeus para assegurarem sua inocência ao mesmo tempo em que garantem a hegemonia europeia. Nas palavras da autora, essa investigação científica pautada no paradigma descritivo se julga “uma apropriação do planeta totalmente benigna e abstrata. Não reivindicando qualquer potencial transformador, ela diferia radicalmente de articulações imperiais explícitas de conquista, conversão, apropriação territorial e escravização”.²³

Entretanto, o conceito parece não se adequar a realidade lusitana, pois o que verificamos ao estudar a produção discursiva da SGL foi uma ciência de interesses imperiais muito mais explícitos, marcados nos discursos e práticas dos sócios que tentam ditar – nem sempre com sucesso – as reformas imperiais do colonialismo português moderno. Isso talvez seja uma idiosincrasia do caso português, no qual prevalece uma ideologia de soberania nacional atrelada à manutenção imperial²⁴. Ao longo do texto, buscaremos demonstrar como os projetos da SGL tinham como escopo a soberania portuguesa sobre os territórios conquistados, a racionalização da economia e da administração colonial.

Nesse sentido, a criação de expedições científicas de exploração tinha um papel central, pois serviriam para produzir um saber segundo os cânones da ciência e com validade também no campo político e diplomático. Por isso, em 16 de outubro de 1876, mesmo antes da criação da Comissão Africana, o presidente da sociedade, Visconde de S. Januário, juntamente com os secretários, Luciano Cordeiro e Rodrigo Dequito, exortaram o rei sobre a importância de amealhar recursos em diferentes âmbitos para realizar uma expedição científica integralmente portuguesa. Segundo os autores, a nação portuguesa, que há séculos descobriu e percorreu os sertões africanos, não poderia ficar indiferente

²³ PRATT, Marie Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 78.

²⁴ ALEXANDRE, Valentim. *Op. Cit.*, 2004.

ao crescente interesse de sociedades geográficas da Inglaterra, Alemanha, França e Itália em perscrutar o *hinterland* da África.²⁵

Em outro apelo, agora elaborado pela Comissão Central Permanente de Geografia, Luciano Cordeiro e seus pares se queixam de que o conhecimento prático dos portugueses tem sido sistematicamente desconsiderado pelo conjunto de exploradores modernos, embora “será difícil dizer qual o lago, rio ou outro lugar assinalados pelos descobridores modernos nas vastas bacias dos rios africanos, o Nilo, o Zaire e o Zambeze, de que não existam indícios mais ou menos certos indicados primeiros pelos viajantes ou colonos portugueses”²⁶.

O mesmo diagnóstico fora dado anos antes pelo experiente sertanejo Silva Porto, ao encontrar-se com o explorador e missionário inglês, David Livingstone, na corte do Barotze em 1853. Em um pequeno opúsculo dirigido ao combate daquilo que o sertanejo considerou injusto ou difamatório a seu respeito na obra de Livingstone, afirma que “outro tanto não direi da situação geográfica dos lugares aqui indicados, atendendo a que não são marcados com a bussola, mas sim segundo a posição em que nasce e se põe o sol”²⁷. Sem dúvida, Silva Porto percebera o enorme fosso que separava os seus mais de quinze anos de tirocínio, percorrendo e negociando por todo o sertão da África Centro-Austral, dos equipamentos geodésicos, mapas, cartas e outros instrumentos com os quais o britânico seguia munido.

Urgia, pois, que os próprios portugueses se lançassem também nessa corrida exploratória. Assim, a partir de 1877, a Sociedade de Geografia de Lisboa irá não só levantar capital humano, técnico e financeiro para a concretização dessas explorações, mas também funcionará como uma “central de cálculo”, para usar uma conceituação de Bruno Latour. A ideia de Latour é que “construir centros implica trazer para eles elementos distantes - permitir que os centros dominem a distância -, mas sem trazê-los ‘de verdade’ - para evitar que os centros sejam inundados”. Esse paradoxo é resolvido criando-se inscrições que conservem simultaneamente o mínimo e o máximo possível, através do aumento da mobilidade, da estabilidade ou da permutabilidade desses elementos. Essas “centrais de cálculo” seriam, assim, os cerne de uma

²⁵ Exploração Portuguesa à África Central. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Tipografia de Christovão Augusto Rodrigues, 1877, pp. 19-23.

²⁶ Exploração Portuguesa à África Central. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Tipografia de Christovão Augusto Rodrigues, 1877, pp.23-27.

²⁷ PORTO, António Francisco Ferreira da. *Silva Porto e Livingstone*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891, p. 8

extensa rede de conhecimento. Para elas, direcionar-se-ia uma infinidade de inscrições em forma de amostras, observações, dentre outras, a fim de serem debatidas e estudadas em um ambiente controlado.²⁸

Ainda seguindo a senda de Latour, buscar-se-á compreender a produção do saber cartográfico do sul de Angola a partir das inúmeras redes de colaboração estabelecidas pela SGL e seus membros em diferentes esferas sociais. A SGL teve um papel central na coleta de dados entre os africanos, os sócios correspondentes que habitavam os sertões de Angola, a pesquisa de campo e o gabinete; e no processo de divulgação entre instituições geográficas, vulgarização dos resultados por meio de jornais e periódicos ilustrados. Estes são alguns dos fios que formam a tessitura da rede científica a qual a SGL tem lugar central.

Isto significa compreender o mapeamento do sul de Angola como um processo cumulativo, que envolveu diferentes grupos sociais. A tradição historiográfica de cariz colonial tende a ser laudatória, atribuindo ao explorador os louros das descobertas geográficas, o que se verifica nas obras de Gastão de Sousa Dias, Amadeu Cunha, Gabriel Mendes e Eduardo de Noronha.²⁹ Esses autores têm em comum o fato de desconsiderarem o suporte e a participação africana nesse processo, atribuindo o saber geográfico apenas às explorações europeias. No entanto, é escusado dizer que a despeito da fecunda multiplicação a partir de 1850, as grandes explorações em África quase nunca percorriam regiões inexploradas ou completamente desconhecidas do europeu ou de sua influência, como muitas vezes a escrita triunfante desses exploradores sugeria.

Cabe lembrar que o comércio africano de curta e longa distância passou a integrar cada vez mais pontos do *hinterland* e da costa aos mercados de além-mar, fazendo circular mercadorias, pessoas e

²⁸ LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora*. Tradução de Ivone Benedette. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 396.

²⁹ DIAS, Gastão de Sousa. *Pioneiros de Angola: explorações portuguesas no sul de Angola (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1937; CUNHA, Amadeu. *Os exploradores Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens: no centenário do nascimento de R. Ivens. Boletim geral das colônias*. Lisboa: Ano 25º, nº 300, 100-110, 1950; MENDES, Gabriel. *As origens da Comissão de Cartografia e a ação determinante de José Julio Rodrigues, Luciano Cordeiro e Francisco António de Brito Limpo: a história política das explorações africanas de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto*. Lisboa: Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1982; NORONHA, Eduardo de. *Os exploradores Capelo e Ivens*. Lisboa: Agência Geral das Colônias. Divisão de Publicações e Biblioteca, 1936.

conhecimentos. Alguns grupos, inclusive, tornaram-se muito hábeis nesse tipo de transação, como é o caso dos aviados e sertanistas ambaquistas ligados à praça de Luanda e de reinos do planalto central, nomeadamente o Bié, responsáveis por lançar caravanas nos sertões de Benguela, Mossâmedes e alhures.³⁰

Nas narrativas exploratórias, pululam exemplos da dependência científica face ao conhecimento prático dos africanos, sertanistas e funcionários coloniais. Em 1887, a “Expedição portuguesa à África Austral” refez a rota e parte das instruções aprovadas pela SGL após conversarem no Bié com o experiente comerciante, Silva Porto. Em 1885, Capelo e Ivens revelam outros indícios de dependência: “a quantos indígenas e guias inquirimos, todos invariavelmente nos responderam no mesmo sentido do que nós imaginávamos, isto é, que o Cabompo é um afluente do Liambae e não o mesmo Liamba e, como se poderia acreditar”.³¹ Outro exemplo do uso frequente dos recursos africanos ocorre na Huíla, quando afirma que “Muene Muanja, soba que adiante encontramos, deu-nos seis caçadores para guias, porque, dizia ele, as matas até ao Cunene eram bravas”.³²

Destarte, nessa pesquisa interessa dar relevo também ao suporte luso-africano que subjaz nas narrativas de viagem através de expressões como “nossos carregadores”, “nossos guias disseram”. São sujeitos intercambiáveis, diversas vezes desprovidos de identidade e nome, mas que fornecem coordenadas geográficas, indicações de como se portar em cada localidade, o que oferecer em troca da estadia, informações acerca dos habitantes, da animália e da vegetação locais.

Além dos africanos, buscar-se-á cotejar o saber geográfico das expedições ao acúmulo de conhecimento dos “exploradores práticos” para usar um termo de época de Manuel Ferreira Ribeiro.³³ Eles são sujeitos coloniais – embora nem sempre seus interesses coincidiram

³⁰ Para melhor entender a importância africana nessa rede comercial, ver: HEINTZE, Beatriz. A lusofonia no interior da África Central no período pré-colonial: um contributo para a sua história e compreensão na atualidade. *Cadernos de Estudos Africanos*: Lisboa, 2005. _____ .Hidden transfers: Luso-africans as european explorers experts in nineteenth-century west-central Africa. In: LANDAU, Paul Stuart. *The power of doubt: essays in honor of David Henige*. Parallel Press Chapbooks, parallel books, 2011.

³¹ CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *De Angola à Contracosta*: descrição de uma viagem pelo continente africano. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886, vol.1, p. 427

³² Idem, Ibidem. p. 179.

³³ RIBEIRO, Manuel Ferreira. *Op.Cit.* 1885, p. 4.

com os interesses imperiais – que trabalharam nas fronteiras, como empregados da administração colonial, militares encarregados de postos avançados e presídios, aviados, sertanistas e pequenos negociantes dos sertões, sejam eles membros ou não da SGL, observando convergências e pontos conflitantes na representação territorial. Os relatos e notas de viagens desses práticos que percorreram os sertões de Mossâmedes se direcionam para ambientes e regiões distintas, produzem informações de diferentes densidades, tendo em vista, por exemplo, que a fronteira administrativa não coincidia à fronteira comercial, ou que a relação entre ilustração e experiência de campo destes indivíduos variava sobremaneira. Por isso, merecem uma análise distinta dos exploradores científicos.

Vale ressaltar que essas relações e descrições práticas do território, embora nem sempre estivessem sob os cânones científicos, produziam verdadeiros mapas mentais, elegendo seus próprios marcos e pontos de observação a fim de criar um território domesticado. Para compreender a produção do território colonial é necessário observá-lo como um artefato sedimentar formado pelas sucessivas camadas de observação. Acompanhar os inúmeros acúmulos e/ou dispersões de informações de modo a não privilegiar somente o saber científico em detrimento do conhecimento prático. Portanto, cumpre entender a construção do território colonial como “um fenômeno singular de apropriação cultural de territorialidades nativas, de um conhecimento e tradução de um conhecimento em outro, de afinação de repertórios para a construção de um denominador comum”³⁴.

Por isso, o esforço de pesquisa de historiadores mais recentes tem direcionado a discussão para outro rumo. A perspectiva pós-colonial de Pratt coincide com alguns trabalhos de Maria Emília Madeira Santos, nos quais discute a importância de recursos africanos para a realização das expedições científicas portuguesas do último quarto de século. Embora o explorador científico estivesse provido de recursos modernos, sua sobrevivência dependia em muito das vias de comunicação preexistentes e do apoio dos poderes políticos africanos. Ela evidenciou o quanto a anuência ou não de chefes africanos foi decisiva para a determinação das regiões exploradas, bem como a importância do fornecimento de carregadores, sem os quais as expedições, dada sua estrutura de caravana, não seriam possíveis.³⁵ Todavia, Santos atenta

³⁴ BUENO, Beatriz. *Op. Cit.* 2011, pp. 12-13.

³⁵ SANTOS, Maria Emília Madeira. *Travessias científicas da África: recursos e dependências*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1987; _____.

apenas para a assistência africana no que concerne à realização do empreendimento – cuidados com a infraestrutura, permissão de passagem por terras sob seu domínio, fornecedor de alimentos, dentre outros –, ignorando a participação africana como formadora do conhecimento científico. Já Beatrix Heintze observa também a construção do saber a partir do conhecimento autóctone.³⁶

Nesse sentido, também, faz-se necessário travar diálogo com as reflexões produzidas pela história social das ciências. Ao analisar alguns episódios narrados por Lapérouse durante sua expedição pelo Pacífico em 1787, Bruno Latour já demonstrou o quanto é fictício o que ele chamou de “Grande Divisor”, a saber, a colossal diferença entre o conhecimento local, entendido como primário, rústico, e o conhecimento científico, isolado e independente da sociedade.³⁷ Latour afirma que cientistas e exploradores trabalham junto aos nativos, recolhendo informações, coletando dados ainda que dispersos. Em seguida, operam um deslocamento do conhecimento, no qual:

A geografia *implícita* dos nativos é *explicitada* pelos geógrafos; o conhecimento *local* dos selvagens se transforma em conhecimento *universal* dos cartógrafos; as *crenças* imprecisas, aproximadas e infundadas dos autóctones se transformam em *conhecimento* preciso, certo e fundamentado.³⁸

Não obstante nos apropriarmos das ideias de “centrais de cálculo” e da teoria das redes tão caras a Latour, faremos uma objeção parcial quanto ao uso dos termos “centro” e “periferia” por parte do autor. Como observou Manolis Patiniotis, essa dicotomia, em última análise, turva-nos de ver a periferia como um lugar privilegiado para compreender a diversidade real da “ciência europeia”.³⁹ Ademais, Mark

Capelo e Ivens: um fecho europeu para uma tradição nacional. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1987; _____. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978

³⁶ HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos*: caravanas de carregadores na África Centro Ocidental. Angola: Nzila, 2004.

³⁷ LATOUR, Bruno. *Op.Cit.*, 2010, pp. 344-370.

³⁸ Idem, *Ibidem*. p. 351.

³⁹ PATINIOTIS, Manolis. Between the Local and the Global: History of Science in the European Periphery Meets Post-Colonial Studies. *Centaurus*. Volume 55, pages 361–384, Novembro de 2013.

Harrison tem um estudo particularmente importante a este respeito, no qual critica o fato de muitas vezes ciência colonial ser entendida apenas como uma versão instrumental, coletora de informações e de poucas contribuições teóricas. Para o autor, “muito do que pensamos em ciência como ocidental foi produzida nas colônias, em vez de ser exportada para elas”.⁴⁰ É o caso de disciplinas como a botânica, geologia, veterinária e zootecnia, onde a expansão colonial propiciou um campo de comparação, apropriação e desenvolvimento dessas especialidades. Especialmente nos casos da cartografia e da geografia, a ciência também funcionou como um imperialismo cultural, produzindo estereótipos e reforçando hierarquias, pautados em categorias de natureza e gênero.⁴¹

Assim, a história social das ciências se torna um tanto mais interessante à medida que deixa de compreender as ciências apenas a partir do progressivo acúmulo de conhecimento e passa a se preocupar com as práticas autóctones, as formas de coleta, as relações entre o global e o local e as circulações.

Para o caso africano, são importantes referências nesse sentido os estudos de Eugênia Rodrigues, nos quais a autora discute os levantamentos físicos e cartográficos em Moçambique no século XVIII, especialmente ao tratar da dependência do cientista Lacerda e Almeida face às informações coligidas junto aos autóctones⁴².

Além destes, os trabalhos de Beatrix Hentize e Jill Dias aprofundaram ainda mais a discussão, buscando salientar a emergência de grupos sociais a partir do contato entre portugueses e africanos. Foi o caso dos ambaquistas, identidade fundada a partir do presídio português

⁴⁰ T. do A.: “much of what we think of as Western science was produced in the colonies, rather than exported to them”. In: HARRISON, Mark. *Science and the British Empire. Isis*. Vol. 96 n°1, 2005, pp. 56-63. P. 60

⁴¹ SAID, Edward. *Op.Cit.*, 2011; GODLEWSKA, Anne; SMITH, Neil (org.). *Geography and Empire*. Oxford: Blackwell, 1994; MCWAN, Chery. *Gender, Geography and Empire: Victoria women travellers in West Africa*. Ashgate, 2000.

⁴² RODRIGUES, Eugênia. D. Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville: das representações da África Austral aos projetos de reconfiguração do império português. *Actas do III Encontro Internacional de História de Angola*. Luanda, 2007; _____. “Em nome do rei”. O levantamento dos Rios de Sena de 1763. *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa, vol. IV, 2003, pp. 335-380; _____. Ciência europeia e exploradores africanos: a viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida ao Kazembe. *Africana Studia*. Porto, n°17, 2011. _____. “Francisco José de Lacerda e Almeida: viagem e ciência na África Oriental (1797-1798)”. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; RIBAS, André Akamine. *Francisco José de Lacerda e Almeida: um astrônomo paulista no sertão africano*. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

de Ambaca – mas que logo exorbitou essa acepção geográfica – e que era reconhecida menos pelos atributos físicos do que por uma série de características culturais, como o domínio da escrita portuguesa e a vestimenta europeia. Inseridos nas cortes dos principais chefes africanos, intérpretes e mediadores culturais, articuladores de caravanas comerciais, os ambaquistas foram, de acordo com Heintze, verdadeiros “pioneiros africanos”, responsáveis pela difusão da cultura portuguesa no *hinterland* de Angola.⁴³

A minha análise dos documentos cartográficos também é influenciada pelas contribuições trazidas nas últimas três décadas pela chamada Nova História da Cartografia. Os influentes trabalhos de Dennis Wood⁴⁴, Christian Jacob⁴⁵, John Harley⁴⁶ e John Fels⁴⁷, através de um fecundo diálogo com a crítica literária, história da arte e filosofia, coincidem pelo interesse em reformular a natureza epistemológica de como se entende os mapas. A despeito das diversas orientações teóricas desses autores, merece destaque o profundo questionamento acerca do estatuto de transparência e objetividade dos mapas, ao passo que buscam entendê-los enquanto objetos técnicos, frutos de construções culturais e sociais e meios de comunicação possuidores de códigos visuais e linguagem própria.

Em um de seus estudos, John Harley identificou três movimentos que possibilitaram a mudança no pensamento da História da Cartografia: o interesse semântico pelas palavras mapa e cartografia e a consequente expansão dos seus significados; o mapa como um artefato e aprofundamento do estudo nos processos técnicos de sua produção e, por último, o entendimento do mapa enquanto comunicação, traçando cada vez mais paralelos entre cartografia, semiologia e linguagem.

⁴³ DIAS, Jill. Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico. In: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.). *Trânsitos coloniais: Diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: UNICAMP, 2007.

HEINTZE, Beatrix. *Op. Cit.*, 2004; HEINTZE, Beatrix. *Op. Cit.*, 2005.

⁴⁴ WOOD, D. *The power of maps*. New York: The Guilford Press, 1992.

⁴⁵ JACOB, Christian. Toward a cultural history of cartography. *Imago Mundi*, v.48, 1996, pp.191-197; JACOB, Christian. Book review of Mapping an empire. *Imago Mundi*, v.50, 1998, pp.213-214.

⁴⁶ HARLEY, J. B. The map and the development of the history of cartography. In: HARLEY, J. B.; WOODWARD, David (org). *The history of cartography, cartography in prehistoric, ancient and medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago, Londres: University of Chicago Press, 1987; _____. *Maps and the Columbian Encounter*. Milwaukee: Golda Meir Library, 1990.

⁴⁷ WOOD, Denis; FELS, John. *Op. Cit.*, 1986, pp. 54-103.

Essa última perspectiva, juntamente com o alargamento conceitual dentro da disciplina possibilitou que Harley compreendesse o *mapa* como *texto*. Assim, sua intenção é apontar o poder retórico e discursivo que subjaz ao mapa, elidindo qualquer leitura tautológica dele. Em suas palavras,

For historians of cartography, I believe a major roadblock to understanding is that we still accept uncritically the broad consensus, with relatively few dissenting voices, of what cartographers tell us maps are supposed to be. In particular, we often tend to work from the premise that mappers engage in an unquestionably 'scientific' or 'objective' form of knowledge creation. Of course, cartographers believe they have to say this to remain credible but historians do not have that obligation. It is better for us to begin from the premise that cartography is seldom what cartographers say it is.⁴⁸

Seguindo esse caminho, buscar-se-á compreender o processo de mapeamento do sul de Angola dando relevo aos desígnios que envolvem sua produção. No entanto, ainda que de forma limitada e provisória, intentar-se-á relacionar esse *texto* (mapa) ao *contexto* de conquista e espacialização portuguesa na região em questão indicando através de outros documentos os silêncios, equívocos e distorções produzidos nesses mapas. Pois, ao mesmo tempo em que eles dão a ver uma determinada territorialidade, produzem inúmeras distorções, encerram outros tantos aspectos.

Em suma, os mapas serão discutidos através da articulação de três dimensões. A primeira diz respeito ao uso político dos mapas, pelo que se expressa sua faceta projetiva e nem sempre coetânea aos movimentos de povoamento e conquista do território. A segunda se refere ao

⁴⁸ T. do A.: “Para os historiadores da cartografia, acredito que um grande obstáculo para o entendimento é que ainda aceitamos acriticamente o amplo consenso, com relativamente poucas vozes discordantes, sobre o que cartógrafos nos dizem que mapas supostamente são. Em particular, muitas vezes tendemos a trabalhar a partir da premissa de que mapeadores envolvem-se em uma forma de criação de conhecimento, sem dúvida, "científica" ou "objetiva". Claro, cartógrafos acreditam que eles têm que dizer isso para manter a credibilidade, mas os historiadores não têm essa obrigação. É melhor para nós começarmos a partir da premissa de que a cartografia raramente é o que cartógrafos dizem que é”. HARLEY, J. B. Deconstructing the map. *Cartographica*. V.26, n°2, 1989, pp. 1-20, p.1.

processo de recolha, sistematização e produção dos mapas, na qual ressalta a relação entre campo e gabinete e a importância da “geografia vivida”. Por fim, uma terceira dimensão ilumina as formas de constituição e sedimentação das redes oficiais do Estado que se sobrepuseram aos espaços vividos, já mapeados, e ocupados. A leitura dessas três dimensões busca recuperar a dinâmica histórica entre agentes coloniais e grupos africanos que parecem estáticos nos levantamentos geográficos e etnográficos realizados no início da colonização.

Nesse sentido, o interesse central desse trabalho é compreender como se deu o processo de produção cartográfica e apropriação do território meridional da Angola hodierna através de uma rede de atores individuais e coletivos, oficiais e extraoficiais, militares e civis. Dentro do período estudado, pode-se dividir o fazer cartográfico em três momentos: primeiro, em meados do século XVIII, uma cartografia iluminista que insere a porção meridional de Angola, especialmente o curso imaginado do Cunene, em um projeto de escala continental; segundo, em meados de 1850, um olhar geográfico prático, aguçado e empírico dos comerciantes e funcionários coloniais que atuaram *in loco*, mas que não atendem aos ditames científicos de fim do século XIX; terceiro, entre 1877 e 1890, o saber geográfico foi constituído a partir das explorações científicas e apoiado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, geralmente convertido em mapas topográficos de pequena escala e em descrições pouco profundas do território percorrido, mas de forte impacto internacional e na imprensa portuguesa e com vistas a pleitear uma expansão territorial diante dos demais impérios.

Por fim, importa ressaltar que compreender o mapeamento e demarcação geográfica desse território é fundamental para a história da África Austral, em especial para a gestão do território angolano, tendo em vista que é nesse momento histórico que se constitui a matriz a partir da qual se estruturou e delimitou geograficamente as fronteiras nacionais. Ou em outras palavras, porque Angola preserva, juntamente com todas as contradições inerentes, uma identidade territorial forjada em acordos coloniais e em levantamentos geográficos desse período.

A tese divide-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo é dedicado aos projetos de aproveitamento dos rios como estradas de escala continental, por parte do Império português. Discutiremos a eleição do rio Cunene como melhor trilha e os efeitos dessa decisão nas representações e imagens que se fizeram dele durante a segunda metade do século XVIII. O segundo capítulo trata dos mapas mentais, das descrições do território elaboradas pelos comerciantes do sertão e por funcionários coloniais enviados a Mossâmedes por volta de 1850 e

1875. Busca-se compreender a leitura do território que nem sempre passava pela elaboração de cartas geográficas. O terceiro capítulo enfoca na retomada do interesse geográfico português pelas colônias africanas impulsionado pela Sociedade de Geografia de Lisboa (1875). Discute-se a consolidação dessa instituição diante das instituições congêneres e da sociedade portuguesa e as suas teias na administração e ciência imperial. No último capítulo, retoma-se às expedições hidrográficas de fins do século XIX e relaciona-as com um novo projeto de aproveitamento do Cunene para a construção da fronteira sul de Angola e unidade territorial.

2 A INVENÇÃO DE UM “GRANDE RIO” CHAMADO CUNENE

2.1 Entre rios e mapas

A Nova História da Cartografia há muito tem mostrado que a neutralidade, a objetividade e a imparcialidade dos mapas são quimeras de geógrafos que não devem ser ingenuamente aceitas por historiadores da cartografia ⁴⁹. A definição proposta por John Harley e David Woodward, no prefácio da monumental *The history of cartography* é de que os “mapas são representações gráficas que facilitam a compreensão espacial de coisas, conceitos, condições processos ou eventos no mundo humano” ⁵⁰. Assim, sendo uma representação, não é espelho da própria realidade.

Jorge Luis Borges condensa os limites da representação cartográfica em um único parágrafo, quando trata de um império imaginado, em que a cartografia alcança o seu apogeu.

...Naquele império, a Arte da Cartografia alcançou tal perfeição que o mapa de uma única Província ocupava uma cidade inteira, e o mapa do Império uma Província inteira. Com o tempo, estes Mapas Desmedidos não bastaram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o Tamanho do Império e coincidia com ele ponto por ponto. Menos Dedicadas ao Estudo da Cartografia, as gerações seguintes decidiram que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade entregaram-no às Inclemências do sol e dos Invernos. Nos Desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas ⁵¹.

⁴⁹ O tom sarcástico se deve à obra de Harley. O autor em seus textos quase sempre demonstrou que os cartógrafos eram menos objetivos do que supunham. HARLEY, John B. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. México: FCE, 2005.

⁵⁰ Tradução livre: “Maps are graphic representations that facilitate a spatial understanding of things, concepts, conditions, processes, or events in the human world”. HARLEY, John; WOODWARD, David. *Op. Cit.* 1987, p. XVI.

⁵¹ BORGES, Jorge Luis “Sobre o Rigor na Ciência”. In: História Universal da Infâmia, trad. de José Bento, Assírio e Alvim, 1982, p.117

Borges encena o limite do cartógrafo ao representar o mundo à volta. Os cartógrafos da história de Borges fizeram um mapa tão completo e detalhado quanto o próprio espaço representado. A ideia de um mapa de escala de 1:1 não somente é um sonho impossível como é inútil. Nesse sentido, toda carta pressupõe um processo de redução e seleção do que se quer representar. A redução, ou escala, não é somente um artifício para transpor o território de um lado a outro, tornar manuseável e acessível um território tridimensional para uma imagem bidimensional do mapa, mas é também um artifício retórico que pode ser usado para dar a ver, destacar algo ao sobrepor diferentes escalas dentro de uma mesma carta. Então, para que serve o mapa se ele não é a correspondência fiel da realidade?

O papel do mapa é informar. Localizar determinado ponto de forma eficaz continua a ser o maior mérito de um mapa. Embebido de uma valoração científica, a carta geográfica deve ser transparente, quando a olhamos devemos acreditar e observar a própria natureza ali representada. Espera-se que as sinuosidades de um rio, seus ângulos, afluentes e cursos secundários, as saliências do terreno estejam todos lá, conforme as indicações geográficas. Entretanto, longe de ser apenas uma imagem da natureza que pode ser falsa ou verdadeira, ele é um texto e do mesmo modo que outros sistemas de signos não verbais também podem ser lidos, como o teatro, a música, etc.

A premissa de que o mapa deve ser uma janela transparente para o mundo está presente, pelo menos, desde a ilustração, quando se passa a vê-lo como uma ciência concreta. O primeiro levantamento topográfico de um país inteiro sob os princípios da ciência iluminista, a França, iniciado por Cassini, abriu uma nova perspectiva estratégica para o uso dos mapas pelos Estados para controlar a população, defender fronteiras e criar uma administração eficiente⁵². Entretanto, inúmeros trabalhos da Nova História da Cartografia têm mostrado o quanto o mapa é um texto e a cartografia é um artefato cultural, sujeito às interpretações da linguística, da história dos conceitos, da semiótica, dentre outros⁵³.

⁵² BROTON, Jerry. *Uma história do mundo em 12 mapas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.327

⁵³ HARLEY, J. B.; WOODWARD, David (org). *Op. Cit.*, 1987; HARLEY, J. B. *Op. Cit.*, 1989; WOOD, Denis; FELLS, John. *Op. Cit.*, 1986.

Dentro desta perspectiva, foram produzidos alguns trabalhos sérios acerca do levantamento topográfico e hidrográfico da colônia de Moçambique, para ficarmos apenas no caso do Império Português⁵⁴. Os artigos de Ana Roque deslocam a discussão cartográfica dos aspectos mais formais de sua confecção, do contexto do cartógrafo e das técnicas de que dispõe, para incorporar as dificuldades do trabalho de campo, de coleta das informações, da observação direta, pois o mapeamento do território contava desde já com reconhecimento do terreno, uma vez que era necessário identificar os recursos básicos para a própria sobrevivência da expedição, como a incidência de água, animais de caça, lenha, dentre outros⁵⁵.

A função do mapa continua a ser a melhor chave para entender os mapas históricos. Geralmente um mapa é produzido com múltiplas finalidades. Não é adequado, por exemplo, pensar que um mapa topográfico tenha sido produzido apenas para mostrar aspectos detalhados da paisagem. Os mapas topográficos geralmente tinham uma origem militar ou estatal e sobejavam de referências com importância estratégica. Entretanto, a identificação das funções do mapa é sempre precária ou incompleta e seus usos e apropriações são diversos, sobretudo, quando os mapas passam a ser encomendados e confeccionados por instituições estatais.

Ao pensarmos os mapas como “funções discursivas” que atuam descrevendo/construindo o mundo, devemos admitir que a proposição discursiva de um mapa não precisa ser aceita. Com efeito, a controvérsia é uma consequência verificada em muitos casos, gerando uma batalha de mapas, de representações. No fim, prevalece a maior força, sagra-se o mapa que conseguir mobilizar a maior quantidade de instrumentos,

⁵⁴ ROQUE, Ana Cristina. Cartografar fronteiras nos finais do século XIX: questões em torno da demarcação e delimitação da fronteira entre Moçambique e o Transvaal. In: *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2011; _____. Sources for the history of the southern border of Mozambique: Preliminary results of a project on the archives of the Portuguese Commission of Cartography. *Journal of Borderland Studies on African Borders*. Vol. 25 (2), 2010, pp. 77-93; ROQUE, Ana Cristina e FERRÃO, Lúcia. “Reconhecimentos Hidrográficos na Cartografia Portuguesa da Costa Centro e Sul de Moçambique no século XIX”, *Africana Studia*, nº 9, CEA – Universidade do Porto, 2007, pp. 187-204.

⁵⁵ ROQUE, Ana Cristina. O Sul de Moçambique na viragem do século XIX: território, exploração científica e desenvolvimento. *Africana Studia*, 17. Número especial Exploração Científica em África na Época Colonial, CEA, Universidade do Porto, 2012, pp. 103-112

pessoas, técnicas e formar uma rede mais sólida, mais capilar⁵⁶. Uma vez vencedor, o mapa aparece como um fato da natureza, e as hipóteses científicas se tornam fatos científicos. Denis Wood argumenta que os mapas dos Estados nacionais são produzidos para serem esse “fato da natureza”. Assentam-se em marcos duradouros como rios e montanhas e, por meio disso, seus planejadores escamoteiam a sua origem recente, a violência por trás da demarcação⁵⁷.

Pensamos que o mesmo argumento é válido para a construção de grande parte das fronteiras coloniais. No caso de Angola, a conjunção de três rios formaria a fronteira sul, o Cunene, o Cubango e o Zambeze. As representações desses rios foram se sedimentando pelo menos desde o final do século XVIII, por meio de camadas discursivas. Assim, buscaremos demonstrar como estas representações eram menos uma observação objetiva da natureza do que projeções de desígnios coloniais e comerciais. A tese que tentaremos defender daqui em diante está assente em duas hipóteses. A primeira é de que a representação desses rios na literatura da época, na cartografia e nas descrições dos viajantes são profundamente permeadas pelos interesses coloniais em voga. A segunda é de que a partir dessa pretendida neutralidade da cartografia, utilizou-se do mapeamento dos rios para se constituir territórios, traçar fronteiras coloniais, que eram sobrepostas à geopolítica africana preexistente. A “natureza dos rios”, então, era mobilizada para legitimar interesses políticos, e estava diretamente conectada aos horizontes de expectativa de cada momento.

Durante o período áureo das sociedades geográficas, entre 1870 e 1914, a cartografia aparecia então como um instrumento capaz de desvendar os segredos da natureza pela sua neutralidade. Com um método rigoroso e a relativa novidade de se marcar com precisão as longitudes, exploradores percorriam a África Central, tentando cobrir de tinta todos os espaços em branco de suas cartas geográficas⁵⁸. Outros, buscavam revisitar paragens já bem conhecidas e frequentadas para retificar as informações coligidas por sertanistas e outros *experts* do sertão, segundo os cânones da ciência moderna. Entretanto, longe de ser um mero reflexo de um determinado território, a cartografia foi limitada

⁵⁶ WOOD, Denis; FELS, John; KRYGIER. *Rethinking the power of maps*. New York; London: The Guilford Press, 2010. Pp. 1-11.

⁵⁷ Idem. *Ibidem*, p. 3.

⁵⁸ O problema das longitudes só foi satisfatoriamente resolvido no século XVIII por Cassini, que uniu de forma bem-sucedida a geografia e a astronomia, observando e medindo com precisão eventos celestes para determinar a distância entre dois pontos de leste e oeste. Ver: BROTTON, Jerry. *Op. Cit.*, 2008.

pela imaginação do cartógrafo, pela linguagem, pelas técnicas de projeção, pelos imprevistos de campo e por forças sociais.

Tudo isso se torna particularmente caro no mapeamento dos rios do sul de Angola, em que a observação dependia tanto das intermitências das águas, quanto da volatilidade das relações com os grupos locais.

Os efeitos que o Kalahari exercia sobre a hidrografia da África Austral era um absoluto mistério até boa parte do século XX. O Kalahari é um grande território árido formado pelas influências da corrente marítima de Benguela, semelhante ao deserto do Namibe. Entretanto, as chuvas são bastante irregulares ao longo de sua extensão, que em boa parte supera os 250 milímetros por ano. Nesse caso, o seu solo arenoso e a sua vastidão plana é que são determinantes para falta de água. O Cunene, ou “Grande rio” corria com força dos sertões do Bié para o Atlântico ou para o Índico? Se para o Atlântico, onde estava a sua foz? Como representá-la, se ora estava quase sem uma gota de água, ora se ramificava em infinitos veios que corriam até mesmo em direções opostas? O que era o curso principal, mololas ou apenas uma damba do relevo? Quais as reais possibilidades de exploração de suas águas e de sua terra firme? As questões a esse respeito foram tão duradouras que ainda na década de 30 do século passado, Carlos Roma Machado, defendia a tese de que em circunstâncias de grandes cheias, o Cunene alimentava o lago Etosha, na atual Namíbia, e que essa mesma zona de inundação chegava a ligá-lo ao Cubango, formando um grande pântano até a era recente ⁵⁹.

2.2 D’Anville, Dom Luís da Cunha e a busca por um rio continental

A determinação da foz e do curso do rio Cunene constituiu durante muito tempo um vívido problema geográfico, cuja resposta foi avidamente procurada por se achar que ele era um afluente do Zambeze e, como tal, capaz de facultar o acesso continental ao oceano Índico. Mesmo após a desqualificação dessa hipótese, o rio continuou a ser

⁵⁹ Carlos Roma Machado Maia era sócio da SGL e membro da Sociedade de Meteorologia e Geofísica de Portugal. Fez parte da missão luso-alemã juntamente com os engenheiros Thurner e Schubert em 1914. MAIA, Carlos Roma Machado de Faria e. A modificação geofísico da peneplanície do Ovampo ou a invasão do vale do Cunene e Cuamato-Cuanhama pelo deserto do Calaári. *A terra: revista portuguesa de geofísica*. Coimbra, Ano V, nº 23, 1936.

procurado por inúmeras questões estratégicas, as quais incluíam em meados do século XX a demarcação da fronteira meridional de Angola. Talvez, o Cunene tenha sido o curso de água da África Central que mais teve a sua representação transformada ao longo do tempo, em razão das expectativas, dos anseios, dos interesses e projetos a ele relacionados.

De acordo com o historiador seiscentista António de Oliveira Cadornega, as cabeceiras do Cunene foram alcançadas pela primeira vez pelos portugueses no primeiro quartel do século XVII, por Lopo Soares Lasso quando tentava estabelecer relações com o soba dos Mwillá. Em sua descrição de tudo quanto se sabia a respeito dessas recônditas paragens, Cadornega informa que “pelo sertão desta, ou destas províncias atravessa o rio Cunene, que quer dizer na língua da terra *rio Grande*; e não se sabe em que paragem da costa se mete em o mar, o que deve ser muito além do Cabo Negro, e da Costa descoberta de dezoito graus”⁶⁰. Assim como seus contemporâneos, Cadornega corretamente acreditava que o dito rio corria para o Atlântico e desaguava a sul do Cabo Negro. A teoria não se baseava na observação direta, seja pelo sertão, seja pela navegação de cabotagem, mas no significado do título nobiliárquico, ou extensão do reino a que Lopo Soares tentou estabelecer contato:

chegara a este caudaloso Rio Cuneni, e que da outra banda dele tinha suas terras e Senhorio um rei ou potentado por nome *Muzumbo a Calunga*, que quer dizer no seu idioma a *boca ou beijos do mar*; e este apelido era em razão de ter seu dilatado senhorio naquele tão espaçoso rio, que tem aquele, e a boca do mar pela grandeza que tem⁶¹

Conforme nos apresenta Carlos Estermann, o poderoso reino referido acima foi formado a partir das invasões dos imbangalas (ou bângalas), a que os portugueses chamavam de “jagas”, os quais, vindos do Norte, conquistaram grande parte do que hoje é a república de Angola. Em princípios do século XVII, um grupo importante dos imbanganlas estende sua força e conquista até as margens do Cunene, onde forma um grande estado ao longo da bacia desse rio⁶². De acordo

⁶⁰ CADORNEGA, António de Oliveira. *História geral das guerras de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972, vol.3, p.175.

⁶¹ Idem. *Ibidem*, p. 176.

⁶² ESTERMANN, Carlos. *Op.Cit.*, 1960, pp.27-30.

com Alberto da Costa e Silva, os imbangalas se caracterizavam pela energia bélica, sob chefias centralizadoras e errantes, expressos no próprio significado da raiz umbunda –*vangala*, que significa valente e vaguar por um território⁶³. A chegada de Lopo Soares Lasso na margem desse rio ocorreu pouco depois da expansão dos imbangalas aniquilar o reino de Matamam, forçando a migração dos Dâmara para sul do Cunene⁶⁴.

Relativamente fácil de alcançar, o curso do Cunene foi difícil de determinar. A despeito da teoria de Cadornega, não se sabia de forma precisa onde estava a foz do rio e qual a sua relação com outros grandes sistemas hídricos do interior. Ainda assim, o “Grande Rio” passou a ocupar um lugar estratégico no imaginário português, qual seja, o de estrada móvel para o reino do Monomotapa e a costa do Índico. O interesse pelas sinuosidades do Cunene foi um desdobramento de um plano de travessia gestado pelo diplomata português Dom Luís da Cunha enquanto este estava encarregado de estabelecer contatos com cartógrafos franceses para aperfeiçoar a técnica da cartografia portuguesa, entre eles Jean Baptiste Bourguignon D’Anville.

O projeto nascera, segundo escreveu Dom Luís da Cunha ao Cardeal da Cunha, durante as sofríveis crises de insônia que o acometia, as quais remediava pedindo aos seus criados que lessem textos, sobretudo, livros de viagens e de descobrimentos portugueses na África e da Ásia. Dentre eles há particular semelhança com a ideia do padre jesuíta Manuel Godinho, “Relação do Novo Caminho que fez por Terra e Mar vindo da Índia para Portugal”, de 1663. O padre estava mais interessado com os negócios da Índia e a comunicação entre as costas africanas apenas seria parte do caminho: “quem pretender fazer este caminho de Angola a Moçambique e daqui a Índia, atravessando o sertão da cafraria, deve demandar a sobredita lagoa Zachaf, e em a achando descer pelos rios aos nossos fortes de Tete e Sena; destes à barra de Quilimane; de Quilimane se vai por terra e por mar a Moçambique; de Moçambique em um mês a Goa”⁶⁵.

⁶³ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão*, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 420.

⁶⁴ ESTERMANN, Carlos. *Op. Cit.*, 1960, p. 29.

⁶⁵ A historiadora Júnia Furtado sugere que a omissão da fonte de inspiração por parte do diplomata português indica que não obstante esta conhecida referência, não foi ela a excitar sua imaginação. Para ela, o romance “The Life adventures and piraces of the famous captain Singleton”, do escritor Robinson Crusoe, e que conta história de naufragos na ilha de Madagascar que navegam pelo estreito que separa a ilha do continente e, logo depois, seguem por terra de Moçambique até Angola. Cf:

Dos avanços e investidas de que ele ouviu falar, e investigando a carta da África, pareceu-lhe que “no caso de se poder abrir o caminho de uma ou outra costa seria o comércio mais estendido, ficariam os estabelecimentos mais seguros pelos recíprocos socorros que se poderiam dar e se pouparia a perigosa navegação de dobrar o cabo da Boa Esperança para irmos a Sofala e rios de Sena”⁶⁶. Em síntese, a concretização do plano traria três benefícios ao Império português a um só tempo: impediria o avanço dos colonos flamengos instalados no Cabo, pouparia os navios lusos da perigosa travessia marítima do Cabo da Boa Esperança e reorientaria o comércio de ouro e marfim que abundavam no *hinterland* para a costa atlântica.

O “Projeto de um caminho para ligar estabelecimentos portugueses da África”, que contou com os préstimos de Jean Baptiste Bourguignon D’Anville, encontra-se nos apensos das famosas *Instruções políticas*, de 1736, sob o título de *carta de 1725*⁶⁷. Este plano foi elaborado segundo os cânones da geografia de gabinete de então e não contava com a observação direta por parte dos envolvidos. Ao contrário, cabia aos cartógrafos de gabinete a responsabilidade de transformar o conhecimento acumulado por meio da “geografia vivida”, da relação de missionários, de exploradores, de comerciantes em representações cartográficas que respeitassem as latitudes e longitudes, tanto quanto possível.

A seleção das informações, a crítica documental e o cotejamento de dados reunidos eram fundamentais nesse processo. Em mais de um momento a literatura especializada já demonstrou o processo de produção e de validação do saber cartográfico de gabinete elaborado por D’Anville⁶⁸. No que se refere as suas cartas, interessa-me investigar as

FURTADO, Junia Ferreira. o embaixador, o cartógrafo e o romancista e o projeto português de travessia da África: entre mapas, fronteiras e livros. In: *Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. 2015; GODINHO, Manuel. *Relação do Novo Caminho que fez por Terra e Mar vindo da Índia para Portugal no ano de 1663*. Lisboa: Typografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1842, p. 200.

⁶⁶ CUNHA, D. Luís da. Projecto de D. Luís da Cunha em carta que escreveu ao cardeal da Cunha. In: *Textos para a História da África Austral* (século XVIII). Lisboa: Alfa, 1989. p. 7.

⁶⁷ CUNHA, Dom Luís da. Carta de 1725. In: CUNHA, D. Luís da. *Instruções políticas*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp.375-378.

⁶⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012; FURTADO, Júnia. Entre Angola e

transformações na representação geográfica que compreende o curso do rio Cunene. É interessante notar que ao longo dos anos houve profundas alterações na representação do curso desse rio. Com base no traçado atual de que se dispõe graças ao mapeamento de satélite, não cabe discutir qual delas está mais correta. Ao contrário, o entendimento do processo histórico se torna tanto mais interessante à medida que se pode ler a carta geográfica como um índice de temporalidade, um estrato do tempo em que ficam marcados nos desenhos, os desejos, projeções e conflitos de determinado momento.

No tempo em que D'Anville fez suas cartas, os portugueses já haviam se estabelecido nos Rios de Sena e Tete. De lá, era possível seguir para o noroeste, através do rio Cheire, e alcançar o sul do lago Niassa. Enquanto que seguindo o rio Zambeze a jusante, tomava-se o sentido oeste, tendo como ponto máximo de penetração a feira do Zumbo⁶⁹.

Na costa ocidental, o avanço português havia se dado desde o século XVII pela foz do Cuanza, tomando o leito do rio como principal via de penetração para leste. Por meio dele, alcançaram um de seus tributários, o rio Lucala, onde atingiram os reinos de Matamba e Cassange, ambos muito próximos do rio Cuango. E como pelo rio Cuango pudesse seguir para sudeste, este seria uma importante via de penetração, se não fosse o embargo do reino de Cassange, que impediu o avanço português por cerca de 200 anos⁷⁰.

Em que pese o desconhecimento parcial dos cursos dos rios, Dom Luís da Cunha e D'Anville elaboraram o plano de viagem transcontinental ancorados em duas expedições que partiriam, a oriente do rio Zambeze e, a ocidente do rio Cuanza:

O caminho que se pode fazer da costa de Angola até quase a extremidade deste reino é, segundo parece, navegando o rio Cuanza, que se descarrega no mar ao sul e pouco distante de Luanda. Este rio, a que ainda não se descobriu o nascimento e corre do oriente para o poente, se

Moçambique: um projeto português de ligação terrestre entre as duas costas da África e suas fontes europeias e africanas: In PAIVA, Eduardo França e SANTOS, Vanicléia Silva (orgs.) *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012, pp. 83-115; RODRIGUES, Eugénia. *Op. Cit.*, 2007.

⁶⁹ SANTOS, Emília Madeira. *Op. Cit.* 1978, pp. 128-133.

⁷⁰ Idem. *Ibidem*, p. 135-136.

deve e pode subir sem dificuldade até Mambembe, cinquenta léguas pouco mais ou menos longe da costa tirando para leste, situação assaz favorável para traçar um caminho que vai diretamente encontrar-se com o que se pode empreender da parte oposta ⁷¹.

Infelizmente, a carta elaborada por D'Anville e que seguia em apenso ao projeto de Luís da Cunha de 1725 ainda não foi localizada, a despeito dos esforços de muitos pesquisadores. De acordo com a observação do embaixador o mapa era “o mais correto, de ponto mais largo, e mais compreensível para o nosso objetivo” ⁷². Desse modo, não se sabe como os rios apareciam representados nela e se D'Anville voltou a utilizar das mesmas escolhas na confecção das suas outras cartas. Apesar disso, é possível tomar algumas impressões acerca do que se pensava da hidrografia da África austral ao tempo do projeto de travessia. Para a historiadora Júnia Furtado, que fez uma análise minuciosa da memória anexa ao projeto, “Descriptivo Geographique de la partie de l’Afrique, qui est au sud de la ligne Equinoxiale”, existe uma íntima relação entre esta e 4 mapas manuscritos existentes na coleção de D'Anville da Abiblioteca Nacional de France e que, possivelmente, juntos formariam o mapa de 1725 ⁷³. A parte que compete a Angola, encontra-se na carta intitulada de “Royaumes de Loando, Congo, Angola, Benguela”, datada de 1730 (**mapa 1**) ⁷⁴.

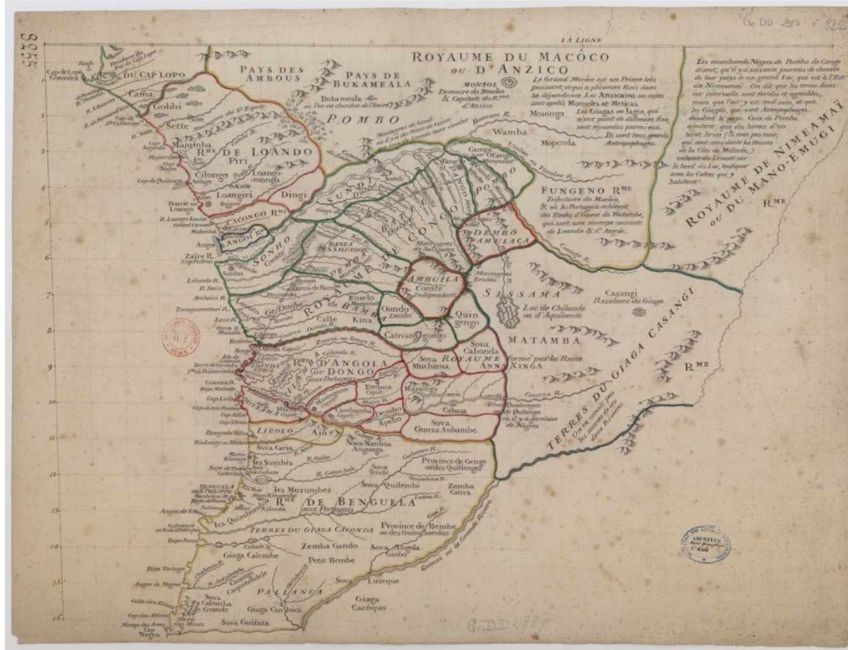
⁷¹ CUNHA, D. Luís da. Projecto de D. Luís da Cunha em carta que escreveu ao cardeal da Cunha. In: *Textos para a História da África Austral* (século XVIII). Lisboa: Alfa, 1989. p. 8.

⁷² CUNHA, Dom Luís da. Carta de 1725. In: CUNHA, D. Luís da. *Instruções políticas*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p.376.

⁷³ FURTADO, Júnia Ferreira. *Op.Cit.* 2015. p. 81.

⁷⁴ Apesar de endossar a teoria de Júnia Furtado, utilizar-me-ei da datação estampada no documento.

Mapa 1 - Reinos Loando, Congo, Angola e Benguela (1730)



Fonte: ANVILLE, Jean-Baptiste Bourguignon d'. *Royaumes de Loando, Congo, Angola, Benguela & C.* 1730. Galica. <ark:/12148/btv1b8595614f> (acessado em 14 de junho de 2017). Cota física: Bibliothèque nationale de France. département Cartes et plans. GE DD-2987 (8255).

A carta dos reinos de Loando, Congo, Angola e Benguela foi elaborada por D'Anville, possivelmente em 1725 e datada de 1730. Ao decompor o mapa se encontra inúmeras inscrições e códigos de representação. As inscrições estão em consonância com a cartografia da época que frequentemente complementava ou servia de índice para documentos escritos anexos, como foi o caso da memória que se juntou ao projeto de D. Luís da Cunha. Dentre elas, pode-se ler a toponímia (algo que irá perdurar nas cartas topográficas e militares da região), acerca da índole dos povos, indicações de comércio entre os reinos, origem e especialização de produtos africanos, indicações geográficas não grafadas, indicação de riquezas minerais, fontes de produtos de recolecção, sobretudo, o marfim. No que se refere ao rio Cunene, as inscrições indicam o limite do que se conhece a jusante. Nesse sentido, o mapa acima é invadido pela escrita. Um documento que apela tanto à leitura quanto ao olhar, que privilegia a legibilidade à visibilidade ⁷⁵.

De todas as inscrições que aparecem em um mapa, o título é provavelmente o que mais determina a percepção e limita a interpretação do documento. No título está descrito a região privilegiada e recortada do mapa e pode programar uma forma de lê-lo ⁷⁶. Nesse caso, o título revela que não há uma unidade territorial indivisível, como é a representação de territórios coloniais ou Estados nacionais, mas o território é composto de quatro reinos – Loango, Congo, Angola e Benguela –, que mantinham alguma relação com Portugal.

A toponímia adotada no mapa também é reveladora da sua posição e a quem se destina. D'Anville lança mão de nomenclaturas portuguesas para os marcos e acidentes geográficos menos por usar fontes lusitanas do que para conferir o direito de posse ao rei D. João V, haja vista a copiosa relação de mapas e textos flamengos de que ele dispôs ⁷⁷.

Os códigos de representação, por sua vez, também estão distribuídos pela carta. Em primeiro plano está a divisão dos reinos, cuja importância é revelada pelo título do mapa. Esta delimitação é assegurada pelo suporte de linhas coloridas. Dentro deles, estão sobrados e outros potentados, todos circunscritos por linhas pontilhadas.

⁷⁵ Uma interessante análise histórica da cartografia invadida pelo texto pode ser encontrada em JACOB, Christian. *The Sovereign Map: Theoretical Approaches in Cartography Throughout History*, Chicago: University of Chicago Press, 2006, pp. 190-193.

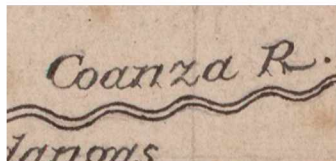
⁷⁶ Idem. *Ibidem.*, 193.

⁷⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. *Op. Cit.* 2012.

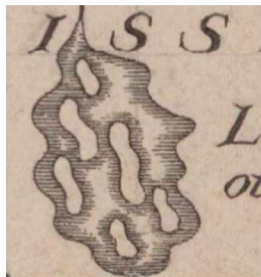
Essa divisão cristaliza a espacialização política do território de acordo com a visão dos portugueses das estruturas de poder africanas, delimitando fronteiras sobre uma realidade fluida. Além disso a divisão por reinos reforça a suposição de que os sistemas políticos europeus eram universais.

Do ponto de vista físico do terreno, estão informados os rios (figura 2, A), as lagoas (figura 2, B), as montanhas (figura 2, C), os bosques (figura 2, D). No que se refere aos poderes políticos constituídos no espaço, D'Anville faz representar as fortalezas e capitânicas portuguesas (figura 2, E), as principais sedes africanas (figura 2, F) e os núcleos coloniais de povoamento (Figuras 2, G). Os códigos clamam por uma linguagem visual partilhada com o leitor, por uma série de equivalências entre os símbolos gráficos e a linguagem ordinária, pois o mapa não conta com um suporte de legendas. Em alguns casos, a legenda emerge dentro do próprio mapa através do texto escrito, acompanhando o símbolo equivalente em ao menos um momento. É possível perceber que os códigos de representação foram largamente utilizados em pontos em que sobejam informações, ao passo que a explicação acompanha os símbolos nos territórios em branco, o que indica uma estratégia do cartógrafo de facilitar a leitura.

Figura 2 - Convenções e códigos de representação empregados por D'Anville (1730).



A. Rios



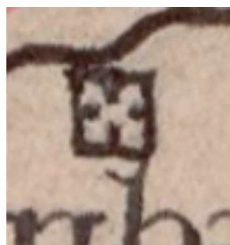
B. Lagoas



C. Montanhas



D. Bosques



E. Capitánias



F. Sedes africanas



G. Núcleos de povoamento coloniais

No que se refere aos caminhos, há duas linhas de penetração representadas. A primeira, terrestre, segue desde Luanda, no litoral, em sentido nordeste, passando por “Bombi”, Banza de Bamba”, “Banza São Salvador”, “Banza de Batta”, até que, por fim, estacionava nas margens do rio Cuango, representado como continuação do Zaire. Já a segunda, fluvial, segue da foz do rio Cuanza, imediatamente ao sul de Luanda, em sentido leste até que, na altura de “Muchima”, bifurca-se em sentido nordeste pelo rio Lucala até “Embaca”, e em sentido leste até “Cabasa”. As duas linhas de penetração especializadas produzem um discurso favorável ao estabelecimento do caminho continental para os Rios de Sena. Elas indicam um caminho contínuo e já dominado, omitindo a sua fragilidade.

Os principais rios são representados por duas linhas, cuja proximidade ou distância indicam o volume de água e largura de cada ponto, enquanto que os afluentes e riachos são desenhados com um único traço. A proporção e escala do seu leito não correspondem à escala da carta, mas servem para atribuir importância ao curso d’água. Assim, dentre os rios representados, pode-se traçar a seguinte hierarquia de importância: em primeiro o Zaire, em seguida o Cuanza e por último o Cunene.

Quando se segue os principais rios a jusante, verifica-se que o Zaire e o Cuanza estão representados continuamente, até onde D’Anville acredita ser as suas cabeceiras. Já o rio Cunene está representado em apenas um seguimento, correspondente ao seu curso médio. O trecho vai desde o encontro das águas deste com o rio “Cubonze”, no paralelo 16° S até as montanhas das terras do Jaga de “Cassangi”, no paralelo 10° S. A linha que confina o reino de Benguela ao sul sugere que o rio desagua no Cabo Negro, haja vista que o Cunene também forma a fronteira oriental do reino nessa representação. A representação do cartógrafo coincide com o fato do Cunene ser preterido como a rota de penetração para a contra costa. Isso decorre do fato dele não possuir início nem fim representados.

Anos depois, em 1732, D’Anville revisitou a sua carta, introduzindo significativas modificações (**mapa2**). O mapa de 1725 fora apreciado pela Academia Real de Ciências de Paris ainda no mesmo ano e marca o início da produção de mapas modernos por D’Anville ⁷⁸. Entretanto, D. Luís da Cunha tornou a municiar o

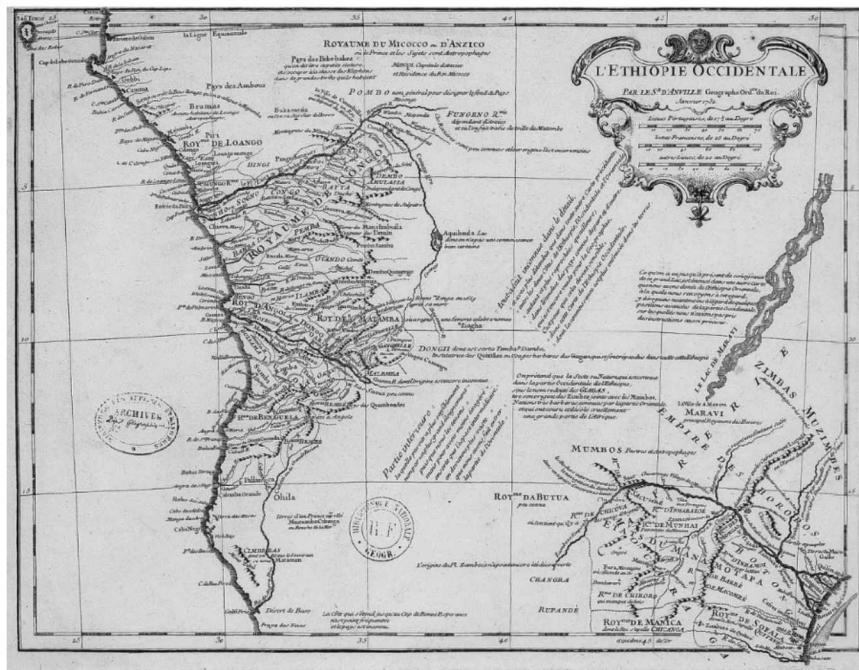
⁷⁸ Avelino Teixeira Mota supõe que as alterações tenham sido inspiradas em alguma “carta portuguesa hoje desconhecida”. No entanto, para Júnia Furtado a modificação é fruto de um novo conjunto de fontes e do convívio D’Anville com D. Luís da

cartógrafo de documentos e informações após assumir funções diplomáticas em Haia, onde estava incumbido de negociar com os holandeses sobre questões relativas à costa Atlântica do continente africano⁷⁹.

Cunha. Ver: MOTA, Avelino Teixeira da. *Os portugueses e a cartografia da África central (1550-1800)*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1963, p. 16; FURTADO, Júnia Ferreira. *Op. Cit.* 2012.

⁷⁹ FURTADO, Júnia Ferreira. *Op.Cit.* 2014.

Mapa 2 – Etiópia Ocidental (1732)



Fonte: ANVILLE, Jean-Baptiste Bourguignon d'. Galica. <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b77595452/f1>> , (acessado em 20 de julho de 2017). Cota física: Bibliothèque nationale de France, département Cartes et plans, CPL GE DD-2987 (8251).

A l'Ethiopie Occidental de 1732 corrigia os cálculos sobre a distância que ainda faltava perscrutar entre as duas costas (160 léguas); simplificava os sistemas de signos e códigos ao omitir sítios portuários, salinas, fortalezas e residências reais; abandonava as inúmeras divisões políticas em favor apenas da toponímia; apresentava em linhas pontilhadas os caminhos terrestres que se conhecia; e alterava profundamente o traçado dos rios⁸⁰.

O lago “Aquilunda” que na primeira carta aparecia como sendo a fonte do rio Berbela, afluente do Zaire, agora aparecia como uma vasta planície inundada no meio do curso do rio Cuango. Já as cabeceiras e a foz do Cuanza, que se encontravam praticamente no mesmo paralelo, a 9º de L. Sul na primeira carta, sendo que a nascente era representada um pouco mais a Norte do que a foz, aparecia na nova carta com 3º de diferença entre as nascentes (12º L. Sul) e a foz (9º L. Sul), ou seja, o rio deixava de correr na direção Oeste Leste, para seguir na direção Sudeste. Com efeito, a alteração mais significativa ocorreu na representação do rio Cunene, como se pode ver nos extratos abaixo (**figura 3**):

⁸⁰ SANTOS, Maria Emília Madeira. *Op.Cit.* 1978, p.145.

Figura 3 - Comparação do curso do rio Cunene entre as cartas Royaume de Loando, Congo, Angola, Benguela [1725] e l'Ethiopie Occidentale [1732].



Trecho da carta de D'Anville de 1725.



Trecho da carta de D'Anville de 1732.

A começar pela foz, na carta l'Ethiopie Occidental, de 1732, D'Anville abandona a linha divisória sul do reino de Benguela que insinuava o traçado do Cunene até desaguar em Cabo Negro. Na nova carta, o “Grande Rio” segue muito mais para o sul, até “Golfo Frio” (Cabo Frio). Entretanto, essa posição logo seria preterida e o cartógrafo novamente utilizaria Cabo Negro como a barra do rio ⁸¹. Outra significativa alteração está na determinação da nascente do rio. Se no mapa de 1725 as cabeceiras eram indicadas como desconhecidas, no de 1732 as suas origens estavam representadas junto à linha de montanhas do Bembe. Juntas, as duas alterações davam um sentido norte-sul ao rio, ao invés da linha anterior em sentido sudoeste. Para Avelino Teixeira da Mota, o mapa de 1732 redefiniu o curso “dando já corretamente as origens e a foz do Cunene” ⁸², o que não é correto, haja vista que a foz está no Cabo Ruy de Perez, situado um grau acima do local apontado por D'Anville.

Essa distorção fazia do Cunene um rio norte-sul de pouca valia para o plano de interiorização, predominando o Cuanza nos planos de interiorização. Porém, é correto afirmar que de uma representação a outra o “Grande Rio” cresceu. E cresceria ainda mais na representação cartográfica e no imaginário português conforme se delineavam as estratégias e planos de ligação das duas costas.

É interessante destacar a importância atribuída pelo geógrafo e demais interessados na cartografia aos rios africanos como vetores de interiorização e possíveis liames territoriais entre as duas zonas de influência portuguesa. O que se observará adiante é que esta expectativa europeia nem sempre era atendida em solo africano e que os fatores que colaboravam ou não para um deslocamento intra-africano ia muito além das sinuosidades e da navegabilidade de um curso d'água: resultava da colaboração ou não dos diferentes povos, da salubridade, da capacidade de defesa a ataques de animais selvagens, da resistência a doenças tropicais, dentre outros. Ou seja, da competência de montar uma “rede” forte o suficiente para suportar a empreitada.

Nesse sentido, ancoro-me aqui na perspectiva de Bruno Latour, que entende a tecnociência como uma operação coletiva e de múltiplos

⁸¹ Ver a carta elaborada por D'Anville em 1749, bem como o mapa hidrográfico que seguia com Lacerda e Almeida em 1798. ANNVILLE, Jean-Baptiste Bourguignon d'. *Afrique*. Paris: s.n, 1749. In: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53053165w/f1.item.r=Afrique%20D'annville>. Cota física: BNF, Département Cartes et Plans, GE DD-2987 (7779 B); MÚRIAS, Manuel. *Travessia da África*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1936.

⁸² MOTA, Avelino Teixeira da. *Op. Cit.* 1963, p. 16.

ramos e conexões e, portanto, sua história é “em grande parte, a história de todas as pequenas invenções feitas ao longo da rede para acelerar a mobilidade dos traçados ou para aumentar a fidedignidade, a combinação e a coesão deles, de tal modo que a ação à distância se torne possível”⁸³. No caso do mapeamento do território africano pela observação direta, isto significava contar com o desenvolvimento de instrumentos europeus especialmente criados para as expedições e o desenvolvimento do saber cartográfico *in loco*, como o sextante, termômetros, cronômetros, ou, em alguns casos, barcos desmontáveis e quinino. Ao mesmo tempo, a história dessa rede não pode ignorar a forte dependência face aos recursos e saberes africanos, sem os quais todo o planejamento seria em vão.

A indicação de Dom Luís da Cunha de usar o Cuanza como rota foi seguida pelo seu sobrinho, Dom Antônio Álvares da Cunha, então governador geral de Angola. No ano de 1755, ele deu ordens ao sargento mor do distrito de Dande, Manuel Correia Leitão, para navegar o Cuanza até o poderoso Estado de Cassange, sito às margens do rio Cuango, em cuja margem devia examinar “com toda a atenção, a sua largura, fundo, qualidade da água, árvores que tem; e que casta de gente habita as margens dele”. Analisadas as condições do terreno, Correia Leitão devia ainda verificar os costumes e forma de governo dos povos além Cuango, se eram guerreiros, se usavam panos e fazendas portuguesas, ou roupas que viessem da contra costa⁸⁴. Dito de outro modo, o governador geral de Angola estava interessado em saber se o rei de Cassange possuía relações com a costa oriental do continente e se barrava o avanço do comércio luso-africano da costa angolana para assegurar a sua reserva de escravizados e controlar o infame comércio. A feira de Cassange constituía o ponto mais profundo frequentado por sertanejos e por isso fora escolhida para a primeira missão de reconhecimento.

No caso do trilho do Cuanza, a travessia continental colidia diretamente com os interesses do Jaga de Cassange, cujo reino formava uma verdadeira barreira, desempenhando o papel de mediador ou intermediário entre os comerciantes de Angola e o reino da Lunda. Conforme as instruções, Manuel Correia Leitão explica no relatório de

⁸³ LATOUR, Bruno. *Op. Cit.* 2010, p. 415.

⁸⁴ LEITÃO, Manuel Correia. Viagem que eu, sargento-mor dos moradores do distrito do Dande, fiz às remotas partes de Caçanje e Olos, no ano de 1755 até ao seguinte de 1756. In: *Textos para a História da África Austral* (século XVIII). Lisboa: Alfa, 1989, pp. 16-17.

viagem a dificuldade de adentrar as terras de Cassange, pois “este grande caçonge, impedem todos que em caso nenhum tenham os portugueses trato ou comércio com os poderosos e muito potentados de além do rio; pena de vida e de geração vendida aos seus vassallos que mostrarem tal caminho”⁸⁵. Ainda assim, obteve informações inéditas das terras além Cuango, trazendo referências do império da Lunda do Muatiânvua e observando que a bacia do Zaire era muito maior do que se imaginava.

Assim, o Cuanza terminou por ser preterido nas explorações posteriores por causa da resistência do reino de Cassange, o que indica que apenas as condições ditas naturais do rio não eram suficientes para o êxito dos caminhos no interior da África. Havia sempre que se levar em conta a disposição, a boa ou má vontade dos poderes africanos em colaborar ou resistir segundo os seus interesses próprios às iniciativas lusitanas. Em outros termos, ainda que se pretendesse mudar o modal de circulação, os africanos permaneciam senhores dos caminhos.

A observação *in loco* corrigia algumas distorções do projeto de gabinete de D’Anville e D. Luís da Cunha no que concernia à prática de viagem. Porém, o governo português não abriu mão dessa visão de natureza que instrumentalizava os rios em caminhos ou estradas naturais e concluiu que a travessia continental teria de ocorrer em latitudes mais meridionais, portanto, mais próximas da latitude do rio Zambeze⁸⁶.

Outra iniciativa foi tomada pelo governador geral de Angola, Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, que entre 1773 e 1775 concebeu um projeto de travessia, visando simultaneamente a descoberta geográfica e o desenvolvimento econômico da colônia. O plano de conquista do interior incluía a progressiva ocupação não militar do território ao sul de Benguela através da formação de um batalhão de artilharia em Caconde, bem como da introdução de casais de diferentes ofícios vindos das ilhas e algures, bem como de casais pobres do Brasil⁸⁷.

O esforço de Inocêncio de Sousa Coutinho não é parte apenas de uma “política de governadores” em que a iniciativa individual

⁸⁵ COUTINHO, D. Francisco Inocêncio de Sousa. Memórias do reino de Angola. E suas conquistas, escritas em Lisboa nos anos de 1773 e 1775. In: *Textos para a História da África Austral* (século XVIII). Lisboa: Alfa, 1989., p. 20.

⁸⁶ RODRIGUES, Eugênia. *Op. Cit.* 2012, p. 92.

⁸⁷ Inocêncio Coutinho foi o responsável pela transferência do presidio de Caconda. Nomeou capitães mores para criar novas povoações no interior e para lá conduzir “vagabundos e desertores”. COUTINHO, D. Francisco Inocêncio de Sousa. *Op. Cit.* pp.35-36.

transforma a política de ocupação do território, mas se insere no contexto de globalização do Império português. Não obstante a descontinuidade do território de um império politicamente plural e territorialmente descontínuo, por volta da segunda metade do século XVIII, a Coroa portuguesa inicia um programa global de remodelação do império sob a batuta do Marquês de Pombal.

O plano de travessia continental, consubstanciado por D. Luís da Cunha era uma importante peça para a inserção de Angola na dinâmica de complementariedade internacional almejada. Esta colônia, que até então era vista apenas como reserva de braços a alimentar o infame trato de escravizados, torna-se alvo de uma economia dinâmica, integrada tanto com o Atlântico, quanto com o Índico. Para a inserção de Angola nesse projeto, devia-se construir e ocupar um território para além da linha de fortes da costa e do Cuanza. A conquista do território de Angola iniciada por Dom Álvares da Cunha (1753-1758) e fortemente implementada por Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764-1772), assentava-se não somente na prática de ocupar o território, mas na sua apropriação intelectual, feita através das descrições geográficas, quantitativas ou textuais, notadamente, de relatos de viagens⁸⁸.

Nesse sentido, o projeto de estabelecer um caminho terrestre entre as duas costas fazia parte de uma visão global do império, no qual circulariam mais facilmente produtos, pessoas e ideias de lugares tão distantes quanto a China, Índia, Moçambique e Angola e Península Ibérica.

Ao sul do Cuanza, o governador Inocêncio Coutinho fundou um posto mais avançado na Huíla, em 1768, cuja povoação de brancos era chamada de Alva Nova em seu tempo, mas que não chegaria ao alvorecer do século XIX⁸⁹. O Governador Geral justificava a interiorização no planalto da Huíla pelas condições ambientais e climáticas semelhantes a Portugal: “Quase todas as províncias são tão sadias como as da Europa; são cortadas de muitos rios, jamais lhe faltam as chuvas nas estações próprias; tem as mesmas geadas, granizos e

⁸⁸ Acerca da nova política imperial e o lugar de Angola nela, conferir: DIAS, José Sebastião da Silva. *Pombalismo e projecto político*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade de Lisboa, 1984; S SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo polido para Angola: reconfigurar dispositivos de domínio (1750-1800)*. 2005. 638 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.

⁸⁹ ESTERMANN, Carlos. *Op.Cit.*. 1960, p. 34; OLIVEIRA, Antônio Augusto de. Primeiras explorações no sul de Angola. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional. 7ª série, nº7, 1887, p. 416-420.

nublados de Portugal; produzem trigo e todas as mais plantas e hortaliças daquele reino”⁹⁰.

Parece razoável afirmar que o plano de Inocêncio Coutinho, ao criar as povoações nos sertões de Angola, visava criar uma interdependência entre a ação da Coroa e as ações individuais de particulares. O poder central, a Coroa, não era capaz de executar sozinha o plano de expansão territorial da travessia. Havia que mobilizar e assentar colonos, que, semeados ao longo do território, mais ou menos fragmentados, mais ou menos isolados, teriam a administração portuguesa como ponto de coesão. No entanto, os colonos nem sempre agiam conforme os interesses da administração portuguesa, pois a falta de recursos era uma constante na vida dos colonos enviados, de modo que ingressavam em outras atividades que não requeressem inversão de capitais, como comércio de pequena monta ou o tráfico de escravizados.

A partir daí estavam lançadas as bases para a interiorização da presença portuguesa ao sul de Benguela. E o rio Cunene passava a ser visto como o melhor caminho para comunicar as duas costas, a rota privilegiada para desenvolver o comércio do marfim e dos escravos, mas também para atrair o ouro do Monomotapa, pois ele estava certo de que “todas as províncias que ficaram na altura de 14º até 18º serão as que abreviam o caminho que resta a descobrir”⁹¹.

Os benefícios da eleição do Cunene em detrimento do rio Cuanza são descritos da seguinte forma por Inocêncio Coutinho:

Como em ambas as margens do Cuanza são mais mansos os povos e mais costumados ao comércio, carregam de ordinário os negociantes toda a sua fazenda para esta parte; e sucede que retardam as vendas pelo nímio concurso, ao mesmo tempo que alongam o caminho que deve abrir-se para o rico e abundante comércio; pelo contrário, dividindo-se os estabelecimentos para a parte do rio Cunene, que fica ao sul do dito Cuanza, se conseguem os fins necessários⁹².

⁹⁰ OLIVEIRA, Antônio Augusto de. Primeiras explorações no sul de Angola. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional. 7º série, nº7, 1887, p. 417-420.

⁹¹ COUTINHO, D. Francisco Inocêncio de Sousa. *Op.Cit.*, p. 48.

⁹² Idem. *Ibidem*. p. 41.

As instruções acima se dirigiam ao novo governador de Benguela, já que a outra opção que passou a ser aventada foi seguir o leito do rio Cunene, também chamado de Grande Rio, até suas cabeceiras, posto que desconhecemos quer sua nascente, quer sua foz. Com efeito, a foz do rio Cunene não era inteiramente desconhecida dos portugueses, mas alguns fatores impediam a sua circunscrição geográfica. O primeiro era de ordem física e dizia respeito ao fechamento da embocadura do rio durante os meses de estiagem em decorrência da ação de dunas móveis do deserto do Namibe. O segundo ocorria por causa da expectativa que se tinha face ao volume de água do Cunene, que de modo algum permitia associar a sua foz ao limitado fio de água que despejava naquele ponto do Atlântico, achando que devia se tratar de um rio de menor dimensão.

2.3 Expedições ao sul de Benguela

Ainda em 1785, o então governador-geral de Angola, Barão de Mossâmedes, ordenou uma panóplia de missões exploratórias com o fito de demarcar a foz do rio Cunene e de investigar as possibilidades de penetrar no interior através dessa linha fluvial. A primeira expedição devia explorar a costa desde Benguela até o Cabo Negro e estava sob os encargos do tenente coronel de engenheiros, Luiz Cândido Pinheiro Furtado, e do capitão tenente, Antonio José Valente. Por sua vez, uma expedição terrestre comandada pelo sargento mor, Gregório José Mendes, devia explorar o interior do país. Entrementes, uma última expedição militar, cujo comando foi dado a António José da Costa, deveria castigar os sobas rebelados no sertão de Benguela e marchar para o Cunene. Nesse sentido, a tríplice expedição compreenderia uma ação marítima que buscava determinar os melhores portos a sul de Benguela; uma comercial e terrestre; e outra militar e punitiva.

De acordo com as instruções escritas pelo Barão de Mossâmedes em 20 de maio de 1785, destinadas às tropas terrestres, fazia-se necessário seguir a corrente principal do rio, ignorando as ribeiras e riachos que corresse para norte, até que se encontrasse a foz do rio⁹³.

⁹³ 1785, Maio, 20. Luanda. Ordem do Barão de Moçâmedes para a tropa transportada na fragata Luanda que se destina à exploração dos sertões de Benguela, foz do rio Cunene e altura do Cabo Negro. AHU, códice 1642, ff. 54-61v. In: VIEIRA, Carla da Costa. *Os portugueses e a travessia do continente africano: projetos e viagens (1755-1814)* anexos. [mestrado em história dos descobrimentos e expansão]. Lisboa: 2006, p. 84.

As instruções foram elaboradas a partir do conhecimento dos “práticos do sertão”, como era de praxe, mas com o intuito de superá-las e retificá-las através do olhar e medição do cartógrafo das luzes⁹⁴. O conjunto de informações tornava ainda mais contraditório o curso do rio Cunene. Este rio que corria pelo deserto parecia, cada vez mais, não passar de uma miragem, pois, conforme as orientações do Barão, os sertanistas estavam persuadidos de que o Grande Rio, ao sul do Cabo Negro, tornava a seguir para o Oeste e corria para a contra costa “enquanto pelas cartas inglesas, e francesas, se acha sua foz, quase em meia distância entre o Cabo Negro, e o da Boa Esperança”⁹⁵.

Ainda assim, importava estabelecer uma rota de escoamento do comércio sertanejo, pois

tendo as suas fontes junto da antiga corte de Kabaça, residência do rei de Angola, e destruída pelo Governador Paulo Dias de Novaes, que navegando pelo rio Quanza chegou ao sertão, que ele quisera fechar, lançando uma linha de comunicação do Quanza ao Cunene aonde estabelecemos uma boa feira, ou ainda o mesmo presidio de Nova Caconda, ou outro qualquer dos inúteis deste distrito, por estarem muito reconcentrados, não merecendo a S. Mag.^o a despesa da manutenção, sem o objeto do negócio na costa do mar, ou de facilita-lo com a navegação de algum rio notável por onde os efeitos do país se exportem.⁹⁶

No trecho acima, o Barão de Mossâmedes expõe a sua opinião acerca da pertinência dos caminhos fluviais. Comenta a inutilidade e até o dispêndio de construir e manter uma rede de fortes e feiras no interior

⁹⁴ O termo “prático do sertão” foi usado pelo cartógrafo Pinheiro Furtado ao se referir às indicações que recebera. Já o Barão de Mossâmedes, denomina-os simplesmente por “sertanistas”. Ver: FURTADO, Luiz Candido Pinheiro. Carta 9. Documentos. In: OLIVEIRA, Antônio Augusto de. Primeiras explorações no sul de Angola. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional. 7ª série, nº7, 1887, p. 428; 1785, Maio, 20. Luanda. Ordem do Barão de Moçâmedes para a tropa transportada na fragata Luanda que se destina à exploração dos sertões de Benguela, foz do rio Cunene e altura do Cabo Negro. **AHU**, códice 1642, ff. 54-61v. In: VIEIRA, Carla da Costa, *Op. Cit.*, p. 83.

⁹⁵ Idem. *Ibidem*.

⁹⁶ Idem. *Ibidem*. p. 84.

da África não havendo uma malha hídrica e ligação marítima que possa incrementar o comércio no sul de Angola.

2.3.1 Pinheiro Furtado e a “Carta Geographica da Costa Occidental da Africa”

A primeira expedição a se por em curso foi a de Luís Cândido Pinheiro Furtado e José Valente. Eles deveriam navegar de Benguela a Cabo Negro, para traçar as feições da costa, observar os melhores portos e enseadas e fazer medições hidrográficas. As impressões de Pinheiro Furtado indicaram grande dificuldade em vencer a corrente de Benguela, por segui-la em sentido contrário. Ao longo da viagem, Furtado fez marcações marítimas que foram incorporadas à “Carta Geographica da Costa Occidental da Africa” (**mapa 3**).

Mapa 3 - “Carta Geographica da Costa Occidental da Africa” (1790).



Fonte: “Carta Geographica da Costa Occidental da Africa” (1790). FURTADO, Luís Cândido Pinheiro. Disponível em: <http://www.exercito.pt/sites/BibleX/PublishingImages/Biblioteca_Digital/die.JPG>, (acessado em 20 de agosto de 2017).

A Carta do tenente-coronel, Pinheiro Furtado, pela primeira vez, consubstanciava o território de Angola. A representação cartográfica cedia uma unidade territorial, homogênea e coerente que só poderia haver no papel. No papel, criou-se um território contínuo e limitado sobre um espaço descontínuo e ilimitado. A dissolução das fronteiras africanas existentes na carta de D'Anville (1730) conferia um domínio cultural do território a Portugal, que então era o único elemento de coesão territorial representado desde o Zaire ao Cabo Negro.

Para criar a primeira carta geral de Angola, Pinheiro Furtado coligiu tudo quanto havia da tradição iluminista da geografia de gabinete e teve a oportunidade de cotejá-la com as inéditas informações colhidas *in loco* pelas expedições enviadas pelo barão de Mossâmedes.

Em carta enviada pelo barão de Mossâmedes a Seabra da Silva, em 15 de julho de 1786, o barão remetia a carta de Pinheiro Furtado:

Pelo mesmo faço a V. Ex. os meus amantes cortejos, e remeto num canudo de folha, o produto das minhas indagações sertanistas, que Luís Cardoso tem reduzido a carta; e suposto termos feito toda a diligência por corrigi-la, não respondo pela inteira exaço, pois que para isto deviam vir geógrafos, e tirar-nos da dependência das luzes dos estrangeiros que formaram os mapas pelas notícias de Batel. Posso segurar a V. ser este plano o mais chegado à verdade que lá se tem visto, por ser traçado à vista das cartas de D'Anville e da História Geral das Viagens, com muitas conferências dos conhecedores da costa e prática do negócio do sertão e indagações peculiares, desesperando-me infinito as crassas ignorâncias destes sertanejos⁹⁷.

A missiva acima é bastante elucidativa acerca do processo de confecção da carta geral de Angola. Ela é feita coletivamente através de uma rede, por meio da qual circulam as informações e os conhecimentos

⁹⁷ Carta enviada pelo Barão de Mossâmedes a Seabra da Silva em 15 de julho de 1786. In: DIAS, Gastão de Sousa. *Op. Cit.*, 1937, pp. 73-74.

do território. Coube ao barão de Mossâmedes indagar os sertanistas e reunir material. O cartógrafo, Pinheiro Furtado, ocupa um lugar privilegiado nessa rede, mas é certo que não é o único produtor do mapa. Com a formação de engenheiro militar, ele ocupa dois papéis que nem sempre eram desempenhados pelo mesmo indivíduo. Primeiro, o de explorador *in loco*, manejando objetos próprios à observação e à triangulação do território, como a prancheta circular moderna, o relógio e a bússola, a corda, o diário de navegação, dentre outros. Uma vez esboçado em um borrão, o registro era passado a limpo pelo próprio engenheiro ou por um *engenheiro desenhador* e, então, ao levantamento de campo, precedia-se o trabalho de gabinete. Este, por sua vez, necessitava de outros instrumentos, como o *estojo de matemática*, *estojo de desenho*, o *papel* e a *mesa*⁹⁸. Ainda no gabinete, fazia-se necessário empregar um conjunto de signos e códigos que simbolizassem as informações coligidas e criassem uma comunidade de sentido partilhada.

Do campo ao gabinete. Do saber prático do sertanista à sala do cartógrafo, as informações percorrem um longo caminho e passam por um processo de tradução e traição, até serem representadas cartograficamente.

A carta é uma composição na qual se sobrepõem diferentes fontes de informação, tais como: cartas geográficas francesas de D'Anville e do atlas, "História geral das viagens"; as narrativas de viajantes estrangeiros, como as notícias de Andrew Battell em "Aventuras extraordinárias"; e o testemunho dos práticos e sertanistas. Esta última fonte é, aparentemente, desprezada, graças, segundo o barão de Mossâmedes, às "crassas ignorâncias destes sertanejos".

A partir desse conjunto de referências, Pinheiro Furtado emprega seus interesses e imprime sua subjetividade. A escolha de qual informação reproduzir, em última análise, fica a critério do autor, ainda que ele almeje uma pretensa transparência face à realidade. Assim, o autor do mapa privilegia a grafia do território indicada pelas expedições terrestres de Gregório José Mendes e de Antonio José da Costa, tais como os "mucurocas", "mucuanhangues" e "modombes".

A caracterização dos povos feita com inscrições no interior do mapa evidencia um juízo de valor, além das potencialidades do território. Os "Cubae", ao sul de Angra do Negro, são representados

⁹⁸ A descrição dos instrumentos e suas finalidades do engenheiro militar do século XVIII pode ser encontrada na obra de Beatriz Bueno. Ver: BUENO, Piccolotto Siqueira. *Op. Cit.* 2011, pp. 101-124.

como “povos selvagens indômitos. Vagabundos e muito raros”. Já os “Mucubundos” são caracterizados como “povos bárbaros, de vida vagabunda e pastoral”. Apesar do olhar eurocêntrico do cartógrafo, as inscrições fornecem informações importantes acerca da organização sócio espacial dos poderes africanos, da distribuição demográfica ao sul de Benguela, circunscreve o território majoritariamente ocupado por cada etnia sem traçar fronteiras fixas e aponta a principal atividade de cada grupo.

A toponímia também revela a subjetividade e as escolhas do autor. É o caso, por exemplo, do rio Bero, que foi cognominado de rio das Mortes no mapa de Pinheiro Furtado, em homenagem ao tenente José de Sousa e Sepúlveda, ao cirurgião Francisco Bernardes e a mais dois marinheiros que foram mortos enquanto tentavam negociar em proveito próprio com as populações das margens deste rio⁹⁹. A Angra do Negro, principal objeto de investigação da expedição, foi batizada de “novo porto de Mossâmedes” fazendo referência ao governador geral de Angola que idealizou e pôs em prática as expedições. A “Carta Geographica da Costa Occidental da Africa” é o primeiro registro de alteração toponímica do interior ao sul de Benguela. Mesmo o rio Cunene, grafado em alguns mapas como “Grande Rio”, significava uma tradução do termo local e não propriamente uma renomeação. Até então, apenas os acidentes da paisagem costeira haviam sido renomeados nas cartas. Daí em diante, o colonialismo toponímico do sul de Angola ganharia contornos mais complexos.

Como assinalou William Cronon em seu estudo acerca das transformações ecológicas ocorridas na ocupação inglesa da terra na Nova Inglaterra, os objetivos da toponímia inglesa e indígena indicavam relações diferentes com os marcos da paisagem. De tal modo que “ao contrário dos ingleses que mais frequentemente criavam nomes de lugares arbitrários que recordavam as localidades em sua terra natal ou davam ao lugar o nome de seu dono, os índios usaram rótulos ecológicos para descrever como a terra poderia ser usada”.¹⁰⁰ Essa diferença fundamental, em certa medida, ocorreu também mais tarde no

⁹⁹ FURTADO, Luís Cândido Cordeiro Pinheiro. Carta enviada ao barão de Mossâmedes em 22 de setembro de 1785. In: Documentos. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional. 7ª série, nº7, 1887, p. 428.

¹⁰⁰ Tradução Livre: “Unlike the English, who most frequently created arbitrary place-names which either recalled localities in their homeland or gave a place the name of its owner, the Indians used ecological labels to describe how the land could be used. CRONON, William. *Changes in the land: Indians, Colonists, and the Ecology of the New England*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2003, p. 66.

colonialismo português em Angola, notadamente, nos núcleos de colonos assentados no sul da colônia.

Ao eleger o nome de “novo porto de Mossâmedes”, para o acidente na costa que antes se chamava “Angra do Negro”, Pinheiro Furtado desejava promover a soberania portuguesa antes que a reclamasse os franceses, holandeses e ingleses. Como explica o próprio barão de Mossâmedes,

Vendo eu a impossibilidade de conservarmos o comercio mesmo de concorrência desde o cabo de Lopo Gonçalves até a foz do rio Zaire, e que se alguma nação estrangeira conseguisse um estabelecimento ao sul para o cabo Negro, ficariam para sempre os portugueses aniquilados sem jamais poderem abrir os braços, perfeitamente entalados nesta costa ¹⁰¹.

O ato de renomear lugares ao sul de Benguela indica que o reconhecimento imperial pretendia dar início a uma colonização permanente, com uma imagem visível e simbólica da terra a ser ocupada. Não é à por acaso que os dois pontos em que a toponímia foi modificada seriam, anos depois, o início da colonização portuguesa no sul de Angola. Nesse sentido, a carta de Pinheiro Furtado, se distingue fundamentalmente das cartas de D’Anville porque além de marcar a toponímia e grupos étnicos com o grafismo português, renomeia lugares, como forma de controle cultural do território que se almeja dominar ¹⁰².

Juntamente com a toponímia e a grafia portuguesa, os símbolos e códigos são outros aspectos simbólicos que conferem aos lusitanos a hegemonia sobre o território pretendido. Nesse aspecto, a carta de Pinheiro Furtado está consonante com as normalizações sugeridas nos primeiros manuais portugueses de cartografia, escritos por Manoel de

¹⁰¹ MOSSAMEDES, Barão de. Carta ao ilustríssimo e excelentíssimo sr. Marquês de Angeja sobre a descoberta do cabo Negro em 18 de janeiro de 1786. In: Documentos. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional. 7º série, nº7, 1887, p. 423.

¹⁰² Sobre o ato de renomear lugares, ver: HARLEY, John B. *Op. Cit.*, 2005, pp. 219-228.

Azevedo Fortes ¹⁰³. Segundo Beatriz Bueno, os trabalhos escritos na década de 1720 são os primeiros tratados cartográficos portugueses por estabelecer normas e convenções de representação gráfica, padronizando a feitura dos mapas e privilegiando os códigos visuais em detrimento da escrita. As convenções estabelecidas por Azevedo Fortes não eram originais, mas tributárias de muitos tratados da Europa do mesmo tipo. Sua novidade, então, era a capacidade sintética e didática do autor, bem como a adequação às necessidades do engenheiro de campo português ¹⁰⁴. Elas incluíam a gama de símbolos que indicavam a natureza e as forças políticas presentes no território.

No que se refere à representação da natureza, Pinheiro Furtado usa códigos muito semelhantes ao sugerido pelo manual de Azevedo Fortes, para representar as montanhas, os rios, lagos e bosques. A vegetação é identificada em dois símbolos diferentes. O primeiro indica um bosque com maior densidade, enquanto o segundo aponta para manchas de vegetação mais escassa. As montanhas são representadas com um único pictograma que não expressa o contorno real nem os acidentes geográficos em suas feições espaciais. Este símbolo, antes, tem a função de localizar geograficamente. Desse modo, a natureza é representada por meio de pictogramas devidamente convencionados.

Já no que concerne aos símbolos de poder, o cartógrafo omite todas as referências aos centros de poder africanos, exceto a capital do Congo, São Salvador, que aparece representada pelo símbolo de uma paróquia, sugerindo a presença histórica do catolicismo no reino do Congo. Já os símbolos da presença e ocupação portuguesa são espalhados ao longo do território, são presídios, cidades, portos e salinas, todos indicando a rede de poder lusitana. Esta manipulação retórica acabava por esvaziar o poder e as instituições africanas do território em favor das frágeis estruturas portuguesas. Ela será levada a efeito mais fortemente em mapas posteriores, onde presídios e fortes efetivamente desguarnecidos e desocupados permaneciam representados nos mapas.

Além desses símbolos que conferem poder ao Império português, Pinheiro Furtado encontrou outro artifício retórico para reivindicar o território ao sul de Benguela, uma vez que nenhum presídio, missão, núcleo de povoamento ou porto assegurava essa pretensão colonial. Ele

¹⁰³ FORTES, Manoel de Azevedo. *Tratado do modo mais facil e exacto de fazer as cartas geographicas, assim de terra como de mar e tirar plantas das praças*. Lisboa: 1722; _____. *O engenheiro Portuguez*. Lisboa: 1728-1729, vol.1-2.

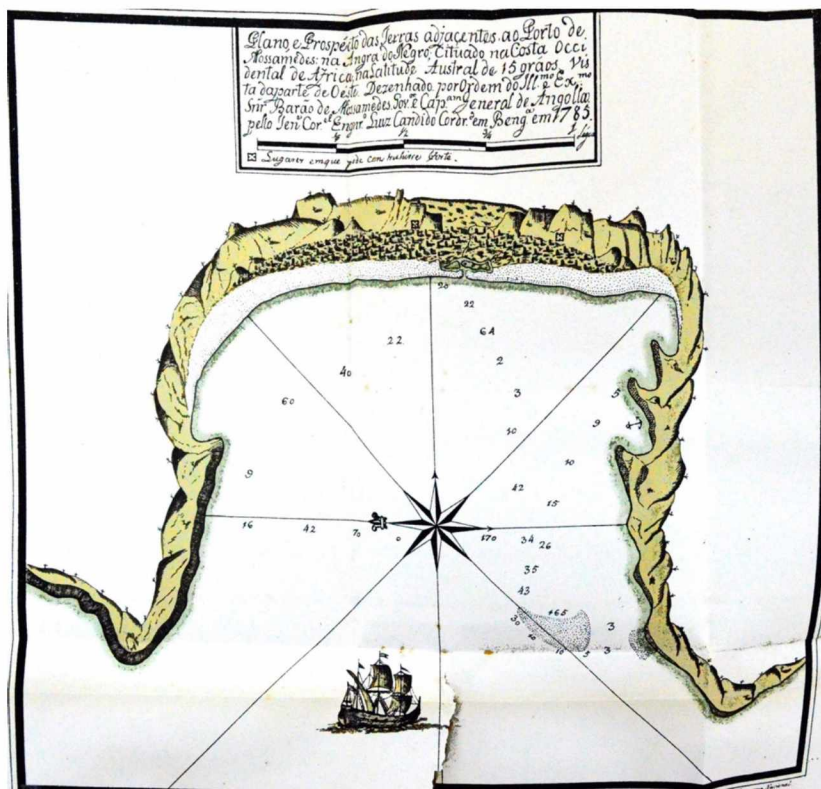
¹⁰⁴ BUENO, Picolotto Siqueira. *Op.Cit.* 2011, pp. 101-117.

acrescentou em seu mapa as rotas há pouco percorridas pelas expedições de Gregório José Mendes e Antonio José da Costa. Juntas, as duas linhas pontilhadas se espraiavam por todo o território desde Benguela até os povos “mucoides”, ao sul, tendo como ponto mais interior o presídio de Caconda.

Já no que concerne ao rio Cunene, a carta de Pinheiro Furtado é bastante conservadora e guarda certa neutralidade diante das opiniões sumariamente divergentes. Nenhuma das expedições terrestres alcançou o Cunene, fazendo com que o cartógrafo confrontasse as informações dos práticos, narrativas de viajantes estrangeiros e mapas estrangeiros. Os práticos do sertão, juntamente com José Maria de Lacerda acreditavam que na altura de Cabo Negro o rio deixava o seu sentido N.-S. e voltava-se para o Oeste. Contrariando essa hipótese, as cartas estrangeiras, sobretudo, francesas, indicavam uma foz imediatamente abaixo do Cabo Negro como a foz deste rio. Furtando-se dessa controvérsia, Pinheiro Furtado delimita em traço contínuo as cabeceiras do rio e, em linha pontilhada demarca o trecho N.-S., entre os paralelos 15° L.S. e 19°10' L. S. O fato que mais concorreu para a reprodução dessa distorção foi o fracasso das expedições terrestres em alcançar o curso do Cunene, conforme as orientações passadas pelo Barão de Mossâmedes. Mesmo assim, narrativas importantes sobre o território foram produzidas.

Pinheiro Furtado ainda elabora uma carta em grande escala de Angra do Negro a partir dos seus estudos da costa e, sob seu olhar, apropria-se culturalmente do território (**mapa 4**).

Mapa 4 - “Plano e prospecto das terras adjacentes ao Porto de Mossâmedes” (1785).



Fonte: FURTADO, Luís Cândido Pinheiro. In: Documentos. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional. 7^o série, n^o7, 1887.

O “Plano e prospecto das terras adjacentes ao Porto de Mossâmedes” combina duas técnicas de representação, oferecendo simultaneamente dois pontos de vista distintos. De um lado, representa a baía vista de cima, indicando precisamente os contornos da costa, as distâncias e a profundidade da angra. As aguadas mais escuras indicam os pontos mais traiçoeiros à arte de navegar, formados por navífragos bancos de areia, sendo possível observar na parte sul da entrada da enseada. Estas indicações deveriam facilitar a instalação do porto e orientar os navegadores. Por outro lado, o interior mais próximo está representado em uma vista panorâmica, em forma de paisagem. A floresta, o rio e as dunas e montanhas aparecem sob a ótica do observador limiar, que situado no mar mira a paisagem. Isso deveria orientar os navegantes, facilitando o reconhecimento à primeira vista.

Esta imagem que se cria é acompanhada de um suporte textual. A descrição da enseada também produz uma imagem, um olhar:

este porto é uma sagura, abrigada e vasta baía de bons fundos; nela desemboca uma pequena ribeira de excelente água doce, que diverge de lagoas que a aluviam de um rio que só é corrente em tempo de chuvas no sertão (o que é comum a todos os que os mapas nacionais e estrangeiros mostram nesta costa) deixa formada junto das praias¹⁰⁵.

O ato inaugural de Pinheiro Furtado de cartografar *in loco* o sul de Benguela significava transportar esse espaço à Europa e submetê-lo culturalmente ao poder monárquico português. Ao pensar a produção cartográfica pela noção de “centro de cálculo de Bruno Latour, tanto o “Plano e prospecto das terras adjacentes ao Porto de Mossâmedes”, quanto a “Carta Geographica da Costa Occidental da Africa” têm a função de transportar “Angola” para a metrópole, onde a imagem comporá um conjunto de saber acumulado, habilitando futuros exploradores e diminuindo os riscos do empreendimento. A partir processo, a geografia europeia encontra grande vantagem face à etnogeografia ou ao saber local, não na maior capacidade de representação gráfica, mas na perpetuidade da representação e no seu

¹⁰⁵ FURTADO, Luís Cândido Pinheiro. Carta enviada ao Barão de Mossâmedes em 22 de setembro de 1785. In: Documentos. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional. 7ª série, nº7, 1887, p. P.429

deslocamento para o centro. A análise de Latour é interessante, e bem mais complexa do que as poucas linhas acima deixam refletir. No entanto, se Bruno Latour busca iluminar algumas das estratégias imperialistas do conhecimento científico, sua visão totalizadora da rede em vetores que vão da periferia ao “centro de cálculo”, onde as informações são processadas, deixa pouco espaço para pensar o conhecimento produzido nas periferias.

Em contraponto, Serge Gruzinski discute a importância dos “técnicos em cálculos, os especialistas em mapa e em astronomia, os cosmógrafos, os desenhistas e os pilotos”, para a monarquia e seu formato planetário, desde o século XVI, sem desconsiderar a produção que ocorre fora da metrópole, mas a serviço dela. Estes práticos do mar, segundo Gruzinski, “contribuem para estender o domínio ibérico, ampliando o círculo de terras e mares novos, suscetíveis de serem submetidos a monarquia”¹⁰⁶. A mundialização apontada por Gruzinski é, certamente, um processo que não se encerra no século XVI, sendo a costa africana ainda incorporada e submetida à monarquia portuguesa, no século XVIII.

A produção cartográfica de Angola sugere trocas de saberes entre metrópole e colônia que não seguem um único vetor, já que as cartas desenhadas em Angola, em sua versão manuscrita, davam uma visão inédita dessa colônia, sintetizando informações da geografia iluminista, das investigações *in loco* de Pinheiro Furtado, Gregório José Mendes e Antonio José da Costa, e do testemunho dos *experts*, como os comerciantes luso-africanos. Todas essas informações foram submetidas a uma junta, formada em Benguela, antes que fossem consubstanciadas pelo cartógrafo.

Nesse sentido, pode-se observar uma nova tessitura da circulação do saber, marcada pela mundialização, onde a sua transferência não ocorre somente da Europa para as colônias, mas novos conhecimentos também são difundidos das colônias para as metrópoles, oriundas da experiência colonial, conforme salientou Serge Gruzinski¹⁰⁷.

2.3.2 Coluna expedicionária de Gregório José Mendes

A expedição chefiada por Gregório José Mendes contava com uma escolta de “1000 pessoas do país”, poucos soldados e um

¹⁰⁶ GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora UFMG; EDUSP, 2014, pp.219-220.

¹⁰⁷ Idem. Ibidem, pp. 219-227.

observador astronômico, o piloto Manuel Pires da Cunha, que deveria determinar as coordenadas e traçar o roteiro do périplo africano. Sua derrota tem início em 30 de setembro de 1875 e segue por terra pelo litoral de Benguela, primeiramente em sentido SSE e SO até alcançar o rio Cobaroro. O terreno é árido e, à primeira vista, desértico, mas alguns vestígios de “libatas antigas” dão sinais de ocupação pelo gado e pastores “que ali habitam nos tempos de água”¹⁰⁸. Imiscuído nos despojos abandonados, a coluna encontra pela primeira vez povos ditos selvagens, que “tem uma espécie de idioma gutural, desentendido de todos os negros que me acompanhavam”. Esse grupo, segundo o chefe da expedição, “parece distante ainda de todas as vias de comércio”¹⁰⁹.

Quinze dias após a partida, a falta de água e a redução das provisões, então, faz com que a coluna se interiorize e a expedição comercial logo ganha contornos bélicos, saqueando gado e fazendo prisioneiros. Gregório José Mendes criou duas forças mitreres no total de 700 homens e tomou de assalto algo próximo a 500 bois e 2000 carneiros¹¹⁰.

A caravana novamente se abrevia da costa e segue margeando-a em busca de Angra do Negro. Sendo época do cacimbo, ou seja, no período de estiagem, a paisagem árida acompanha a marcha, tornando ainda mais penosa a empresa. Pelo dia, carece de arbustos para sombrear e a água retirada das cacimbas cavadas no leito dos rios secos mal chega para dessedentar as pessoas, sendo a alimentação em parte suprida pela pesca abundante que havia nas águas frias do Atlântico. Pela noite, o frio úmido dos ventos que lufam do oceano nessa época forma uma dificuldade a parte.

Em lugar denominado Sinhebari, no paralelo 14º de L. Sul, a comitiva contata um novo grupo de nativos: “estes habitantes vivem na maneira dos antecedentes, sem governo, sempre dispersos entre montanhas, distribuídos por tribos, [...] eles vivem do leite de seus

¹⁰⁸ MENDES, Gregório José. Descrição itinerária da derrota que por ordem dos senhores da junta de comissão estabelecida na cidade de S. Filipe Benguella, pelo ilustríssimo excelentíssimo barão de Mossâmedes, governador e capitão general do reino de Angola e suas conquistas fez o sargento mór Gregório José Mendes, da mesma cidade até o porto de Mossâmedes, na Angra do Negro, em 15º de latitude S., com o exame dos sertões compreendidos entre estes pontos, apresentada a mesma junta em 1 de janeiro de 1786. Documentos. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional. 7º série, nº7, 1887, p. 438.

¹⁰⁹ Idem. *Ibidem*.

¹¹⁰ De acordo com Gregório Mendes, era necessário cerca de 10 bois e 30 carneiros diariamente para alimentar a expedição. Ver: idem. *Ibidem*. p. 439.

gados, de alguns frutos silvestres e peixe que a necessidade lhes ensina a pescar”¹¹¹. Mais uma semana de árdua caminhada até finalmente apanharem uma senhora idosa, que os informou da morte recente de alguns brancos na embocadura de um rio. Tratava-se do rio Bero, o qual Gregório Mendes chama de rio das Mortes, em homenagem aos marinheiros da expedição marítima que ali morreram¹¹². A nova toponímia foi adotada também na carta de Pinheiro Furtado.

Em Angra do Negro, às margens do rio Bero, a caravana encontra refúgio para recompor as provisões e iniciar o retorno. Ela adentra o continente seguindo o curso do Bero. Nestes rincões, Gregório José Mendes descreve que tem contato com um novo grupo, a que chama de “mucuanhangues” e cujos costumes diferem dos da costa não pela alimentação, pois vivem “de leite de vacas, e ovelhas, frutos silvestres e caça”, mas nas habitações: “contudo já se abrigam com a proteção de cabanas ou palhoças, barreadas com bosta e barro amassado, que a força do sol consolida e os defende das injúrias do ar e das chuvas”¹¹³. A marcha segue pelo rio Bero até as cabeceiras do Giraul e depois vai em sentido N. para as terras do Bumbo “confinantes com o Jau, e este com o Canina ou Gongga, já vassalo de Benguela”. O Bumbo é descrito como uma vasta serra estendida de NO. a SE., “coberta de muitos potentados de uma grande população, fértil em robustos habitantes”. Além da criação do gado, os povos do Bumbo cultivam a terra¹¹⁴.

Através dessa descrição fundadora, Gregório José Mendes separa e hierarquiza a população do que viria ser o sul de Angola em três estágios de civilização. Os grupos pré-bantos, formados por caçadores-recoletores, são identificados no litoral desde a saída de Benguela. Não formam uma unidade territorial e estão espalhados nas franjas do deserto. O principal traço distintivo é a língua estalada, ou gutural. Irreconhecível aos outros membros da coluna, a idiossincrasia da fala é atributo de grupos Khoi e San. O segundo grupo era formado por pastores, majoritariamente criadores de carneiros, mas que não praticavam agricultura e habitavam o vale do rio Bero. E o terceiro de pastores e agricultores que ocupavam as terras férteis do Bumbo. O nível civilizacional desse mosaico étnico fica determinado na narrativa do comerciante de Benguela pelo modo de construir habitações, inclinação ou prática do comércio e técnicas agrícolas. Não cabe aqui

¹¹¹ Idem. Ibidem. p. 440.

¹¹² Idem. Ibidem. p. 442.

¹¹³ Idem. Ibidem. p. 444.

¹¹⁴ Idem. Ibidem. p. 444.

adentrar no intrincado labirinto das identificações etnômicas do sudoeste de Angola, porém, é interessante observar que este relato de viagem coincide com as divisões etnográficas de Carlos Estermann, ao entender a composição desse território a partir da interação entre Khoi e San, e negros falantes de banto e não falantes¹¹⁵.

Não obstante o sucesso da viagem de Gregório para o conhecimento dos povos, dos recursos naturais e para se delinear as estratégias de ocupação e exploração ao sul de Benguela, o Cunene permanecia inalcançável, juntamente com o plano de travessia.

2.3.3 A expedição de António José da Costa e a geografia imaginária do Cunene

A expedição, chefiada pelo então capitão de granadeiros, António José da Costa, contou com a participação do naturalista luso-brasileiro Joaquim José da Silva, mas dado a guerra que promovera contra os sobados amigos e inimigos não logrou a interiorização esperada e teve seus trabalhos concluídos em 1787¹¹⁶. Muitos historiadores procuraram debalde a narrativa de viagem de António José da Costa. Entretanto, uma breve notícia pode ser encontrada na memória elaborada por José Maria de Lacerda e dirigida ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho¹¹⁷. O autor, que afirma ter feito parte da expedição em busca do Cunene, elabora hipóteses acerca deste rio que, de fato, nunca alcançara e, de forma assaz criativa, mescla informações observadas por ele mesmo ou terceiros para refazer o plano de travessia continental baseado na bacia deste rio. As ideias e noções geográficas trazidas na memória de José Maria de Lacerda se assemelham dramaticamente ao projeto de travessia seguinte, quer na concepção geral, quer nas instruções

¹¹⁵ ESTERMANN, Carlos. *Op. Cit.* 1983, vol.1, pp. 17-21.

¹¹⁶ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassalos e Governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008, pp. 65-66; VIEIRA, Carla da Costa. *Op. Cit.*, 2006, pp. 40-41, 44-45.

¹¹⁷ Em sua memória, José Maria de Lacerda confere a Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho o plano de travessia continental. É possível que o explorador, de fato, desconhecisse os planos anteriores da Coroa, mas penso que relacionar o empreendimento ao antigo governador geral de Angola foi uma estratégia para prestar homenagem e enaltecer a própria figura de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, filho de Inocêncio Coutinho. LACERDA, José Maria de. Observações sobre a viagem da costa d'Angola à costa de Moçambique, por José Maria de Lacerda. *Annaes Marítimos e Coloniaes* (Parte não Oficial). Lisboa: Imprensa Nacional. Série nº 4 (5), 1844, pp. 188-214.

enviadas ao astrônomo Lacerda e Almeida. Por isso, Gastão de Sousa Dias acredita que este documento foi determinante para o planejamento e excussão do plano de travessia de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1797¹¹⁸.

A primeira e, talvez, mais notável convergência é o entendimento de que para o bom desfecho do projeto a viagem deveria começar pela costa oriental, em rio de Sena (Zambeze). Até então, todas as tentativas eram levadas a cabo pelos sertões de Angola, onde a rede de penetração dos sertanistas e comerciantes haviam logrado maior interiorização. Mas José Maria de Lacerda inverte o sentido de interiorização ao afirmar que “o sertão que se vai descobrir está mais chegado à costa oriental, e por conseguinte mais próximo àquele rio e àquela povoação e capital [...] e havendo algum obstáculo que romper, convém que a gente esteja fresca e vigorosa para resistir”¹¹⁹.

Já no que se refere ao melhor caminho para ir de uma costa a outra, José de Lacerda não tinha dúvida de que bastava seguir o rio Sena a montante. E a razão, segundo as observações de Lacerda, era porque “o Cunene é o mesmo Sena com um nome diferente”¹²⁰. Ele explica essa conjectura do seguinte modo:

E acaso será ele o mesmo Sena? Duas razões me persuadem. Primeiramente, examinados os mapas mais exatos que nos oferecem toda a costa d'África desde o Adamastor para o Norte até Benguela, e corrido o sertão, como eu fiz para indagar as particularidades deste rio, não se encontra algum outro com foz de tal grandeza, qual promete o rio Cunene que, a cinquenta léguas da sua nascente, se acha com seiscentas toesas de largura. Em segundo lugar, o rio Sena se enobrece com as suas auríferas areias; pois o Cunene certamente lhe não cede nesta áurea prerrogativa: eu mesmo o vi e observei, quando em oitenta e sete fui mandado acompanhar a expedição que ao sertão foi enviada com instruções para se descobrir este mesmo rio até a sua foz, o que infelizmente senão efetuou: uma negra que se apanhou nas terras de Acabona (três léguas

¹¹⁸ DIAS, Gastão de Sousa. *Op.Cit.* 1937.

¹¹⁹ LACERDA, José Maria de. *Op. Cit.* 1844. p. 202.

¹²⁰ Idem. *Ibidem.* p.197.

distante do Cunene) que limitam com o Monomotapa¹²¹.

José Maria Lacerda fundamenta a sua teoria em fontes escritas e no seu próprio testemunho, embora não tenha alcançado o rio em sua viagem, pois percorrerá apenas alguns dos seus afluentes. Segundo o autor, o Cunene era o maior rio que corria desde Zaire até o cabo da Boa esperança, graças as águas que recebia do rio Cobango (Cubango) e muitos outros afluentes¹²². Seu volume era tal que ao passar por Luxeque, segundo Lacerda, já não dava passagem senão em canoas, pelo que o soba tirava bons rendimentos cobrando o traslado de uma margem a outra. Deste ponto o rio corria para Leste até chegar ao Humbe, há 50 léguas da sua cabeceira, “tão arrogante e enriquecido, que tem aí seiscentas toesas de largura”¹²³.

Aqui o autor novamente aponta para uma geografia criativa e sugere que o Humbe e o Monomotapa eram o mesmo reino com nomenclaturas distintas. Entretanto, os dois reinos distavam pelo menos 250 léguas. Talvez, a conclusão seja fruto, como afirma na passagem acima, da riqueza aurífera – real ou imaginária – em ambos os reinos. O erro também pode ser decorrente das distorções espaciais nas cartas e mapas que José de Lacerda teve acesso. Ele estimava que a distância entre as duas costas era de 500 léguas. De Benguela ao “Obié” (Bié), pelo caminho de “Sápa Janjala, Caconda Nova, Monhembas, Galangue”, tinham 100 léguas já integradas por meio de fortes, presídios e feiras. De lá até o soba do “Levar” (Lovale) havia mais 80 léguas, conectadas ao comércio de longa distância. Do lado de Moçambique, a interiorização seria de 50 léguas. Nesse sentido, restava 270 léguas a descobrir¹²⁴. Os cálculos do autor diferiam significativamente da projeção de D’Anville, que era de 350 léguas e se aproximavam mais da realidade. Entretanto, este calculara apenas a distância em linha reta e

¹²¹ Idem. Ibidem. p. 197.

¹²² O rio Cubango não despejava as suas águas no Cunene. Apenas muito depois, em fins do século XIX, o curso do Cubango foi completamente determinado e delimitado os primeiros estudos de sua dinâmica hidrográfica. A dificuldade em compreender sua bacia ocorria por conta de, assim como o Cunene, não encontrar a sua foz. Porém, nesse caso, verificou-se que as águas que corriam desde o planalto central de Angola se perdiam em meio a planície árida do Kalahari até formar um grande pântano no meio do continente.

¹²³ LACERDA, José Maria de. *Op. Cit.* 1844. p.196.

¹²⁴ Idem. Ibidem. p. 199.

não um caminho propriamente¹²⁵. Além disso, é interessante observar que na carta de D'Anville os reinos de Monomotapa e Humbe tem territórios contíguos. A geografia imaginária e criativa de José de Lacerda combinava o mito do “Grande Rio” com suas próprias experiências no sertão. Assim, o mito do Cunene que corre para o Índico era a consciência perfeita da unidade geográfica entre as duas costas.

2.4 Francisco José de Lacerda e Almeida e a travessia à contra costa

Em fins do século XVIII, o reino de Portugal, através de seu secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, passa a empreender uma série de levantamentos cartográficos de suas possessões ultramarinas, no sentido de investigar e conhecer seus territórios – inclusive a África meridional – e como estes concorriam para o aumento da Real Fazenda. Dentre os planos de Sousa Coutinho reservados ao sul do continente, merece especial atenção seu desejo de jungir as duas principais possessões portuguesas na costa índica e atlântica da África, a saber, Moçambique e Angola. O programa de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho tinha origem nas ideias do diplomata português, Dom Luís da Cunha, que elaborara, juntamente com o geógrafo francês D'Anville, um plano de travessia continental. O plano do diplomata viria a ter importantes e profundas consequências na política e no imaginário da travessia portuguesa.

Uma década após as inócuas investidas pela costa atlântica, seria a vez de outro luso-brasileiro com formação em Coimbra, Francisco José de Lacerda e Almeida, investigar as chances de criar um corredor imperial entre Angola e Moçambique. Lacerda e Almeida desembarcou em Moçambique em 1797, sob a dupla função de governador dos Rios de Sena e geógrafo. Em carta destinada ao Príncipe D. João, em 6 de março de 1797, D. Rodrigo de Sousa Coutinho enumera as ordens que deveriam ser dadas simultaneamente ao geógrafo explorador e ao governador geral de Moçambique. Dentre as ordens emitidas pelo secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, ficava Lacerda e Almeida particularmente encarregado de

Verificar a possibilidade da Comunicação das duas Costas Oriental e Ocidental d'África, e de fazer para este fim todas as tentativas

¹²⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. *Op. Cit.* 2012.

imagináveis, ocupando-se imediatamente, de reconhecer se no Centro da África daquele lado há Montes que possam servir de Cabeceiras aos rios que vão em Sentidos opostos, o de Sena para a Costa Oriental, o Cuneni para a Costa Ocidental Oposta, indo desembocar pouco adiante de Cabo Negro

¹²⁶

Destarte, não era incumbência de Lacerda e Almeida realizar a viagem continental, mas apenas perquirir a geografia do centro da África que facilitasse tal empresa, merecendo especial investigação à teoria que então vigorava de que as águas dos rios Cunene e do Zambeze fossem divertidas em direções contrárias por uma cadeia montanhosa. Não obstante, Lacerda e Almeida parecia estar determinado não só a investigar os sertões, mas realizar ele próprio a viagem, pelo que sacrificou não somente a vida da esposa, mas a própria. Para Magnus Pereira, as ações tomadas pelo geógrafo em terras africanas são fortes indícios de que Lacerda e Almeida estava decidido a fixar-se em Moçambique e lá estabelecer uma “casa” de prazeiros.¹²⁷ Para ficar em três exemplos, o fato de levar consigo esposa e filha, o que era incomum para administradores do século XVIII enviados a África; a aliança estabelecida por meio de casamento de parentes com a família Bragança, de origem indo-portuguesa e muito poderosa em Rios de Sena; a contração de um matrimônio secreto com Leonarda Octaviano dos Reis Moreira, sobrinha e herdeira da Chiponda, D. Francisca Josefa de Moura Meneses, apenas três dias após ter-se tornado viúvo e que só viria à baila quando da leitura de seu testamento.¹²⁸ E a prestação de um serviço como a travessia à Coroa seria, futuramente, de grande valia para Lacerda e Almeida obter uma ou mais mercês. Já no que concerne

¹²⁶ AHU, Moçambique, Caixa 77, Doc. N° 41. F1-2. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; RIBAS, André Akamine. *Op. Cit.* 2012, DOC. 005.

¹²⁷ O sentido tomado pela “casa” exorbitava o acúmulo de bens e posses materiais de um grupo familiar, envolvendo todo o patrimônio e capital simbólico a que a nome da família era investido. Ver: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Francisco José de Lacerda e Almeida: paulista, coimbrão e fiel súdito da coroa. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; RIBAS, André Akamine. *Op. Cit.* 2012, pp.47-62; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998, pp. 79-99.

¹²⁸ AHU, Moçambique, Caixa 84, doc. N° 55. F. 4 v. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; RIBAS, André Akamine. *Op. Cit.* 2012, DOC. 070.

a maneira de realizá-la é que se transformaria durante sua estadia em Tete.

Inicialmente, o explorador, ancorado no saber geográfico de gabinete, acreditava ser possível fazer a viagem seguindo os caminhos fluviais. Suas consultas locais, entretanto, abriram novas possibilidades de exploração. Dentre os instrumentos que o geógrafo levava consigo a fim de auxiliá-lo, havia uma carta francesa da hidrografia da África Austral (**Mapa 5**), provavelmente confeccionada a partir das produções de Bourguignon D'Anville, e na qual registrou seu caminho percorrido até o momento de sua morte, próximo à Corte do Cazembe. Nela, é possível observar o quanto se conhecia do continente em termos de hidrografia e quais eram as projeções de uso dos rios para a navegação.

Mapa 5 - Carta francesa que acompanhou Lacerda e Almeida na sua viagem de 1798, anotada pelo viajante.



Fonte: MÚRIAS, Manuel. *Travessia da África*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936. anexos.

Do lado ocidental, pouco abaixo do paralelo 10° S, nas proximidades do reino de Matamba, encontra-se representada as nascentes do rio Cuango, que seguindo no sentido noroeste deveria desaguar no Congo, posto que houvesse uma descontinuidade na representação cartográfica no meridiano de 35° E. No mesmo paralelo das nascentes do Cuango, porém, muito mais interiorizado, está representada as cabeceiras do rio Cunene, que então corre no sentido sudoeste até desaguar em Cabo Negro, pouco abaixo do paralelo 15° S. Para além do fato de as estimativas cartográficas suporem a porção meridional da África muito mais estreita do que realmente é, cumpre observar a distorção do traçado do Cunene, fruto do desconhecimento quer pela observação direta, quer pela descrição de viajantes. Assim, esse rio aparece no mapa muito maior em extensão e volume de água do que os rios Zaire e Zambeze, o que refletia o epíteto de “Grande Rio”, que então ostentava.

Da porção oriental, é possível observar o curso do Zambeze que ao invés de nascer na região central e seguir no sentido sul e leste até desaguar no Quelimane, aparece desenhado numa porção muito mais meridional, de onde segue no sentido norte e leste. Munido destas informações preliminares, Lacerda e Almeida afirmou que “antes de chegar a Tete, [...] era a minha tenção atravessar a Africa, partindo do Zumbo, por ser o estabelecimento que temos mais para o interior dela”¹²⁹.

No entanto, a notícia de que em 1793, Gonçalo Caetano Pereira – comerciante residente a “cinco dias de viagem” da vila de Java – lograra negociar marfim com uma comitiva do rei do Cazembe, visto que o comércio desse artigo era um privilégio real, e que as negociações perduraram em outras ocasiões sendo, inclusive, enviado à Corte do Cazembe uma comitiva chefiada por Manoel Caetano Pereira, despertou o interesse de Lacerda e Almeida por um novo caminho. A possibilidade de existir um “Rey no interior da África [que] não é tão bárbaro, como os Geógrafos de Vidraças Costumam pintar aqueles Cafres”¹³⁰ e com quem se poderia comercializar o marfim e outros produtos de valor daquela terra, o animava ainda mais.

Juntamente com as inestimáveis possibilidades abertas pelo comércio regular com esse importante reino da África central estava a

¹²⁹ **BNRJ**, Seção de Manuscritos, I-28-32-47. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; RIBAS, André Akamine. *Op. Cit.* 2012, DOC. 165.

¹³⁰ **BNRJ**, Seção de Manuscritos, I-28-32-47. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; RIBAS, André Akamine. *Op. Cit.* 2012, DOC. 165.

descoberta de um novo itinerário de costa à contra costa, assente nas relações ancestrais que este mantinha com o reino da Lunda, que à época era o maior fornecedor de escravos de Angola. Doravante, cabia ao geógrafo escolher entre abandonar em parte suas instruções e apoiar-se na incipiente rede comercial recém estabelecida com o Cazembe, bem como depender das boas relações diplomáticas deste com a Lunda, ou ser fiel ao plano de travessia assente no conhecimento europeu. Após uma vasta pesquisa local, Lacerda e Almeida optaria pela primeira opção. Para Maria Emília Madeira Santos, os dois saberes eram inconciliáveis e o “resultado foi uma interpretação distorcida das informações que pôde recolher sobre a hidrografia da região”¹³¹. Isso ocorreu, segundo a autora, quando ele confundiu o rio Luapula com o rio Cunene. De fato, o depoimento de Manoel Caetano Pereira deu azo à imaginação do explorador, que afirma:

na passagem do reino de Cazembe para o do Marópe, atravessam-se quatro Rios, que correm para a Mão Esquerda, e por consequência vão ter à Costa Ocidental. Um deles é tão largo que se gasta um dia em se atravessar. Será por ventura o rio Lememe [Cunene] chamado por outro nome / segundo alguns mapas / Rio Grande, ou Grande Rio? Eu agora vou tirar esta dúvida partindo desta vila em maio.¹³²

Não obstante, não há necessariamente uma contradição entre as informações por ele colhidas e o seu conhecimento prévio, pois como se pode apreender na carta geográfica supracitada, a Corte do Cazembe residiria justamente onde estão indicadas as cabeceiras do rio Cunene.

Apesar de se inclinar à experiência africana, os registros deixados em seu diário durante os pouco mais três meses de viagem mostram que o desafio estava muito além de suas projeções. A fuga de carregadores, a incapacidade de estabelecer um horizonte comum nas negociações diplomáticas e mesmo a morte foram alguns dos principais problemas no transcurso da travessia, de modo que após a morte de Lacerda e Almeida, o imediato no comando da missão, o padre Francisco João

¹³¹ SANTOS, Maria Emília Madeira. *O estudo da hidrografia numa região de civilizações de terra, a África Austral*. Coimbra: Coimbra editora, 1985, p. 6

¹³² **BNRJ**, Seção de Manuscritos, I-28-32-47. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; RIBAS, André Akamine. *Op. Cit.* 2012, DOC. 165.

Pinto, deu cabo às negociações com a Corte real do Cazembe e retornou a Tete.

Assim, a viagem de travessia permanecia incompleta e, juntamente com ela, o desconhecimento da hidrografia da África Central e Meridional. Lacerda e Almeida fracassou ao tentar ligar as duas costas pelas “cabeceiras do rio Cunene”. Entretanto, suas investigações e entrevistas o levavam a realizar o levantamento hidrográfico tendo unicamente as informações dos rios que dispunha. Ele cruzou de forma criativa o conhecimento dos comerciantes de Tete e as instruções que trazia da Europa. Já os comerciantes pombeiros que realizaram a travessia no início do século XIX foram mais conservadores na escolha dos itinerários e se beneficiaram da rede de comércio e política interafricana¹³³.

Conclusão

Ao longo do século XVIII, o interesse da Coroa portuguesa em mapear, conhecer e conquistar o território ao sul de Benguela esteve relacionado a dois projetos centrais. O primeiro, costeiro, buscava encontrar um porto entre Benguela e a colônia do Cabo e ocupá-lo antes que outra nação europeia o fizesse. O segundo projeto visava encontrar um trilho que ligasse os estabelecimentos portugueses de Angola e Moçambique. Essa busca esteve intimamente relacionada a uma visão de natureza que atribuía aos rios o papel de caminhos fluviais, estradas móveis que deveriam facilitar a travessia. A despeito das inúmeras tentativas de apontar esse caminho, a Coroa portuguesa não lograria a travessia continental ainda no século XVIII.

As projeções portuguesas sobre os rios não colaboraram para a travessia continental, nem para o mapeamento dos rios. A travessia continental seria possível pelos antigos trilhos e caminhos ancestrais do comércio de longa distância. Das três expedições enviadas pelo Barão de Mossâmedes em busca do rio Cunene, apenas uma alcançou suas águas. Já Lacerda e Almeida, errou pelos caminhos de terra sem que soubesse que estava cada vez mais distante das cabeceiras deste rio (**figura 4**).

¹³³ Tatra-se da viagem realizada pelos pombeiros Pedro João Baptista e Anastácio Francisco. “Explorações dos Portugueses no Interior d’África Meridional”, *Anais Marítimos e Coloniais*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1843, 3ª série, nº 5-11, pp.162-190, 223-240, 278-297, 423-439, 493-507, 538-552.

Apesar disso, as explorações terrestres e o levantamento cartográfico, sobretudo, de gabinete, concorreram para a formação de uma representação geográfica do rio Cunene tão mais pujante, caudaloso e extenso, quanto controverso, incerto, misterioso. Passados meio século das explorações ordenadas pelo Barão de Mossâmedes, as dúvidas acerca do curso, extensão e volume do Cunene permaneciam. Assim, as cartas geográficas da África continuariam a retificar constantemente o curso inferior do Cunene até a rigorosa demarcação feita pelo Governador Costa Leal, em 1854.

Ao longo do século XVIII e início do XIX, os desígnios imperiais moldaram a natureza do rio Cunene. O desejo de encontrar um caminho seguro e fluvial que ligasse as duas costas foi projetado na cartografia de gabinete de cariz iluminista, fazendo do Cunene a chave de comunicação entre os estabelecimentos de Angola e Moçambique. As condições reais e materiais impediram uma exploração cartográfica de observação direta do território, de modo que a confiabilidade do mapa estava imbuída na autoridade do testemunho dos informantes dos cartógrafos.

3 A GEOGRAFIA VIVIDA: O SABER GEOGRÁFICO A PARTIR DE COMERCIANTES E FUNCIONÁRIOS COLONIAIS

A cartografia é uma forma privilegiada de representar o território. Contudo, sua apropriação em Angola possui descontinuidades e contingências que não permite entendermos sua adoção de forma progressiva e evolutiva. Tampouco a cartografia foi a única forma de experimentar e viver o território. No presente capítulo, discutiremos o saber geográfico de comerciantes e funcionários coloniais, que poucas vezes passaram pelo suporte da carta geográfica. A necessidade de se conhecer os caminhos, os povos e seus costumes, os recursos naturais e econômicos não se consubstanciava em cartas, mas em descrições do território, imagens mentais que tinham sua eficácia mesmo sem o suporte gráfico. A seguir será discutida os aspectos desse olhar e quais as particularidades, objetivos e funções que moldava e diferenciava o olhar do sertanista comerciante e do administrador colonial.

3.1 Os sertões de Mossâmedes na visão dos sertanistas e comerciantes

Durante a segunda metade do século XIX, os comerciantes de Angola expandiram o comércio de longa distância pelo interior do continente, e graças ao “comércio legítimo”, alcançaram territórios pouco ou nada percorridos por europeus. As explorações comerciais prosseguiram com pouco ou nenhum apoio governamental, e eram quase sempre fruto da iniciativa de particulares. As redes do “comércio legítimo” que alcançaram o sul da Angola hodierna foram lançadas na década de 1840, quando a proibição do tráfico atlântico de escravizados obrigou-os a uma conversão progressiva dos bens comercializados¹³⁴.

A partir do Bié, os sertanistas viram despontar um novo e rico mercado de marfim. A expansão da fronteira comercial para o baixo Cubango fez com que as reservas da corte do Barotze fossem incorporadas ao comércio por volta dos anos de 1840. Pelo menos até 1860, os comerciantes sertanejos luso-africanos detinham o monopólio nesse Eldorado do marfim. Seu comércio provocou inúmeras

¹³⁴ SANTOS, Maria Emília Madeira. *Travessias científicas da África: recursos e dependências*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1987, p. 389-393.

transformações em toda a África Central¹³⁵. A partir do recém fundado núcleo de Mossâmedes, outra onda de comerciantes se espreada pelo sertão, incorporando os Ovambo, Nyaneca-Nkhumbi e Kuvale ao mercado mundial. Por volta de 1850, quase duas dezenas deles habitavam as terras dos Ngambwe. A descoberta feita pelo avanço do comércio tinha seu ritmo e regras próprias. Lento e descontínuo, o comércio de longa distância pousava por longos períodos em um mesmo ponto, seja pela circunstância de se obter uma audiência real, seja pelo tempo de reunir e acumular os bens negociados com as chefaturas vassalas. Periódicas, as caravanas comerciais visitavam um mesmo ponto mais de uma vez. Alguns desses comerciantes tomaram nota de suas viagens com intuítos variados de rememorar, informar a Coroa Portuguesa, ou realizar estudos diversos com base em sua experiência pessoal. Em todos os casos, prevalece no relato um olhar complexo, fruto de um contato demorado com as populações locais e sedimentado em sucessivas camadas de mirada sob um mesmo território ao longo dos anos. Assim, os comerciantes se tornam seres transculturados, alterando a visão social que tinham do “Outro” e a sua própria identidade de origem¹³⁶.

Dos chefes de caravanas, apenas uma minoria, os chamados sertanejos, eram brancos europeus. Entretanto, alguns deles se notabilizaram pelos seus relatos, diários e testemunhos de viagem. Pela natureza do relato, foi selecionado três comerciantes que percorreram os sertões e descreveram o modo de vida, a paisagem as relações econômicas, as relações inter-étnicas, dentre outros. São eles, o comerciante estabelecido no Bié, Silva Porto; Bernardino José Brochado; e Antônio Francisco Nogueira. Os três viajantes se assemelham por sua trajetória, tendo iniciado a vida de comerciante no Brasil e depois migrado para a colônia de Angola.

Antônio Francisco da Silva Porto era o mais proeminente e conhecido dos sertanejos do Bié. Natural do Porto, desembarcou em Luanda, em 1838, vindo da Bahia, após a deflagração da Sabinada. No ano seguinte deixou a posição de caixeiro de Joaquim José Monteiro para se tornar sertanejo. Fundou sua libata, Belmonte, entre os

¹³⁵ SANTOS, Maria Emília madeira. Trajectória comercial do Bié. In: PORTO, Antônio Francisco da Silva. *Op. Cit.* 1986, pp. 33-216.

¹³⁶ PRATT, Mary Louise. *Op. Cit.*, 1999; CEITA, Constança do Nascimento da Rosa Ferreira de. *Silva Porto na África Central – Víye / Angola: história social e transcultural de um sertanejo (1839-1890)*. 2014. 325 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Portugueses, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.

Ovibundo, em 1841. De lá negociava diretamente com Benguela e, a partir de 1845, negociava com a corte do Barotze através de empregados. Em 1852, dois comerciantes árabes surgem no interior de Benguela e Silva Porto é escolhido pelo governador de Benguela para levá-los de volta em uma viagem de travessia continental, na qual tem a ocasião de encontrar com o reverendo Livingstone no reino do Barotze (1853). Até a década de 1870, realizou ainda seis viagens ao Barotze e três à Benguela. Em 1870, Silva Porto estabelece-se em Benguela, onde leva uma vida de agricultor até que, em 1879, e com 62 anos, resolve retomar a vida sertaneja e novamente se instala em Belmonte. Daí, tenta reanimar o comércio sertanejo e realiza cinco longas viagens em apenas quatro anos: ao Moio (Kuba) em 1880 e 1882, à Benguela em 1882 e 1884 e ao Barotze em 1883. Os últimos anos de sua vida são dedicados ao posto de capitão-mor do Bié, que passa a ocupar em 5 de abril de 1885. Toda sua experiência sertaneja foi registrada em diários, totalizando 14 volumes, além de trabalhos memorialísticos, cartas e outras produções escritas que deixou em seu espólio¹³⁷.

Apesar das informações escassas da biografia do autor, a menção à obra de Bernardino José Brochado é recorrente na produção historiográfica que trata das realidades africanas ao sul de Benguela. Bernardino Brochado foi um comerciante natural de Portugal que se estabeleceu em Mossâmedes, em 1841, após deixar o Rio Grande do Sul (Brasil). Ele possuía uma sociedade com a abastada comerciante, D. Ana Francisca Ferreira Ubertali, de Luanda. Brochado faleceu em 1855. É autor de uma memória sobre a região, bem como um suplemento, cujos nomes respectivamente são “Descrição das terras do Humbe, Camba, Mulondo, Quanhas e outras, contendo uma ideia de sua população, seus costumes, vestuários, etc.” e “Notícias de alguns territórios e dos povos que os habitam, situados na parte meridional da província de Angola”¹³⁸.

¹³⁷ Cf. PORTO, Antonio Francisco da Silva. *Viagens e apontamentos de um portuense em África*: diário de António Francisco Ferreira da Silva. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986; ROSA, Frederico Delgado; VERDE, Filipe; *Exploradores Portugueses e reis africanos*: viagens ao coração da África no século XIX. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013; CEITA, Constança do Nascimento da Rosa Ferreira de. *Op. Cit.*, 2014; SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos Caminhos de África*: serventia e posse. Angola século XIX. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1998.

¹³⁸ Ver: BROCHADO, Bernardino José. Descrição das terras do Humbe, Camba, Mulondo, Quanhama, e Outras [...] — 1850, *Annaes do Conselho Ultramarino*: parte não oficial. Lisboa, 1ª série, 1867; BROCHADO, Bernardino José. Notícias de

Antonio Francisco Nogueira foi um comerciante português que chegou em Mossâmedes acompanhando o segundo grupo de imigrantes vindos de Recife (Brasil), após a deflagração da Revolução Praieira, em 1850. Viveu e percorreu os sertões de Mossâmedes por longos anos, até se instalar em Portugal na década de 1870. Em 1877, filiou-se à Sociedade de Geografia de Lisboa, onde teve uma participação ativa¹³⁹.

O conhecimento espacial dos sertanistas não lançava mão dos mesmos utensílios mentais e reais dos exploradores geógrafos que logo viriam a percorrer o território. A exceção da expedição comercial de Gregório José Mendes, de 1785, sertanistas e pombeiros não contavam com um piloto astrônomo em suas caravanas. Equipados para se localizarem espacialmente através de coordenadas geográficas e aptos a transportar as coordenadas de viagem ao papel, os pilotos e geógrafos tinham uma relação distinta com o trajeto riscado no território, com as distâncias percorridas, com os “espaços em branco” por se cartografar. Munidos de um pedômetro, marcavam as viagens por distâncias mais precisas do que a contagem dos “dias de caminhada”.

O comerciante Silva Porto sintetiza essas diferenças ao relatar seu encontro com Livingstone:

Apresentou-me o ilustre viajante um mapa em branco, que desenrolou; deu-me um lápis, a fim de marcar a posição do Bihé, e pontos principais por onde tinha transitado. Mais um vexame para mim, por me fazer passar por ignorante aos olhos do ilustre viajante, visto que tive mais de uma vez de lhe responder negativamente, dizendo não ter conhecimentos necessários para tal¹⁴⁰.

alguns territórios e dos povos que os habitam, situados na parte meridional da província de Angola. *Annaes do Conselho Ultramarino*: parte não oficial. Lisboa, 1ª série, 1867, pp. 203-208; COSME, Leonel. *Crioulos e brasileiros de Angola*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2001. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África centro-ocidental na década de 1840. *Afro-asia*. pp. 43-90. Nº43, 2011.

¹³⁹ Ver: BARBEITOS, Arlindo. *Angola-Portugal*: representações de si e de outrem ou o jogo equívoco das identidades. Luanda: Kilombelombe, 2011, pp. 425-426. SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Lista de sócios para a assembleia geral de 1897*. Lisboa: A Liberal, 1897.

¹⁴⁰ PORTO, António Francisco da Silva. *Silva Porto e Livingstone*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891, pp. 37-38.

Em que pese os mais de 15 anos de experiência de Silva Porto na África Central, e o fato de seus pombeiros encarregados terem, desde 1845, alcançado o Bartoze, terra na qual se encontrava no momento, o comerciante portuense foi incapaz de indicar o seu trajeto, desde o Bié. A inaptidão de Silva Porto em apontar o caminho percorrido, parece não fazer sentido se não entendermos que os chamados práticos do sertão mobilizavam saberes e referenciais distintos dos exploradores geógrafos.

Os marcadores espaciais e temporais dos práticos do sertão indicam outras noções. Silva Porto fala que “devia de saber ali que desse local à nascente do Riambeje [Zambeze], apenas se contam *dez dias de viagem*”¹⁴¹. Comerciantes e sertanistas eram, no dizer de Frederico Rosa e Filipe Verde, “exploradores sem mapa”, que dominavam as línguas, caminhos, costumes e regras do interior¹⁴². Por terem habitado e revisitado muitas vezes os mesmos lugares, as narrativas de comerciantes possuem uma visão muito sensível às mudanças socioambientais, a quais agentes sociais haviam dentro de cada sociedade e quais os seus papéis, às dinâmicas históricas, ao modo como as populações autóctones reagiram e se incorporaram ao comércio europeu e a forma de interação e demarcação de fronteiras entre os grupos étnicos.

Por seu turno, o explorador responsável pelas operações geográficas acelerava o tempo das relações africanas no afã de atender a corrida pela partilha do continente. Ao mesmo tempo em que o *hinterland* passava a ser cortada em todas as direções por exploradores ávidos em preencher os últimos “espaços em branco” nos mapas africanos, e que uma infinidade de informações era produzida, a visão dos exploradores cientistas tendia a reificar os sujeitos, seja pela descrição etnográfica, seja pela busca em seus desenhos de traços diacríticos acerca das populações autóctones. Sua narrativa tendia a ser intemporal, pois por onde passam os exploradores, as descrições definem paisagens imóveis – humanas, visuais, sonoras – e fora do tempo; suspendem a dinâmica histórica dos inúmeros grupos, as vicissitudes do espaço circundante, para registrar o momento em que ali estiveram.

Beatriz Heintze cria um corte entre o olhar dos comerciantes e dos exploradores modernos – aqui, entendidos como os membros das missões científicas de exploração da segunda metade do século XIX – e observa que, em termos gerais, os testemunhos dos exploradores se

¹⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 9.

¹⁴² ROSA, Frederico Delgado; VERDE, Filipe. *Op. Cit.*, 2013, p. 24.

notabilizavam não somente pela sua natureza topográfica e outras excelentes contribuições científicas, mas pela heroicidade dada ao seu périplo, em muito devido à extensão do caminho percorrido, pois nem sempre as rotas mercantis eram contínuas, e percorridas por um único indivíduo¹⁴³. A visão estática dos povos e culturas africanas elaborada pelos exploradores modernos é chamada de “presente etnográfico”, por Beatrix Heintze, e estava, em larga medida, relacionada a uma busca por uma África “virgem”, uma natureza e povos intocados, algo para se apropriar através do primeiro olhar, da primeira descrição. Ao adentrarem na bacia do Cunene, em Quilengues, Capelo e Ivens escrevem: “sobre aquele solo virgem, encontram-se jazigos de muitos minerais. A existência de ferro magnético é denunciada pela agulha”. A narrativa dos exploradores sugere uma terra ainda não ocupada, bem como uma riqueza desconhecida que só se revela diante da agulha de sua bússola¹⁴⁴. Não obstante, a autora reconhece que em ambas categorias há forte dependência de guias e intérpretes locais, sem os quais era impossível se mover pela África.

A corrida à África iniciada pela conferência de Bruxelas (1876) aumentou dramaticamente o número de explorações científicas, de textos, de representações cartográficas. As expedições passaram a cortar o continente em todos os sentidos, seguindo velhos trilhos comerciais e caminhos gentílicos. Por seu turno, essa corrida produziu uma cortina de fumaça, por meio da repetição de preconceitos, incompreensões e distorções. Pode-se argumentar que a narrativa dos exploradores em muito contribuiu para a visão sincrônica da realidade africana, visão estática e sem história.

Todas essas questões foram captadas por Francisco Nogueira, único capaz de confrontar a sua experiência com as narrativas dos exploradores geógrafos do último quartel do século XIX, porque escreveu à luz desses relatos¹⁴⁵. Nogueira afirma que:

Pela sua parte os viajantes, devemos também reconhece-lo, nem sempre podem fazer um juízo exato acerca dos factos que observam em África. Encarregados de missões que não saem

¹⁴³ HEINTZE, Beatrix. *Op. Cit.*, 2004, p. 35.

¹⁴⁴ HEINTZE, Beatrix. *Op. Cit.*, 2004, p. 25; CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *Op. Cit.*, 1881, Vol.1, p. 44.

¹⁴⁵ Bernardino José Brochado faleceu antes que as viagens de exploração pululassem pelo interior da África e Silva Porto apenas teve suas obras publicadas após a sua morte.

ordinariamente do domínio da geografia física, pouco se importando da etnografia e da etnologia, para cujo estudo não vão mesmo preparados; não sabendo a língua nem tendo tempo de a aprender praticamente nos lugares; tendo de se fazer compreender por meio de interpretes que comecem por os não entenderem a eles ¹⁴⁶.

Francisco Nogueira entendia que apesar da mudança acelerada do modo de olhar a África, de percorrê-la cientificamente, o conhecimento prático dos sertanistas não estava ultrapassado. A maior contribuição do olhar prático do sertanista era a sensibilidade etnográfica. E a melhor ferramenta que dispunham era o tempo de contato. Hospedar-se nas terras de um chefe, conhecer a língua e os costumes, as insígnias, o vestuário, os gestos, tudo isso, exigia um tempo e permanência que o explorador moderno não possuía.

A inelutável cisão do ver entre o prático do sertão e o explorador moderno é que o quadro mental destes tornava a observação demasiado opaca. Nogueira resume do seguinte modo:

O critério com que os viajantes científicos que agora percorrem a África ajuízam dos costumes dos Negros é pouco mais ou menos o seguinte. Chega um desses viajantes a uma povoação gentílica e como ali não vê um templo que indique um culto, ou um sacerdote que recorde alguma das religiões conhecidas conclui que não há religião alguma; como não há padres para celebrarem o casamento nem autoridades que lhe deem ao menos a forma de um contrato, isto é, como não há o casamento sob alguma das formas adoptadas nas sociedades civilizadas não há o próprio casamento; como não há o casamento não há a família, e assim por diante até negarem tudo ¹⁴⁷.

Desse modo, a descrição dos comerciantes era capaz de alcançar nuances e vicissitudes que o efêmero e passageiro olhar dos exploradores geógrafos não conseguiam.

¹⁴⁶ NOGUEIRA, Antonio Francisco. *Op. Cit.* 1881, p.90.

¹⁴⁷ Idem. *Ibidem*, p. 96.

No tocante às fronteiras entre estados e potentados africanos, os comerciantes traçam uma imagem muito mais dinâmica e com fronteiras ainda mais fluídas do que se observa quando comparado não somente aos relatos dos exploradores modernos, como também dos mapas etnográficos que começam a aparecer no início do século XX¹⁴⁸.

Antônio Francisco Nogueira demonstra, por exemplo, que comunidades Himba, do grupo Herero, depois de derrotadas passaram a habitar as terras agora sob domínio dos Ngambwe e dos Nkhumbi, “sujeitando-se as leis de cada país, mas formando duas comunidades à parte com seus usos e costumes”¹⁴⁹. Outra porosidade entre os Estados observada por Antonio Francisco Nogueira era o costume de deixar entre as cortes vizinhas e amigas um representante, encarregado de manter a boa relação entre os Estados. Esse sujeito recebia o nome de “Mu-quandira”, cujo significado era “o dos caminhos”¹⁵⁰.

Já Bernardino José Brochado observa que os Quilengue se tornaram um povo opulento e numeroso por permitir que herdeiros e pretendentes ao trono de outros Estados se refugiassem em suas terras, “formando pequenas tribos, mas obedientes e debaixo do poder do Soba dela”¹⁵¹. Aliás, estes estados confinantes foram cuidadosamente enumerados e localizados por Bernardino José Brochado. Brochado informa acerca do território de 11 centros de poder africanos, que, juntos, formava a o território que se estendia desde o Dombe, ao sul de Benguela, até um pouco ao sul de Cabo Negro. As notícias davam conta da “população”, da “forma de governo”, do “caráter dos habitantes”, dos “produtos naturais”, da “qualidade do terreno”, da “demarcação” territorial face aos estados vizinhos e do “clima”¹⁵².

Antes que as expedições modernas esquadrinhassem a África, o comerciante era um colaborador insubstituível para o mapeamento do território, porque as suas redes exorbitavam em muito os territórios de domínio formal. Por isso, as duas memórias produzidas por Bernardino

¹⁴⁸ Refiro-me aos trabalhos de CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *Op. Cit.*, 1886; CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *Op. Cit.*, 1881; PINTO, Serpa. *Como eu atravessei a África do atlântico ao mar indico, viagem de Benguela à contra-costa, a-través regiões desconhecidas; determinações geographicas e estudos ethnographicos*. Londres: Sampson Low, Marston, Searle e Rivington editores, 1881; DINIZ, José de Oliveira Ferreira. *Populações indígenas de Angola*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

¹⁴⁹ NOGUEIRA, Antonio Francisco. *Op. Cit.* 1881, p. 117.

¹⁵⁰ Idem. *Ibidem*. p. 116.

¹⁵¹ BROCHADO, Bernardino José. *Op. Cit.*, 1867, p. 204.

¹⁵² Idem. *Ibidem*. pp. 203-208.

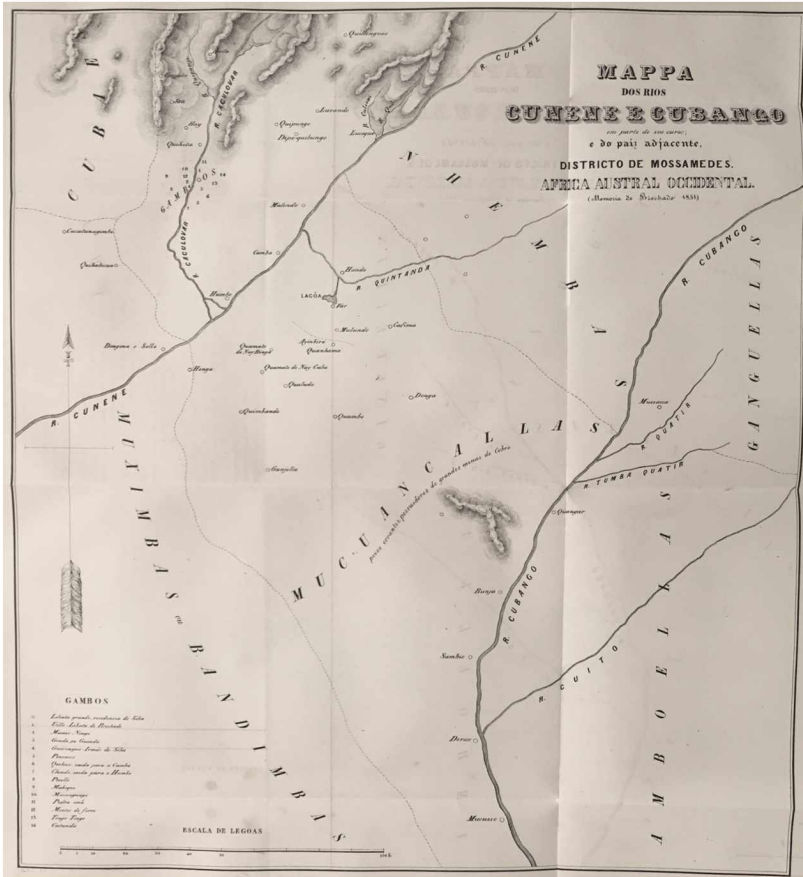
Brochado, foram transformadas em uma carta geográfica por Sá da Bandeira e publicada nos Anais do Conselho Ultramarino, para dar conta do território incorporado através do comércio. Por sua vez, as informações dessa carta e das memórias fizeram parte do mapa “Angola” (1864), coordenado por Sá da Bandeira e pelo então Governador de Mossâmedes, Fernando da Costa Leal.

O “Mapa dos rios Cunene e Cubango em parte do seu curso; e do paiz adjacente” (**Mapa 6**) representava todo o território conhecido por “além-Cunene” e os seus cursos médios mais ou menos demarcados, sem que indicasse quer às nascentes, quer as fozes¹⁵³. Abaixo do título a inscrição “districto de Mossâmedes”, reivindica a posse do território, circunscrevendo-o na esfera administrativa desse distrito. Vale ressaltar que Francisco Nogueira relata que, até 1855, não havia representante português nem mesmo nas terras do Ngambwe, ainda que um tratado tivesse sido assinado em 1850. Somente em maio de 1855 e em 1858, tropas regulares se instalariam entre os Ngambwe e os Nkhumbi respectivamente¹⁵⁴. O mapa andava a par com as rotas mercantis. Esta certamente se constituía como a fronteira mais avançada da presença portuguesa, ou ao menos, luso-africana. Entretanto, o mapa permanecia sendo a primeira forma de se apropriar do espaço, uma conquista pela representação, pois ele consubstanciava o interesse do Conselho Ultramarino, ao passo que os comerciantes mantinham grande autonomia do poder central.

¹⁵³ A designação *aquém* e *além-Cunene* aparece na documentação coeva para distinguir o médio curso do rio, sendo *aquém* a margem direita, portanto o oeste; e *além* a margem esquerda, o leste.

¹⁵⁴ Ver: NOGUEIRA, Antonio Francisco. *Op. Cit.*, 1881, p. 131; PELISSIÉR, René. *Op. Cit.*, 2013, vol.2, pp. 297-301.

Mapa 6 - “Mappa dos rios Cunene e Cubango em parte do seu curso e do país adjacente. Districto de Mossâmedes. África Austral Occidental”.



Fonte: BROCHADO, Bernardino José. *Annes do Conselho Ultramarino*: parte não oficial. Lisboa, 1ª série, 1867.

No que se refere à representação gráfica, a carta desprendia-se de informações topográficas, constituindo-se de consideráveis espaços em branco, exceto por uma breve cadeia montanhosa no país dos “Mucuncallas”, na margem direita do rio Cubango, e nas terras altas da Huíla. O mapa elaborado a partir da memória de Bernardino Brochado inaugurava uma visão cartográfica e uma forma de representar a natureza ao sul de Benguela que seria cada vez mais desenvolvida pelo mapeamento feito por exploradores modernos. Pela primeira vez, um mapa não representava o território sob as convenções gráficas naturalistas – pictogramas de árvores, montanhas, etc –, mas por meio de linhas abstratas que formavam as curvas de nível. Se as cartas da geografia iluminista dos séculos XVIII e início do XIX usavam o pictograma da montanha para indicar a sua localização, a técnica utilizada no mapa coordenado por Sá da Bandeira possibilitava a visualização dos contornos e da altitude destes acidentes geográficos. A relação de equilíbrio entre desenho e escrita no mapa é uma questão duradoura dentro da cartografia. Elas podem estar entrelaçadas em uma ligação permanente, ou complementar, assumindo várias formas. Perceber a relação entre ambas é uma maneira interessante de se entender o ato cartográfico e as diferentes leituras que se fazem dele ¹⁵⁵.

Já a parte escrita do mapa se restringiu ao título, topônimos e legendas. Em toda carta há somente uma inscrição textual fora desta estrutura, que é a indicação da riqueza de cobre entre os “Mucuncallas”. Dessa forma, a legibilidade do “Mappa dos rios Cunene e Cubango” passava a privilegiar a visibilidade à legibilidade, impondo ao desenho uma considerável economia gráfica. A evolução histórica da legibilidade à visibilidade é passível de ser percebida entre as primeiras cartas de D’Anville, passando pela carte de Angola elaborada por Pinheiro Furtado, e finalmente, o mapa de Brochado.

O corpo de legendas indica os principais lugares dentro do território dos Ngambwe. Dentre eles estão a “libata grande, residência do soba” (o), a “libata de Brochado” (1) e a libata do irmão do soba (4). Nesse caso, a legenda foi um recurso utilizado para indicar os 14 pontos principais, que por muito concentrados que fossem, não permitiam que a toponímia invadisse o próprio mapa. A precisão cartográfica e a quantidade de sítios indicados nos Ngambwe contrastam com o território quase vazio além-Cunene. Tendo em vista que Brochado

¹⁵⁵ Para uma discussão da longa trajetória histórica do lugar da escrita nos mapas, ver: JACOB, Christian. *The Sovereign Map: Theoretical Approaches in Cartography Throughout History*, Chicago: University of Chicago Press, 2006, pp. 189-269.

habitava entre os Ngambwe, os espaços em branco não podem ser entendidos como vazios populacionais, mas como silêncios do comerciante, que por falta de conhecimento prático não descreveu em minúcia estas porções.

Mesmo percorrendo o território por vários anos, Brochado não informa sistemática e integralmente as trajetórias dos rios Cunene, Caculovar, Quintanda, Cubango, Cutio, Quatir, descrevendo-os parcialmente. A dificuldade em descrevê-los em sua totalidade reside no fato de Brochado não os percorrer durante as viagens comerciais. As vias mercantis africanas e luso-africanas não seguiam o traçado dos cursos d'água e até os evitava, pois, a matriz do comércio era a caravana terrestre. O transporte fluvial ainda não havia sido implementado e os rios eram mais um embaraço do que um trilho a ser seguido. A presença de muitos predadores da fauna marinha, como hipopótamos e crocodilos, nos períodos de cheia e de predadores terrestres, como os leões, no período do cacimbo; a insalubridade dos pântanos, charcos e terrenos molhados; o risco de afogamentos durante o transporte das cargas, repeliam as caravanas para longe dos rios¹⁵⁶. O mapa elaborado a partir das descrições de Brochado indica três caminhos principais: o primeiro, liga as terras altas da Huíla terra dos Ngambwe, em sentido Norte-Sul e era integralmente terrestre; o segundo, também terrestre, conecta a vila de Mossâmedes aos Gambos, em sentido Oeste-Leste; e o terceiro, misto, percorria parte do curso do Cunene, ligando-o ao Cubango, em sentido Sul-Sudeste. Alguns caminhos fluviais eram usados apenas no período seco, chamado de cacimbo, quando a maioria dos rios intermitentes dava passagem em seu leito seco. Francisco Nogueira informa que um desses trilhos era o rio Caculovar, que quando seco, tornava-se o caminho mais curto e direto entre as terras dos Ngambwe e Camba¹⁵⁷. Os trechos cartografados dos rios coincidem com os caminhos percorridos pelos comerciantes, sendo estes majoritariamente descontínuos. Em outras palavras, os caminhos comerciais não serviam aos objetivos geográficos que desejavam estudar a hidrografia do continente africano. As informações dadas pelos comerciantes ainda que bastante utilizadas na confecção dos mapas, não continha a integralidade do sistema hidrográfico.

¹⁵⁶ Ao referir-se ao Cunene, Brochado afirma que “todo ele é coalhado de jacarés e cavalos marinhos, onde a natureza parece ter sido mais pródiga, que noutra parte”. BROCHADO, Bernardino José. *Op. Cit.*, 1867, pp. 190-191.

¹⁵⁷ NOGUEIRA, Antonio Francisco. *Op. Cit.*, 1881, p. 128.

O saber africano selecionou esses caminhos ao longo dos anos, não somente pela troca europeia, mas pelas dinâmicas próprias à geografia, a condições ecológicas específicas, à anuência de passagem de chefes africanos, às trocas internas, dentre outros. O que muitos dos comerciantes europeus fizeram – e aqui podemos incluir as três personagens que apresentamos – foi se inserir em rotas mercantis já existentes, há muito percorridas por africanos, ou por seus pombeiros e aviados, logrando negociar diretamente com os reinos, Estados e chefaturas do interior. A Silva Porto era reputada a abertura do caminho ao Barotze, embora as duas primeiras viagens tenham sido percorridas por um de seus encarregados. Bernardino José Brochado, animava-se em ter sido o primeiro europeu a negociar entre os Kwanyama, pois explica:

A nenhuma destas terras iam antigamente europeus, em razão das calças, contudo fui a Mulondo em 1844, e depois de fazer uso da saia por algum tempo, pude obter licença do Soba para usar calças por todo o lugar da terra, menos na própria Libata grande (residência do Soba) onde era preciso regaça-las até ao joelho, cobrindo-as por cima com a dita saia¹⁵⁸.

A diferença de vestuário surge como a primeira barreira que impedia a negociação em bons termos além-Cunene. Assim, a abertura comercial com os Kwanyama não se tratava da criação de uma rota, ou da descoberta de um país desconhecido, mas de superar um melindre diplomático e receber a autorização do soba para adentrar as suas terras e negociar.

O testemunho dos comerciantes, por ser um importante índice do seu tempo, torna-se uma fonte rica para entender algumas dinâmicas históricas da mudança ecológica e das relações espaciais do sul de Angola, após sua incorporação no comércio mundial. A seguir compararemos as mudanças ocorridas pela bacia do rio Cubango, pródiga no comércio de marfim, e na bacia do rio Cunene, marcadamente pastoril.

¹⁵⁸ BROCHADO, Bernardino José. *Op. Cit.*, 1867, p. 188.

3.1.1 No Eldorado do Marfim

No tocante às mudanças da relação com o ambiente, é notável o caso dos “casséqueres” (Khoisan). Ao cruzar com membros deste grupo, Serpa Pinto coloca-os no estágio mais primitivo e imóvel que se pode imaginar e em seguida afirma que “são os verdadeiros selvagens da África tropical do sul, os outros povos podem ser chamados de bárbaros”. Coabitando com os Ambuelas no vasto território que se estende entre os rios Cubango e Cuando, ainda segundo o autor, não conheciam qualquer tipo de comércio, exceto quando a fome grassava e os obrigava a permutar marfim e cera com os vizinhos ¹⁵⁹. Fora da terra dos Ambuelas, próximo às margens do rio Caculovar, nas terras do Nkhumbi, Capelo e Ivens tiveram uma impressão muito semelhante ao encontrarem com “casséqueres” que transitavam pela região. Os autores afirmam que eles “vivem nos recônditos dos bosques, em míseras cubatas; a sua alimentação consiste no mel e na carne; o seu maior prazer é o isolamento!”. Na descrição que se segue, mais uma vez, prevalece uma visão estática e intemporal dos Khoisan. Tanto Serpa Pinto quanto Capelo e Ivens não são capazes de compreender os efeitos do avanço da fronteira comercial sobre o modo de vida dessas populações ¹⁶⁰.

A visão que se tem dos “bosquímanos” como povos primitivos e extremamente isolados também foi compartilhada por exploradores britânicos que estiveram na colônia do Cabo. Esse isolamento observado pelos exploradores é fruto de um processo histórico de longa duração. A mercê da ocupação da colônia do Cabo, os Khoisan foram repelidos para norte, onde encontraram com grupos Banto guerreiros. As guerras e escaramuças travadas em ambos os lados levaram parte considerável desses caçadores-coletores a se refugiarem em zonas marginais, como as terras do Khalarrari e do deserto da Namíbia, bem como entre os rios Cunene e Cubango ¹⁶¹.

Bem diferente é a visão de Silva Porto, que por ter contato com os “casséqueres” ao longo de muitos anos, pôde perceber transformações provocadas pela abertura do comércio de longa

¹⁵⁹ PINTO, Serpa. *Como eu atravessei a África do atlântico ao mar índico, viagem de Benguella à contra-costa, a-través regiões desconhecidas; determinações geographicas e estudos ethnographicos*. Londres: Sampson Low, Marston, Searle e Rivington editores, 1881. Vol. 1, p. 281.

¹⁶⁰ CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *Op. Cit.*, 1886, p. 207

¹⁶¹ ESTERMANN, Carlos. *Op. Cit.*, 1983, p. 35; PRATT, *Op. Cit.*, 1999.

distância. Segundo os diários do portuense, os integrantes dos grupos “bosquimanos” desconheciam o valor de recurso natural do marfim até a abertura do comércio de longa distância com o Barotze, em 1845. Apenas a carne do elefante era recolhida por esses exímios caçadores, enquanto as presas dos animais abatidos eram deixadas para trás. Silva Porto relata em seu diário que os encontrou “com grande provimento de carne de três elefantes e abundância de mel, que o povo da caravana comprou por missangas e tabaco, fazendo grande provisão de ambos os objetos. O chefe dessa gente nos fez presente dos dentes dos citados animais”¹⁶².

O antropólogo Carlos Estermann, que escreve quase um século depois, também observa que o isolamento desses grupos deve ser relativizado, por exemplo, pelo uso de utensílios domésticos de fabricação Banto. Além disso, a escolha do sítio em que se levantava acampamento levava em conta a proximidade com outros povos: “acontece que, grupos que não distam muito das habitações dos negros, preferem ir instalar os seus acampamentos ao lado dessas habitações para dois ou três meses de cada ano”. É o período em que a floresta diminui seu potencial em caça e coleta, mas que coincide com a colheita das plantações de milho e massango dos povos Banto. As mulheres “bosquímanas”, então participam da colheita em troca da ração diária. É bem provável que esse tipo de relação Inter étnica já fosse prática corriqueira no período em que os exploradores portugueses cruzaram com os “casséqueres”, pois é notável que os seus acampamentos estivessem em meio “de aldeias e campos cultivados”¹⁶³.

O afã dos sertanejos por peles, penas de avestruz e, sobretudo, marfim podem ter modificado a relação que esses habitantes tinham com a atividade cinegética. O aparecimento de rotas concorrentes de bôeres vindas do Khalarrari a partir da década de 1860 também pode ter impulsionado essa mudança de relação com o ambiente¹⁶⁴. No caso português, vale ressaltar que a busca por tal recurso natural foi profundamente impactada pelo fim do monopólio régio, em 1834. Os preços que até então eram mantidos virtualmente baixos nos principais portos de Angola passaram a subir exponencialmente, bem como o seu volume de exportação. Para que se tenha uma ideia, as exportações de

¹⁶² PORTO, Antonio Francisco da Silva *Op. Cit.*, 1986, p. 335.

¹⁶³ ESTERMANN, Carlos. *Op. Cit.*, 1983, p.37; CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *Op. Cit.*, 1886, p. 208.

¹⁶⁴ PORTO, Antonio Francisco da Silva. *Op. Cit.*, 1986, pp. 117-132

marfim a partir de Luanda subiram de 3.000 libras em 1832, para 105.000 libras em 1844, apenas dez anos após a queda do monopólio ¹⁶⁵.

Ainda segundo as narrativas de Silva Porto, pode-se depreender que outros grupos foram muito hábeis em negociar e se adaptar aos lucros advindos do comércio do marfim. Os caçadores Quico reconheceram muito cedo o valor que passou a ser atribuído às presas de elefante pelos sertanejos, bem como pelo Muatianvua, a quem eram devedores de tributos. Em seu opúsculo, Silva Porto afirma que a guerra perpetrada pelos Quioco ao paquiderme levou à fuga em massa das manadas, pelo que os caçadores passaram a ultrapassar seus territórios ancestrais. A caça em terras alheias carecia de novos arranjos, “ficando o caçador com o dente esquerdo e dando o direito ao senhorio em cujo domínio era morto o elefante”. Segundo Juliana Ribeiro da Silva, a partir de 1850, este povo começou a subir para o norte seguindo as manadas até a margem direita do rio Kwango (Cuango). Não é absurdo imaginar, no entanto, que nem sempre esse acordo tenha sido respeitado, gerando graves conflitos. Além disso, a caça do elefante favoreceu a concentração bélica dos Quico (Cokwe), proporcionando-os os meios de abalar as autoridades políticas do Muatianvua ¹⁶⁶.

3.1.2- *No universo pastoril*

Não obstante, nem todas as manadas se embrenharam na floresta tropical. Parte delas deve ter migrado rumo ao ocidente, refugiando-se nas terras sob domínio dos Nkhumbi, como é possível inferir a partir da descrição de Capelo e Ivens. Ao transitarem pelas terras do sul de Angola em 1885, os viajantes descreveram o território Nkhumbi como uma verdadeira arca de Noé, cuja profusão da fauna bravia já começava a atrair célebres caçadores, como Axel Wilhelm Eriksson, bem como os bôeres que há pouco tinham alcançado e se estabelecido em Humpata,

¹⁶⁵ DIAS, JILL; ALEXANDRE, Valentim. *Op. Cit.*, 1998, p.382; DELGADO, Ralph. *A famosa e histórica Benguela: catalogo dos governadores (1779-1940)*, Lisboa: Edições Cosmos, 1940, pp. 111-112; DIAS, Jill. “Caçadores, Artesãos, Comerciantes, Guerreiros: Os Cokwe em perspectiva histórica”. In: HEUSCH, Luc de; DIAS, Jill. *A Antropologia dos Tshokwe e povos Aparentados*. Porto: FLUP, 2003, p.35.

¹⁶⁶ PORTO, Antonio Ferreira da Silva. *Op. Cit.*, 1891, p. 44; SILVA, Juliana Ribeiro da. *Homens de ferro: Os ferreiros na África central no século XIX*. 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p.131.

no planalto de Huíla.¹⁶⁷ Segundo os autores, a razão para a existência dessa reserva de caça “tão próximo da residência do homem, consiste em dois fatos especiais: a natureza das florestas, exclusivamente compostas em grandes zonas do espinheiro, o que as torna impenetráveis, e a abundância dos gados, fazendo com que o indígena pouco ou nada pense em caçar”¹⁶⁸. A mesma impressão tivera o sertanejo Brochado quarenta anos antes. Ao que parece, coube a este comerciante e seus encarregados, a integração dos territórios do hinterland, desde o Nkhumbi até o Kwanyama, ao comércio de longa distância, durante a década de 1840¹⁶⁹. Como um comerciante do sertão, Brochado possuía especial interesse na produção de marfim, pelo que afirma: “há ali grande abundancia de elefantes, de maneira que se tal gente fosse dada à vida de *caçador*, aquelas terras se tornariam de mais comércio de marfim; porém é vida pela qual não trocam a de pastor”¹⁷⁰. O que ambos relatos revelam é que a pastorícia desestimulou a inserção dos Nkhumbi no comércio de marfim.

A predileção desses pastores pelo gado bovino parece ter facilitado a coabitação entre as espécies selvagens e a animália doméstica, desde que aquelas não ameaçassem a pastorícia. Grandes predadores e animais peçonhentos podem ter sido vistos com menos desdém por parte dos Nkhumbi. A atenção era redobrada no período de estiagens, pois os pontos de aguadas e margens dos rios Caculovar e Cunene eram simultaneamente visitados pelos rebanhos e pela fauna bravia sedenta. Nesse período, os Nkhumbi preparavam armadilhas terrestres em forma de grandes fossos cobertos com madeira e capim, a que chamavam de *mahinas*¹⁷¹.

Porém, em termos de perda do cabedal, quer por mortes quer por competição ecológica, estes animais selvagens não constituíam a maior preocupação. É revelador, nesse sentido, a impressão tomada pelo sertanejo Brochado, que percebe a disputa pelo gado entre os Nkhumbi, aquém-Cunene, e os Kwanyama (Cuanhama), além-Cunene. O autor afirma que as razias e disputas de gado se davam geralmente nos meses

¹⁶⁷ Desde agosto de 1878 que um *trek* bôer negociava com o Cônsul-geral de Portugal no Cabo a possibilidade de se instalar no planalto da Huíla, o que veio conseguir dois anos depois, após o enfrentamento direto com o soba do Humbe. Ver: PÉLISSIER, René. *Op. Cit.*, 2013, pp. 144-148.

¹⁶⁸ CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *Op. Cit.*, 1886, p. 209.

¹⁶⁹ PORTO, António Francisco Ferreira da Silva. *Op. Cit.* 1986, 372.

¹⁷⁰ PORTO, António Ferreira da Silva. *Op. Cit.*, 1986, p. 372; BROCHADO, Bernardino José. *Op. Cit.*, 1867, p.189.

¹⁷¹ BROCHADO, Bernardino José. *Op. Cit.*, 1867, p. 189

mais secos, entre julho e dezembro, pois o baixar das águas do rio Cunene possibilitava a travessia a pé em determinados trechos, sendo o momento mais oportuno para as incursões dos Kwanyama. A competição pelos rebanhos entre os dois grupos foi algo constante até meados do século XX e serviu como uma das principais justificativas para a efetiva ocupação do território por parte do governo português entre 1890 e 1914¹⁷².

3.2 “Ou dominar tudo deveras e impor a lei, ou abandoná-los completamente”: visão do território por funcionários coloniais¹⁷³

A citação acima foi proferida pelo capitão Sebastião Nunes da Mata, secretário do governo de Mossâmedes, em seu relatório acerca do *hinterland* de Mossâmedes. A ideia de Nunes da Mata – presente também em outros relatos de funcionários coloniais – é de que a ação portuguesa pouco firme e sem uma política de ocupação do território bem definida, prejudicava o interesse colonial. Urgia, pois, uma intervenção militar e a criação de fortes militares junto aos principais centros de poder da região.

Neste tópico, interesse-me pelas descrições *in loco* elaboradas por funcionários da administração portuguesa. Eles eram encarregados de dar a conhecer os territórios em questão, apontando as potencialidades naturais, os caminhos fluviais, as estruturas de poder locais, os pontos de ocupação colonial, além de projetar outras possíveis áreas colonizáveis. Busco, também, compreender em que direção deve caminhar a colonização para estes funcionários. Amiúde, queixam-se do desinteresse dos colonos brancos, sobretudo da Huíla, em cultivar a terra, inclinando-se em sua maioria para a atividade comercial. O “comércio gentílico”, muitas vezes, é visto de forma pejorativa, pois, segundo os autores, além de ter pequeno vulto, desgasta as relações diplomáticas com os chefes africanos. A necessidade de “pacificar” ou colocar esses reinos sobre a tutela portuguesa reside no fato de os reinos africanos serem, muitas vezes, vistos pelos administradores coloniais como unidades despóticas independentes que guerreiam entre si. Razias de gado e muitas outras relações recíprocas estabelecidas entre os

¹⁷² BROCHADO, Bernardino José. *Op. Cit.*, 1867, p. 188; PÉLLISSIER, Réne. *Op. Cit.*, 2013.

¹⁷³ MATA, Sebastião Nunes. Relatório do secretário do governo de Mossâmedes, capitão Sebastião Nunes da Mata. *Boletim Oficial do Governador Geral de Angola.*, 1867, suplemento nº24. In: FELNER, Op. Cit., 1940, vol.3, p. 146.

grupos bantos e não bantos, ou entre clãs diferentes (*otvisoco*), são entendidas como perturbadoras da ordem colonial.

O comércio de longa distância foi a atividade mais dinâmica das décadas de 1840 e 1850, no que tange ao mapeamento e à construção da rede territorial de Angola. Comerciantes, pombeiros, sertanistas juntamente com seus carregadores criaram linhas de penetração e negociaram com as chefias do interior a passagem de suas caravanas, alimentos e víveres necessários; permutaram escravizados, produtos de recolecção, dentre outros. A frágil rede formada pelo trilho do comércio garantia uma presença portuguesa informal no *hinterland*, que nem sempre correspondia aos interesses ou às ordens emanadas do litoral. Apesar disso, com o aumento da arrecadação das alfândegas de Luanda e Benguela, os interesses de comerciantes e gestores se aproximavam no aspecto financeiro.

Já na década de 1860, alguns dos gestores portugueses estavam certos de que o interesse pelos produtos europeus seria suficiente para mobilizar os africanos até o comércio costeiro. A estratégia geopolítica de recuo ganhou adeptos a partir de 1861, sobretudo, com o governador geral de Angola, Sebastião Lopes de Calheiro e Menezes. Para a porção austral do território ele reporta o seguinte, em seu relatório:

No interior de Mossâmedes a nossa dominação não é mais util. A leste da vila, cuja população é avaliada em 2 200 habitantes, compreendendo os subúrbios, temos na distancia de 75 quilômetros proximamente o concelho do Bumbo, que antes do estabelecimento da nova colônia de Capangombe tinha um único morador com a sua família, e os pretos da sua fazenda. A leste do Bumbo, subindo a serra da Chella, e às planícies elevadas que demoram ao oriente da serra, temos o concelho da Huilla, que distará 140 quilômetros da costa, com uma pequena povoação de brancos, resto da companhia agrícola de caçadores n.º 3, que tão pouco correspondeu ao que custou, e ao que dela se esperava. Do chefe d'este concelho dependem os pacíficos sobas da Humpata e do Jau. A leste da Huilla, e a meia distância do Humbe, temos o concelho dos Gambos, cuja população é a guarnição que ali mantemos, e cujo soba de continuo excita contra nós o ódio do gentio, em virtude de desinteligências havidas com as autoridades. Enfim a sueste dos Gambos

[Ngambwe] está o Humbe, onde desde a ocupação temos andado sempre em guerra, para sustentar o novo soba que aí colocamos [grifo nosso] ¹⁷⁴.

O quadro pintado por Calheiro e Menezes era de descrença na efetiva ocupação do sul de Angola. O distrito de Mossâmedes estava organizado em cinco concelhos (Mossâmedes, Bumbo, Huíla, Gambos e Humbe), todos mais ou menos desanimados na produção agrícola. A extração mineral tampouco possuía relevância e o gado que sobrepujava nos sertões era difícil de ser negociado com os chefes locais.

O seu ressentimento face ao destino tomado pela colônia agrícola da Huíla é patente. A colonização militar na Huíla foi instaurada pelo decreto de Sá da Bandeira em 15 de julho de 1857, que determinava a criação de uma companhia de praças, com aptidões em agricultura, carpintaria, construção, serralheria ¹⁷⁵. As praças e suas famílias foram instaladas nos terrenos escolhidos pelo governador Antonio Joaquim de Castro, em 1859. Entretanto, os colonos se desviaram da atividade agrícola em pouco tempo, alguns engajando-se no comércio, enquanto outros eram destacados para ocupar a linha de fortes do interior.

Calheiro e Menezes também olhava com desdém para o concelho do Bumbo, apesar da recente iniciativa de produção agrícola em Capangombe. Talvez ele estivesse incrédulo com as possibilidades daquela empresa dirigida por ele próprio no mesmo ano. Em fevereiro de 1861, o governador geral visitou o distrito de Mossâmedes, realizou diligências pelas cercanias da vila, inquiriu a população local sobre possíveis terras férteis no interior, além das já conhecidas terras da Huíla e investigou as culturas com maior potencial produtivo. O governador do distrito, Antonio Joaquim de Castro, então, visitou a região Capangombe em companhia de alguns agricultores de Mossâmedes e considerou que as terras do vale eram adequadas à expansão agrícola. Em maio do mesmo ano, Calheiro e Menezes organizou uma expedição formada por 100 colonos, vindos de Luanda, e instalou-os nos “terrenos baldios” de Capangombe.

¹⁷⁴ MENEZES, Sebastião Lopes de Calheiro e. *Relatório do Governador Geral da Província de Angola. Referido ao Anno de 1861*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p. 9.

¹⁷⁵ *Anais do Concelho Ultramarino* parte oficial 1ª série p. 548; e em FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Op. Cit.* 1940, p. 59.

De acordo com o relatório que fora produzido pelo agricultor José Joaquim da Costa ¹⁷⁶, antes da instalação dos colonos, havia em Capangombe abundância de terras férteis, ideais para a cultura da “cana crioula”, pois a população Kuvale ali residente havia abandonado as terras em razão das contínuas refregas pelo gado ¹⁷⁷. Assim sendo, não se tratava de uma reserva de terra desocupada, mas o oposto disso. Era um território inserido na economia das trocas pastoris das razias de gado, em que o saque aos rebanhos fazia parte das relações Inter étnicas, ainda mais pressionada após a chegada em massa de colonos brancos.

A regência portuguesa nestas paragens era tão frágil quanto recente. A presença de comerciantes luso-africanos não era sinônimo de domínio português e, por seu turno, a resistência africana à penetração comercial diferia da presença administrativa e militar. A primeira foi mais tolerada e, até buscada, na medida em que os comerciantes do mato eram capazes de se submeter à tutela dos sobas e dinamizar as relações entre os Estados africanos vizinhos. Comerciantes brancos instalados nos Gambos (Ngambwe) atuavam junto à Corte de Caxitua, criando um elo da corrente comercial entre os Ngambwe (Ngambwe), Huíla (Mwila), Humbe (Nkhumbi) e chefaturas vizinhas. Em 1850, viviam 19 comerciantes brancos nos Ngambwe, engajados na permuta de cera, marfim e gados que por lá transitavam ¹⁷⁸. O soba dos Ngambwe, então, operava de modo análogo ao Jaga de Cassange, fornecendo carregadores, assegurando a proteção dos comerciantes em suas terras e servindo de intermediário entre o litoral e o interior.

Já a efetiva ocupação do *hinterland* de Mossâmedes teve um novo impulso, quando da criação da primeira Companhia do Batalhão de Caçadores nº 3, responsável pela colonização militar da Huíla. Ela havia sido criada por Sá da Bandeira, em 1857, tendo como estratégia a

¹⁷⁶ Joaquim José da Costa era proprietário do engenho “Patritota,” na Várzea da Boa Vista e de uma outra fazenda no Giral. Ver: Relação das propriedades rústicas de Mossâmedes, com os nomes dos seus proprietários. In: FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Op. Cit.* 1940, vol. 3, pp.81-86.

¹⁷⁷ Os “terrenos baldios” foram criados pelo decreto de 4 de dezembro de 1861, que regulava a distribuição de terras para a agricultura colonial. Grande parte dessas terras não eram necessariamente devolutas ou “baldias”, mas eram terras linhageiras que estavam integradas ao sistema de cultura rotacionada africana, ou eram reservas de pasto de pastores transumantes. A expropriação da terra em Capangombe foi crescente e segundo consta no Boletim Oficial de Angola, em 1867 já alcançavam 19 000 hectares. Ver: *Boletim Oficial do Governador Geral da Província de Angola*, 1867, suplemento n.º 24, de 17 de junho de 1867.

¹⁷⁸ DELGADO, Ralph. *Ao sul do Cuanza*. Lisboa: Imprensa Beleza, 1944, Vol.2, p. 117.

interiorização do poder português no “país dos Gambos [Ngambwe], no vale do Cunene e nos sertões adjacentes”. Por esse motivo, chegou a ser aventada a transferência da residência do governador do distrito para lá¹⁷⁹. Em 1859, dando continuidade à política de ocupação militar do sul, um destacamento da Huíla ocupou os Ngambwe e estabeleceu relações diplomáticas com o soba do Nkhumbi. Mas a beligerância ocupava o centro desses dois concelhos, que se mostravam reticentes à ocupação militar.

Entre os Ngambwe, as relações seguiam instáveis após subir ao trono Binga, doravante chamado de Comena por seus súditos, em 1851. Binga era menos afeito à autoridade portuguesa do que seu irmão Caxituca e, durante algum tempo, tolerou a presença do representante português, ao mesmo tempo que limitava seus poderes. Porém, quando em 1855, o governador Costa Leal fez valer o tratado de vassalagem, assinado por Caxituca em 1850, enviando soldados e uma peça de artilharia para se instalarem na em Tchibemba, sede do governo dos Ngambwe, Binga ordenou que as forças regulares se retirassem. Em resposta, Costa Leal se dirigiu aos Ngambwe, levando consigo soldados, 4 peças de artilharia, carregadores e o argumento único, incisivo, supremo e moralizador: a bala. Entretanto, o soba dos Ngambwe não se deixou intimidar pela presença da força armada portuguesa que, aliás, teve de bater em retirada para a Huíla após um longo cerco. O governador Fernando Leal muda de estratégia e organiza uma guerra gentílica, ou “guerra preta”, formada por uma força de mais de 30.000 homens de Caconda, Quilengues e Galangue, para castigar o soba Binga, que teve de bater em retirada e se exilar entre os Nkhumbi. A ocupação militar dos Ngambwe só seria possível em 1859, após Binga ficar enfraquecido pela dita “guerra preta” que veio do Norte¹⁸⁰. O episódio é apenas um de muitas rusgas entre a administração colonial e os povos do sul de Angola.

No Nkhumbi, não havia nenhuma tentativa de ocupação militar anterior a 1858, existindo apenas alguns comerciantes do mato de origem portuguesa e emigrados do Brasil que, mediante o pagamento de um imposto ao soba Tyngue, ou Tchingue, tinham a permissão de habitar

¹⁷⁹ Sobre a criação de uma Colonia na Huila (13/07/1857). In: FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Op. Cit.*, 1940, vol.3, p. 50.

¹⁸⁰ PÉLISSIER, René. *Op. Cit.*, 2013, 3ª Ed., Vol.1, pp. 181-186; CARVALHO, Ruy Duarte. *Op. Cit.*, 2000, p.50.

e negociar ali ¹⁸¹. Graças à regularidade do comércio entre os Ngambwe e os Nkhumbi, em dezembro de 1857, o governador criou ali um concelho na tentativa de estender a autoridade portuguesa até a margem do rio Cunene, mas essa autoridade só existia formalmente para o governo português, uma vez que inexistia a cobrança de impostos por parte do governo português, a presença de alguma autoridade, ou mesmo a ocupação militar.

O historiador Alfredo Felner interpreta a insurgência dos chefes dos Nkhumbi, Ngambwe e Camba, diante da ocupação militar, como um ato de deslealdade à Coroa Portuguesa. Para o autor, os chefes africanos haviam “se arrependido do que insistentemente haviam feito para terem brancos nas suas terras” ¹⁸². Ao tratar a decisão de Binga como arrependimento, Felner conota uma valoração pejorativa sobre o chefe dos Ngambwe, semelhante à visão dos documentos coevos, que retratam os chefes africanos como “traidores” e “rebeldes” ¹⁸³. Em seguida, contradiz-se ao afirmar que “o comércio do interior, longe de se ressentir da insubmissão do gentio, aumentava em relação ao negócio dos bois, e a indústria da carne salgada nada sofria na sua exportação” ¹⁸⁴. Assim, Felner vê o africano como um empecilho, uma dificuldade a ser vencida pelos comerciantes brancos, que não se deixaram “ressentir” pela insubmissão.

No entanto, os chefes africanos trataram de modo distinto o avanço da fronteira comercial, fruto da iniciativa particular, daquela dirigida pela geoestratégia oficial portuguesa de penetração do território. A manutenção do comércio pressupunha o cumprimento de uma série de regras, todas com forte dependência dos recursos africanos. O sertanejo devia buscar um potentado forte, capaz de reunir rapidamente, perante os seus súditos, os produtos coloniais. Por sua vez, o chefe africano desejava um abastecimento regular de bens exóticos para suprir o desejo de distinção social da sua aristocracia. As trocas comerciais ocorriam, geralmente, comandadas diretamente pela autoridade máxima na capital do seu país e, só depois da anuência do suserano, os pombeiros ficavam

¹⁸¹ ALEMEIDA, João de. *Sul d'Angola: relatório de um governo de distrito* (1908-1910). Lisboa: Typografia do Anuario Commercial, 1912, p. 325; NASCIMENTO, José Pereira do. *Da Huila às terras do Humbe (notas a lapis)*. Huila: Typographia da Missão Católica do Real Padroado Portuguez, 1891, pp. 107-109.

¹⁸² FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Op. Cit.*, 1940, vol.1, p.48.

¹⁸³ Adjetivos usados para por Sá da Bandeira para se referir ao régulo dos Ngambwe. Ver: *Anais do Conselho Ultramarino*. Parte Oficial, 1ª série, p. 357.

¹⁸⁴ FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Op.cit.*, 1940. vol.1. p.49.

autorizados a se dirigirem aos territórios avassalados previamente por ela designada ¹⁸⁵.

Além disso, a aliança momentânea com os portugueses não significava a anuência para a efetiva ocupação. Os chefes dos Nkhumbi e dos Ngambwe procuraram se aliar com os portugueses no fim da década de 1850, quando uma guerra do Nano vinda do norte era iminente, mas passada a ameaça, tentaram se desvincular da tutela portuguesa, a fim de manter sua autonomia de governo ¹⁸⁶.

Segundo Marília Emília Madeira Santos, a fronteira comercial, apesar de não se sobrepor e até exorbitar os limites das formações políticas africanas, não interferia “diretamente na sociedade e, menos ainda, na política local”, ao passo que a estratégia de ocupação portuguesa, por meio da construção de estradas, fortificações, cobrança de impostos, instalação de representantes administrativos nos centros de poder, dentre outras, ameaçava as bases de sustentação do poder e de autonomia dessas sociedades ¹⁸⁷. Essa premissa deve ser posta em causa, pois é possível observar transformações profundas nas bases das sociedades africanas quando se leva em consideração os efeitos ambientais da presença do comércio europeu nessas regiões.

É o caso, por exemplo, da disseminação de uma doença infectocontagiosa cognominada de *caonha*, que atingiu não somente os Nkhumbi, mas todos os grupos do universo pastoril do sul de Angola. A propagação dessa Peri-pneumonia pela África austral foi atribuída por Capelo e Ivens ao viajante explorador James Chapman, que teria levado

¹⁸⁵ Para um entendimento do comércio português no interior da África austral, vide: SANTOS, Maria Emília Madeira. Introdução de PORTO, António Francisco Ferreira da Silva. *Viagens e apontamentos de um portuense em África*: diário de António Francisco Ferreira da Silva. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986.; HENRIQUES, Isabel de Castro. *Percursos da modernidade em Angola*: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1997; HEINTZE, Beatrix. *Op. Cit.*, 2004.

¹⁸⁶ A guerra do Nano era como eram chamados os ataques dos Estados Ovibundo que, coligados, desciam para as terras do planalto sul. Sucessivos ataques durante o século XIX (1806, 1832, 1838, 1849, 1860-1879) indicam uma desigualdade de forças em armamentos entre os Ovibundo e os Nyaneca-Hkumbi e sugere certo sincronismo com a escassez de chuvas no sul semiárido e o consequente enfraquecimento das populações residentes. Ver: ESTERMANN, Carlos. *Op. Cit.*, 1960, pp.30-32; DIAS, Jill. Famine and disease in the history of Angola. *The journal of African History*. Vol.22, nº3, 349-378, 1981.

¹⁸⁷ SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos Caminhos de África*: serventia e posse. Angola século XIX. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1998.

um gado contaminado durante sua primeira viagem ao lago N'gami, em 1854. De fato, Chapman menciona em seu relato do pavor gerado entre os Nama e territórios circunvizinhos pela grande mortandade causada pela pneumonia sobre o gado recém infectado. A doença se espalhou com muita rapidez, atingindo a reserva de gado dos Nkhumbi pela primeira vez em 1861¹⁸⁸.

Pequenos *booms* comerciais acompanharam a disseminação da epizootia do gado. Durante os surtos epidêmicos os Nkhumbi procuravam com maior interesse os comerciantes luso-africanos, no intuito de mitigar o desastre com a venda de peles do gado adoecido. A exportação das peles de gado serviu de marcador da chegada da peste e do impacto que ele exerceu sobre a economia Nkhumbi. Segundo Alfredo de Albuquerque Felner, a exportação de couro pelo porto de Mossâmedes nos anos de 1858, 59, 60 e 61 fora respectivamente de 1.909\$538, 1.970\$523, 2.937\$692 e 5.060\$980. Em 1862 esse número saltaria para 44.372\$960¹⁸⁹. Novos surtos ocorreriam ao longo dos anos, de modo a reduzir significativamente os rebanhos de bovinos. Além disso, a vacinação do gado foi o ponto fulcral dos conflitos luso-Humbe desencadeados em 1898.

Durante o terceiro quartel do século XIX, não houve uma política clara de ocupação territorial. Alguns projetos foram gestados de acordo com as capacidades do governo de Mossâmedes, ao passo que outros vieram direto do Paço Imperial. As autoridades também divergiram acerca dos limites dessa penetração, levando muito em conta os custos para os cofres da colônia e o efetivo militar de que dispunham. Alguns administradores admitiram que estas linhas de ocupação não traziam vantagem alguma para a colônia. Esta corrente dominou a política territorial da década de 1860, privilegiando um movimento de força centrípeta para o litoral. Para citar alguns exemplos, para o governador geral, José Maria da Ponte Horta, “toda a nossa atividade e influência na colônia deve concentrar-se, segundo minha opinião, numa zona próxima do litoral”¹⁹⁰. O seu sucessor, José Baptista de Andrade, também pensava de modo semelhante: “cada vez mais eu estou convencido dos

¹⁸⁸ CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *Op. Cit.*, 1886, p. 235; CHAPMAN, James. *Travels in interior of South Africa*. Londres: Willian Clowes and sons, 1868. pp. 433-434; *Boletim da Sociedade de Geografia de Liboa* [BSGL]. Porto: Tipographia de Freitas e Fortuna, 1877, p. 80.

¹⁸⁹ FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Op. Cit.*, 1940, p. 57.

¹⁹⁰ HORTA, José Maria da Ponte. Relatório do Governador Geral de Angola de 1872. In: *Relatórios dos Governadores da Província de Angola*. Lisboa: Ministério da Marinha e Ultramar, s.d., p.8.

inconvenientes da ocupação militar em pontos a grandes distâncias do litoral”¹⁹¹. Em uma dessas decisões, o governador do distrito de Mossâmedes, Fernando da Costa Leal, em 1863, determinou que a força e tudo quanto pertencia ao governo fossem retirados das terras do Nkhumbi. Em parte, a decisão se pautava nos custos de reconstrução da fortaleza de alvenaria, que havia sido destruída pelas águas em 1862, alinhado às baixas expectativas dos benefícios que poderiam ser colhidos com a ocupação militar. Assim ficava revogado o plano de expansão conduzido por ele próprio, em 1859.

O capitão e secretário de governo de Mossâmedes, Sebastião Nunes da Mata, tinha visão muito distinta acerca do movimento de fluxo e refluxo do território ocupado. No mesmo ano do abandono militar dos territórios do Nkhumbi e Ngambwe, o governo de Angola pediu ao capitão Nunes da Mata um relatório detalhado acerca das atividades desenvolvidas no *hinterland* de Mossâmedes. O relatório deveria responder – tanto quanto possível – quais terrenos eram agricultáveis, quais meios havia para exportar a produção, qual o sistema de transporte empregado e se era possível melhorá-lo, qual a índole dos povos africanos, dentre outras questões. Na maior parte dos pontos, o relatório é significativamente representativo ao que se pensava, ao longo das décadas de 1860 e 1870, sobre as estratégias de ocupação do solo e política comercial no sul de Angola.

No que se refere às ordens de desocupação, para Nunes da Mata, não havia razão em tal ação, pois, no Nkhumbi, o governo português havia sido indenizado pelas despesas da guerra de ocupação que se estendeu até 1861, bem como embolsara o dízimo do ano seguinte, dando sinais de que a ordem colonial havia sido cumprida. Além disso, Nunes da Mata entendia que o problema da desocupação não era, propriamente, a perda do território e do pagamento do tributo, mas o desgaste do prestígio e do brio português, o que poderia incitar entre os ditos indígenas maior insubordinação e até insurreições¹⁹². Entre os Ngambwe, a expectativa de uma nova guerra do Nano o deixava temerário. Por isso, a política territorial portuguesa devia ser coerente, firme, consequente e enérgica, quer fosse de avanço, quer de retirada:

¹⁹¹ ANDRADE, José Baptista de. Relatório do Governador Geral de Angola de 1873. In: *Relatórios dos Governadores da Província de Angola*. Lisboa: Ministério da Marinha e Ultramar, s.d., p.85.

¹⁹² MATA, Sebastião Nunes. Relatório do secretário do governo de Mossâmedes, capitão Sebastião Nunes da Mata. *Boletim Oficial do Governador Geral de Angola.*, 1867, suplemento nº24. In: FELNER, Op. Cit., 1940, vol.3, pp. 138-150.

A minha opinião firme e inabalável é que para se conservar o sertão como está, e não se tirar proveito equivalente, todos estes sobas e estes povos não merecem que por causa deles se gastem um cartucho de pólvora e se sacrifiquem soldados, sujeitando-se às traições, fomes e misérias de que tantos têm sido vítimas nos Gambos, *ou dominar tudo deveras e impor a lei, ou abandoná-los completamente*¹⁹³.

Nesse aspecto, o autor do relatório indica em que direção deveria caminhar a colonização: “pacificar” os Estados do interior, submetendo-os à tutela portuguesa; prender os sobas depostos para que não conspirassem contra os novos chefes; e engajar as forças coloniais na produção agrícola em detrimento do comércio de recoleção.

As manchas de ocupação já estabelecidas no Bumbo, em Capangombe, Huíla e Humbe tinham de ser dirigidas necessariamente para a produção agrícola, posto que as plantas não medrassem da mesma forma nessas regiões. Em Capangombe e no Bumbo, aonde as oportunidades de implantação de uma agricultura tropical eram mais evidentes, ele identifica três gêneros agrícolas privilegiados: o algodão, a cana sacarina e o café, além dos quais havia que se produzir outros gêneros de menor valor para o mercado mundial, como a “mandioca, o feijão, o milho e toda a qualidade de hortaliças para o sustento das pessoas que ali residem”¹⁹⁴. Enquanto que na Huíla, Nunes da Mata só tem a se queixar. O solo era pobre e, claramente, o sítio escolhido para a construção da fortaleza deixava a desejar. O algodão até chegava a brotar, mas logo era queimado pelas geadas, o mesmo ocorria aos cafezais, mas certamente, nenhuma destas críticas eram novas aos ouvidos do governo geral, já que ali três projetos fracassaram¹⁹⁵.

No concelho do Humbe, as expectativas eram igualmente favoráveis à agricultura tropical, pois as feições climáticas e a qualidade do solo se assemelhavam a Capangombe, pelo que, afirma, “creio que se poderiam formar grandes propriedades agrícolas [...] se aproveitassem as águas do rio Cunene”¹⁹⁶. Entretanto, o capitão lamenta o descuido dos brancos ali instalados, que “morando a 200 ou 300 metros do rio

¹⁹³ Idem, *Ibidem*, p.146.

¹⁹⁴ Idem, *Ibidem*. p. 139.

¹⁹⁵ Trata-se dos primeiros colonos instalados em 1849, dos alemães de 1857 e da colônia militar de 1860.

¹⁹⁶ Idem. p. 148.

Cacolubar, não tem uma única horta, donde mui facilmente podiam colher batatas, ervilhas e toda qualidade de verduras”¹⁹⁷. Isto se devia ao fato de todos os brancos estarem engajados do “comércio genílico”.

Os relatórios dos funcionários coloniais foram claros quanto ao modo de conquista da terra. Além de Nunes da Mata, outros administradores optaram pela fazenda de monocultura de produtos tropicais, controlada por colonos brancos, como a melhor forma de explorar o território. Entretanto, havia que se identificar as terras férteis, os pontos produtivos em meio ao deserto do Namibe e ao Kalahari. A despeito da baixa formação dos funcionários coloniais, eles cumpriram essa função, inquirindo a população local (africanos, chefes de concelho e agricultores), e os pontos mais cobiçados eram os solos aluviais de rios e riachos.

Quando consultado pelo Ministério da Marinha e Ultramar sobre qual o melhor sítio para estabelecer uma colônia de portugueses emigrados do Pará, o secretário do governo de Luanda, Antônio do Nascimento Pereira Sampaio, indicou as “vastas margens do Bentiaba”, ainda que estivesse mais distante dos outros núcleos de colonização; as terras adjacentes ao rio Cunene, as quais “são fertilíssimas, e próprias para a agricultura, abundando nos bosques que o margeiam, muitos gêneros de melhor qualidade dos que se exportam na província”; e por fim, os terrenos marginais do rio Lubango, aonde, informa o secretário, “há uma área de terrenos com a extensão de 60 quilômetros do Muninho ao rio Lubango aonde o algodão se dá em todo o ano”¹⁹⁸. Os campos da Humpata também foram prospectados, primeiramente, pelo governador Costa Leal, cujos planos para as ricas pastagens era criar uma caudalaria, para tentar aproveitar as manadas de zebras e o gado vacum. O plano não visava a produção de gado para abate, mas incrementar o comércio de longa distância, que, até então, era realizado por meio de carregadores africanos, “não só porque repugna ver um negro feito besta de carga, mas porque se evitaria a subtração de braços à agricultura”¹⁹⁹. Depois, foi a vez do chefe do Concelho da Huíla, Antonio Joaquim Foutoura pedir a colonização agrícola dessa região, “que tão próprias são para searas de trigo e cultura de linho”²⁰⁰.

¹⁹⁷ Idem. p. 147.

¹⁹⁸ Secretaria do Governo Geral de Luanda, 30 de julho de 1874. In: FELNER, Alfredo. *Op.cit.* 1940, vol.3, pp. 164-166.

¹⁹⁹ Notícias recentes: Mossâmedes. *Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não oficial, série 1, outubro de 1855, p.186.

²⁰⁰ FOUTOURA, Antonio Joaquim. Sobre as terras da Huíla, 19 de agosto de 1876). *Boletim Oficial do Governador Geral de Angola.*, 1876. N°40.

Quanto ao comércio, Nunes da Mata defendia que este deveria ser completamente tocado pelos próprios africanos que, depois de apresentados aos produtos europeus, despertariam eles mesmos o desejo pelas trocas comerciais: “pelo que respeita a este sertão, tenho visto irem pretos do Humbe a Mossâmedes venderem até uma insignificante carga de couros, e dos Gambos à Huíla, algumas bolas de cera e outros gêneros, e bois quando os têm e precisam de missangas e fazendas”²⁰¹.

Nunes da Mata desabonava a atividade dos comerciantes do mato, ou funantes, que adentravam o sertão em busca de exíguo comércio. E sobre este aspecto, ele conclui o seguinte:

se por estes sertões não andasse ou estivesse comerciante algum branco, se eles se reunissem todos num determinado ponto, formando uma povoação regular em lugar de viverem por aqui isolados, uma grande parte imunda, comendo mal, vestindo pior e cheios de dívidas, o valor total do comércio talvez diminuísse alguma coisa, mas seria feito muito mais vantajosamente, com segurança, e sem necessidade de se gastarem de tempos a tempos grossas somas com guerra²⁰².

Como se depreende da passagem acima, Nunes da Mata via o comércio com os povos do sul de Angola como algo disperso, atomizado, um fator de instabilidade política, cujo custo acarretado ao governo de Angola não era viável e, tampouco, vantajoso para os próprios comerciantes.

Ainda mais carbonária foi a crítica do Governador de Mossâmedes, Estanislau e Almeida, ao estado em que se encontrava o comércio na Huíla quando da sua visita, em 1870: “é realmente miserável o estado em que ela se acha, devido, ‘primo’, à qualidade da maior parte da gente, e mais ainda a um mesquinho negócio de que só se fala, mas não existe”. Além disso, traça um pesado paralelo com as casas de comércio do Ambriz: “todo o comércio local seria insuficiente para sustentar uma só casa das de norte! Entretanto, acha-se distribuído por tantos comerciantes, quantos são os seus moradores”²⁰³. O chefe do concelho da Huíla, Antonio Joaquim Foutura, também lamentava, em

²⁰¹ MATA, Sebastião Nunes. In: FELNER, Alfredo. *Op. Cit.* 1940, p. 149.

²⁰² Idem. p. 149.

²⁰³ Concelho da Huíla. Relatório de 30 de junho de 1870. In: *Boletim Oficial do Governador Geral de Angola*, nº 31.

1876, que, diferente do comércio, faltasse interesse por parte dos colonos pela agricultura. O abastecimento de alimentos desse concelho era realizado pelos africanos que produziam milho, batatas do reino, feijão, massambala e massango, porém, afirma, “seria fácil abastecer toda a província de trigo, batatas e outros gêneros se os habitantes em lugar de se empregarem no tráfico de bolas de cera e bois, se dedicassem à agricultura”²⁰⁴. Em verdade, a ressalva ao comércio foi central no discurso dos administradores e funcionários coloniais.

Entretanto, cabe lembrar que os discursos acima coincidem, conjunturalmente, com o dismantelamento do comércio de longa distância como até então se conhecia. Maria Emília Madeira Santos explica que a década de 1870 foi marcada pelo falecimento da plêiade de sertanejos, sem que as condições econômicas (condições de crédito junto às casas comerciais) e políticas (recuo dos limites formais da soberania portuguesa) favorecessem a renovação desse quadro. Sem esses articuladores, as populações locais assumiram a maior parte das transações, controlando o território e os carregadores²⁰⁵.

A convicção de que os africanos já conectados pelo comércio sertanejo, uma vez acostumados às bebidas, armas, manufaturas e a outros produtos europeus, os viriam buscar na costa ou em certos núcleos de colonização, demonstra que as autoridades coloniais estavam muito desconectadas da realidade local. A estratégia governamental da qual os administradores locais eram, ao mesmo tempo produto e produtores, desconsiderava que os africanos tivessem desenvolvido regras e linguagens próprias para o comércio, independente dos fornecedores portugueses. Além disso, ignorava a concorrência crescente de comerciantes ingleses e bôeres que vinham da colônia do Cabo, interessando-se apenas pela progressão da concorrência inglesa vinda do Atlântico e que se espalhava pelo porto de Malfiz, ou, clandestinamente, por Porto Alexandre²⁰⁶. Mesmo com o acirramento

²⁰⁴ FOUTOURA, Antonio Joaquim. Sobre as terras da Huíla, 19 de agosto de 1876. *Boletim Oficial do Governador Geral de Angola.*, 1876. Nº40; e em FELNER, Alfredo. *Op. Cit.* 1940, Vol.3, p. 171.

²⁰⁵ SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos caminhos da África: serventia e posse* (Angola no século XIX). Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1998, pp. 385-420.

²⁰⁶ Vários documentos dão conta da presença inglesa nos domínios portugueses. Embarcações britânicas constantemente aportavam a sul de Mossâmedes para negociar bois. Também havia estabelecidas na baía de Walfish que negociavam armas e bebidas por produtos de caça, sobretudo, o marfim e as penas de avestruzes, como era o caso da A.W. Erikson, que à cata do marfim percorria a Namalândia,

da concorrência das potências estrangeiras, agravado após a Conferência de Berlim (1884), até o Ultimato Britânico (1890), o governo português olhava para Angola sem se ater a necessidade de demarcar as fronteiras orientais da colônia²⁰⁷.

Desse modo, a idiossincrasia do olhar do funcionário colonial era a sua estrita relação com a política territorial do Império português para o sul de Angola. Diferente dos comerciantes do mato, seu olhar não repousava nas riquezas e bens que os povos africanos já possuíam por meio da produção ou recolecção, mas no potencial para instalação de uma agricultura colonial semelhante ao empregado no Brasil²⁰⁸. As suas descrições do território se direcionavam mais às condições ambientais (fertilidade do solo, disponibilidade hídrica e a salubridade) favoráveis para receber invasores biológicos humanos e não humanos,

Damaralândia, Ovambolândia e, por vezes, alcançava os territórios do Nkhumbi. Vide: **AHU**. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº648_2. Doc.2, Documento de 17 de setembro de 1878, Cópia. Dando parte do aprisionamento pela canhoeira Cuanza do Cutter “Liou” que estava contrabandeando em Mossâmedes, assim como de ter sido desembarçado pelas autoridades daquele distrito o mesmo Cutter. Nº283, 17 de setembro de 1878; **AHU**. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº785. Documento nº326, de 21 de outubro de 1878. Remetendo o relatório do comandante da canhoeira “Tâmega” – encarregado do estudo da baía de Walfish e rio Cunene. **AHU**. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº.785. Documento nº326_2, de 11 de outubro de 1878. Relatório de bordo da canhoeira Tâmega, 11 de outubro de 1878, elaborada pelo Comandante da estação naval de Angola, Antonio Marques da Silva; **AHU**. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº785. Documento nº 12 de 19 de abril de 1881. Governo Geral da Província de Angola. Informando a existência de estrangeiros ingleses no interior de Mossamedes **AHU**. ACL. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº833.

²⁰⁷ Isso fica particularmente evidente durante um parecer da Comissão Africana da Sociedade de Geografia de Lisboa, talvez o coletivo melhor informado acerca das estratégias das potências coloniais na África, que analisava a “necessidade de fixar definitivamente os limites dos nossos territórios na Costa Ocidental de África ao Sul do Equador”. O documento defende que o exercício da soberania portuguesa só poderia ser devidamente praticado após a rigorosa arbitração das fronteiras perante as demais potências europeias, “pois que sem isso é impossível imprimir na administração da justiça”. Entretanto, não se preocupa com os limites orientais de Angola: “não há motivos para nos referirmos aqui às fronteiras orientais da colônia, pois que essas quando tiverem adquirido um caráter definitivo é porque se confundem com as fronteiras ocidentais de Moçambique”. Ver: FERREIRA, NEVES. Da necessidade de fixar definitivamente os limites dos nossos territórios na Costa Ocidental de África ao Sul do Equador”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882. 3º série, nº6, pp.323-336.

²⁰⁸ FUERDENTHAL, Aida. *Arimos e fazendas: a transição agrária em Angola*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005, pp. 125-130.

do que a uma preocupação etnológica do modo de vida africano, como era o caso da descrição de comerciantes, que pela necessidade do seu ofício, estavam especialmente atentos ao modo de vida e costumes dos diferentes grupos.

A sistematização dessas informações através da cartografia, no entanto, não foi algo corrente, de modo que as informações de terrenos agricultáveis, os mapas de produção agrícola por concelhos e outros, permaneciam apenas no suporte da escrita. A falta de investimentos por parte da administração portuguesa somada à má formação dos funcionários coloniais dificultava a produção de novas cartas geográficas. Porém, na década de 1850 e 1860, a iniciativa de alguns gestores concorreu para o mapeamento de regiões situadas além do domínio formal lusitano, assegurando uma imagem, uma representação gráfica do território de Angola, mesmo que não correspondesse à real territorialização da administração portuguesa. Foi o caso do levantamento cartográfico da foz do Cunene, levado a cabo pelo governador de Mossâmedes, Fernando da Costa Leal, em 1854. Todos os quatro governadores de Mossâmedes que antecederam Costa Leal eram de origem militar, mas nenhum deles contribuiu pessoalmente na cartografia do sul de Angola. Em 1854, Fernando da Costa Leal assumiu o governo do distrito de Mossâmedes e tratou de levantar a planta da vila e cartografar a foz do Cunene.

O desejo de encontrar a foz desse rio era antigo, e a última iniciativa concreta havia sido planejada pelo barão de Mossâmedes, durante as expedições década de 1780. Desde então, a importância do rio na estratégia territorial portuguesa havia mudado. Os projetos de travessia e ligação continental tinham arrefecido após a perda da colônia portuguesa na América, de modo que mesmo a conclusão da viagem transcontinental dos pombeiros, Pedro João Baptista e Anastácio Francisco, não receberam atenção por parte das autoridades, tampouco se constituiu uma carreira em suas pegadas. Além disso, a expansão do território para leste era vista com desconfiança por parte das autoridades portuguesas e da opinião pública de Lisboa, amealhando algum apoio apenas entre os comerciantes de Angola. Nesse sentido, a instrumentalização do rio Cunene como caminho de ligação entre as costas atlântica e índica perdeu força, alterando a sua própria representação. Ao longo da primeira metade do século XIX, as informações, cada vez mais, davam conta de um rio menor, embora ainda houvesse alguma expectativa face ao potencial mineralógico de suas areias, ao aproveitamento das margens do rio para agricultura e do leito para a navegação dentro da colônia.

Quando Fernando da Costa Leal tomou para si o dever de mapear a foz do Cunene, três teorias com maior ou menor força indicavam onde ela poderia estar, como informa o ministro Sá da Bandeira. Sá da Bandeira, talvez um dos homens mais informados da geografia de Angola, em 1844, afirmou que o traçado do Cunene estava dividido em três hipóteses²⁰⁹. A primeira delas era defendida por José Maria de Lacerda e dizia que o rio corria para a costa moçambicana. Para Sá da Bandeira, era “inadmissível a hipótese de que o Cunene corre para o canal de Moçambique, onde não desemboca rio algum de maior volume de água do que o Zambeze”. Tampouco poderia se tratar do mesmo rio, pois “a massa das suas águas havia de ser muito superior àquela que tem a 50 léguas das suas fontes”²¹⁰. Ainda assim, a hipótese do grande rio que ligava as duas costas permanecia viva, inclusive, possuindo uma representação cartográfica feita por José Joaquim Lopes de Lima, Conselheiro de Sua Majestade, em seu “Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas”²¹¹.

A segunda teoria em curso era a de que esse rio desembocava em um grande lago situado no interior do continente à semelhança do lago Chade, no norte da África. As informações foram colhidas, segundo Sá da Bandeira, por dois comissários holandeses, Fruter e Someville, que no ano de 1801 deixaram a cidade do Cabo em busca de negociar gado pelos sertões. Ao norte do rio Orange, os comerciantes foram informados pelos seus intérpretes de que todos os autóctones mencionavam um grande lago em meio a “vastíssimas planícies secas”, o qual, os comissários situaram “nos confins do território de Benguela”²¹². A hipótese era certamente animada pelas explorações de Hugh Clapperton e Dixon Denham (1823), que confirmaram a existência do grande lago de água doce no norte da África.

Por último, o ex-presidente da Associação Marítima e Colonial, Sá da Bandeira, achava que a opinião de que o Cunene despejava suas águas no atlântico era mais plausível que as anteriores. Ele ancorava o

²⁰⁹ FIGUEIREDO, Bernardo de Sá Nogueira de, 1º Visconde de Sá da Bandeira. *Angola*. Mappa coordenado pelo Visconde de Sá da Bandeira, Tenente General, Ministro da Guerra, e por Fernando da Costa Leal Tenente Coronel, Governador de Mossâmedes. [1ªed.] Lisboa: Fontes e Rabello, 1863. *CSGL*. 9-A-10.

²¹⁰ BANDEIRA, Sá. Notas do documento. LACERDA, José Maria de. *Op. Cit.* 1844. p. 210.

²¹¹ LIMA, José Joaquim Lopes de. *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguesas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China e na Oceania*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846.

²¹² Idem. *Ibidem*. p. 211.

seu julgamento no relato oferecido pelo governador de Benguela, Barreto de Vasconcelos, em 1799, no qual dizia que “o Cunene se vai meter no mar em Cabo Negro, e que antes da sua barra forma três ilhas, e que lança muitas trombas”. Esta informação era reforçada pela descrição anônima de um navio inglês que, em 1824, localizou a foz de um rio no paralelo 17°15’ de L.S., a que deu o nome de rio “Nourze”. No ano seguinte, informa Sá da Bandeira, o capitão Owen, que então se achava encarregado do reconhecimento das costas africanas, não pôde achar sinais da embocadura citada, nem mesmo 30 milhas ao norte e ao sul do ponto marcado. Sá da Bandeira atribuía a ocultação da foz às dunas desérticas e à intermitência dos rios nessa região, sendo observado fenômeno idêntico no rio das Mortes²¹³. O governador, Costa Leal conhecia a controvérsia e se colocava do lado desta última hipótese, juntamente com Sá da Bandeira.

Ciente das tentativas fracassadas de alcançar e determinar a embocadura desse rio, quer por terra, quer por mar, o então governador organizou uma expedição que deveria ter início na baía dos Tigres, seguindo por terra até onde acreditava ser o ponto de encontro do flume e o Atlântico. A expedição contava ainda com alguns colonos e com o fazendeiro Bernardino Abreu e Castro, chefe da primeira leva de migrantes vindos de Pernambuco. Estes certamente estavam interessados principalmente no potencial agrícola das margens do rio. O plano da viagem incluía também verificar se o território era habitado por “muímbas e mussimbas”; se ali havia abundância de caça grossa, como elefantes e rinocerontes; se havia madeiras próprias à edificação e construção²¹⁴.

A expedição se pôs em marcha em 11 de novembro e dois dias depois já bebia a água “límpida e fresca” do rio Cunene. As primeiras impressões davam conta de uma embocadura muito diversa do que se pensava: um grande cômodo de areia em forma de coroa impedia o contato direto do rio e o mar; raso e espreado, dava passagem a pé em vários pontos; do lado esquerdo, estéreis dunas de areia, do lado direito, prevalecia uma formação granítica entrecortada por ravinas, ou dambas, que seguiam em direção ao leito, mas com alguma vegetação. Para transpor as ditas dambas era necessário subi-las e desce-las a cada instante, tornando a marcha extenuante. Após percorrer duas dezenas de

²¹³ Idem. *Ibidem*. p.210.

²¹⁴ LEAL, Fernando da Costa. Relatório da viagem feita ao rio dos Elefantes em novembro de 1854. In: LACERDA, José de. *Exame das viagens do doutor Livingstone*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

quilômetros, Costa Leal concluiu que “até este ponto o rio não tem importância alguma, é bastante estreito, tortuoso e cheio de cachoeiras, e por isso inavegável”²¹⁵. Por isso, o governador de Mossâmedes ordenou o retorno a Baía dos Tigres, considerando concluída a viagem a foz do Cunene.

A breve viagem à foz do Cunene não confirmou as expectativas de Costa Leal e do Império português para este rio. A ausência de uma vegetação pujante frustrava uma ocupação permanente que se utilizasse das matérias e madeiras do próprio local para a construção. Os solos acidentados e cristalinos da margem direita e as vastas dunas da margem esquerda não favoreciam cultura alguma. Nenhum sinal de povos autóctones foi observado, não havendo possibilidade de expansão de algum comércio. A identificação do leito rochoso e tortuoso do rio, seguido por quedas, rápidos e cachoeiras desestimulou a navegação, mesmo em embarcações de fundo chato ao longo das sete léguas em que a expedição perseguiu o sinuoso fio de água. Apenas a atividade cinegética parecia promissora, pois foram avistados oito elefantes desde a foz até o ponto a que puderam chegar, cujo cálculo era de 21 milhas. O governador ainda tentou destacar esse recurso natural e apontar um sentido de exploração e aproveitamento do território ao sugerir que adotassem o nome de rio dos Elefantes no lugar do nome autóctone²¹⁶.

As notícias de navegantes portugueses e estrangeiros serviram para localizar a foz do rio, mas não eram suficientes para sustentar um argumento único acerca desse ponto de deságue. O testemunho de Costa Leal encerrava de uma vez por todas a controvérsia do destino do Cunene porque estava apoiado na observação *in loco* de um sujeito que dominava a linguagem da cartografia. A autoridade do olhar cartográfico como espelho da realidade, como apresentação da natureza produzia o efeito de real necessário. Por isso, além da descrição textual do território, Costa Leal confeccionou um esboço que seria transformado em mapa por Oliveira Carvalho (**mapa 7**).

²¹⁵ Idem. Ibidem. p. 519.

²¹⁶ LEAL, Fernando da Costa. *Op. Cit.*, 1867, p. 520.

O mapa da foz do Cunene de Fernando da Costa Leal (1854) veio a lume nos Anais do Conselho Ultramarino na esteira de outras produções congêneres, como a carta elaborada a partir do relato de Bernardino José Brochado. Ele representava a foz do rio e seu entorno tentando demonstrar a objetividade do olhar *in loco*, indicando no seu traçado as sinuosidades e contornos que observou e fazendo uma representação abstrata do relevo através do sombreado. No entanto, o cartógrafo omite algumas informações da sua carta e que estão contidas em seu relato. A primeira delas é a topografia do lado esquerdo do rio, que não foi representada porque a expedição só explorou a margem direita. Além disso, Costa Leal excluiu do seu mapa uma série de quedas d'água e acidentes do rio que considerou de menor importância, apontando apenas a cachoeira mais caudalosa.

Uma década depois, o mesmo Fernando da Costa Leal coordenaria com o então Ministro da Guerra, Sá da Bandeira, a confecção da *Carta de Angola* (1864), na qual seriam incluídas todas as observações da viagem de Leal²¹⁷. A colaboração dos administradores locais no mapeamento do território se dava, quase sempre, na produção de relatos e textos sobre territórios já conhecidos, mas que fugiam à administração formal ou ao controle colonial. A visita a territórios ainda não percorridos por europeus faz de Costa Leal uma exceção. Assim, a geografia dos administradores e funcionários visava mais o controle do território, a identificação de potencialidades econômicas e a criação de projetos coloniais para estas áreas do que a incorporação ou a dita descoberta de novas terras ou novos mercados consumidores. Isso moldava a própria forma que construía/descrevia o espaço e seus agentes, pois a vida e costumes africanos são vistos, geralmente, de forma pejorativa pelas autoridades coloniais, que tentam impor uma nova lógica de ocupação e uso do território. Estas observam e informam com vistas a controlar, sujeitar e docilizar as relações autônomas entre os grupos, como é o caso que veremos a seguir em torno da economia das trocas de gado.

²¹⁷ FIGUEIREDO, Bernardo de Sá Nogueira de, 1º Visconde de Sá da Bandeira. *Angola*. Mappa coordenado pelo Visconde de Sá da Bandeira, Tenente General, Ministro da Guerra, e por Fernando da Costa Leal Tenente Coronel, Governador de Mossâmedes. [1ªed.] Lisboa: Fontes e Rabello, 1863. **CSGL. 9-A-10**

3.2.1 *A economia das trocas de gado na visão das autoridades portuguesas*

As deslocações dessas populações e do seu gado obedecem a percursos e calendários perfeitamente fundamentados num conhecimento integrado da geografia e do ofício. Cada grupo ou família utiliza uma área que possa prover à sua subsistência dentro de um rigoroso equilíbrio. É esta, aliás, a única garantia de vida no deserto²¹⁸.

O antropólogo Ruy Duarte de Carvalho, ao estudar o modo de vida das populações Kuvale desta região, observa que a mobilidade é um apanágio fundamental da vida pastoril, que tem de gerir um recurso móvel, o gado, em busca de recursos dispersos, como a pastagem, o sal, a água. Por isso, há sempre choques, embates e desentendimentos com as autoridades coloniais. Estas estão sempre a tratar os pastores como indolentes, incontroláveis, pouco dóceis, turbulentos, avessos à autoridade e ao trabalho²¹⁹.

Desse modo, a maior parte dos atritos entre os reinos do sul de Angola e o governo português se deu, na tentativa deste de controlar as permutas de gado entre os diferentes grupos, e buscar por termo às “correrias de gado” ou razias que havia por toda a região. Conforme indica o antropólogo Ruy Duarte de Carvalho, a “guerra, nestas paragens, é sempre algo associado ao gado. Se a passagem de gado de umas mãos para outras, em contexto de conflito é roubo ou é ação de guerra, vai depender, naturalmente, da colocação e dos critérios de quem emite o juízo”²²⁰. A razia era vista pelo governo português como um ato de roubo de gado, enquanto que para os pastores do sul de Angola era uma ação legítima, que estava inserida em uma “dinâmica de equilíbrio”. Um gado perdido, seja pela peste, pelo roubo, ou pela seca, tinha de ser substituído por outro, criando um jogo de reciprocidade entre os diferentes grupos do território e os imponderáveis da natureza e da guerra.

A partir da instalação de colonos no planalto sul de Angola, os atritos causados pelo abigeato se intensificaram. Em 1857, uma “guerra preta” atacou a fortaleza Huíla, levando consigo gado e “alguns

²¹⁸ CARVALHO, Ruy Duarte de. *Como se o mundo não tivesse leste*. Lisboa: Edições Cotovia, 2003, p. 25.

²¹⁹ CARVALHO, Ruy Duarte de. *Op. Cit.*, 2000.

²²⁰ Idem, p. 55.

indígenas amarrados”²²¹. Em 1860, o governador de Mossâmedes alertava para o perigo de roubo de gado “aos brancos” nos Ngambwe, e apontava as regiões distantes das fortificações portuguesas como as mais vulneráveis, pois, segundo ele, “estas numerosas guerras desprovidas de mantimentos, pouco tempo se demoram; o seu fim é a pilhagem de gados, se a não conseguem, abandonam, respeitando sempre as nossas fortificações, que raríssimas vezes atacam”²²².

Os colonos queixavam-se correntemente da falta de segurança nos sertões de Mossâmedes, em decorrência dos ataques aos rebanhos. O proprietário Bernardino Freire de Figueiredo de Abreu e Castro, chefe do primeiro grupo de colonos, durante o seu parecer dirigido ao governo, condenou a prática de ataque ao gado perpetrado pelo dito “gentio”, em que, segundo ele, “é honra e sinal de nobreza, entre o gentio, ser bêbado e ladrão, e aquele que mais guerras faz, e rouba maior quantidade de gados e pessoas, é o maior e mais fidalgo”. Para a maioria dos colonos, a qual Abreu e Castro fazia parte, as “repetidas correrias, a qual chamavam de guerras” tinham de ser severamente combatidas pelo governo português²²³.

Ao longo da década de 1860 e 1880, a administração de Mossâmedes evitou o enfrentamento com os potentados do interior, intervindo, pontualmente, em algumas quizilas que envolviam colonos ou autoridades portuguesas. Em 1874, o governo do distrito de Mossâmedes informou sobre uma guerra do Nano que se formava, desde Quilengues até a cordilheira de Chella “perseguinto os gados dos mondombes e roubando-lhes por vezes grandes porções de cabeças”²²⁴. Entrementes, uma “guerra gentílica” de 12 mil homens na Bibala (Concelho do Bumbo), dirigida ao soba Uhôle que se encontrava com seu gado pastando nas terras comuns. Segundo o documento, o saldo do ataque teria sido de seis mil cabeças de gado bovino²²⁵. A designação “mondombe” de que trata os documentos diz respeito, sobretudo, a população que hoje é denominada de “Mucubais”, dos povos Kuvale e que habitam Quipola e Giraul, nas proximidades de Mossâmedes. De

²²¹ *Boletim Oficial do Governador Geral de Angola*, 1857, suplemento n.º 636.

²²² *Boletim Oficial do Governador Geral de Angola*, 1860, suplemento n.º 758.

²²³ CASTRO, Bernardino Freire de Figueiredo de Abreu e. Parecer do colono Figueiredo e Castro sobre a melhor forma de extinguir a escravatura. In: FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Op. Cit.* 1940, vol.3.

²²⁴ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº644_2. Documento n.º 192, de 27 de julho de 1874. Distrito de Mossâmedes.

²²⁵ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº644_2. Documento n.º 192, de 27 de julho de 1874. Distrito de Mossâmedes, Concelho do Bumbo.

fato, segundo Ruy Duarte de Carvalho a classificação é um equívoco decorrente de acharem que estes eram formados por levas vindas do Dombe, ao sul de Benguela. Entretanto, a população não se reconhece assim e utiliza o termo para se diferenciar de outros grupos. Por ser uma classificação exógena e genérica, é difícil precisar de quais grupos exatamente a documentação trata, por isso, adotaremos a nomenclatura conforme estão nos documentos²²⁶.

Entretanto, não sendo Huôle avassalado e só tendo “licença para gozar dos pastos que ali existem”, e não havendo qualquer prejuízo aos moradores daquele ponto, “os quais tinham sido imediatamente socorridos com força militar”, as autoridades não viam necessidade de responder ao ataque²²⁷. Justificativa parecida também foi usada para os roubos de gado aos demais Mondombe avassalados, nos quais o governo alegou neutralidade por não haver dano às propriedades dos colonos²²⁸. No mês seguinte aos ataques da guerra do Nano, os relatórios do governo de Mossâmedes dão conhecimento de uma série de ataques praticados pelos chefes Mondombes aos agricultores do concelho do Bumbo, levando-lhes o gado e ameaçando a circulação de carregadores²²⁹. Só então as autoridades portuguesas mobilizaram suas forças para reprimir as quadrilhas e recuperar o gado dos colonos²³⁰.

A resposta dos Mondombes aos ditos roubos de gado, então, inseria-se no que resolvemos chamar, a partir das reflexões antropológicas de Ruy Duarte de Carvalho, de economia das trocas de gado no sul de Angola. A reserva de gado levada nas “guerras gentílicas” devia ser parcial ou completamente recuperada, para que o prestígio daquela chefatura não fosse abalado. De uma ótica ambiental, Mike Davis observa que “o relevo da savana cria um intrincado mosaico de variação de precipitação atmosférica, assim como um complexo cronograma de amadurecimento de pasto: uma fórmula ambiental para o interminável atrito entre comunidades pastoris”²³¹.

²²⁶ CARVALHO, Ruy Duarte de. *Op. Cit.*, 2000, pp. 40-52.

²²⁷ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº644_2. Documento nº 192, de 27 de julho de 1874. Distrito de Mossâmedes, Concelho do Bumbo.

²²⁸ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº644_2. Documento nº 192, de 27 de julho de 1874. Distrito de Mossâmedes.

²²⁹ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº644_2. Documento nº 234 de 22 de agosto de 1874. Distrito de Mossâmedes.

²³⁰ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº644_2. Documento s/n de 4 de novembro de 1874. Distrito de Mossâmedes.

²³¹ DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2002, pp. 112-113.

Assim, tanto o deslocamento físico das manadas pela transumância, quanto o rebanho que troca de mãos por meio da recolha e apreensão, era algo corrente e pode ser entendido – para alguns grupos – como um espólio ou butim de guerra e, não necessariamente, como um roubo de gado. O ataque ao gado era uma ação legítima que ocorria sob os ditames ecológicos da região, incluindo agentes humanos e não humanos. Duarte de Carvalho chama de “boi ecológico” o conjunto de práticas em torno da vida pastoril:

eu estou a sugerir uma ecologia entendida como um sistema geral de relações entre todos os organismos e as condições ambientais de uma dada região, quer dizer, entre a comunidade das plantas e dos animais, incluindo os humanos, e o habitat e, para o caso que nos interessa, entre os humanos e as suas culturas, precisamente, e o resto do meio orgânico e não orgânico. Estou a falar-te da questão ecológica como ela é vivida pelas sociedades onde geralmente o lugar do homem não é necessariamente preponderante ou central, mas lhe atribui uma função relativa de manutenção do equilíbrio geral²³².

As transferências de rebanhos não ocorriam de forma indiscriminada, mas em consonância com a ecologia do universo pastoril. Os fatores ambientais que determinavam os saques, razias, guerras ou roubos de gado podiam ser uma quebra produtiva ocasionada por uma praga, alterações climáticas, ou uma epizootia que assolasse os rebanhos. Por isso, as trocas de gado obedeciam a um calendário ditado pela ação humana e não humana, como a transumância, o regime de maturação dos pastos e, sobretudo, o regime de chuvas.

O período de maior incidência das razias e ataques ao cabedal bovino era nos meses de estiagem, ou cacimbo. Entre julho e dezembro, com a falta de chuva, os níveis dos rios baixavam consideravelmente, permitindo a circulação a pé por seus leitos, e criando alguns vaus no rio Cunene, que serviam de trânsito. Esse era o momento mais propício para transferir e circular com os rebanhos pelo terreno. Alguns sobas demonstraram ter um domínio invulgar desse calendário, juntamente com o terreno em que se encontravam. Muitas vezes, os sobas concentravam seus ataques, pouco antes do início da quadra chuvosa,

²³² CARVALHO, Ruy Duarte de. *Op.Cit.*, 2000, p. 130.

pois era o momento de maior facilidade de trânsito dos rebanhos apreendidos e, com o início das chuvas, o fechamento dos caminhos.

Talvez, quem primeiro compreendeu o ritmo da economia das trocas de gado tenha sido o comerciante Bernardino José Brochado. Tendo visitado a mesma região ao longo de mais de duas décadas, Brochado observou que no Nkhumbi: “depois de julho ou agosto até novembro ou dezembro, em pouca segurança se consideram estas terras, pelas contínuas guerras e assaltos do Quanhama [Kwanyama] e mais circunvizinhanças, por ser este tempo aquele em que o rio [Cunene] em alguns lugares da vau”²³³.

Ademais, cabe lembrar que quando Binga realizou suas manobras de enfrentamento, primeiramente ao governador Costa Leal em 1857, e ao tenente João Teixeira Pinto, que havia sido encarregado dez anos depois de “pacificar” a temida zona dos *Tchimbela* (Gambos), ele conhecia profundamente as condições ecológicas do semiárido em que estava inserido, incluindo as redes de solidariedade entre os poderes africanos, a geografia do terreno e o regime pluviométrico. Nos dois casos, a força de Binga adiou o confronto com o regimento português e se retirou com seus rebanhos às vésperas das chuvas. A tática neutralizou as forças dos militares portugueses, as quais ficaram encurraladas em meio às cheias e inundações, sujeitos às febres e outras doenças²³⁴.

Nesse universo ecológico, em que a transferência de rebanhos – ainda que indesejada – era uma prática corrente, a intervenção portuguesa podia ser perturbadora. Ao analisar, etnologicamente, as funções das razias de gado na sociedade Kwanyama, Loeb observa que ela ocupava um lugar central no ordenamento social desse estado, por quatro razões: por fortalecer uma aristocracia feudal; para cobrar as multas e os tributos; para vitalizar a nação diante aos vizinhos; e para canalizar a violência individual nas mãos de um líder despótico²³⁵. Em certa medida, as impressões de Loeb acerca dos Kwanyama podem ser generalizadas para outros grupos pastores do sul de Angola.

Nesse sentido, a quebra da economia da troca de gado praticada pelas autoridades portuguesas ao punir os Mondombes que tentavam reconstituir seu rebanho, se lida à contrapelo dos documentos, revela-

²³³ BROCHADO, Bernardino José. *Op. Cit.*, 1867, p.188.

²³⁴ Para o episódio de Costa Leal, consultar PÉLISSIER, René. *Op. Cit.* 2013, p. 183.

²³⁵ LOEB, Edwin M.. In feudal Africa. *International Journal of American Linguistics*. Vol, 28, nº3.

nos o quão desleal o governo português figurava entre grupos avassalados. Para o soba Mondombe avassalado, o laço estabelecido era de amizade e paridade, ao invés de subordinação. Desse modo, a aliança havia sido duplamente desrespeitada, seja pela indiferença portuguesa à guerra do Nano e ao pedido de proteção reivindicado, seja pela repressão e punição aos “criminosos [Modombes] nos roubos havidos ultimamente”²³⁶. O intrincado caso das razias de gado acabava por criar uma “zona de contato” em que os grupos sociais que nela viviam se sujeitavam a um só tempo às regras tradicionais, pagamento de tributos, *otyisoko* e espoliação de rebanhos, de um lado e as normas portuguesas de arrecadação de impostos e a chamada pacificação, de outro²³⁷.

O caso dos ditos “Mondombes” mencionado acima é apenas uma das muitas guerras gentílicas que ocorreram ao longo da segunda metade do século XIX, mas ilustra o modo como se davam as complexas trocas de gado, que passavam a margem das permutas comerciais. Para se ter uma ideia, em 1875, um ano após a apreensão de gado Mondombe mencionada acima, os ataques aos agricultores perduraram nas terras dos Nyaneca, onde estavam os concelhos do Bumbo e também da Huíla. Ali, nem mesmo as estradas estavam protegidas. Segundo o relatório do governo de Mossâmedes,

a situação havia se agravado, tendo sido ultimamente assassinado por uma das quadrilhas, digo, por uma daquelas guerrilhas no sítio da Bibala um branco e maltratado um outro que seguia desta vila para o Humbe [Nkhumbi] em companhia de uns carregadores que para ali conduziam cargas, tendo sido também alguns destes espancados e roubados e ferido gravemente um deles, não havendo a menor confiança no gentio²³⁸.

²³⁶ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº644_2. Documento s/n de 4 de novembro de 1874. Distrito de Mossâmedes.

²³⁷ No entender de Mary Louise Pratt, zona de contato são “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”. Ver: Pratt, Mary Louise. *Op. Cit.* 1999, p. 27.

²³⁸ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº645_1. Documento s/n de 20 de novembro de 1875. Distrito de Mossâmedes.

Em 1876, a “guerra gentílica” se espalhou até a porta de Mossâmedes, criando atritos com os indígenas do Giraul, que ficava nos arrabaldes da cidade. A guerra não procurou “hostilizar os europeus residentes”, afirma o governador do distrito de Mossâmedes, João Baptista de Andrade, “mas simplesmente com o intuito de roubar gados dos indígenas”²³⁹. Com uma sensibilidade incomum, o governador explica que os pastores “julgam não nos afetarem quando como agora deixam de hostilizar os brancos”²⁴⁰. A chamada guerra gentílica evitou o gado dos colonos em uma tentativa de se livrar das hostilidades emanadas de Mossâmedes. No entanto, as autoridades procuraram responder às trocas de gado do Giraul, por estar dentro de um território avassalado.

A captura do gado nem sempre era feita pelo dito roubo, mas poderia ocorrer mediante uma grave ofensa, pagamento de tributo, multa por crime e, inclusive, pela reivindicação linha eira. Um exemplo era o *Otyisoko*, o privilégio de um homem sobre os bens produzidos, ou acumulados por outro, inclusive o gado, a partir das relações clânicas²⁴¹. Cabe dizer que este privilégio não era socialmente partilhado por todos os membros da comunidade, mas apenas se destinava aos homens, proprietários de uma unidade de terra, o *eumbo*²⁴².

O *otyisoko* está assentado nas relações entre os diferentes clãs e significa, segundo Estermann, “ser igual”. Pelo *Otyisoko*, os membros de dois clãs parceiros ficam em pé de igualdade uns com os outros. O costume observado pela primeira vez, por Augusto Bastos, entre os Quilengue, ultrapassava os limites dos laços de consanguinidade, pois estava regido pelas regras de outra organização familiar e social, conhecida pelo nome de *e-anda*²⁴³. Segundo, Estermann, este termo do sul de Angola tem sido traduzido por etnólogos pelo vocábulo de *clã*, embora não se possa verificar todos os elementos exigidos por uma organização clânica. Os membros de uma *e-anda* se orgulhavam de “viver numa certa intimidade com o animal ou planta que deu o nome ao coletivo”, mas não consideravam que estes seres, ou totens remetiam a

²³⁹ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº646_1. Documento nº48 de 22 de fevereiro de 1876. Distrito de Mossâmedes, f.1.

²⁴⁰ Idem Ibidem, f.2.

²⁴¹ ESTERMANN, Carlos. *Op. Cit.*, 1983. Vol.1, p. 235.

²⁴² Idem. Ibidem. p.234.

²⁴³ BASTOS, Traços gerais sobre a etnografia do distrito de Benguela. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 6ª série, nº5, 1908, p. 154-176.

um antepassado comum ²⁴⁴. Cada indivíduo possuía duas *e-anda* (clã), a paterna e a materna, predominando a segunda nas relações sociais e familiares.

A origem da instituição *otvisoko*, segundo as observações de Bastos, estaria em uma única tradição, cuja narrativa é a seguinte:

Um soba tinha em sua família uma mulher grávida. Sendo visitado por outro soba, viu este a mulher e apostou que o feto era fêmeo, ao que o outro retorquiu apostando que era macho. Feita a aposta, propõe o visitante ao dono da casa que matassem a mulher e a abrissem para verificar qual dos dois ganharia a aposta. Aceitou o outro a aposta e assim fizeram. Extraído o feto, viu-se que era macho, e que o dono da casa ganhara a aposta. Passado pouco tempo foi também este fazer uma visita ao outro, e vendo na sua manada uma vaca prenhe, fez idêntica aposta e proposta; morta a vaca, verificou-se que por sua vez também perdera a aposta. Fizeram então os dois sobas o seguinte pacto:

Que como cada um tinha sacrificado uma pessoa e uma vaca e os valores eram iguais, ficavam quites, não tendo nenhum que pagar a outro a aposta perdida. Mas dali para sempre podia esses ou algum dos seus dispor (posse, liberdade ou vida) do que pertencesse ao outro ou algum dos seus, sendo comum os bens das duas pessoas e famílias, em vista dos sacrifícios criminosos que haviam praticado ²⁴⁵.

A narrativa contada por Bastos sugere uma aliança entre dois chefes, na qual o direito à vida, indicado pela mulher, e aos bens, exemplificado pela vaca, podem ser reivindicados sob determinadas circunstâncias. Estermann afirma que o *otvisoko* se dava do seguinte modo:

Normalmente, se um homem quer apropriar-se de um bem pertencente a um seu *mukwatvisoco*, envia os seus “rapazes”. Estes aproximam-se do

²⁴⁴ ESTERMANN, Carlos. *Op. Cit.*, 1960, Vol 2, p. 147.

²⁴⁵ BASTOS, Augusto. *Op.cit.* 1908, p. 172.

eumbo do confrade à socapa, mas em pleno dia. Antes de se lançarem sobre o objeto cobiçado, devem eles pronunciar sempre estas palavras rituais [...]: “que se acabe com as coisas de tal clã!” O proprietário, assim solicitado por surpresa, não poderá opor-se a que os assaltantes levem o objeto apetecido. No entanto, é permitido e até aconselhado que suas mulheres e filhos se oponham, tanto quanto puderem, aos executores da operação de assalto, procurando arrancar-lhes parte da “presa”²⁴⁶.

Segundo a análise de Estermann, esta instituição cumpria uma tripla função: a de diminuir o número de *ondocas* (questões judiciais), a de fomentar e promover a aliança entre os clãs e a de impedir que o poderio de um grupo se torne demasiado grande em detrimento dos outros. Práticas legítimas entre sociedades pastoris, como é o caso do *otyisoko* foram vistas pelas autoridades portuguesas como algo a ser combatido. A incompreensão dessas tradições era fruto da opacidade das lentes coloniais, incapazes de compreender a economia das trocas de gado entre pastores.

Da parte portuguesa, controlar e limitar as trocas de gado apenas às relações comerciais era tanto imprescindível quanto impossível. As malfadadas experiências das colônias agrícolas no planalto da Huíla, juntamente com a diminuição do comércio de marfim, a partir de 1860, fizeram do comércio de gado e couros o negócio mais viável. Entretanto, todos os grupos raziavam os seus vizinhos – fossem eles africanos ou colonos – e isto punha em causa o dito “sossego público” e a autoridade colonial.

Com efeito, os Nyaneca-Nkhumbi das terras altas da Huíla e os Ovambo da planície inundada sofreram mais com os ataques às reservas bovinas do que com a progressiva espoliação de suas terras ancestrais. Os documentos indicam que a comunidade Bôer instalada no planalto, em 1881, foi responsável por grande parte das razias. Além disso, as campanhas punitivas apreenderam boa parte do cabedal, incentivadas pela determinação de que metade das cabeças de gado apreendidas seria distribuída entre as forças auxiliares²⁴⁷. É interessante notar que o gado

²⁴⁶ ESTERMANN, Carlos. *Op.Cit.* 1960, pp. 157-58.

²⁴⁷ CLARENCE-SMITH, William Gervase. Capitalist penetration among the Nyaneka of southern Angola, 1760s to 1920s. *African Studies*. Vol.37, n°2, (163-176), 1978.

também foi, sistematicamente, a moeda de pagamento, o butim de guerra exigido pelos portugueses como pagamento de uma campanha de retaliação. Sempre que a força portuguesa conseguia bater uma “quadrilha” ou um “bando de salteadores”, confiscavam o seu gado. O próprio Abreu e Castro, que condenava o dito roubo de gado praticado pelo “gentio”, recebeu um butim como pagamento pelos “serviços prestados” na guerra contra os Ngambwe de 1857²⁴⁸. Foi o caso, por exemplo, dos rebanhos confiscados como multa imposta aos Cuamato, após a sua capitulação, em 1908. De acordo com a narrativa do alferes Velloso de Castro, cada chefe de libata ficou obrigado a pagar 500 cabeças de gado pelas despesas da guerra. Mais recentemente, um episódio ainda mais significativo a esse respeito foi o castigo aos Kuvale, que tiveram cerca de 20.000 cabeças de gado bovino confiscadas em 1940-1941²⁴⁹.

Porém, é difícil precisar o impacto real das perdas de gado sofrido por cada grupo, haja vista a constante compensação do gado confiscado, mediante novos ataques e pelo aumento natural dos rebanhos. Além disso, muitos africanos aceitaram manejar os rebanhos dos colonos, com o fito de obter sua parcela dos lucros em cabeças de gado. O verdadeiro desastre para os pastores foi a epizootia bovina. A primeira grande crise epidemiológica de que se tem notícia ocorreu em 1861 e teve início na Nasalando e depois se irradiou por toda a planície inundada Ovambo e pelo planalto Nyaneca-Nkhumbi. Do ponto de vista comercial, a epizootia significou um considerável incremento no volume de bens negociados. Os pastores africanos tentaram mitigar o desastre por meio da venda das peles dos animais adoecidos, desfazendo-se rapidamente de parte do estoque de gado doente²⁵⁰. Por outro lado, os chefes africanos estavam cientes da sua momentânea vulnerabilidade e se fecharam diante das investidas de ocupação militar portuguesa.

Conclusão

²⁴⁸ FELNER, Alfredo. *Op. Cit.*, 1940, vol.3, p. 23.

²⁴⁹ CASTRO, Alferes Velloso. *A Campanha do Cuamato em 1907*. Breve narrativa acompanhada de fotografias. Luanda: Imprensa Nacional, 1908, p. 242; CARVALHO, Ruy Duarte de. *Os Kuvale na história, nas guerras e nas crises* (artigos e comunicações 1994-2001). Luanda: Nzila, 2004, p. 120.

²⁵⁰ Os efeitos da doença podem ser observados na exportação de couros pelo porto de Mossâmedes que saltou de 5.060\$980 réis, em 1861, para 44.372\$960, em 1862. Cf. DINIZ, José Nilo Bezerra. História e meio-ambiente no Planalto sul de Angola (1850-1890). In: *Kadila: culturas e ambientes - Diálogos Brasil-Angola*. São Paulo: Blucher, 2016, pp. 83-94.

Os comerciantes de Angola expandiram e incorporaram vastos territórios muito além dos domínios formais através das suas relações com os chefes africanos. A sua visão de território era assegurada pela rede de caminhos e agentes mediadores entre o litoral e o interior. Isso refletia na sua descrição/representação dessas paragens, em que mostravam deferência, adoção de costumes e gestos de cada lugar. Além disso, os sertanistas indicaram um território em movimento, pouco estático em que as fronteiras entre os grupos africanos eram mais permeáveis, do que as descrições posteriores.

As autoridades portuguesas imaginaram controlar o espaço pela tinta, pela sua representação, apesar da relativa autonomia dos grupos Nyaneca-Nkhumbi, Ovambo e Herero nas terras altas da Huíla e na planície inundada do Cunene. Efetivamente, o que se verificou entre as décadas de 1860 e 1870 foi um recuo da ocupação formal portuguesa no *hinterland* do sul de Angola. A linha de fortalezas que se estendia até a margem direita do Cunene foi abandonada em 1863 e a zona de influência portuguesa só se fazia representar pelos comerciantes.

O real domínio português era muito frágil e ficava assegurado apenas pela diplomacia com chefes africanos que anuíam a presença e a passagem de comerciantes portugueses, bem como aqueles que toleravam algum representante oficial e pagavam um pequeno tributo. Antes que a autoridade científica dos exploradores validasse a reivindicação portuguesa pelos territórios austrais, os funcionários coloniais asseguraram, ao menos virtualmente, a incorporação desse território por meio do seu testemunho e, excepcionalmente, pela representação cartográfica.

Apesar de toda a insegurança quanto ao futuro da presença portuguesa, alguns administradores entendiam as oportunidades aliciantes do sul de Angola. O clima ameno e a salubridade, quando comparada aos outros pontos da província, despertavam os sonhos de criar colônias de população branca, engajadas na produção de artigos coloniais.

4 A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA E O “PROBLEMA AFRICANO”

“É criada uma sociedade que tem por objetivo o estudo, a discussão, o ensino, as investigações e as explorações científicas de geografia nos seus diversos ramos, princípios, relações, descobertas, progressos e aplicações”.

*“A sociedade consagrar-se-á especialmente, na esfera da sua atividade científica, ao estudo e ao conhecimento dos fatos e documentos relativos à Nação portuguesa”.*²⁵¹

São com estas palavras que em 31 de dezembro de 1875 um grupo independente de intelectuais portugueses formado por 63 sócios ordinários e 11 sócios correspondentes, dirigiu-se ao Governo pedindo a aprovação dos seus Estatutos de fundação. Esta era uma versão revisada de uma proposta enviada em 10 de novembro do mesmo ano e que recebera parecer negativo. Aprovados os Estatutos já em janeiro de 1876, estava assim criada a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL).

No último quartel do século XIX, há um interesse progressivo por parte de alguns grupos sociais de Portugal, sobretudo, funcionários coloniais ligados à marinha e ao exército, bem como indivíduos engajados no comércio das principais praças, para com o continente africano. Cada vez mais, a SGL também colabora com essa viragem à África, fomentando e divulgando um debate nacional e internacional em torno desse continente, que passa a ser visto como o fundamento do Império português e da própria soberania nacional. Dentre os espaços de discussão do novo império que deveria ter por fundamento as possessões africanas, a SGL emerge como um lugar privilegiado, no qual se repensaria o papel de cada território ultramarino, inclusive o sul de Angola. Além disso, a SGL retomaria a produção mapas, não apenas regionais, mas em escala continental. Nesse sentido, entende-se que a SGL marca uma ruptura na cartografia do ultramar português e anda a par com o fazer cartográfico de fins do século XIX, que se torna institucionalizado e sistemática, diferente das notícias de comerciantes de antanho.

²⁵¹ Estatutos da Sociedade de Geografia de Lisboa. LX, 1876. **Apud:** GUIMARÃES, Angela. *Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa: Livros horizonte, 1984, p. 11.

A soma dos primeiros artigos estatutários define e dá contorno aos interesses institucionais dos membros da SGL. O primeiro remetia ao desejo de atuar como uma sociedade geográfica de cunho científico, tal como as cerca de 40 instituições congêneres então espalhadas pelo globo; ao passo que o segundo dizia respeito a um sentimento nacionalista, voltado ao engrandecimento de Portugal. Assim, a proposta da SGL transitava entre um pensamento científico universalista de franco diálogo com seus pares e um interesse declaradamente nacionalista, voltado apenas ao engrandecimento de Portugal. Já a flexibilidade de atuação científica ficava assegurada pelo desejo de inquirir, estudar e conhecer tudo quanto fosse relativo “à Nação portuguesa”, incluindo aí suas possessões ultramarinas. Neste capítulo buscaremos caracterizar a SGL a partir do seu interesse pelas questões coloniais na África, indicando suas principais ações no campo internacional, nacional e em possessões ultramarinas. Ademais, apresentaremos os projetos de reforma do império propostos no seio da instituição.

A Sociedade de Geografia de Lisboa era uma instituição privada formada por uma elite letrada e urbana de médicos, oficiais do exército e da marinha, comerciantes, professores e funcionários públicos. Este grupo heterogêneo formaria o que Peter Burke chamou de “grupos portadores de conhecimento”. A ideia de Burke é tributária de uma sociologia do conhecimento coletiva, que privilegia a formação de ambientes e problemas intelectuais socialmente partilhados, em detrimento da eleição individual de agentes. Segundo a definição do autor, eles são entendidos “como grupos de indivíduos que se encontram regularmente em vista de objetivos comuns, seguindo regras que produzem diferentes papéis sociais, de bispos a professores, de primeiros-ministros a presidentes de empresas”. Nesse sentido, o dito “problema africano” se torna a principal questão da recém fundada sociedade de geografia. O significado do termo cambia conforme o uso por parte dos sócios, orbitando em três questões centrais. A primeira delas e mais recorrente era do mapeamento do território, corrigindo cartas e preenchendo espaços em branco no mapa, principalmente no que dizia respeito a hidrografia do continente. A segunda era o problema da escravidão e geralmente vinha em cena em questões de cunho internacional. E a última era como inserir as diferentes partes do

território ultramarino em projetos que fossem favoráveis ao império que se pretendia organizar²⁵².

No caso em questão, a geografia colonial, nomeadamente o “problema africano”, figura como o centro aglutinador de interesses. É certo que nem todos os membros partilhavam de um único escopo. Oficiais da marinha e exército em início de carreira, aspirantes políticos e funcionários coloniais podiam ver na SGL uma oportunidade amealhar prestígio, construir capital político, ascender socialmente. Em meio ao sentimento nacionalista em voga em boa parte da Europa, sócios estrangeiros certamente não compactuavam dos interesses nacionalistas portugueses que norteavam grande parte das ações desta instituição. Assim, é válido questionarmos: quais correntes e posicionamentos individuais formaram a tessitura coletiva das intervenções da SGL ao Governo? No tear da história da SGL é possível observar que dentre o emaranhado de motivações e interesses entrecruzados emerge um núcleo mais atuante em torno das questões coloniais, cujos nomes são recorrentes sempre que se levanta o debate. Na maior parte, esse núcleo era formado pelos sócios ordinários, que podiam acompanhar de perto as reuniões.

Entusiastas do imperialismo, os membros da SGL projetavam de modo otimista que o devir nacional estava na exploração ultramarina. Embora esse interesse imperial não estivesse estampado em seus Estatutos, a ideia fica bastante clara durante uma fala de Luciano Cordeiro – um dos sócios fundadores e 1º secretário – durante a terceira sessão, realizada em 7 de julho de 1876, na qual afirma que

uma das ideias principais que haviam presidido à fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa fora o reconhecimento da urgente necessidade e do imperioso dever imposto a Portugal, pela sua situação de segunda potencia colonial da Europa, pelos seus grandes interesses econômicos e políticos no além-mar, de entrar definitivamente no movimento espantoso que as ciências, os estudos e explorações geográficas estão exercendo lá fora e que sendo uma das fases mais interessantes e

²⁵² BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. II: da Enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 12.

mais acentuadas desse movimento o problema africano (grifo nosso).²⁵³

Como se depreende da passagem acima, a fundação da SGL estava diretamente ligada aos interesses imperiais portugueses. E o “problema africano”, a saber, todas as questões relativas a determinações geográficas, etnologia, ciências naturais, história, integração comercial e fomento produtivo do continente africano ocupavam o lugar central nas agendas das principais sociedades geográficas europeias.

A sua maneira e embalados por um nacionalismo radical, os membros da SGL se inspiravam na experiência de sociedades mais antigas, como a Sociedade Geográfica de Londres (1830). Vale lembrar que esta, desde a sua fundação, já havia concentrado esforços no levantamento geográfico da bacia do rio Níger e, a partir de 1850 voltava-se para as regiões lacustres da África central. Os resultados obtidos com as explorações eram revertidos em benefícios dos ingleses. No entender de Luciano Cordeiro, a inserção portuguesa nesse movimento deveria ocorrer imediatamente, haja vista a sua inclinação histórica à colonização das regiões tropicais e aos descobrimentos feitos em África desde as expansões marítimas. Ao mesmo tempo, há certo pragmatismo político e econômico em sua visão, pois ele projetava o desenvolvimento da indústria metropolitana na exploração das matérias primas e na transformação das sociedades africanas em mercados consumidores. Assim, a fala de Luciano Cordeiro corrobora com a tese fundadora de Ângela Guimarães de que, de fato, havia em Portugal desde meados da centúria um projeto coerente e organizado de fomento colonial.²⁵⁴

No entanto, sem por em causa a tese de Guimarães, pode-se verificar que a crença no expansionismo ultramarino e na manutenção imperial esteve longe de ser unanimidade e seus meandros apontam para avanços e recuos da questão. A geração intelectual de setenta do século XIX que compunha a SGL diferia das feições pessimistas da década anterior, que imprimiram na política um desinteresse face às possessões ultramarinas, surgindo, inclusive, uma corrente favorável à venda de

²⁵³ Sessão de 7 de julho de 1876, presidida por Visconde de São Januário. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. N.º1. Lisboa: 1877, pp. 48-49.

²⁵⁴ GUIMARÃES, Ângela. *Op. Cit.*, 1984.

parte dos territórios no intuito de concentrar esforços em Angola e São Tomé.²⁵⁵

Após um período de expansão territorial de Angola marcada pelas ações políticas de Sá da Bandeira e que tem como marco inicial a construção do presídio Duque de Bragança (1838), cerca de 80 quilômetros a leste de Ambaca, seguido da criação de Mossâmedes a sul (1840), da feira de Cassange mais a leste (1850-51) e da ocupação do porto de Ambriz para o norte (1855), inicia-se um movimento de contração territorial e de capital ao longo da década de 1860. As despesas de ocupação militar e os embates resultantes esgotaram os recursos de Angola e, em 1860, Portugal via-se obrigado a subsidiar o orçamento da colônia. Desapontado com os resultados advindos dessa expansão, o rei Dom Pedro V escreveu a um de seus ministros: “é necessário aceitar as consequências todas, e estas são o enfraquecimento da Metrópole em proveito das colônias”.²⁵⁶ Desse modo, ao longo de toda a década de 1860 o governo português concentrou seus interesses na costa centralizando ainda mais a administração e retirando tropas de postos avançados do interior. Em Angola, essa política foi iniciada já em 9 de junho de 1860, quando o governador-geral de Angola, Carlos Franco, recebeu ordens para que se adiassem todas as “empresas” em curso por falta de verbas”.²⁵⁷ Porém, ficou marcada pelas ações do seu sucessor, Sebastião Lopes Calheiros e Menezes entre os anos de 1861-62.

A estratégia comercial dessa política colonial era de fortalecer o protecionismo mercantil português ao longo da costa e confiar aos grupos africanos inclinados ao comércio – notadamente os reinos do planalto central – a tarefa de conectar o comércio interno de “produtos legítimos” ao mercado europeu. Esta política transparece num plano de comerciantes luandenses dirigido ao Ministro da Marinha e Ultramar em 1865, posto que baldado. Na petição, lê-se:

nada temos a conquistar ao interior, basta ocuparmos os pontos principais da Costa. Todo o comércio do gentio do interior ali virá infalivelmente se permutado pelo estrangeiro

²⁵⁵ ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill. *Op. Cit.*, 1998.

²⁵⁶ LEITÃO, Ruben A. *Cartas de d. Pedro V aos seus contemporâneos*. Lisboa: Livraria Portugal, 1961, p. 307.

²⁵⁷ ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill. *op.Cit.*, 1998, p.84.

da Europa que ele tanto procura. Essa importantíssima ocupação custar-nos-á apenas uma pequena cessão donde resultarão vantagens enormíssimas.²⁵⁸

A petição supracitada marcava o desinteresse por parte das casas de comércio com o interior do continente, não porque ignoravam a importância dessas trocas, mas porque estavam certos de que podiam se concentrar em feitorias litorâneas e deixar que as cargas ali chegassem por meio das rotas já estabelecidas pelo comércio de longa distância. O desinteresse da política territorial voltada ao interior impactava na produção de mapas e cartas do interior, que só voltaria a vicejar com a criação da SGL.

A política expansionista só voltaria à voga em fins da década de 70 do mesmo século, galvanizada pelas ações conjugadas dos membros da SGL na esfera da política interna e externa, como discutiremos a seguir. O que se pode verificar foi que tanto mais fortes eram os laços e as alianças tecidas pela SGL, mais vigorosa era a política colonial portuguesa e o apoio nacional.

Ainda no que tange à ação da SGL no dito “problema africano” nas duas primeiras décadas de atuação, Ângela Guimarães sugere uma cronologia dividida em três momentos. O primeiro deles segue de 1876 a 1880 e foca no interesse da SGL em assegurar o lugar de Portugal no movimento expansionista. O segundo, de 1880 a 1882, busca fazer um levantamento das forças nacionais para tornar-se competitivo. Por fim, de 1882 a 1895, dedica seus esforços a orientar a política e a gestão do império, embora concentrasse maior parte de sua atenção em Moçambique.²⁵⁹ Sem discordar da cronologia da autora, a nossa análise das atas e boletins até 1880 sugere que a par da expansão portuguesa estava a expansão e consolidação da própria instituição, que buscava afirmação e legitimação perante o Governo, a sociedade portuguesa e as instituições congêneres.

Com efeito, os membros da SGL foram incansáveis em buscar formas de transformar a delicada posição em que inicialmente se encontravam. Essa fragilidade pode ser percebida no fato de o Governo

²⁵⁸ Carta assinada por cinco comerciantes portugueses, 30 de dezembro de 1865, arquivo de Angola, pasta 34, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. **Apud:** WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2013, p. 98.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 21.

fazer ouvidos moucos ao pedido realizado pelo Visconde de Soares Franco, e pelos vogais, Teixeira de Vasconcelos e Marquês de Sousa, e pelo 1.º secretário Luciano Cordeiro para que cedesse uma casa para abrigar a instituição. Ou ainda pela negação por parte do Governo ao pedido de fundos para a impressão do seu boletim, que só viria a ocorrer pela oferta particular de Freitas Fortuna.²⁶⁰ Porém, já em meados de 1878 a SGL lograria que o rei Dom Luís I, por meio de carta régia, se tornasse protetor e presidente de honra, bem como que em 1880, a Comissão Central Permanente de Geografia fosse incorporada à SGL.

Assim, quais foram os meios empregados pela SGL para em pouco tempo sair de instituição militante a uma organização triunfante na política colonial? Além disso, se é certo que desde seu início a SGL atuou ativamente na questão colonial, cabe questionar: qual o papel da Sociedade de Geografia de Lisboa na construção e manutenção do 3º Império português? Como esta instituição pensou o sul de Angola e qual o seu espaço no projeto imperial que a SGL defendia?

4.1 De instituição militante a organização triunfante: a consolidação e internacionalização da SGL

Após a fundação, a primeira grande dificuldade enfrentada pela SGL está ligada ao fato de em 17 de fevereiro de 1876 ter sido criada por decreto de João Andrade e Corvo a Comissão Central Permanente de Geografia (CCPG), órgão oficial com atribuições muito próximas as da SGL, de modo que deixava a permanência desta em situação delicada antes mesmo da sua reunião inaugural.

A semelhança entre o artigo primeiro da CCPG e os dois primeiros Estatutos da SGL é notável. Ela ficava incumbida de “coligir, ordenar e aproveitar” documentos que servissem à ciência e à nação, incluindo “especialmente as províncias ultramarinas”²⁶¹. A CCPG funcionaria a partir de três seções: geografia, antropologia e ciências naturais, e história etnológica e arqueologia, cujas finalidades eram dar ao governo “informações, pareceres e esclarecimentos da sua competência que lhe forem pedidos”; organizar, promover, auxiliar explorações científicas; coligir documentos e livros que interessem a

²⁶⁰ Sessão de 15 de maio de 1876, presidida por Visconde de São Januário; Sessão de 4 de julho de 1877, presidida por Barbosa du Bocage. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. N.º1. Lisboa: 1877, pp. 42-43; 250.

²⁶¹ *Comissão Central Permanente de Geografia – Constituição e Regulamento Geral*, Lisboa, 1876. **Apud:** GUIRMARÃES, Ângela. op. Cit., p. 12-13.

Portugal e ao ultramar; criar contato com os centros científicos internacionais; e propor ao governo “todas as providencias que favoreçam os progressos das ciências em Portugal e [...] as vastas e importantes regiões ultramarinas que possui”.²⁶² Com uma estrutura mais rígida, formada por apenas 18 vogais e presidida pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, a CCPG deveria cumprir o papel de conselho consultivo das ações no ultramar, assumindo o caráter político encoberto nos estatutos da SGL.

As similitudes entre as duas instituições não se restringiam somente ao campo de atuação, mas aos próprios sujeitos envolvidos. Dos dezoito vogais eleitos para atuarem na Comissão Central Permanente de Geografia, dez eram sócios fundadores da SGL. Além disso, coincidia de o vice-presidente, Visconde de São Januário, e o vice-secretário da CCPG, Luciano Cordeiro serem simultaneamente presidente e secretário da SGL. Se, por um lado, do ponto de vista ideológico, não se podia perceber um franco antagonismo entre ambas, por outro, as circunstâncias deixavam prescindir da Sociedade de Geografia de Lisboa. Para que isso não ocorresse, os sócios Octavio Guedes, Alfredo May e José Estevão de Moraes Sarmento propuseram durante a sessão preparatória de 3 de abril de 1876 que fossem convidados a integrar a SGL todos os oito membros restantes da CCPG, além dos membros do Instituto Geográfico e os corpos docentes das Escolas superiores do país, ao que foram unanimemente aprovados pelos demais membros.²⁶³ A estratégia de se consolidar por meio da admissão de sócios permaneceu intensa até 1880. A cada nova sessão eram convidados a participar eminentes estudiosos, líderes políticos interessados na questão colonial, viajantes e exploradores estrangeiros, e portugueses residentes nas colônias. Isso favorecia sobremaneira a consolidação da SGL e fortalecia a rede de correspondentes em todo o mundo, o que não era possível com a CCPG, refratária a novas adesões e limitada à capacidade intelectual e articuladora dos 18 vogais.

No entanto, cabe mencionar que o imperialismo indireto das instituições científicas não foi particular ao caso português. O acirramento imperial do último quartel do século XIX tem suas reverberações imediatas no desenvolvimento da geografia colonial.

²⁶² *Comissão Central Permanente de Geografia – Constituição e Regulamento Geral*, Lisboa, 1876. **Apud**: GUIRMARÃES, Ângela. op. Cit., p. 12.

²⁶³ Sessão preparatória em 3 de abril de 1876 na sala da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Nº1. Lisboa: 1877, p. 35.

Como observou Edward Said para o caso francês, a constituição das sociedades de Geografia transformou profundamente o próprio estatuto da disciplina: “a partir desse momento, os estudos e as explorações geográficas foram sempre ligados à ideologia (e à realização) do Império”²⁶⁴. Ainda se observarmos a expansão das sociedades geográficas na França veremos que o número de membros da Sociedade Geográfica de Paris permaneceu estável, não passando de 300, entre 1821 e 1860, enquanto que nas duas décadas subsequentes saltou a 2000. Além disso, entre 1873 e 1884, 26 outras sociedades geográficas foram fundadas apenas na França.²⁶⁵ Para se ter uma ideia do apelo internacional, entre 1876 e 1880 a SGL passou de 15 a mais de 80 no número de institutos e sociedades científicas, bibliotecas e gabinetes de leitura estrangeiros com as quais trocava correspondência, dentre eles estavam desde as expoentes sociedades de geografia de Paris, Londres e Berlim até as de pequena envergadura, como as sociedades geográficas de Turim, Bremen e Budapeste.²⁶⁶

O apelo internacional também se refletia nas intervenções diplomáticas alçadas pela SGL. Uma delas foi a intensa movimentação de seus sócios no sentido de garantir assento e voz ativa na Comissão Portuguesa, participante da Associação Internacional Africana para a Exploração e Civilização da África. Essa organização havia sido criada na Conferência Geográfica de Bruxelas (1876) sob a batuta de Leopoldo II, rei da Bélgica, e foi o pontapé inicial do rei belga em sua escalada colonialista.²⁶⁷ Assentado em uma retórica humanista, Leopoldo II organizou uma conferência geográfica, para a qual convidou em pessoa,

²⁶⁴ SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 196

²⁶⁵ WESSELING, Henry. *Les empires coloniaux européens (1815-1919)*. Paris: Gallimard, 2009, pp. 113-118.

²⁶⁶ Para a lista completa de instituições parceiras, ver: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. N°1. Lisboa: 1877, p. 1; *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 2, N°1. Lisboa: 1880, pp. 48-49.

²⁶⁷ Na verdade, Leopoldo II assumiu uma posição secundária na sua própria conferência geográfica, deixando Piotr Semiónov na presidência da Conferência. A estratégia de dar a direção a um explorador especialista em Ásia Central e que nada sabia do continente africano foi uma brilhante manobra do rei belga para direcionar seus interesses somente através de sugestões e nunca sujeições. Com isso, ele fez com que a cadeia de postos se estendesse na bacia do Congo ainda sem pretendentes e não nos territórios de domínio britânico. Para mais informações do desenrolar da Conferência de Bruxelas, consultar: HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de voracidade, terror e heroísmo na África colonial*. Lisboa: Editorial Caminho, 2002, pp. 55-73.

ou por meio de representantes, vinte e quatro estrangeiros, além de treze belgas. Dentre os objetivos da conferência proferidos pelo rei belga estava a de decidir a “localização de estradas a abrir sucessivamente para o interior e de bases hospitaleiras, científicas e pacificadoras a instalar como meios de abolição do tráfico de escravos estabelecendo a paz entre os chefes locais e proporcionando-lhes arbitragem justa e imparcial”.²⁶⁸ Por fim, os convidados ainda votaram a criação da Associação Internacional Africana, cuja sede seria instalada em Bruxelas no espaço cedido por Leopoldo. Ficou acertada também a criação de comissões nacionais para cada país participante e uma internacional, cujo primeiro presidente seria o próprio rei.

O governo português foi excluído dessa Conferência e não foram prestados nem mesmo esclarecimentos posteriores à Sociedade de Geografia de Lisboa, de sorte que as atas só chegaram indiretamente, pelas mãos do sócio José Júlio Rodrigues.²⁶⁹ A ausência de representantes portugueses gerou um enorme descontentamento na imprensa e nos circuitos geográficos portugueses, servindo de mote para a formulação de algumas propostas, embora nenhuma delas atacasse diretamente a figura do rei belga. O Visconde de São Januário lamentou a exclusão lusa e disse querer acreditar que não houvesse “intenção reservada ou ofensiva” nessa atitude. Embora, segundo o autor não pudesse ser ignorado pela Conferência de Bruxelas que Portugal “primeiro encetou os ásperezos trabalhos de descoberta e de civilização daquela parte do mundo; [...] que pensasse seriamente em organizar uma grande expedição científica ao interior da África”, nem que houvesse nesse país a existência de duas corporações geográficas, “pois que até

²⁶⁸ Ibidem, p. 71.

²⁶⁹ Em verdade, o único esclarecimento dado fora uma carta enviada de Bruxelas em 10 de novembro de 1876, na qual Leopoldo noticiava da Conferência e dizia que queria estabelecer relações cordiais com todos em Portugal interessados na questão africana. Em seguida, de modo bastante sugestivo, afirma: “se todos os amigos da civilização tem interesse em nosso sucesso, é particularmente verdadeiro que Portugal tem belas províncias na África e não pode ser indiferente para o progresso dos países que estão ao redor”. Tradução literal: Si tous les amis de la civilisation ont intérêt à notre succès, il en est particulièrement ainsi du Portugal qui possède en Afrique de magnifiques provinces et qui ne saurait être indifférent aux progrès des contrées qui les avoisinent. Associação Internacional Africana: principais fontes. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 1, N°2. Lisboa: 1877, pp.106-107. Para o recebimento das atas da Conferência de Bruxelas, conferir: Sessão em 23 de outubro de 1876, presidida por Visconde de São Januário. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. N°1. Lisboa: 1877, p. 54.

alguns dos membros d'essa Conferência eram membros correspondentes ou honorários d'uma ou de outra d'essas corporações".²⁷⁰

Diante da exclusão portuguesa dessa conferência, o presidente da SGL propõe que o Governo português continue "a manter vigorosamente a honra e o direito da nação portuguesa com relação ao problema africano" e que aproveitando o fato de lançarem a pretendida expedição portuguesa africana, "se proceda a uma retificação definitiva dos limites da nossa soberania em África".²⁷¹ O Visconde de São Januário demonstrava, assim, ter clareza da necessidade urgente de uma ação prática para definir os reais limites ultramarinos antes que outra nação reclamasse o território.

Pinheiro Bayão acrescentou que a SGL deveria se empenhar junto ao governo na ação diplomática europeia tanto através das explorações, quanto através da aquisição "de livros e mapas dos viajantes e exploradores da África, especialmente dos mais modernos, bem como muitas notícias avulsas de viajantes portugueses que se encontram nos *Boletins e Anais do Conselho Ultramarino*, nos boletins oficiais das diversas províncias ultramarinas, e em comunicações diretamente mandadas ao ministério do ultramar".²⁷² Pensando na internacionalização dos resultados, propôs que a Sociedade de Geografia de Lisboa recomendasse aos seus sócios que escrevessem suas memórias em francês, já como fora adotado na linguagem diplomática. A proposta assemelhava-se com a de Sousa Viterbo, lida em carta na mesma reunião pelo Visconde de São Januário, na qual não discordava da ideia de que Portugal tivera grande importância na exploração africana, mas ensejava outro campo de atuação para a SGL. Sousa Viterbo põe em justo termo a importância científica portuguesa no que se refere aos descobrimentos geográficos, topônimos e levantamentos cartográficos na África. Mas afirma que é um pensamento errôneo acreditar que todas as descobertas já foram feitas por Portugal e combate os colegas que achavam que "as modernas explorações nada adiantam às dos antigos viajantes portugueses". Nesse sentido, sua proposta era de que fosse criada uma comissão a fim de fazer um estudo consequente da história das explorações portuguesas. O estudo proposto seria tanto mais complexo à medida que deveriam ser consultados tanto documentos já publicados, quanto inéditos, para o que a SGL procuraria obter "licença

²⁷⁰ Idem. Ibidem, p. 55.

²⁷¹ Idem. Ibidem, p. 56.

²⁷² Idem. Ibidem, p. 58.

para visitar os arquivos, copiando os documentos”.²⁷³ Outrossim, deveria ser criada na SGL uma “biblioteca africana” com uma sessão destinada à cartografia para coligir informações a esse respeito. Por fim, caberia a mesma comissão divulgá-los por meio de memórias para as demais sociedades científicas em inglês, francês e alemão. A proposta de Sousa Viterbo alertava a SGL de que, no circuito científico então constituído, tão importante quanto produzir material, empreender estudo e explorar era a divulgação pública dos resultados.

Uma tentativa mais modesta de promover os resultados de antigas explorações ocorreu com a publicação, respectivamente a partir de 1840 e 1846, dos *Anais Marítimos e Coloniais* e *Anais do Conselho Ultramarino*, e que introduziram importantes documentos a respeito do interior da África Meridional, como o diário de viagem de Lacerda e Almeida (1798) e a relação da viagem transafricana de Pedro João Baptista.²⁷⁴ O intuito dessas publicações era atrair a atenção da opinião pública portuguesa para as possessões ultramarinas, não visando uma internacionalização das descobertas e dos documentos. As publicações ajudaram a reforçar a identidade nacional, ao que Valentim Alexandre põe sob dois pilares: dos “mitos da herança sagrada e do eldorado”. O primeiro se referia a ideia de que a conservação de todo e qualquer parcela dos domínios ultramarinos era um dever histórico, testemunha da grandeza e glória do império. O segundo indicava a “crença inabalável na riqueza das colônias de África, na sua extrema fertilidade, nos tesouros das suas minas por explorar”, desvelando o ignoto desses mesmos territórios, até então desconhecidos ou pouco explorados.²⁷⁵

A sincronia entre a emergência no campo editorial de uma literatura de reparação histórica das explorações na África e revisão da história da expansão marítima portuguesa e o debate entre os membros da SGL não é coincidência. Já em 1867, o futuro sócio José de Lacerda publicava o *Exame das viagens do doutor Livingstone*, no qual o autor rebatia muitas das críticas perpetradas pelo explorador britânico à colonização portuguesa e à escravidão, bem como punha em causa as “descobertas” auto proclamadas pelo missionário, pois após “examinadas com a circunspeção devida, a conclusão, que somos

²⁷³ Idem. Ibidem, p. 57.

²⁷⁴ “Explorações dos Portugueses no Interior d’Africa Meridional”. *Anais marítimos e coloniais*, 3ª série, nº 5 e 9, 1843, pp. 162-190; 426-439.

²⁷⁵ ALEXANDRE, Valentim. A África no imaginário político português (séculos XIX-XX). In: *Velho Brasil. Novas Áfricas*. Portugal e o Império (1808-1975). Porto: Afrontamento, 2000, p. 221.

forçados a deduzir, é que não são eles senão meros plagiários, pois que não adiantam nem sequer um passo ao menos sobre os que tinham dado os antigos missionários portugueses”.²⁷⁶ Semelhante ao trabalho de José de Lacerda, o médico e sócio Manuel Ferreira Ribeiro escreveu *Homenagem aos heroes que precederam Brito Capelo e Roberto Ivens na exploração da África Austral (1484-1877)*, reforçando o interesse de trazer à baila documentos e comentários acerca da antiga exploração portuguesa em África.²⁷⁷

No caso lusitano, a coleta desse tipo de documento não era tarefa fácil. Produzido num contexto diverso, relatos, diários de viagens e cartas geográficas eram assuntos de Estado, circulando num universo restrito da esfera administrativa portuguesa e permanecendo em boa parte manuscritos até essas iniciativas de divulgação. Nesse sentido, a informação possuía pouca estabilidade e a comparação dos documentos era essencial antes da sua divulgação e generalização, como propunha a SGL.²⁷⁸

Para além dessas três propostas, ambas visando à projeção portuguesa no cenário internacional e diplomático, a exclusão portuguesa no Congresso Geográfico de Bruxelas resultou em um parecer, enviado ao rei da Bélgica. Nela, SGL, em nome de Sua Majestade, lamentava exclusão de Portugal que há tanto contribuía para o conhecimento do território africano, e que a despeito disto, permaneceria contribuindo face ao “problema africano”.²⁷⁹

A exclusão portuguesa por parte de Leopoldo denunciava a perifericidade da nação ibérica diante das demais convidadas, que não poderiam ser ignoradas. Ademais, tudo o que Leopoldo jamais gostaria era aumentar o número de reivindicantes do território por ele pretendido na África Central, o que explica sua manobra perante Portugal. Na

²⁷⁶ José de Lacerda era um dos vogais da CCPG convidados a compor a SGL. A sua inserção como membro da Sociedade remete diretamente às competências desempenhadas em *Exame das viagens do doutor Livingstone*. No ano de 1876 ele foi eleito membro das seções de Ensino Geográfico, Geografia histórica e Arqueologia e presidiu a seção de Etnografia e Viagens. Porém, a sua ação efetiva sempre esteve aquém de suas atribuições em decorrência do seu delicado estado de saúde, pelo que veio a falecer no ano seguinte. LACERDA, José de *Exame das viagens do doutor Livingstone*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p. XXIX.

²⁷⁷ RIBEIRO, Manuel Ferreira. *Op.Cit.*, 1885.

²⁷⁸ KANTOR, Iris; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; FERLINI; Vera Lúcia Amaral. Território em rede: cartografia vivida e razão de Estado no Século das Luzes. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. jul.- dez. 2009, p. 13.

²⁷⁹ Sessão em 29 de dezembro de 1876, presidida pelo Visconde de São Januário. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 1^o, N^o2. Lisboa: 1877, p. 148.

resposta portuguesa ficam evidentes os ecos da fala anterior do Visconde de São Januário, no modo lisonjeiro de lamentar a exclusão. Além disso, a resposta da SGL habilmente escalava Portugal no movimento das associações nacionais que deveriam ser criadas em cada país participante.

A estratégia da Sociedade de Geografia de Lisboa surtiu o efeito esperado e o rei belga convidou Portugal a formular uma comissão nacional, sob os auspícios tanto da SGL, quanto da CCPG.²⁸⁰ Entretanto, as duas instituições geográficas portuguesas divergiam e os representantes da CCPG demonstravam ressalvas quanto à participação de Portugal nessa associação. Em consulta março de 1877, a CCPG afirmou que não deveria “comprometer a responsabilidade do país em atos de estranha direção, e guarda inteira a sua liberdade de continuar a civilização africana iniciada há séculos pela nação que representa, acompanhando o espírito da época com os seus esforços próprios”.²⁸¹

É curioso observar que enquanto a SGL buscava por iniciativa própria estreitar o contato com a Associação Africana, a CCPG tomava medida contrária, uma vez que o corpo de vogais desta também compunha aquela. É possível que tenha pesado na decisão da CCPG a posição do presidente e Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Andrade e Corvo, ou até que os mesmos indivíduos desempenhassem papéis diferentes em tal ou qual instituição. Andrade e Corvo defendia uma política de abertura comercial, liberalização mercantil, quebra de monopólios, privilégios e outros embargos ao comércio estrangeiro, o que não significava igual abertura para as devassas científicas de instituições internacionais.

A SGL se colocava à disposição da Associação Internacional Africana sem deixar de lado o interesse nacional, ou melhor, defendia o interesse nacional por meio da colaboração/competição internacional. Isso corrobora com a nossa tese de que seus sócios apostaram na internacionalização do debate como uma importante ferramenta de consolidação e de ação política.

Na prática, a colaboração tomou segundo plano e a Associação Internacional Africana serviu de palco para diferentes interesses particulares serem representados sob um simulacro filantrópico, humanista e universalista. Stanley voltaria à África carregando a

²⁸⁰ Carta do Secretário Geral, Greindl, em 13 de fevereiro de 1877. Associação internacional Africana: principais fontes. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 1, N°2. Lisboa: 1877, p. 109.

²⁸¹ Associação internacional Africana: principais fontes. Op.cit. p.112.

bandeira da AIA, mas financiado por outra associação internacional de Leopoldo, o *Comitê de Estudos do Alto Congo*, para construir uma base nas proximidades da foz do rio e construir uma estrada ladeando a cadeia de rápidos e quedas d'água que seria uma precursora de uma estrada de ferro.²⁸² Brazza se valeria dos recursos do comitê francês da AIA para realizar nova expedição pelo rio Ogué e assinar tratados de vassalagem à nação francesa com os chefes locais.²⁸³ A expedição portuguesa de 1877 tampouco atendia aos interesses da AIA e agia somente em benefício lusitano, tendo como um dos objetivos aprovados pelo governo justamente a demarcação do território português.

Da parte da AIA, percebe-se pouco interesse de parceria com Portugal e suas instituições: o convite para a reunião da AIA de 1877 só chegou às mãos da SGL quatro dias antes da data marcada, impossibilitando a presença da delegação portuguesa.²⁸⁴ A Associação não consulta a comissão portuguesa acerca dos pontos de acesso ao interior, dos pontos de partida e o que ela tem a dizer sobre a organização de expedições.²⁸⁵

Da parte SGL, apesar das queixas diante da sua marginalização, não parecia estar realmente interessada em agir pela AIA, mas em benefício nacional. O convite da AIA para se fazer uma comissão nacional resultou na criação de uma pasta interna, denominada de “Comissão nacional portuguesa de exploração e civilização de África”, composta por 15 vogais efetivos e que ficaria conhecida apenas por Comissão Africana. As finalidades da Comissão Africana eram estudar e promover dentro e fora do território nacional as “explorações” e os meios de tornar “melhor conhecido e aproveitado pela ciência, pelo comércio e pela indústria o continente africano”; reforçar a “ação civilizadora” de Portugal e continuar a sua “tradição abolicionista”; colaborar com “as instituições similares” nacionais e internacionais; defender os direitos de Portugal naquele continente; e realizar subscrições públicas e particulares para promover expedições

²⁸² HOCHSCHILD, Adam. *Op.Cit.*, 2002, pp. 93-101.

²⁸³ BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África Negra*: São Paulo, Perspectiva, 2013, pp. 30-35.

²⁸⁴ Carta de 16 de junho de 1877. Associação Internacional Africana: principais fontes. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 1, N°2. Lisboa: 1877, pp. 116-117.

²⁸⁵ Carta de 14 de julho de 1877. Associação Internacional Africana: principais fontes. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 1, N°2. Lisboa: 1877, pp. 117-118.

científicas²⁸⁶. Ao observarmos os seus estatutos fica claro que os objetivos exorbitavam a alçada de atuação na AIA, sobretudo nos pontos em que se dirigiam particularmente aos interesses portugueses. A chamada Comissão Africana passava então a centralizar todas as questões relativas ao “problema africano”. Ela dava pareceres sobre as propostas, os ensaios, as memórias e demais trabalhos relativos à África, além de discutir e redigir as petições enviadas ao governo.

Por meio da Comissão Africana, a SGL voltaria a participar de congressos e reuniões geográficas de nível internacional em 1878, quando da realização do Congresso Internacional de Geografia Comercial, realizado em Paris. Foram designados pela direção da SGL os secretários, Luciano Cordeiro e Afonso Pequito.²⁸⁷

No ano seguinte, foi a vez do próprio presidente, Barbosa du Bocage e do recém laureado explorador, Serpa Pinto, chefiarem a comissão portuguesa na segunda sessão desse congresso, então realizado em Bruxelas. A primeira tarde de debates foi marcada pelo constrangimento da delegação portuguesa em decorrência da distribuição entre os participantes de uma série de artigos do “Commercio Português” críticos à exploração científica portuguesa. Dentre eles, o editorial de 12 de setembro, “acusava o governo português, a sociedade de geografia de Lisboa e o major Serpa Pinto, de terem abandonado os exploradores Capelo e Ivens”.²⁸⁸ A situação tornava-se tanto mais delicada pelo ataque ter sido desferido pela própria imprensa nacional. Destarte, os artigos revelavam as fissuras do projeto colonial português, que era incapaz de uma completa adesão nacional.

Coube a Afonso Pequito o melindroso dever de negar as acusações, desfazer a má impressão deixada e apresentar os resultados obtidos nas explorações em curso de Capelo e Ivens, ao que acrescentou notícias do trabalho de José de Anchieta, residente há onze anos em Angola e colaborador Museu de História Natural de Lisboa com espécimes zoológicos. Esse trabalho foi facilitado, segundo Pequito, pelo prestígio da instituição em nome da qual falava e que já estava “a

²⁸⁶ Sessão de 27 de março de 1877, presidida por Barbosa du Bocage. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 1, N^o3. Lisboa: 1879, pp. 218-219.

²⁸⁷ Sessão de 12 de agosto de 1878, presidida por Barbosa du Bocage. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 1, N^o 4. Lisboa: 1879, p. 330.

²⁸⁸ Congresso Internacional de Geografia Comercial: comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa em sessão de 30 de outubro de 1879. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 2, N^o 3. Lisboa: 1880, p. 230.

par das primeiras sociedades de geografia do mundo”.²⁸⁹ Em seguida, Serpa Pinto, fora instado a fazer uma comunicação de sua viagem. Usou-se da sua experiência para distinguir explorações comerciais e explorações científicas, apontando como maior causa de fragilidade “os bandidos de todas as tribos [que] infestam os caminhos por maneira a impedir o desenvolvimento do comercio”.²⁹⁰ O explorador projetava nos africanos os verdadeiros óbices comerciais, esquivando-se, assim, das frequentes acusações e queixas internacionais face ao protecionismo acentuado de Portugal.

A SGL voltaria a ter papel determinante no âmbito internacional durante a Conferência de Berlim (1884-85), representada por Luciano Cordeiro e Carlos Roma do Bocage. Luciano Cordeiro seria o mais proeminente defensor da tese dos direitos históricos portugueses no baixo Zaire e em vastas regiões da África central, defendida através de um *memorandum* intitulado de *Questão do Zaire* e ratificado pela Comissão Africana.²⁹¹

Luciano Cordeiro sempre foi um fervoroso expansionista, traço que o distinguiu de alguns de seus pares em diversas discussões da SGL. Deputado pelo partido regenerador, jornalista, usou da imprensa para o seu proselitismo colonial. No ano de 1877, foi o principal articulador da viagem de exploração científica continental mesmo após sua proposta ser preterida nas deliberações governamentais em favor de um estudo concentrado, voltado a definir os limites da colônia de Angola.²⁹² Nos

²⁸⁹ Idem. Ibidem, p.231.

²⁹⁰ Idem. Ibidem, p. 233.

²⁹¹ Na verdade o Luciano Cordeiro foi relator do documento produzido e apresentado pela Comissão Africana em 24 de dezembro de 1882 e assinado pelo presidente da pasta, o Visconde de São Januário, além de vinte sócios. Entretanto, na sessão de 3 de novembro de 1884, fica reconhecida por parte de outros membros, como Manuel Ferreira Ribeiro, Afonso Pequito e Augusto Ribeiro se não a autoria individual de Luciano Cordeiro, ao menos a presença marcante de suas idéias, “sempre por ele sustentados na Imprensa e na tribuna”. O documento fora publicado em 1883 e distribuído entre os principais centros científicos da Europa. A SGL imprimiu mil exemplares em francês e outro tanto em português, enquanto que o Governo fez três mil cópias em inglês. SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *A Questão do Zaire*. Direitos de Portugal. Lisboa: Lallemand Frères, 1883. Sessão de 3 de novembro de 1884, presidida por Francisco Maria da Cunha. *Atas das sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: 1885. Vol. 4 p. 50.

²⁹² Luciano Cordeiro e José Júlio Rodrigues protagonizaram uma discussão acerca do itinerário da Expedição Geográfica Portuguesa à África Central, de 1877. O programa de viagens de José Júlio Rodrigues foi vencedor, devendo a expedição seguir apenas na hiterlândia de Angola. Entretanto, depois de vencido nas reuniões

nove anos que separam a fundação da SGL e a Conferência de Berlim, ele apresentou alguns trabalhos históricos acerca das explorações e descobertas portuguesas.

O documento apresentado na Conferência de Berlim continha as principais justificativas portuguesas para a ocupação do baixo Zaire. Sob os pilares da “descoberta, posse e reconhecimento”, apresentava sete exemplos de litígios envolvendo as principais nações da Conferência em que os territórios foram reclamados sob um ou mais desses pilares.²⁹³ Os autores do documento entendiam que a posse da foz do rio Zaire ficava assegurada pela ereção de padrões e marcos de colonização – tais como o de Diogo Cão na foz do Zaire –, servindo de “símbolo de ocupação e posse efetiva”. A posse não interrompida desde então garantia a “ocupação prolongada” portuguesa, o que excluía os direitos de qualquer outra nação reclamante ao território.²⁹⁴

Os debates travados nas sessões, e talvez o mais importante, as negociações feitas à margem das reuniões formais, mostraram-se refratários à justificativa dos “direitos históricos”. Aos olhos das delegações inglesa, francesa e alemã, o Estado português era demasiado protecionista para que se lhe confiasse a chave da porta de entrada da África central. Por esse motivo, mesmo a Inglaterra, que historicamente era parceira diplomática de Portugal, não reconhecia a soberania lusa nas duas margens do Zaire no acordo firmado em 26 de fevereiro de 1884. O apoio britânico a Portugal era menos fruto dessa parceria do que interesse de barrar a expansão francesa na região, francamente iniciada pelos tratados assinados por Brazza com os chefes locais.²⁹⁵

da CCPG, Luciano Cordeiro continuou a defender o seu projeto de travessia diretamente com os exploradores, através de missivas particulares, conseguindo que Serpa Pinto cindisse a expedição em duas para seguir a viagem continental. O papel determinante de Luciano Cordeiro nessa questão foi cuidadosamente estudado por Gabriel Mendes: MENDES, H. Gabriel. As origens da Comissão de Cartografia e a ação determinante de José Júlio Rodrigues, Luciano Cordeiro e Francisco António de Brito Limpo: a história política das explorações africanas de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto. *Separata da Revista do Instituto Geográfico e Cadastral*. n.º2. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982.

²⁹³ SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *A questão do Zaire: direitos de Portugal*. Lisboa: Lallemand Frères, 1883, pp. 1-6.

²⁹⁴ *Ibidem*, pp. 18-20.

²⁹⁵ Pierre Savorgnan de Brazza realizou uma primeira expedição em 1875, cujo objetivo era navegar o rio Ogowe à montante estabelecendo contato com os grupos mais hospitaleiros. Das cabeceiras desse rio, a expedição de Brazza se deslocou a Alima, um dos tributários do Congo superior. Desse modo, Brazza mapeara uma rota simples e navegável entre o cobiçado mercado da África central e a colônia

Ao contrário do mito que se cristalizou, a Conferência de Berlim não fez a partilha do continente africano. Como observou Hochschild, “os despojos da presa eram muito vastos, e seriam precisos muitos mais tratados para dividi-los todos”.²⁹⁶ Tampouco determinou o princípio da “ocupação efetiva” para o reconhecimento de uma potência na África, exigindo-a apenas na faixa litorânea.²⁹⁷ Esse acordo ficava expresso no sexto capítulo da ata geral, aprovada em 26 de fevereiro de 1885, cujo título era “Declaração referente às condições essenciais a serem preenchidas para que ocupações novas nas costas do continente africano sejam consideradas efetivas”.²⁹⁸ Já o interior era demasiado desconhecido e as marcações longitudinais francamente imprecisas para que se fizesse uma escrupulosa divisão do território.

Ao fim e ao cabo, a política expansionista portuguesa no baixo Zaire foi frustrada pela Conferência, cabendo-lhe aceitar a margem esquerda até o porto de Noqui, juntamente com os enclaves de Cabinda e Molembo a norte do rio. Ali, a delegação portuguesa recebia o primeiro ultimato a sua expansão, não sem que se criasse enorme ressentimento na metrópole. O próprio Luciano Cordeiro viu-se tão frustrado com as deliberações da Conferência que levou o *memorandum* do Zaire até a Câmara dos Deputados, proferindo-o nas sessões de 11, 15 e 16 de junho do mesmo ano. O que estava em questão era o livre comércio na bacia do Congo, mas os acordos e deliberações tomados

francesa do Gabão. Em 1879, ele partiria em nova expedição financiada pelo comitê francês da AIA, com a ordem de estabelecer duas bases científicas. Entretanto, agiria em nome da França e assinaria um tratado em 10 de setembro de 1880 estendendo a “proteção” francesa às terras do makoko. O tratado Brazza-Makoko ficou oculto até que uma missão inglesa instalada no lago Stanley enviasse uma cópia a Londres em julho de 1881. Diante do problema diplomático gerado, Brazza retornou para a França e iniciou uma pesada campanha até que em 18 de novembro de 1882, o primeiro ministro francês, Eugène Duclerc, ratificou o tratado Brazza-Makoko, assumindo oficialmente a anexação francesa no Congo. WESSELING, Henri. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: UFRJ; Revan, 2008, pp. 102-119.

²⁹⁶ HOCHSCHILD, Adam. Op.cit., p. 128.

²⁹⁷ Um exemplo recente de atribuição da exploração científica à regra da ocupação efetiva é o artigo: SANTOS, Paula Cristina. *As missões geográficas (1883-1940): construção de um documento cartográfico*. *Africana studia*. n°9, 2006, pp. 17-40.

²⁹⁸ ATA GERAL REDIGIDA EM BERLIM EM 26 DE FEVEREIRO DE 1885 entre a França, a Alemanha, a Áustria-Hungria, a Bélgica, a Dinamarca, a Espanha, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Itália, os Países Baixos, Portugal, a Rússia, a Suécia, a Noruega e a Turquia, para regulamentar a liberdade de comércio nas bacias do Congo e do Níger, assim como novas ocupações de territórios sobre a costa ocidental da África. In: BRUNSCHWIG, Henri. *Op. Cit.* 2013.

durante a Conferência acabaram por ditar os parâmetros da diplomacia colonial europeia. A constituição do Estado Livre do Congo sob os cuidados de Leopoldo II direcionou a corrida de anexação para o interior.

No entanto, se a pedra de toque da Conferência era o livre comércio na bacia do Congo, a partir de então, verifica-se por parte dos circuitos colonialistas portugueses um desejo contrário. Acompanhando as atas da SGL é possível observar um recrudescimento nas pautas liberais ou livre cambista em benefício de uma retomada protecionista de mercado. Esta, talvez, seja a maior vicissitude da política colonial da SGL ao longo do século XIX.

Na fase inicial do período moderno, o mundo erudito foi representado amiúde como um território ou um país, a “república das letras”. A metáfora da república remetia a uma comunidade imaginada em que o conhecimento seria a língua comum e a cooperação entre estudiosos permitiria alcançar as luzes. Ao longo do século XIX o que se verifica é um aumento do interesse nacional perante a produção científica, evidenciando a impossibilidade de se fazer um conhecimento universal em que se desconsiderasse o lugar de produção. A formação de uma geografia do conhecimento marcadamente nacional revela-se ainda mais presente nos estudos geográficos da África em fins do século XIX. O interesse particular mal disfarçado da AIA do rei Leopoldo era igualmente gritante entre as delegações nacionais signatárias. No caso em questão, a internacionalização da SGL se deu senão através da competição e do desejo de apresentar resultados válidos diante da comunidade científica internacional.

4.2 A SGL e a propaganda colonial em Portugal

Além da propagação internacional dos interesses coloniais portugueses nos circuitos especializados de geografia, a Sociedade de Geografia de Lisboa cumpriria um importante papel de vulgarização e divulgação da geografia colonial em Portugal. Como mencionou José Antonio Simões Raposo em uma das sessões da SGL, era necessário transformar a visão que se tinha das possessões africanas, pois “a maioria das pessoas apenas as enxergavam como a terra aonde se iam os degredados”.²⁹⁹ Luciano Cordeiro também entendia que a propaganda

²⁹⁹ Sessão de 24 de março de 1879, presidida por Barbosa du Bocage. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 2, N^o 3. Lisboa: 1880, p. 139.

colonial era a principal tarefa da instituição, pois não era seu intuito que “a Sociedade se imponha, ou legisle, mas sim que faça propaganda”.³⁰⁰

A necessidade de divulgar a geografia das colônias era algo transversal à fala de muitos sócios. Tanto é que não só esteve presente no conteúdo programático da Comissão Africana (a), como também foi reclamada por Luciano Cordeiro ainda na primeira sessão, em 1876, ao sugerir que discutissem uma reforma no ensino de geografia de Portugal. À proposta foram acrescentadas duas outras. A primeira para criar uma sessão de ensino geográfico, cujos proponentes foram Visconde de São Januário, Alfredo May, Geraldo Pery, Pinheiro Bayão, dentre outros. A segunda, proposta pelo Marquês de Souza Holstein, para que abrisse um concurso para “a apresentação de um trabalho histórico sobre as navegações e descobertas dos portugueses, com o fim especial de poder ser adotado nos estabelecimentos de instrução secundária”.³⁰¹ Alguns membros entendiam que os trabalhos da SGL não surtiriam efeitos se apenas dirigidos ao Governo e ao restrito público especializado, sem que houvesse um apoio nacional mais amplo. Aliás, essa forma de intervenção social não era apanágio exclusivo da sociedade portuguesa, como observou Luciano Cordeiro, que lembrou aos colegas da Sociedade a “conveniência de se fazerem conferências públicas sobre os diversos ramos da geografia, seguindo assim um bom costume das sociedades estrangeiras da mesma índole”.³⁰² Com isso, a SGL esperava atrair a classe trabalhadora e as camadas mais populares ao “problema africano” não apenas pela necessidade que se tinha de recorrer a todos, por meio de subscrições nacionais, como pelo desejo de verter a migração destinada à América para as colônias africanas.³⁰³

³⁰⁰ Sessão de 30 de novembro de 1883, presidida por Pereira Sampaio. *Atas das sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Vol.3 Lisboa: 1883, p. 171

³⁰¹ Sessão de 15 de maio de 1876, presidida por Visconde de São Januário. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 1, N° 1. Lisboa: 1877, p. 42.

³⁰² Sessão de 28 de outubro de 1876, presidida por Visconde de São Januário. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 1, N° 1. Lisboa: 1877, p. 60.

³⁰³ Em 1881 a Comissão do Fundo Africano da SGL lança um documento que tem por título *Ao Povo Português, em nome da Honra, do Direito, do Interesse e do Futuro da Pátria*. O documento era um apelo para a formação de um fundo de exploração da África, dirigido a todos os portugueses: “Se temos raras fortunas colossais, que em outros países auxiliam as empresas úteis com avultados subsídios, venham os muitos poucos fazer, o que não fazem os poucos muitos?”. In: *Ao Povo Português, em nome da Honra, do Direito, do Interesse e do Futuro da Pátria a Comissão do Fundo Africano Criada pela Sociedade de Geografia de Lisboa para Promover uma Subscrição Nacional Permanente Destinada ao Estabelecimento de*

Na ação dos sócios, dois caminhos ganharam maior relevância, a saber, a proposta do ensino de geografia em diversos níveis e a promoção de visões de África por meio da imprensa.

No que concerne ao ensino de geografia, a SGL tentou debalde reformar o currículo escolar com vistas a oferecer um programa mais moderno. A maior parte das ideias reformistas foi condensada em uma memória, redigida pelo professor da Casa de Pia e membro da seção de Ensino Geográfico, José Antonio Simões Raposo, e apresentada aos pares em novembro de 1876.³⁰⁴ No documento, Raposo argumenta que “os progressos da geografia estiveram sempre dependentes das empresas e descobertas” e que, historicamente, Portugal era “o povo mais arrojado da Europa e do mundo em descobertas e conquistas”. Dessa suposta peculiaridade lusitana dependiam a própria sobrevivência e autonomia da nação, pois “Portugal ou há de ser potência marítima para ser potência colonial, ou há de fatalmente deixar de ser um povo independente”, afirma o autor. O projeto pedagógico de Simões Raposo estava impregnado pela visão imperial, o que revela a proximidade entre a ciência geográfica e o controle colonial postulado pela SGL. Aqui, como em tantos outros discursos da SGL, não há espaço para a “anticonquista”, para um discurso supostamente desinteressado da ciência.³⁰⁵ A lógica era de que fora do império, Portugal não possuía nem passado nem futuro, pois nele se assentava a identidade nacional, a fonte econômica e a política externa. Por isso, era imperioso “incutir no coração de todos os portugueses” o amor pela descoberta geográfica e pela expansão colonial, por meio do ensino da geografia e história da expansão marítima e colonial.³⁰⁶ O mito da potência imperial a ser propagado no ensino primário e secundário afirmava-se como um poderoso recurso pedagógico, simbólico e cultural para a (re)modelação da identidade nacional voltada à sacralização do império.

A reforma do ensino geográfico proposta pela SGL detinha um lugar central no que Miguel Jerónimo convencionou chamar de “imperialização da nação”, ou seja, “na emergência histórica de um conjunto de discursos e práticas, incluindo institucionais, que colocavam

Estações Civilizadoras nos Territórios Sujeitos e Adjacentes do Domínio Português em África. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

³⁰⁴ RAPOSO, José Antonio Simões. Do methodo, programa e processos do ensino elementar de Geographia e de historia pátria na escola primaria. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.* Série 1, Nº 2. Lisboa: 1877, pp. 99-106.

³⁰⁵ Refirimo-nos mais uma vez a categoria de análise utilizada por Pratt. Cf. Pratt, Mary Louise. *Op. Cit.*, 1999, pp. 77-127.

³⁰⁶ Idem. *Ibidem*, pp. 99-100.

o império no âmbito de projetos políticos, econômicos e indenitários”³⁰⁷. Somava-se à Geografia o apelo a uma história de longa duração da expansão marítima, que notabilizava os portugueses por uma excepcional missão histórica de conquista e civilização além-mar.

No que concerne ao método e programa de ensino, Simões Raposo propõe mudanças a partir da sua experiência docente na Casa Pia. Primeiramente, defende que o estudo de geografia preceda o estudo de história, pelo simples fato de que é necessário que “primeiro se conheça a casa em que habitamos e que só depois procuremos saber quem a fundou e os que a habitaram antes de nós”. No entanto, o que observa é que a disciplina estava ausente do currículo da maior parte das escolas do país, e onde havia era de modo “imperfeitíssimo que não chega a produzir resultado algum satisfatório”.³⁰⁸ Também critica o método de ensino empregado nos liceus, que era de subdividir os compêndios em pequenos fragmentos de duas ou três páginas e pedir que os alunos decorassem e recitassem na lição seguinte. A secção dos compêndios impossibilitava-os de obter uma visão global do território, sem que conseguissem relacionar, características físicas, recursos naturais, mapas populacionais e econômicos de uma mesma região.

A maior crítica de Simões Raposo e da SGL ao sistema de ensino de geografia era a ausência de um suporte visual. Os livros e compêndios utilizados careciam de um mapa, dificultando sobremaneira a espacialização das informações. Segundo Simões Raposo, os alunos.

sabiam, é verdade, os nomes dos rios principais, dos montes, das serras mais elevadas, dos lagos e dos mares, dos continentes e das ilhas [...], mas colocá-los-iam indistintamente ao norte, ao sul, à direita ou à esquerda, a um lado, a outro, sem a mínima consciência do lugar real e verdadeiro que ocupavam na terra. [...] Os mapas deverão, pois, ser o nosso teatro; o nosso campo de manobras; por que só por eles é que se poderá dar aos

³⁰⁷ JERONIMO, Miguel Bandeira. Colonialismo moderno e missão civilizadora. In: ROSA, Walter; RIBEIRO, Margarida Calafate (org.). *Patrimônios de influência portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 109; JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa. Ideologies of Exceptionality and the Legacies of Empire in Portugal. In: ROTHERMUND, Dietmar, (org.), *Memories of Post-imperial Nations: The Aftermath of Decolonization, 1945–2013*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, pp. 97-119.

³⁰⁸ RAPOSO, José Antonio Simões. *Op.Cit.*, 1877. p.102.

conhecimentos geográfico uma certa existência real. [...] Se o ensino da geografia entre nós ainda não preenche o seu fim, é preciso que nos esforcemos por aproximá-lo quanto possível da verdade; e só uma coleção gradual de mapas nos poderá auxiliar nesta importante empresa.³⁰⁹

A cartografia deveria ser o instrumento por excelência do ensino geográfico. O aprendizado da disciplina, portanto, deveria ser sempre articulado à leitura cartográfica, à habilidade de compreender a realidade nas representações bidimensionais dos mapas. A memória de Simões Raposo não trata do mérito curricular. Limita-se apenas a exortar que o ensino geográfico deve ser instrumentalizado segundo os interesses do Império português.

O programa de Geografia e História elaborado por Simões Raposo foi enviado ao governo no mesmo instante em que se discutia uma reforma do ensino primário. No entanto, a lei de 2 de maio de 1878 que tornava obrigatória a frequência do ensino primário não incorporou as demandas suscitadas pela SGL. Ficava como principal missão da reforma reverter o péssimo índice de alfabetização registrado no censo de 1878.³¹⁰

Em novembro de 1880, Luiz Albano de Andrade Moraes, vogal da comissão nomeada pelo governo para formular os regulamentos da reforma de instrução secundária e responsável pela parte de ensino geográfico, solicitou uma lista de livros, manuais e compêndios que em todo ou em parte estivessem de acordo com os ideais da instituição. Porém, a SGL estava descontente com o programa publicado, ao qual “opõe-se as mais competentes autoridades pedagógicas”, e se negou a colaborar com a proposta de reforma.³¹¹ É interessante observar que apesar do prestígio e influência de que gozavam grande parte dos membros da SGL e das suas estreitas relações com a estrutura administrativa da monarquia constitucional até a implantação da

³⁰⁹ *Ibidem*, pp. 103-106.

³¹⁰ Segundo o censo de 1878, a taxa de alfabetização da população portuguesa acima de 7 anos de idade para o ano de 1878 era de apenas 20,4 %. Cf. CORREIA, Luis Grosso. Centenário da República: O ensino primário na primeira república: O homem vale, sobretudo, pela educação que possui. *Seara Nova*. n.º1713, outono de 2010.

³¹¹ Sessão de 15 de novembro de 1880, presidida por Barbosa do Bocage. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 2, n.º 4, 1881, p. 251.

república, o governo esteve refratário às propostas de reforma para o ensino primário e secundário.

Entrementes, a SGL propagava seus ideais por meio da imprensa. Os jornais e periódicos portugueses formavam um importante campo de debate, fomentando o interesse nacional pelo ultramar e modificando a percepção popular em relação à África. Opiniões favoráveis ou contrárias ao investimento de capitais no ultramar – por ser tido como uma zona de alto risco – terminava por inserir a questão no centro das atenções nacionais. Desde o início da década de 1870, cada vez mais jornais passaram a ver as colônias como “um benefício, longe de serem um encargo”, ao passo que notícias desagradáveis, como a guerra dos Dembos de 1872, em Angola, não eram publicadas.³¹²

De todas as discussões na imprensa, sem dúvida, a de maior impacto foi a cobertura das explorações científicas de Serpa Pinto (1877-1880), Brito Capelo e Roberto Ivens (1877-1880/1884-85). O notável sucesso se deve à cobertura jornalística ser simultânea ao avanço expedicionário. Vale destacar, nesse sentido, o periódico ilustrado *O Occidente* (1877-1915), que tratou do tema desde seu segundo número e chegou a publicar algumas imagens inéditas da expedição³¹³. Eram colaboradores literários deste periódico alguns membros da SGL, como Antonio Ennes, Francisco D’Almeida, Jayme Batalha Reis, Luciano Cordeiro, Pinheiro Chagas, Sousa Viterbo. Desse modo, *O Occidente* passou a publicar serialmente notícias da exploração portuguesa, sob o título de “Expedição geográfica portuguesa à África austral”. O secretário Luciano Cordeiro, que habilmente conseguiu centralizar as

³¹² *Jornal do Porto*, 8 de dezembro de 1872 (editorial). Apud: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill. op. Cit., p. 96.

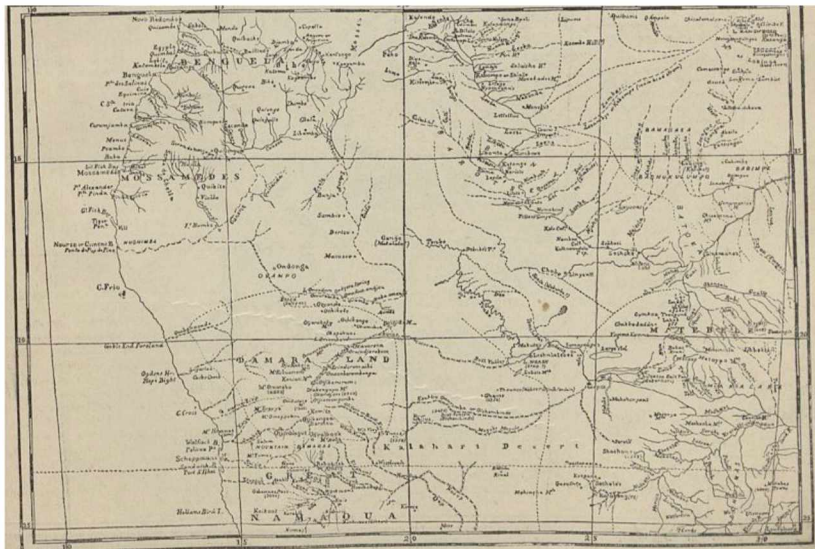
³¹³ A revista *o Occidente* se notabilizou por congregar vários gravadores nacionais, desenvolvendo a criação artística em Portugal. Fundada em 1877 por Cactano Alberto da Silva, Manuel de Macedo e Guilherme de Azevedo, a revista *O Occidente* trouxe em seu editorial inaugural uma gravura de São Tomé, selando o pacto de divulgar os fatos do império, como observou Leonor Pires Martins. Além disso, o pequeno texto programático trazia a exploração de Capelo, Ivens e Serpa Pinto como uma das principais pautas: “mercêr-nos-há um cuidado especial a exploração portuguesa empreendida hoje no interior da África. A gravura completará devidamente a narração da viagem. Toda a importância, cientificação [sic.] e todo o aspecto pitoresco da aventureira expedição geográfica, serão comemorados no Occidente como um dos fatos mais salientes da moderna vida nacional”. MARTINS, Leonor Pires. *Um império de papel: imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 35; *Occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*. 1877, p. 4.

correspondências pessoais e oficiais dos expedicionários durante a expedição de 1877, foi colaborador da revista *O Occidente*, fornecendo ilustrações, fotografias e trechos de informações recolhidos junto aos expedicionários, bem como escrevendo as crônicas que acompanhavam as ilustrações. As gravuras em madeira produzidas a partir desse material despertavam enorme interesse de um público ávido por construir visões de África, seja pela paisagem, pela descrição dos costumes, pela representação dos habitantes, etc.. Entrementes, prestava contas do que estava sendo feito efetivamente para rivalizar com as nações interessadas em uma fatia do “bolo africano”. A mesma cobertura foi realizada na segunda exploração de Capelo e Ivens (1884-1885). *O Occidente* celebrava por meio das expedições a força nacional, rompendo com a visão de nação inepta que herdara vastos territórios, mas que era incapaz de geri-los, estudá-los e civilizá-los.

Em uma coleção de artigos, intitulado de *Viagem através da África Austral pelo major Serpa Pinto*, Alberto de Cervaes narrou as conferências proferidas por Serpa Pinto – desde a primeira conferência, realizada na sessão solene no salão da Trindade em 15 de junho de 1879. No intuito de apresentar os resultados científicos obtidos pelo explorador, o autor apresentou duas cartas geográficas da África austral. Vale ressaltar que essa foi a primeira vez que o periódico publicou uma representação cartográfica, mesmo possuindo desde a sua fundação a equipe de ilustradores e gravadores mais preparada de Portugal.

A primeira delas era uma carta da África de pequena escala publicada em março do mesmo ano, por Keith Johnston, na qual se pode observar o oceano Atlântico como limite ocidental, Benguela como o limite setentrional, o território Nama (Namaqua) de limite meridional e Matabeleland como limite oriental. Ela está repleta de espaços em branco e informações lacunares no que tange à hidrografia, embora siga como convenção representar os rios intermitentes por um traçado hifenizado e os cursos perenes por uma linha contínua (**figura 5**).

Figura 5 - “Parte da África austral como antes da Exploração do major Serpa Pinto a representou em março de 1879 o mapa do Sr. Keith Johnston da Sociedade Real de Geografia de Londres”.



Fonte: CERVAES, Alberto de. Viagem através da África austral pelo Major Serpa Pinto: o explorador e a exploração. *O Occidente*: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro. 1 de julho de 1879, ano 2, Vol.2, nº 37, p. 103.

O mapa acima se trata de um fragmento de uma carta intitulada de “General Map of Africa”.³¹⁴ Ao reproduzir a gravura fragmentada, o periódico ilustrado realiza algumas modificações que revelam suas intenções. A primeira delas é desconsiderar alguns códigos importantes para a cartografia, como o título original do mapa, a escala e a legenda. Além disso, os gravuristas elidiram as informações orográficas presentes na carta de Jhonston, dando a ver apenas o traçado dos rios. Alberto de Cervaes ainda ressalta que nela havia tudo “o que se sabia a esse tempo de mais certo a respeito do continente africano”. Nas palavras de Cervaes, “basta olhar para ela, quase toda em branco de resto, basta compará-la com a do sr. Serpa Pinto, para compreender imediatamente a importância das determinações hidrográficas do viajante português”.³¹⁵

A segunda carta foi produzida a partir das informações recolhidas junto ao explorador português, na qual se podia verificar um significativo progresso na demarcação hidrográfica e toponímia do sul da África austral em relação à anterior, nomeadamente as bacias dos rios Cuando, Cubango e Zambeze. Ao regressar da África, Serpa Pinto entregou suas notas de viagens e informações coligidas aos consócios Batalha Reis e Sarrea Prado para que fizessem a carta de sua viagem (figura 6).³¹⁶

³¹⁴ JOHNSTON, Alexander Keith. *General map of Africa*. constructed from the most recent coast surveys and embodying the results of all explorations to the present time. Londres: 1879.

³¹⁵ CERVAES, Alberto de. Viagem através da África austral pelo Major Serpa Pinto: o explorador e a exploração. *O Occidente*: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro. 1 de julho de 1879, ano 2, Vol.2, n° 37, p. 99.

³¹⁶ Sessão de 24 de junho de 1879, presidida por Barbosa du Bocage. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 2, n° 3. Lisboa: 1880, p. 173.

Figura 6 - Hidrografia da África Austral



Fonte: CERVAES, Alberto de. Viagem através da África austral pelo Major Serpa Pinto: o explorador e a exploração. *O Occidente*: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro. 1 de julho de 1879, ano 2, Vol.2, nº 37, p. 104.

O mapa elaborado a partir das informações de Serpa Pinto ocupa um espaço maior do periódico e possui uma escala. Diferente do mapa de Jhonston, este apresenta apenas os rios perenes, ignorando o curso do Bero, Coroca, etc.. Não cabe discutir aqui as incoerências, equívocos e distorções dessa carta. Interessa-nos apenas chamar atenção para o caráter celebratório dessa comparação que é direcionada a um público leitor não especializado. A comparação das imagens por si só, como sugere o autor, engendra uma aura de objetividade em favor de Serpa Pinto que não pode ser negada. Outro aspecto dessa celebração é também a inscrição das rotas de “viagens de travessia” de Livingstone, Cameron, Stanley e Serpa Pinto, colocando o explorador português a altura dos principais nomes das modernas viagens de exploração.

Da mesma forma, o médico e sócio da SGL, Manuel Ferreira Ribeiro utilizou o jornal *As colônias portuguesas* (1883) para reforçar seus ideais e fazer propaganda colonial, publicando alguns excertos e comentários das explorações geográficas. Mesmo após a publicação literária dos relatos dos exploradores, os periódicos metropolitanos continuaram a replicar esse material. É o caso do jornal *A Volta do mundo*, que publicou em fascículos o relato integral do explorador Serpa Pinto, reproduzindo todas as imagens que compunham a edição francesa do relato de viagem.³¹⁷ Este periódico era propriedade de Abilio Eduardo da Costa Lobo, eleito sócio ordinário da SGL em 1879.³¹⁸

A publicação resumida e em fascículos dos relatos de viagens dos expedicionários em textos curtos, de linguagem de fácil compreensão e com um suporte visual das ilustrações atendia a necessidade de um público afeito a uma prática de leitura diversa daquela exigida pelos grandes tomos de viagem. A cobertura jornalística marcou um momento inédito na representação portuguesa da África, pois uma maior parte da população metropolitana passou a contar com uma panóplia de imagens fruto da observação e registro dos exploradores e mediada pela imaginação de gravuristas portugueses. Em seu conteúdo, ressaltava-se o anedótico em detrimento do analítico, os fatos heroicos em lugar das minúcias geográficas e estudos meteorológicos; também eram tratados os costumes indígenas, sendo amiúde seguidos de ilustrações de “cenas e tipos”. Para Leonor Pires Martins, que estudou o papel das publicações ilustradas na construção do Império colonial português, “a divulgação nos jornais e revistas de muitas das ilustrações contidas nos relatos,

³¹⁷ MARTINS, Leonor Pires. *Op.Cit.*, 2012, p. 45.

³¹⁸ Sessão de 31 de março de 1879, presidida por Barbosa du Bocage. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 2, n° 3. Lisboa: 1880, p. 146.

assim como a transcrição de excertos dessas mesmas obras, normalmente acompanhadas por resenhas e comentários, ampliaram de forma significativa a recepção das propostas de conhecimento alusivas às regiões africanas”³¹⁹. É difícil saber se esse intuito de fato era perceptível em Portugal. Ainda que não se pudesse atribuir essas publicações diretamente à SGL, é possível verificar que em todos estes periódicos entusiasmados com a questão colonial havia a iniciativa – mesmo que individual – de um de seus membros, consubstanciando alguns dos ideais dessa instituição. Assim que, ao levarem até um público mais amplo a África de Capelo, Ivens e Serpa Pinto esses trabalhos de divulgação acabavam por fortalecer a rede política e científica da SGL.

4.3 Uma visão panglossiana da Sociedade de Geografia de Lisboa

Como já comentamos anteriormente, a SGL se mostrava extremamente otimista em relação ao devir colonial. O otimismo da instituição, entretanto, não residia na leitura do mundo ao seu redor como o melhor mundo possível, tal como é o caso do personagem de Voltaire a qual o subtítulo faz referência, mas no caráter projetivo e no poder transformador que a sua ação poderia desempenhar. O otimismo, assim, ligava-se a sua política de administração científica e racional que negava o pragmatismo, os vícios, os arranjos e a inaptidão da administração vigente. Nos planos que são amiúde discutidos e representados ao governo se projetavam sempre o melhor quadro possível, refletindo a crença de que as sociedades africanas poderiam ser facilmente modeladas segundo os interesses e projetos portugueses, seja no comércio e indústria, na administração ou nas relações de trabalho.

O historiador Frederick Cooper argumenta que o projeto colonial foi dramaticamente alterado diante das demandas, interesses e contingências africanas. O autor sugere que se deve abandonar qualquer pretensão de entender o colonialismo como a aplicação de um projeto fixo, rígido, pensado nos e executado pelos quadros burocráticos da Europa, ao mesmo tempo em que a resistência africana não pode ser pensada apenas na forma da resistência armada, mas se devem considerar as contingências, os conflitos de interesses de diversos setores da sociedade colonial e as ações individuais que complementam

³¹⁹ MARTINS, Leonor Pires. *Op.Cit.*, 2012, p. 45.

as ações coletivas, como movimentos nacionalistas e sindicatos trabalhistas.³²⁰

As ambiguidades e contradições inerentes a essa trajetória histórica podem ser encontradas em diversas esferas, tais como as relações de gênero, de trabalho, e mesmo na organização dos Estados nações pós-independência. Isso se dava pela própria dificuldade em policiar as fronteiras entre colonizados e colonizadores, pois ao caráter repressor e coercitivo do Estado colonial, justapõe-se as iniciativas e interesses dos próprios africanos. Essa contradição foi exemplificada por Cooper no caso de pequenos produtores que estavam interessados nas oportunidades oferecidas por um comércio com o além-mar, mas que contestavam a opressão colonial, sobretudo pelas taxas e impostos pagos pela sua inserção na rede fiscal da administração colonial. Isso levou a casos de sucesso econômico, tais como a produção de amendoim na Gâmbia, a produção de cacau na Costa do Ouro, e da Nigéria em 1920.³²¹

Em seu arrazoado cronológico, Cooper afirma que a construção do Estado passou por vários momentos distintos. Durante a década de 1890 e a Primeira Guerra Mundial, conquistadores imperiais pensaram ser possível modelar a sociedade africana conforme seus interesses e racionalizar a exploração do continente. A frustração gerada por essas expectativas foi em parte sanada por meio de uma política indireta e a busca pela associação com estruturas de poder africanas de modo a parecer uma política de preservação dessas sociedades e culturas. Já ao final da década de 30, essa África “tribal” imaginada era incapaz de atender aos anseios da economia capitalista e das consequentes tensões na relação de trabalho. A partir de 1940, a tônica da Inglaterra e França seria por um programa de desenvolvimento. Nesse sentido, pode-se concluir que a agenda imperial nem sempre foi mantida nas colônias. A iniciativa e o (des)interesse dos africanos teve papel fundamental na formação dessa sociedade híbrida, mestiça, que é a colonial.³²²

Os membros da SGL se esforçaram para desenvolver meios de melhor conhecer o “outro” e dominá-lo. Os projetos coloniais ali engendrados, no entanto, não eram monolíticos ou onipotentes.

³²⁰ COOPER, Frederick; STOLER, Ana, Laura (org.). *Tensions of empire: colonial cultures in a bourgeois world*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1997; COOPER, Frederick. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkeley: University of California Press, 2005.

³²¹ COOPER, Frederick. Conflito e conexão: repensando a história colonial da África. *Anos 90*, v. 15, n. 27, p.21-73, jul. 2008.

³²² Idem. *Ibidem*, pp. 38-39.

Focalizando mais de perto é possível observar competições pelas energias de controle e legitimidade dos empreendimentos sugeridos. Então, pode-se afirmar que as propostas da SGL eram revestidas das mesmas intenções desde o início? Evidente que não. As propostas levantadas dificilmente seguiam um desenvolvimento contínuo mesmo em caso de concordância geral, e as pautas mudavam de acordo com o cenário africano. Além disso, as representações ao governo se avolumavam de tal modo que novas eram apresentadas antes de se achar meios para cumprir as anteriores. Observando isso, Luciano Cordeiro lembrou seus colegas de que a instituição não podia se transformar em um “tribunal de louvor ou censura de atos oficiais, nestes termos e com estes intuitos”.³²³ Dada a profusão de ideias que se complementam, contradizem-se e se sobrepõem selecionamos para tratar aquelas que mais dizem respeito ao otimismo em relação à capacidade de modelar em curto prazo as populações africanas conforme os interesses de mercado e dominação portugueses.

Uma das propostas para racionalizar a ação colonial começou a ser discutida em de janeiro de 1878. Teixeira de Vasconcelos propôs que se devia criar um “Instituto em que se ensinem as línguas das possessões portuguesas ultramarinas, e a história e geografia coloniais”. As cadeiras concernentes ao curso também poderiam ser inseridas na estrutura de algum curso superior já existente. Para Vasconcelos, o conhecimento da “língua do país” seria de grande valia para a saúde financeira das colônias, tendo em vista “a pouca retidão dos intérpretes”, como também seria de grande utilidade aos exploradores caso conhecessem “as línguas dos Estados que tivessem de atravessar”.³²⁴

O consócio Ferreira de Almeida se declarou contrário a criação do curso de línguas, pois entendia que todo o esforço empregado na África devia ser para “generalizar a língua portuguesa” a guisa da imposição feita pela Rússia ao território polonês. Além disso, Ferreira de Almeida disse que o estudo das línguas só poderia ocorrer de forma muito deficiente, pois na costa Ocidental da África “havia uma ou duas línguas e grande número de dialetos”, o mesmo sucedendo na costa oriental. Já o secretário Luciano Cordeiro aderiu à proposta de Teixeira de Vasconcelos por considerar que a profusão de línguas não fosse realmente um obstáculo. Nesse aspecto, dever-se-ia conhecer a língua

³²³ Sessão de 30 de novembro de 1883, presidida por Pereira Sampaio. *Atas das sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Vol.3 Lisboa: 1883, p. 170.

³²⁴ Sessão de 7 de janeiro de 1878, presidida por Barbosa du Bocage. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 1, N° 4. Lisboa: 1878. p. 286.

mais falada em cada costa, e “conhecida ela pelo estudo, fácil seria apreender com a prática os dialetos das povoações limítrofes”. O secretário também ressaltava que outras nações coloniais, como a Inglaterra e a Holanda, já possuíam “cursos das suas línguas coloniais”. E Portugal não deveria tomar caminho diverso. Ainda sobre a exequibilidade da proposta, Alfredo Maia, que possuía experiência na costa oriental africana, disse que concordava com Ferreira de Almeida, não vendo possibilidade de ensinar com qualidade todas as línguas faladas no território de Moçambique. Além do que os “pretos tinham muita facilidade em falar a língua portuguesa”. Por fim, o visconde de São Januário tomou a palavra em defesa da proposta do curso de línguas e comparou-a à administração inglesa, cujos funcionários enviados à Ásia eram obrigados a falar “marata” ou “hindustani”. No caso português, não considerava difícil a execução do plano e sugeria a seguinte relação de cadeiras: uma de língua “bunda” ou “nebundo” para a África ocidental; outra para “a língua que fosse mais geral” na costa oriental; a “coucani” para a Índia; o “chim” para Macau; e a “malaya” para Timor.³²⁵

O sócio Gastão Mesnier também acenou positivamente à proposta de Teixeira de Vasconcelos, mas apenas reconhecia sua importância científica. Ancorado em uma visão evolucionista e biológica da linguagem, para Mesnier, as línguas tinham uma trajetória orgânica: “nasciam, cresciam, viviam e morriam em virtude de leis por assim dizer naturais”. Nesse sentido, as línguas dos colonizados estavam fadadas a sucumbir perante os colonizadores.³²⁶

Em 11 de março de 1878, o debate foi retomado. O primeiro a falar foi Cunha Rivara, que possuía mais de duas décadas de experiência administrativa em Goa. Ele atentou para carência de alunos caso as cadeiras fossem criadas, sendo esse o motivo do fechamento da cadeira de árabe no liceu.³²⁷

O debate ganhou novos contornos após Barbosa du Bocage pedir a palavra. Aproveitando a discussão acerca do interesse dos funcionários coloniais pelas cadeiras de línguas, o presidente da SGL deslocou a questão para a própria estrutura da burocracia colonial portuguesa. Nas relações comerciais, ele vituperava uns “uns sujeitos da metrópole”, que ao invés de fortalecer a indústria nacional, “importa[va]m mercadorias

³²⁵ Idem. *Ibidem*, pp. 288- 290.

³²⁶ Idem. *Ibidem*, p. 291.

³²⁷ Sessão de 11 de março de 1878, presidida por Barbosa du Bocage. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 1, N^o 4. Lisboa: 1878, p. 299.

inglesas para Portugal e que depois as envia[va]m para África à sombra do direito protetor”.³²⁸ Nesse caso, o principal produto importado era têxteis ingleses.

Em crítica ao sistema vigente, Barbosa du Bocage considerava a prática comercial arcaica e predatória. Para ele, era preciso organizar um plano colonial em que Portugal não fosse mero parasita dos produtos reimportados da Europa, de um lado e exportador de artigos de caça e recoleção africanos, de outro. O primeiro passo era afeiçoar o interior ao interesse de Portugal, ao invés de se apoiar apenas no sistema de feitorias costeiras. Em seu entendimento de colonização, o caso africano em nada poderia ser comparado à experiência americana, aonde, no caso norte-americano, muitos colonos europeus vieram ocupar e trabalhar a terra e impor a própria língua. Enquanto que “na África servimo-nos dos negros como auxiliares para o trabalho tendo desenvolvido a cultura em alguns pontos e procurado estabelecer o comércio no interior por intermédio de mandatários indígenas, mas ocupando realmente uma orla do litoral”. A variável climática impedia que o trabalho africano fosse substituído pelo colono europeu.³²⁹

Então, segundo Bocage, o melhor seria seguir o sistema neerlandês adotado na ilha de Java em que se atraía “uma parte da população a um nível superior, educando os filhos dos chefes e procurando torná-los solidários conosco no desenvolvimento agrícola e comercial nas regiões em que dominam”. Esse sistema de colonização diferia do sistema de feitorias em que não havia ingerência sobre o governo dos potentados africanos. A incorporação das elites africanas na administração visava a convergência de interesses em prol da agricultura e comércio de gêneros coloniais. Para tanto, seria essencial que “certo número de funcionários conheçam a língua indígena, principalmente os que vão exercer governos no interior como chefes de distrito e os professores de instituição primária”.³³⁰

A proposta apresentada por Bocage e recebida com muito entusiasmo ficava resumida em quatro pontos gerais:

1º Escolher autoridades inteligentes e honestas e conhecendo quanto possível os costumes e línguas dos povos que administram, autoridades que devem ser muito bem retribuídas, sendo mais

³²⁸ Idem. Ibidem, p. 302.

³²⁹ Idem. Ibidem, p. 300.

³³⁰ Idem. Ibidem, p. 301.

difícil a escolha para os distritos interiores, no sertão;

2º nomear professores de instrução primária, conhecendo particularmente as línguas indígenas;

3º desenvolver a agricultura e o comércio, interessando os chefes indígenas e seguindo quanto possível o sistema holandês;

4º alterar as pautas ultramarinas tendo apenas em vista o senso comum, e não proteger uns sujeitos da metrópole em prejuízo das colônias.³³¹

Entretanto, a ela subjazia um delicado equilíbrio de poderes entre reinos africanos e Império português. A sugestão de preservar as estruturas sociais africanas e, ao mesmo tempo, subjugar-las, retirar-lhes a autonomia e incorporar as elites à administração colonial implicava na melindrosa tarefa de identificar os reinos vassallos mais cooperantes com a causa portuguesa e detentores de poder no cenário africano. Determinar quem deveria ascender à dita civilização e ao mesmo tempo traçar fronteiras sociais entre governantes e governados no seio da política colonial poderia não ser tão simples quanto Bocage imaginava. Ele mesmo entendia que isso não seria possível sem o uso coercitivo de força militar, já que, segundo Bocage, “sem o exercito era impossível manter ali o nosso domínio, assim como sem a aliança com os chefes principais”.³³²

A ambiguidade inerente ao processo de incorporação de parte ainda que minoritária da população africana nesse projeto é evidente, sendo essa uma das grandes tensões do império³³³. Com efeito, a despeito do desejo de Bocage, a assimilação nunca chegou a ser uma política de fato. Como observou Miguel Jerônimo, essencialmente, a assimilação foi uma política seletiva, fortemente marcada pelas circunstâncias e conjunturas e não por uma proposta de “incorporação cultural, integração social, ou promoção civilizacional que tivesse como meta a universalização”.³³⁴

A evolução do projeto iniciado por Barbosa du Bocage deu espaço a proposições mais amplas. Batalha Reis sugeriu uma reforma de ensino no Instituto Geral de Agronomia, com vistas a melhorar suas

³³¹ Idem. *Ibidem*, p. 302.

³³² Idem. *Ibidem*, p. 304.

³³³ Penso a partir das reflexões de Frederick Cooper e Ann Stoler em: COOPER, Frederick; STOLER, Ana, Laura (org.). *Op. Cit.* 1997.

³³⁴ JERONIMO, Miguel Bandeira. *Op. Cit.*, 2015, p. 96.

aplicações em conhecimento e exploração das colônias. Máximo Pereira propôs como arranjo que enquanto não se criasse o Instituto em Lisboa, dever-se-ia criar em cada província ultramarina o curso da língua mais corrente em seu interior. Incorporando todas as sugestões aventadas até então, Francisco Adolfo Coelho fez um aditamento à sugestão inicial para que se representasse ao governo pedindo a criação de um Instituto Colonial em Lisboa.³³⁵

O que se pode observar nesse primeiro momento da discussão é uma inelutável cisão entre o pensamento dos sujeitos com experiência prática em África dos africanistas que desconheciam a situação *in loco*. Estes se demonstravam mais entusiasmados com os frutos que podiam ser colhidos de uma administração instruída e formalmente educada, apta para tratar com as populações autóctones; ao passo que para aqueles, essa matéria dificilmente seria aplicável à realidade local. Os principais óbices apontados pelos possuidores de algum tirocínio no ultramar eram o interesse dos funcionários coloniais de se qualificarem, bem como a profusão de “línguas indígenas” que teriam de dominar. Ao menos no interior dos debates da SGL, a corrente mais ilustrada saiu vencedora, juntamente com a vontade de suplantar a pragmatismo administrativo por uma ideologia mais constritiva e intervencionista do desenvolvimento colonial.

Após intenso debate, o projeto de um “Curso colonial português” foi finalmente aprovado em 18 de março de 1878. Os membros constituintes da proposta foram Barbosa du Bocage, Teixeira de Vasconcelos, Luciano Cordeiro, Afonso Pequito, Adolfo Coelho, Jayme Batalha Reis e Júlio Máximo Pereira. Os autores justificavam que o curso seria de grande contribuição à tradição de “Estado colonizador” e serviria para “fortalecer e para reorganizar nas vigorosas bases de uma exploração comercial e industrial culta e sistemática, e de uma administração política, ilustrada e justa”. A representação previa uma formação generalista, de tudo quanto fosse necessário para a exploração racional da colônia. As cadeiras iam desde linguística à zootecnia.³³⁶

No que concerne ao estudo das línguas africanas, o projeto vinha dividido em três grupos geográficos. Primeiramente, os territórios insulares, nos quais o ensino do crioulo era algo simplificado, podendo

³³⁵ Sessão de 18 de março de 1878, presidida por Barbosa du Bocage. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 1, N^o 4. Lisboa: 1878, p. 305-309.

³³⁶ Curso Colonial português: projeto aprovado em sessão da Sociedade de Geografia de Lisboa de 18 de março de 1878. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 1, N^o 3. Lisboa: 1878, p. 196-203.

ser resolvido com “uma simples gramática” e um “guia de conversação”. Depois, o território da Guiné, aonde a complexidade de “dialetos derivados de diversos tipos linguísticos” os obrigava a temporariamente prescindir do ensino de qualquer uma delas. Por fim, a África austral, quase inteiramente dominada por uma mesma família linguística, o banto, exceto em “territórios em que se falam os dialetos hotentotes e bosquímanos”, ou “línguas europeias”. O estudo do banto seria tomado a partir de uma gramática geral que abarcasse os dois dialetos mais importantes, o “nbundo” e o “zulu”.³³⁷

Outro ponto discutido no documento era o alargamento do ensino agrícola. Nesse caso, o ensino poderia ser desenvolvido junto ao Instituto Geral de Agricultura, que deveria incluir nas suas cadeiras investigações das “características das floras coloniais portuguesas e das espécies mais adotadas a cultura e a exploração industrial”. Também se recomendava a inserção de um currículo voltado à transplantação de espécies vegetais de largo interesse comercial, como o café, o algodão, o cacau e a cana de açúcar, bem como “o estudo das raças de animais domésticos do nosso Ultramar, raças a introduzir nele; higiene pecuária dos climas tropicais”.³³⁸

A grelha de disciplinas a serem criadas ficava assim definida:

Cadeira a criar junto do Curso Superior de Letras ou d’outra escola ou instituto já existente, em Lisboa.

1º Geografia, historia e etnologia coloniais.

2º Administração colonial.

3º Linguística austro-africana.

4º Linguística da índia portuguesa moderna.

Ensino a acrescentar ao quadro de estudos do Instituto Geral d’Agricultura.

5º Botânica agrícola e florestal.

6º Culturas arauenses e arboricultura.

7º Economia agrícola colonial.

8º Zootecnia.³³⁹

Além da crença na qualificação e racionalização dos quadros administrativos, o otimismo era outro traço marcante da proposta, tendo em vista que, para os autores, o curso “contribuiria poderosamente para

³³⁷ Idem. Ibidem, pp. 198-200.

³³⁸ Idem. Ibidem, p. 202.

³³⁹ Ibidem, p.203.

melhorar em poucos anos a situação do nosso domínio ultramarino e por concomitância a de toda a Nação”. O emergente desejo pelo desenvolvimento das colônias quer em benefício da indústria e do comércio europeus, quer naquilo que os europeus entendiam como o avanço moral e material dos povos colonizados, com rigoroso gerenciamento dos recursos e da ordem social, foi um traço fundamental da agenda do novo imperialismo de fins de século XIX.³⁴⁰

A SGL compreendeu relativamente cedo a importância de formar um quadro colonial baseado nos conhecimentos coletados pelo império, mas o curso só foi criado uma geração depois, pelo decreto de 18 de janeiro de 1906. Não é por acaso que cursos dessa natureza pulularam em nações imperiais na virada de século. Na França, o governo criou a École Coloniale (1889), para formar futuros administradores. Em Bruxelas foi fundado um Instituto Colonial Internacional (1894), ao qual se seguiu a Escola Colonial em Lisboa (1906), o Instituto Coloniale Italiano em Roma (1906), o Kolonialinstitut em Hamburgo (1908) e o Koloniaal Instituut Amsterdam (1910).³⁴¹

De acordo com o decreto de 18 de janeiro de 1906, a Escola Colonial ficava instalada nas dependências da SGL, a qual também ficava a responsabilidade de cuidar do curso. Quanto ao currículo do curso, as disciplinas ligadas à agronomia e história natural foram retiradas, permanecendo apenas as cadeiras de geografia colonial, linguística (ambundo e landim), colonização, administração colonial e higiene colonial.³⁴²

4.4. Sobre a ocupação portuguesa do sul de Angola, segundo a SGL

A imigração portuguesa para as colônias africanas foi desde o início uma meta perseguida pelos membros da SGL. O coletivo buscou, tanto quanto possível, informar-se das causas, das redes e das rotas habituais da emigração portuguesa. Vale lembrar que no início da década de 1880, a SGL havia se dedicado largamente em realizar um

³⁴⁰ HODGE, Joseph Morgan. *Triumph of the expert: agrarian doctrines of development and the legacies of British colonialism*. Ohio: Ohio University Press, 2007.

³⁴¹ BURKE, Peter. *Op. Cit.*, 2012 p. 166.

³⁴² MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR. *Organização, programas e regulamentos da Escola Colonial*: decretos de 18 de janeiro e 4 de outubro de 1906; portarias régias de 13 de novembro e 21 de dezembro de 1906; decreto de 22 de fevereiro de 1907. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907, p. 11.

levantamento completo e sistemático da emigração portuguesa em todo o globo. Em 12 de agosto de 1880, a sociedade se dirigiu ao Ministério dos Negócios Estrangeiros apresentando um questionário, que devia ser remetido aos diplomatas dos países estrangeiros onde houvesse colônias de portugueses, no qual solicitava informações da população radicada, suas condições econômicas, grau de instrução, dentre outros. Ao questionário, somaram-se outros acerca da produção, comércio e navegação nas “províncias ultramarinas”, dirigido ao Ministério da Marinha e Ultramar; pedindo uma série estatística da emigração, entre os anos de 1869-1879, enviado ao Ministério do Reino ³⁴³.

Além disso, a SGL se preocupava com os corpos, a higiene e a saúde dos portugueses que escolhessem migrar para a África, fomentando estudos e levantando o debate da saúde tropical em suas reuniões. O médico Manuel Ferreira Ribeiro elaborou manuais de higiene tropical, e, por mais de uma vez, tomou a palavra para tratar da colonização europeia na África. Em uma delas, criticou a forma como era pensada as companhias de exploração agrícolas:

A companhia de exploração agrícola e comercial em Angola propõe-se antes fundar e administrar fazendas agrícolas, para as quais contrata trabalhadores, do que organizar e fundar colônias agrícolas, povoando-as de colonos levados de Portugal ou de qualquer outro país; e a sociedade de geografia de Lisboa, no intuito de concorrer para que as nossas terras de África percam a fama de insalubridade que tão fatal lhes está sendo, chama a atenção do autor do projeto para a imperiosa necessidade de se procurar por todos os meios possíveis a conservação da vida dos trabalhadores, regulando as horas de trabalho segundo as localidades forem ou não palustres, providenciando para que não faltem alimentos aos inválidos, protegendo aqueles que precisarem de se retirar para o seu país natal, e não permitindo em caso nenhum que os doentes sejam tratados por curandeiros, enfermeiros sem pratica, ou qualquer empregado às ordens da companhia e promover colônias.

³⁴³ GUIMARÃES, Angela. *Op.Cit.* 1984, pp. 87-89.

Assinado, Manuel Ferreira Ribeiro ³⁴⁴.

O ambiente da África Central permanecia hostil ao imigrante europeu, a despeito dos cuidados médicos e do uso de drogas, como o quinino. O estudo de aclimação – que Ferreira Ribeiro prefere chamar de aclimação – tinha um lugar central na implantação de colonos, pois nessa panóplia estavam contidas as pesquisas em medicina tropical, higiene, estudos do clima, da geografia, a nosologia. Catarina Bastos observa que o interesse de Ferreira Ribeiro pela aclimação o levava desde o estudo científico do ambiente, mas também do corpo humano, suas funções, sua capacidade de ajustar-se em diferentes ambientes. Ademais, para ele, urgia desenvolver um conjunto de recomendações e normas de vestuário, habitação, alimentação, limpeza e cuidado com o corpo ³⁴⁵.

A passagem supracitada, à primeira vista, parece ser mais uma crítica do médico, sempre preparado a destruir consensos nas reuniões da SGL. Entretanto, ela revela que Ferreira Ribeiro possuía uma noção biológica da colonização. Para o autor de “Lições práticas de Hygiene Colonial”, a colonização não era um projeto amorfo, abstrato, baseado na dominação política ou conquista militar, ou mesmo no ato geográfico de reconhecimento do território ³⁴⁶. Ao contrário, a colonização, em seu entendimento, era um ato permanente de ocupação do território; necessitava de um deslocamento populacional, enviar contingentes humanos – colonos – para alhures, habitar, cultivar. Seu tirocínio fora atestado ao longo de 1871 e 1877, quando era então chefe dos serviços

³⁴⁴ RIBEIRO, Manuel Ferreira. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 2, Nº2. Lisboa: 1879.

³⁴⁵ BASTOS, Cristiana. Das viagens científicas aos manuais de colonos: a Sociedade de Geografia e o conhecimento de África. In: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e Instituto de Investigação Científica Tropical. *O colonialismo português – novos rumos da historiografia dos PALOP*. Edições Húmus, 2013, pp. 321-346;

RIBEIRO, Manuel Ferreira. *Hygiene colonial compreendendo preceitos e regras gerais para se cortarem ou modificarem as doenças endêmicas dos vales próximos aos rios Quanza e Lucalla, na provincia de Angola*. Lisboa: Tipografia das Horas Românticas, 1877.

³⁴⁶ Manuel Ferreira Ribeiro fez críticas severas à exploração geográfica de Serpa Pinto em: RIBEIRO, Manuel Ferreira. *As Conferencias e o Itinerario do viajante de Serpa Pinto atravez das terras da Africa Austral nos limites das Provincias de Angola e Moçambique, Bié a Shoshong, Junho a Dezembro de 1878 – Estudo critico e documentado, contendo duas cartas geographicas*. Lisboa: Tipografia Nova Minerva, 1879.

de saúde de São Tomé; e no ano de 1877, durante seu exitoso papel de médico da missão de estudos do caminho de ferro de Ambaca ³⁴⁷. Assim, a colônia, para Ferreira Ribeiro e outros membros da SGL, não designava propriamente um território subjugado pela força colonial, mas grupos de migrantes radicados fora de Portugal.

A assembleia da SGL possuía um consenso quanto à necessidade de direcionar os fluxos migratórios portugueses para as suas colônias africanas, o que fomentou trabalhos de divulgação e construções de imagens da África. A transferência da população para uma área tropical era algo que necessitava de atenção e cuidados, sobretudo, quando o destino era a África Central. O deslocamento dos corpos, a sua aclimação e reprodução era a pedra angular da “ciência colonial”. Entretanto, o planalto sul de Angola apresentava características climáticas semelhantes ao clima mediterrânico, e oferecia condições aliciantes para a reprodução do modo de vida europeu ³⁴⁸. Por isso, no início do ano de 1886, a Comissão Africana foi instada a elaborar um projeto de aproveitamento comercial e de colonização para o sul de Angola. O relator do projeto era o engenheiro Manuel Raphael Gorjão, que possuía vasta experiência em Angola, adquirida durante a direção dos estudos do caminho de ferro de Ambaca e dos trabalhos na Comissão de Obras Públicas, de 1877, na cordilheira de Chela.

No documento, Raphael Gorjão começa por diferenciar as três funções que uma colônia podia desempenhar em seu tempo. Elas podiam estar ligadas a uma conveniência política, econômica ou social, mas o peso que cada uma exercia não era igual. O fator econômico, afirma, ancora a importância social e a relevância política: “neste caso, se, pelo modo de ser, pela sua vastidão, eles seus encargos que impõe, a colônia absorve, em vez de aumentar, as forças vivas da mãe pátria em capitais, em homens, em inteligência e atividade nacional, como bem sabemos por experiência própria, a conveniência política transforma-se numa causa de ruína e atraso”. A lógica simples do autor adianta que o

³⁴⁷ CANTINHO, Manuela. *Manuel Ferreira Ribeiro e a Secção de Ciências Étnicas da Sociedade de Geografia de Lisboa: da Aclimação às Ciências Colectivas*. Instituto de Investigação Científica Tropical, Blogue História Lusófona, 2008; PINA, Luis de. Um pioneiro portuense da Medicina Antropológica Tropical (Manuel Ferreira Ribeiro, 1839.1917). Separata de *O Médico* n. 388, 1959.

³⁴⁸ BASTOS, Cristiana. Maria índia, ou a fronteira da colonização: trabalho, migração e política no planalto sul de Angola. *Horizontes Antropológicos*. Vol.15 (31), pp. 51-74, 2009; BASTOS, Cristiana. Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies. *International Migration* 46 (5), pp. 27- 54, 2008.

escopo do projeto colonial é gerar rendimentos à metrópole, porém, como fazê-lo em Angola?

A pronta resposta de Gorjão é: através da exploração agrícola dos “terrenos férteis, mas pouco salubres” do Norte e, principalmente, “pela colonização europeia dos distritos do Sul”³⁴⁹. Em certo sentido, as palavras do relator encontravam eco no pensamento de Oliveira Martins, de que o Ultramar, transformado numa colônia agrícola, especialmente Angola, “sem escrúpulos” ou “quimeras humanitárias” salvaria Portugal da enorme apatia econômica: “devíamos empenhar-nos seriamente em fazer de Angola uma boa *fazenda* à holandesa”³⁵⁰.

Definida a função agrícola, o documento ainda instituiu uma divisão do território em duas grandes regiões, com características em tudo distintas. A partir dessa separação entre Norte e Sul, Gorjão criava em seu texto um recorte espacial, imaginário e real no mapa de Angola.

O Norte, tropical, opulento, de grandes rios navegáveis, de avultado “comércio genticó”, de “melhores condições para o tráfico de escravatura”, recebia maiores atenções dos agentes coloniais, do público e da administração. Esse território imaginado, homogeneamente, seguia desde o Ambriz até o Novo Redondo. Com a diminuição progressiva do tráfico, afirma Gorjão, a agricultura do café e da cana sacarina vicejava sobre os vales dos rios Cuanza, Dande, Lucala. A par às oportunidades econômicas, estava a atenção dos emigrantes portugueses, para o Norte.

No Sul, tímidas tentativas de colonização dependiam do engenho governamental, “no vale do Bero, junto da povoação de Mossâmedes, na Huíla e em Caconda”. As incipientes experiências eram vistas pelo autor de forma animadora, levando-o a “supor que a região alta de Mossâmedes é apta para a colonização europeia e que a de Caconda o será ao menos para a criação de uma raça mista, suficientemente forte para não ser absorvida pela raça indígena”³⁵¹.

A busca de “novos Brasis” na África, pelas camadas mais ligadas ao comércio ultramarino existia desde 1822, tentando reparar nesse continente as perdas da América. A reprodução do modo de vida europeu na África era uma possibilidade ainda mais atraente, para alguns setores da sociedade portuguesa. E isso seria efetivado através do aporte substancial de imigrantes portugueses, como imaginava o médico

³⁴⁹ GORJÃO, Raphael. *Colonização do sul de Angola*: parecer e proposta da Comissão Africana. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1886, p. 4.

³⁵⁰ MARTINS, Oliveira. *O Brasil e as colônias portuguesas* Lisboa: Livraria Bertrand, 1880, p. 260.

³⁵¹ GORJÃO, Raphael. *Op. Cit.*, 1886, pp. 6-7.

Ferreira Ribeiro. O desejo de substituir a sociedade africana por outra expressava-se, no mesmo ano do relatório da Comissão Africana (1886), pelas atitudes do governador geral, Guilherme Augusto de Brito Capelo, pois julgava imprescindível “a substituição do elemento africano pelo europeu”. Na prática, procurou substituir por um europeu, cada africano dispensado de um serviço público³⁵².

Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens também deram mostras exacerbadas do seu pensamento racista durante o seu encontro com os ambaquistas no sertão de Angola. Na narrativa de sua primeira viagem (1880), os oficiais da marinha os descreveram como “laia de boêmios da África”, “verdadeira peste”, por sempre carregar marcas de bexiga no rosto. Aliás, afirmam Capelo e Ivens, “um ambaquista bexigoso é mais ladino que uma raposa”³⁵³. A visão racista e negativa com que descreve esses mestiços, que, segundo os autores, empregavam os códigos e os conhecimentos do mundo dos brancos para espolia-los, é ainda agravada nas conclusões de sua segunda viagem (1885). Os autores traçam a anatomia pormenorizada do “tipo negro”, desde os calcanhares até a cabeça. O “homem branco”, evidentemente, é a norma, o modelo com o qual se compara as diferenças anatômicas do “tipo negro”, em busca de anomalias e distorções que pudessem sustentar suas alegações desabonadoras do caráter “perfidio”, “traíçoeiro” e “infantil” do negro. Capelo e Ivens afirma o seguinte:

Os nervos periféricos são desproporcionalmente grossos, com relação ao volume do cérebro, que por estreito e alongado tem circunvoluções menos complicadas. Pela sua ponta arredondada, pelo seu lóbulo posterior menos desenvolvido, assemelha-se ao cérebro das nossas crianças; pela saliência do lóbulo parietal, ao cérebro das nossas mulheres. Todavia este é mais largo na europeia. A forma do cerebelo, o volume do cérebro e da

³⁵² CAPELO, Guilherme Augusto de Brito. *Relatórios dos governadores da província de Angola, 1861, 1872, 1873, 1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, p. 86.

³⁵³ CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *De Benguella às terras de Iacca: Descrição de uma viagem na África central e ocidental*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, vol. 2, pp. 39-41

glândula pineal colocam também o negro ao lado da criança ária”³⁵⁴.

O pensamento racial começava a dominar o seio da SGL e, em breve, a política colonial portuguesa. Arlindo Barbeitos afirma que as doutrinas inspiradas no darwinismo social se alastraram de tal modo pelos círculos de Lisboa – aqui incluímos a SGL – que, na virada do século XIX para o XX, o racismo se transformou numa das engrenagens fundamentais do discurso colonial português. Várias formas de solidariedade e dependência entre os estrangeiros e os naturais começaram a ser francamente desmanteladas nesse período, como o “casamento à moda da terra” que estabelecia laços entre as elites locais e brancos³⁵⁵.

Mas nem todos os sócios partilhavam desse conjunto de teorias racistas. O sócio Antonio Francisco Nogueira apontava para uma visão diferente, ao fazer uma leitura das teorias raciais a partir da sua experiência em Angola. Francisco Nogueira fazia parte do segundo grupo de colonos portugueses que abandonaram o Recife e se instalaram em Mossâmedes, em 1850. Durante mais de 25 anos, o comerciante travou contanto estreito com as populações indígenas, o que lhe permitia refutar as teorias racistas de Hackel, que afirmavam a incapacidade dos “bosquímanos” (San) de contarem até 20, por exemplo. Ele afirmava ter visto no distrito de Mossâmedes “homens e mulheres daquela raça, na condição de libertos, falando corretamente o português [...] e executando vários serviços, sem grande diferença dos Negros das outras raças”. Quanto às mulheres, “aprendem a coser, a bordar, e outros misteres delicados”³⁵⁶.

No entendimento de Nogueira, mesmo distante da intervenção branca, os negros alcançam diferentes gradações de inteligência. Sua ideia está diretamente associada às teorias raciais em voga, de modo que, segundo afirma, o “grau de inteligência corresponde sempre ao aperfeiçoamento físico”. Um dos exemplos que sustentam essa ideia é a

³⁵⁴ CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *De Angola à Contracosta*: descrição de uma viagem pelo continente africano. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886, vol.2, p. 351.

³⁵⁵ BARBEITOS, Arlindo. *Angola-Portugal*: representações de si e de outrem ou o jogo equívoco das identidades. Luanda: Kilombelombe, 2011, p. 414.

³⁵⁶ NOGUEIRA, Antonio Francisco. *A raça negra sob o ponto de vista da civilização da África. Usos e costumes de alguns povos gentílicos do interior de Moçâmedes e as colônias portuguesas*. Lisboa, Tipographia Nova Minerva, 1880, p. 46.

sua observação de que em alguns grupos indígenas, mesmo sem o cruzamento com os brancos, “o prognatismo sub nasal chega quase a desaparecer, bem como todos os caracteres inferiores que aproximam o Negro de uma espécie simiana”. Mais interessante é notar que Nogueira adota uma visão progressista e otimista da raça negra, pois em sua visão, a raça não caminha para uma degeneração, mas ao aperfeiçoamento³⁵⁷.

Quanto à substituição dos indígenas por brancos no sul de Angola, Francisco Nogueira era contrário a isto: “ainda que tivéssemos um excesso de população que pudéssemos desviar para ali, ou dinheiro com que a pudéssemos introduzir de fora, o Branco nunca poderia substituir inteiramente o Negro”. O autor tinha em mente as colônias inglesas, sobretudo, a colônia do Cabo. Afora as razões práticas que limitavam a pequena nação lusitana diante da Império britânico, Nogueira entende que “o Negro não é um simples instrumento de trabalho, destinado a desaparecer e a ser substituído pelo Branco”. A sua convivência com comerciantes, guias, régulos e intérpretes africanos, levava-o a perceber o “Negro” como “indispensável”.

A intenção de povoar com brancos as zonas africanas eram partilhadas por Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens, Brito Capelo, Ferreira Ribeiro, Raphael Gorjão, Oliveira Martins e muitas outras individualidades, porque, afirma Arlindo Barbeitos, “admitia-se como provado que a exploração racional das riquezas africanas e a defesa eficaz da soberania nos territórios ultramarinos requeria uma população europeia considerável”. No entanto, o pensamento de Gorjão não estava completamente imerso na clivagem racial, admitindo uma certa compensação numa sociedade “mista”, desde que a raça proeminente fosse a branca. De acordo com essa visão, a mestiçagem na África se convertia numa espécie de fatalidade, ou um mal necessário, para Portugal, imposta pelo clima tropical, doença e outros fatores locais. Talvez, ao se referir à sociedade “mista” em Caconda, o autor tivesse em mente os grupos de ambaquistas, com os quais teve contato durante o estudo do caminho de ferro de Ambaca. Pode-se, a partir disso, admitir que no plano simbólico, o africano deveria ser uma vítima sacrificial da sociedade colonial. O negro imolado daria lugar à sociedade branca, onde o clima e as condições de “aclimatação” assim os permitissem; quando não, uma sociedade mestiça, mas sob a batuta do costume europeu, deveria ser a norma³⁵⁸.

³⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p. 88.

³⁵⁸ BARBEITOS, Arlindo. *Op. Cit.*, 2011, pp. 411-430, 487, 502.

Ainda sobre a viragem estratégica para as terras altas de Mossâmedes, que vinha ocorrendo nos últimos anos, Gorjão atribuiu algum peso aos estudos realizados pelos engenheiros do caminho de ferro de Ambaca e à publicação de um mapa sanitário que dava como insalubre toda a região. O contraste sanitário entre o Norte e o Sul é descrito do seguinte modo:

Admitindo que o europeu poderá cultivar a terra nos vales do Bengo ou do Quanta, quando, à custa de enormes capitais e de milhares de vítimas, se conseguisse a extinção dos pântanos, que os infectam: ainda chegaremos à conclusão de que a colonização europeia do norte de Angola, como no Senegal ou na Serra Leoa, é atualmente impraticável ou ruínosa, ao passo que os fatos demonstram que é desde já possível, em relação ao clima, na região alta de Mossâmedes³⁵⁹.

A centralidade da aclimação europeia para o assentamento colonial proposto pela SGL é patente. Entretanto, havia que se desenvolver estudos científicos voltados à medicina tropical, agronomia, climatologia, dentre outros, pois o que se sabia eram “informações mais ou menos incompletas, obtidas de alguns indivíduos que fizeram parte da primitiva colônia da Huila, e de negociantes e funcionários que a têm percorrido”, afirma Raphael Gorjão³⁶⁰.

Já no que se refere à capacidade produtiva das terras altas de Mossâmedes, o relator começa por indicar a cultura do gado bovino já desenvolvida, e enumera as demais que poderiam ser largamente inseridas. O trigo poderia ser produzido em quantidade suficiente para abastecer a colônia; o algodão, talvez, fosse uma boa opção, mas requeria de maiores estudos *in loco* de humidade e quadras chuvosas; a cana lhe parecia possível, desde que acompanhada de um sistema de irrigação adequado; o gado lanígero poderia trazer rendimentos altíssimos, apesar de demandar uma pesada inversão de capital.

O horizonte de possibilidades econômicas era traçado com base nas experiências positivas, ou não, do restante da África Austral, notadamente na produção lanígera de Orange e Transvaal, no desencantamento face às taxas de produção de algodão de Natal, na quantidade de trigo importada pela colônia do Cabo, dentre outros. Pois

³⁵⁹ GORJÃO, Raphael. *Op. Cit.*, 1886, p. 9.

³⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 10.

“a região alta de Mossâmedes não é uma região conhecida, como ultimamente se tem asseverado”. A falta de estudos sistemáticos o impedia de realizar um parecer acertado da região: “enquanto estes estudos e trabalhos não se realizarem ninguém, em boa consciência, pode dizer ao colono português que encontrará na Huíla mais do que um clima saudável e meios de subsistência”³⁶¹.

As condições climáticas favoráveis ao europeu eram a única garantia que os sócios da SGL contavam para a implantação sistemática de núcleos coloniais. Não obstante a falta de trabalhos de agrimensura, geodésica, hidrologia, agronomia, dentre outros, a Comissão Africana elaborou as diretrizes para a fixação de colonos. Havia que realizar estudos tanto no sul de Angola, quanto em Portugal, para que se fizesse o deslocamento humano. No que tangia aos estudos em Angola, primeiro, e mais elementar, deveria ser realizado um “levantamento geodésico”. Este alcançaria uma porção de 400.000 hectares, na região alta de Mossâmedes, que seria dividida em porções de 80.000 hectares. As zonas seriam separadas e classificadas conforme “a sua importância e ordem segundo a qual devem ser colonizadas”³⁶².

Então, realizar-se-ia um “estudo corográfico”, mais denso e aprofundado do que o primeiro, numa superfície de 20.000 hectares mais propícia à instalação dos colonos. A corografia era uma descrição do país, não só do ponto de vista físico, mas da história e relações sociais do espaço. As instruções da SGL para esse levantamento corográfico incluíam: estudo do clima; fertilidade do solo; inventário de “florestas e materiais de construção”; “culturas já experimentadas em condições análogas”; possíveis mercados consumidores; análise das despesas de transporte até a costa e meios de reduzi-las; “índole da população negra – meios de tirar dela o maior partido”; “defesa contra o gentio”³⁶³.

Coletar, reunir, compulsar informações de campo, fazer um estudo coerente e sistemático do território. O sul de Angola se tornava, aos olhos da Comissão Africana, em um laboratório³⁶⁴. A agenda de estudos apontada nesse documento revela como a pesquisa científica em e sobre a África moldava as ambições imperiais no sul de Angola: a

³⁶¹ Idem. Ibidem, p. 12.

³⁶² Idem. Ibidem, pp. 13-14.

³⁶³ Idem, Ibidem, p. 17.

³⁶⁴ TILLEY, Helen. *Africa as a Living Laboratory: Empire, Development, and the Problem of Scientific Knowledge, 1870–1950*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

produção agrícola – o algodão, a cana, o gado, o tabaco e o trigo – assumia o primeiro plano dos interesses científicos e exploratórios, em detrimento da mineralogia para extração mineral e do comércio de produtos de recollecção. A SGL reacendeu o interesse português em conhecer e controlar o seu império através da produção de mapas.

5 O MAPEAMENTO HIDROGRÁFICO E A CONSTRUÇÃO DE UMA FRONTEIRA

5.1 Rios africanos em debates e controvérsias europeias

No capítulo anterior discutimos a formação da Sociedade de Geografia de Lisboa; seus circuitos de debate e divulgação científica; suas fissuras internas e os deslocamentos de poder dentro da instituição; e delimitamos algumas das propostas de intervenção colonial a que esteve ligada.

Agora, trataremos das explorações científicas modernas realizadas por seus sócios que tinham por intuito a investigação do curso e delimitação dos rios. O levantamento da rede hidrográfica africana foi, talvez, a maior questão geográfica do século XIX e, entorno dele, se delimitaram grande parte das fronteiras coloniais. Aqui, interessa-nos discutir as representações e o acúmulo e descarte de informações geográficas dos dois principais rios que viriam a constituir a fronteira meridional de Angola, a saber, os rios Cunene e Cubango. Por fim, discutiremos os limites dessas explorações hidrográficas em decorrência da faculdade ou não dos caminhos pelos poderes africanos, pela falta de colaboradores voluntários ou compulsórios e pela dependência das redes luso-africanas de comércio já estabelecidas.

Os impérios europeus se beneficiaram de maneira invulgar das explorações hidrográficas da segunda metade do século XIX. Se nem sempre as investigações corresponderam às expectativas no que tange ao aproveitamento para navegação e transporte, produção de alimentos, irrigação de terras agricultáveis, ou abastecimento, entretanto, o afã pela observação geográfica dos sistemas hídricos, por conhecer os mistérios da geografia africana, serviu de base legitimadora para a chamada “Partilha da África” e de argumento para a demarcação de fronteiras coloniais.

Como tratamos no primeiro capítulo, o desejo de aproveitar os rios como a porta de entrada da África não era novo e estava no imaginário português, pelo menos, desde o século XVIII. No caso britânico, já no século XVIII, o estudo da hidrografia africana recebeu a atenção da *African Association*, que organizou e enviou uma expedição de exploração ao rio Gâmbia, sob o comando de Daniel Houghton (1790) e, pouco depois, para a bacia Níger, onde Mungo Park (1795-97/1805-06) realizou suas duas viagens. Entretanto, foi a partir da exitosa viagem de Laird (1832), que o império britânico começou a

considerar os benefícios comerciais e econômicos da exploração dos rios ³⁶⁵.

A partir de 1860, um afluxo crescente de exploradores de diferentes nacionalidades passou a cortar a África centro-austral em todas as direções. A travessia de costa a costa, a descoberta das nascentes do Nilo e o estudo da hidrografia do Zaire, imbricados, formaram o fator de mobilização dessas iniciativas. Cabe salientar que as expedições modernas que se iniciam por volta da década de 1860 são dramaticamente distintas das viagens de exploração anteriores. Primeiro, pelo aumento vertiginoso de exploradores que circulavam simultaneamente. Segundo, pela vasta formação prévia que passou a ser a regra: possuíam formação científica; noções de medicina; um pouco de botânica; zoologia e mineralogia; conheciam um pouco das línguas africanas, dentre outros. Terceiro, pelos recursos próprios à atividade de que dispunham – quinino para febres, barracas, botes e alimentos conservados para o périplo, pedômetros, teodolitos, sextantes, cronômetros para a demarcação geodésica –, o que facilitava a capacidade de sobrevivência e circulação dentro do interior e maximizava os resultados do registro cartográfico. Quarto, pela ampla recepção e entusiasmo dos resultados obtidos, quer pela esfera pública, quer pelo corpo diplomático. Por fim, pelo interesse já mencionado na hidrologia e hidrografia do *hinterland* africano.

Nesse caso, é necessário lembrar que a despeito do aparato técnico e da formação dos exploradores modernos, as descobertas geográficas africanas da segunda metade do século XIX se deram mediante a autoridade do olhar colonizador. O ato de observar e descrever para se apropriar dos ditos “espaços inexplorados” foi o sistema empregado nesse momento, assim como os lineanos possuíam seus sistemas de nomeação e os humboldtianos a poética da ciência. Mary Louise Pratt descreve a “descoberta” em três momentos, quais sejam, a arregimentação de grupos locais e *experts* para dirigir os exploradores ao ponto predeterminado; a observação *in loco* mediada pela experiência do olhar; e, quando do regresso, a narrativa do viajante sobrevivente proferida num mapa, num livro de viagens, num relatório

³⁶⁵ Macgregor Laird foi o primeiro a inserir um barco a vapor nos rios africanos. Para as primeiras explorações britânicas dos rios africanos, Cf.: PARK, Mungo. *Travels in the interior districts of Africa*. Londres: Dufour Edition, 1983; LAIRD, Macgregor; OLDFIELD, R. A. K.. *Narrative of an Expedition into the Interior of Africa by the River Niger*. Londres: Samuel Bentley, 1837. Para visão histórica do mapeamento do rio Níger ver: HOAG, Heather J. *Developing the rivers of east and west Africa: an environmental history*. New York: Bloomsbury, 2013.

para o governo ou em palestras proferidas em sociedades geográficas³⁶⁶.

No plano internacional, o interesse pelo mapeamento da rede hidrográfica fica patente nas viagens realizadas por exploradores de diferentes nacionalidades. O médico e missionário, David Livingstone, iniciou as suas viagens ao interior da África, ainda na década de 1840, mas notabilizou-se após a publicação de seus relatos, especialmente, *Livingstone's travels and researches in South Africa* (1859) e *Narrative of an expedition to the Zambesi and its tributaries; and of the discovery of the lakes Shirwa and Nyassa* (1865)³⁶⁷.

Além das denúncias contra o comércio de escravos no interior do continente, o missionário notabilizou-se por seus apontamentos geográficos, especialmente o mapeamento do alto Zambeze e os complexos lacustres, tendo descrito os lagos Ngami, Tanganika e Niassa. Em 1855, visitou pela primeira vez as quedas do alto Zambezi, momento em que as batizou de quedas Vitória em homenagem à rainha. Três anos depois, o missionário e seus acompanhantes receberam em Moçambique um barco a vapor desmontável em três partes, cujo nome era “Ma-Robert”. O vapor com capacidade para quase 40 pessoas e até 20 toneladas era destinado à exploração do Zambeze e, a despeito de todos os inconvenientes causados pelo tamanho e pela dificuldade de abastecimento das caldeiras, serviu de transporte até as cataratas de Cahora-Bassa. Em janeiro de 1861, o explorador recebe o “Pioneer”, um novo barco para explorar o rio Rovuma. Ao contrário da primeira embarcação, o “Pioneer” foi sempre muito elogiado, pois atendia às demandas para que fora criado, porém ainda era de grande calado e em alguns momentos teve de ser descarregado e rebocado dos bancos de areia³⁶⁸. E no ano seguinte, Livingstone adquire o “Lady Niassa”, destinado à exploração do lago que lhe emprestou o nome. O barco era seccionável em 24 partes e ideal para carregar por terra ou navegar.³⁶⁹

³⁶⁶ PRATT, Mary Louise. *Op. Cit.*, 1999, pp. 339-378

³⁶⁷ LIVINGSTONE, David. *Livingstone's travels and researches in South Africa: Including a sketch of sixteen years' residence in the interior of Africa, and a journey from the Cape of Good Hope to Loanda on the west coast, thence across the continent, down the river Zambesi to the eastern ocean.* Filadelfia: G. G. Evans, 1859; _____. *Narrative of an expedition to the Zambesi and its tributaries; and of the discovery of the lakes Shirwa and Nyassa.* (1858-1864). Londres: John Murray, 1865.

³⁶⁸ Idem. *Ibidem.* p. 370-71.

³⁶⁹ Idem. *Ibidem.* 429.

Em 1866, Livingstone inicia a sua derradeira viagem, dedicada a solucionar a controvérsia das nascentes do rio Nilo. Ele avistou o lago Tanganika pela primeira vez, em 2 de abril de 1867 do alto da colina que se ergue na sua face sudoeste. Percorreu-o por toda a orla ocidental, inquiriu as populações locais, e então concluiu que havia dois lagos, o Tanganika Superior, explorado por Burton, e o Tanganika Inferior, visitado por Samuel Baker, que formavam, em seu entender, a segunda linha de escoamento do Nilo. Por outro lado, ele apontou o rio Lualaba também como a parte mais inferior das nascentes do Nilo e afirmou que, a certa altura, as informações colhidas deixavam de ser confiáveis e, por isso, desconhecia se o rio desaguava no Tanganika ou em outro lago mais distante ³⁷⁰.

Após anos de tirocínio em toda a África Central, e depois de um memorável encontro com o explorador Henry Morton Stanley, em Ujiji, Livingstone viria a falecer em 1873, nas margens do lago Bemba, enquanto inquiria as relações do Lualaba e do sistema hidrográfico do Nilo. Ele estava convencido de que o rio Lualaba era a continuação do Nilo e, embora estivesse enganado, direcionou as atenções dos exploradores para a África Central, que passaram a adentrá-la tanto pela costa leste, quanto oeste ³⁷¹.

Essa controvérsia acerca do ponto em que nascia o Nilo já havia sido alimentada pelas viagens de Richard Burton e John Speke (1856-1859) e de John Speke e James Grant (1860-1864). Burton já era prestigiado como explorador pelo seu livro *Pilgrimage to Mekka and Medina* (1855-1856), quando foi chamado a chefiar a expedição em busca das nascentes do rio Nilo. A expedição desembarcou em Zamzibar em 20 de dezembro de 1856 e, em fevereiro de 1858, alcançou pela primeira vez o lago Tanganika. Os dois exploradores estudaram juntos este lago e se separaram em seguida. Enquanto o tenente Burton reunia informação com os árabes sobre a região dos grandes lagos, o tenente Speke se pôs em marcha e chegou ao sul de um lago, que nomeou de Vitória. Juntamente à separação da expedição, seguiu também a controvérsia de qual dos lagos era o formador do Nilo. Burton estava certo de que o rio nascia no Tanganika, enquanto Speke defendia a teoria de que era no Vitória. Enquanto o primeiro escrevia artigos e

³⁷⁰ LIVINGSTONE, David. *The Last journals in Central Africa from 1865 to his death*. Londres: John Murray, 1874.

³⁷¹ A morte de David Livingstone durante a exploração do rio Lualaba é apontada por Henri Wesseling como um evento significativo para a viragem das explorações ao sistema hidrográfico do Zaire. Cf. WESSELING, Henri. *Op. Cit.*, 2008, p. 93.

proferia palestras explicando sua tese, Speke voltaria em uma segunda expedição com James Grant para resolver de uma vez a questão. Speke e Grant navegaram pelo lago Vitória e localizaram a fonte do Nilo Branco em seu extremo norte. Batizaram, então, o ponto em que as águas se precipitavam do lago de “quedas Ripon”, em homenagem ao presidente da Real Sociedade de Geografia ³⁷².

Já o jornalista Henry Morton Stanley, que fora enviado ao encontro de Livingstone em 1871, patrocinado pelos jornais New York Herald e Daily Telegraph, regressou à África, em 1874, numa expedição inspirada nas últimas explorações do missionário britânico. Segundo o próprio explorador, os seus objetivos eram “desvendar não apenas os segredos do Grande Rio ao longo do seu curso, mas também todos os aspectos que ainda não eram claros e estavam incompletos nas descobertas de Burton e Speke, Speke e Grant” ³⁷³. Para tanto, contratou um engenheiro naval londrino a fim de projetar um barco seccionável de fundo chato, e especialmente desenvolvido para ser carregado em terra. A “Lady Alice”, como foi batizada, foi a embarcação utilizada para navegar o Lualaba, dando continuidade às explorações de Livingstone, até chegar em Boma, no estuário do Congo, em agosto de 1877, depois de ter cruzado e reconhecido a região dos grandes lagos e reconhecido parte significativa do território a que se destinava a controvérsia. A viagem de Stanley revelou que, ao transpor o lago Stanley, o rio Congo oferecia uma excelente via de penetração do continente.

Entretentes, a Sociedade de Geografia de Lisboa ainda que não tivesse enviado nenhuma grande expedição para explorar esta questão da África Central, buscava se posicionar no debate internacional através

³⁷² Richard Burton publicou dois livros dedicados à controvérsia. John Speke também se esforçou em divulgar o seu primeiro estudo do lago Vitória (Journal of the Discovery of the Nile Sources) antes de sair em sua segunda expedição. Ver: SPEKE, John Hanning. *Journal of the Discovery of the Source of the Nile*. Londres: Willian Blackwood, 1863; _____. *What Led To The Discovery of the Source Of The Nile*. Willian Blackwood, 1864. SPEKE, John Han; GRANT, James. *Lake Victoria: a narrative of explorations in search of the source of the Nile*. Londres: Willian Blackwood, 1868; BURTON, Richard. *The Lake Regions of Central Africa, A Picture of Exploration*. Londres: Longman e Roberts, 1860; _____. *The Nile Basin: Tanganyika to be Ptolemy's western Lake Reservoir*. A Memoir read before the Royal Geographic Society, November 14, 1864. With Prefatory Remarks. Londres: Tinsley, 1864.

³⁷³ STANLEY, Henry Morton. *Através do continente Negro: ou as nascentes do Nilo em redor dos grandes lagos da África equatorial e pelo rio Livingstone até o oceano Atlântico* [1879]. Lisboa: Europa-América, 2007, p. 35.

das notícias obtidas por comerciantes e sertanistas ou pelos seus africanistas. Durante a sessão de 7 de julho de 1876, Fernando Pedroso expõe a seguinte opinião:

o sistema de águas do Nilo não está muito separado do Zaire, parecendo pelas descobertas do Sr. Cameron, que o Tanganica vizinho do Alberto Nyassa, é uma das origens do Zaire, o qual por meio de lagos e rios caudalosos se remonta até ao sertão de Moçambique, descendo por outro lado até Angola³⁷⁴.

Pedroso indica estar a par das discussões internacionais, ao citar a recente travessia continental de Cameron (1871-74) e os resultados de suas teorias. A esta altura Stanley não havia concluído seu périplo pelo Zaire e a teoria de Livingstone de que o Tanganyka poderia ser uma das nascentes deste rio ainda era dominante. De modo significativamente criativo, o africanista combina essas informações mais recentes às aspirações portuguesas de conectar as duas costas, para argumentar, de forma muito frágil, que a bacia do Zaire tinha ligações com o interior de Moçambique. Em seu entendimento, o sistema hidrográfico da África Central era um conjunto bastante contíguo, pois as cabeceiras do Zaire e Moçambique estariam conectadas por “lagos e rios caudalosos”, cujos nomes ele é incapaz de apontar.

Por seu turno, Pinheiro Bayão aproveita a sessão de 2 de fevereiro de 1877, para notificar que um comerciante português afirmava ter localizado a nascente do Zaire em sítio muito distante daquele apontado por seu consócio, Fernando Pedroso. A notícia havia sido publicada pelo jornal *O Mercantil* e dizia que a sua origem estava nos recônditos das terras dos Quioco (Cokwe). Segundo a informação recolhida pelo comerciante, o nome dado pelos locais era Cassai, e Cassabi para as gentes do Bié. Seguia com esse nome até as terras de

³⁷⁴ Fernando Pedroso era um dos sócios fundadores da SGL. Mesmo antes da Conferência de Berlim (1884), ele defendia a efetiva ocupação da África, sobretudo pela dita ação missionária, pelo que foi nomeado membro da Comissão de Estudo do Problema Missionário em África. Sessão de 07 de julho de 1876, presidida pelo Visconde de São Januário. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 1, N°1. Lisboa: 1878, p. 50

Maio, vassalo do Muatianvua e, então, passavam a chamá-lo de Nzare e Zaire daí à montante ³⁷⁵.

O rio Cassai ficava nos limites da influência comercial dos sertanistas luso-africanos e estava conectado ao comércio de longa distância pelo menos desde 1850, quando a caravana de Lourenço Bezerra alcançou a margem direita do Cassai superior ³⁷⁶. Bayão alerta que a informação ainda carecia de uma observação mais detida, visto que “a carta do centro tem sido corrigida muitas vezes por se reconhecer o erro de muitas descobertas, ainda feita por notáveis exploradores”. Mas a considerava de máxima importância ³⁷⁷. A informação do comerciante anônimo parece ter sido bem acolhida pelos sócios da SGL, pois, no mesmo ano, Luciano Cordeiro também indicou que “ao Cassabi está merecida uma atenção idônea mais estimulada e geral” ³⁷⁸. Após a chegada de Stanley em Boma no mesmo ano, ficaria esclarecido que o Cassai era apenas um dos afluentes do rio Zaire.

A opinião pública portuguesa acompanhava com muito interesse o desenlace do mapeamento da África Central, pois a soberania dos territórios reivindicados, quer em Angola, quer em Moçambique, começava a ser posta em cheque pelas pretensões de outras potências ³⁷⁹.

Destarte, ao longo da década de 1870, as explorações científicas, notadamente as hidrográficas, acirraram dramaticamente as disputas no que tange ao domínio da informação e às pretensões imperiais.

³⁷⁵ Sessão de 2 de fevereiro de 1877, presidida por Barbosa du Bocage. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 1, N°3. Lisboa: 1879, pp. 153.

³⁷⁶ HEINTZE, Beatrix. *Op. Cit.*, 2004, pp. 84-87.

³⁷⁷ Sessão de 2 de fevereiro de 1877. *Op.Cit.* p. 154.

³⁷⁸ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, caixa n°785. Representação à Majestade solicitando uma exploração de todo o curso do Cunene. Exploração do Cunene. f.1.

³⁷⁹ O que aqui chamamos de “opinião pública” é um conjunto de discursos autorizados que emergem a partir do século XVIII em salões, cafés e jornais, para alimentar o debate no seio do que Habermas chamou de “esfera pública”. Esta “esfera pública” era formada pelo conjunto de leitores, espectadores e ouvintes, ou seja, pessoas privadas, que reunissem riqueza e cultura suficientes para acessar o mercado de objetos inseridos na discussão. No caso português há que se ressaltar a significativa parcela de excluídos, haja vista que mesmo o índice de analfabetismo para este período não era inferior a 79,2%. HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública, investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: UNESP, 2009, pp. 49-72. TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989, p. 237

Simultaneamente à exploração realizada por Stanley no Congo, Savorgnan de Brazza (1875-78) realiza uma viagem em nome da Sociedade Geográfica de Paris, cujo objetivo era navegar o rio Ogowe até a sua nascente e tentar estabelecer contato com os chefes mais hospitaleiros ao longo do rio, a fim de encontrar um acesso que facultasse aos franceses as matérias primas do alto Congo. Após o reconhecimento da bacia hidrográfica do Congo, de seus tributários e das suas possibilidades de exploração, ambos os expedicionários iniciaram uma disputa de legitimação de posse da região, tendo como subterfúgio a assinatura de tratados – muitas vezes contestáveis – com os chefes locais³⁸⁰.

Todas essas questões geográficas estavam longe de formar um consenso entre os geógrafos e africanistas envolvidos e, cada vez mais, ficava claro que a cartografia e determinação do sistema hidrográfico africano não seria obra de uma única potência imperial, mas o produto da capacidade conjugada e da disputa entre os exploradores de diferentes origens. A capacidade de divulgar e se fazer sustentar a sua representação geográfica também seria determinante para a reivindicação da autoridade colonial.

A controvérsia das nascentes do rio Nilo e a determinação dos territórios lacustres, juntos, dominaram os debates nas sociedades geográficas das décadas de 1860, ao passo que a demarcação da bacia do Zaire e o seu aproveitamento para a navegação e exploração comercial ditaram a agenda dos encontros geográficos internacionais e da geopolítica, nas décadas de 1870 e 1880.

Richard Reid observa que a visão cada vez mais recorrente do continente como um espaço fechado, no qual é necessário lançar luz, conecta-se a uma noção médica de que a África é um corpo doente que precisa ser diagnosticado e tratado. Os exploradores procuram acessar o seu “coração” através das suas veias que são os rios. Assim, durante este processo histórico das ditas “descobertas geográficas”, o mapeamento dos sistemas fluviais foi agravado pela promessa de rios como artérias comerciais³⁸¹.

Em Portugal, o movimento de exploração para o mapeamento dos rios africanos seria galvanizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa. Talvez, quem sintetizou de modo mais perspicuo a relação entre a

³⁸⁰ Uma síntese dos interesses em disputa que estavam representados pelos dois exploradores pode ser vista em WESSELING, Henri. *Op.Cit.*, 2008 pp. 83-148.

³⁸¹ REID, Richard. *A history of modern Africa: 1800 to the present*. West Sussex: Wiley-BlackWell, 2012.

exploração dos cursos de água e a pretensão colonial sobre o território, tenha sido o secretário perpétuo da SGL, Luciano Cordeiro. Peremptório, ele afirma: “hoje, como ontem, o primeiro problema da geografia africana é um problema de águas. Ontem, o Nilo. Hoje, o Congo e os lagos Centrais”³⁸². Durante uma representação enviada a sua majestade, em 1878, Luciano Cordeiro, em nome da SGL, solicita verbas para realizar uma “exploração geográfica e comercial destinada a reconhecer e determinar inteiramente o curso do rio Cunene, os territórios que ele banha e as aptidões produtoras e colonizadoras desses territórios”³⁸³.

Na memória que acompanha a representação da SGL, escrita pelo deputado e aprovada pela Comissão Africana, pode-se observar a todo o tempo as expectativas e representações dos rios como estradas móveis, caminhos fluviais que urgem em ser desvendados e aproveitados em benefício do comércio legítimo. Ele explica que

a conquista do Continente africano pelas forças transformadoras do comércio e do trabalho culto, depende fatalmente do conhecimento da geografia hidrológica dele, muito principalmente porque são as vias fluviais os primeiros recursos com que há de contar-se para o estabelecimento da exploração das riquezas naturais, permutações de produtos, comunicação e segurança dos mercados e das colônias exploradoras³⁸⁴.

Desse modo, o mapeamento dos rios é entendido como o primeiro passo para desenvolver a civilização na África, aqui relacionado à incorporação do interior ao mercado mundial, por três razões: pela exploração das “riquezas naturais”, tais como minerais, caça selvagem e produtos de recolocção; pela “permutação de produtos”, sugerindo a iniciativa europeia no comércio ao invés de atrair os africanos para o litoral; e pelo poder estratégico de se comunicar e assegurar o domínio das possessões.

³⁸² AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, caixa n°785. Representação à Majestade solicitando uma exploração de todo o curso do Cunene, f.2.

³⁸³ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, caixa n°785. Representação à Majestade solicitando uma exploração de todo o curso do Cunene. Exploração do Cunene. f.2-3v.

³⁸⁴ Idem. Ibidem, f. 2v.

Quando Luciano Cordeiro busca esclarecer a importância dos rios para o seu projeto, recorre à metáfora da África como um corpo, de modo semelhante ao que foi observado por Richard Reid para o discurso de geógrafos, africanistas e exploradores britânicos: “os rios são as artérias dos continentes incultos e inexplorados. Por eles se estabelece a primeira circulação do sangue generoso que vai levar a vida da civilização aos sertões ásperos e virgens”³⁸⁵. Entretanto, os rios não seriam parte da posologia final para este “corpo moribundo”, mas um anódino, um paliativo até que meios mais sofisticados pudessem ser implementados: “quando dispomos dos vapores e antes que possamos saltar a locomotiva, os rios e os lagos africanos podem suprir os caminhos de ferro e simplificar extraordinariamente o grave problema das comunicações e dos transportes”³⁸⁶. Nesse sentido, fica patente que, para Luciano Cordeiro, a civilização da África seria alcançada por etapas, em que os rios funcionariam como o primeiro sistema de transporte até ser substituído pelo mais sofisticado de então que era a ferrovia.

Subjacente ao discurso da civilização pelas permutas fluviais estava o papel que Portugal deveria ocupar nesse empreendimento, não apenas por esses grandes rios cortarem suas colônias de Angola e Moçambique, mas pela alegada presença histórica lusitana nestas paragens.

O pensamento de Luciano Cordeiro, assim como de outros sócios da SGL, indica-nos um desejo de interiorização do poder colonial através da malha hídrica. Por mais que esse vetor pareça à primeira vista trivial, foi algo novo que refletiu tanto na expansão do território formal das colônias, quanto na política de comércio.

Até agora discutimos de forma sincrônica e macroscópica como o mapeamento dos rios foi incorporado à “partilha da África”. A seguir mudaremos a escala de análise para enfocarmos no caso específico do rio Cunene e as relações entre as expedições cartográficas do último quartel do século XIX e as alterações no sentido do rio, no seu significado para o Império português e na sua instrumentalização enquanto rio fronteira.

³⁸⁵ Idem. Ibidem.

³⁸⁶ Idem, Ibidem, f. 3.

5.2 Concorrência estrangeira no sul de Angola

O estudo da hidrografia africana foi produto e produtor de um acirramento imperial que se voltou à África, notadamente a partir do último quartel do século XIX. A Conferência de Bruxelas (1876) serviu de pedra angular para a criação de expedições geográficas que sulcaram o continente em todas as direções. Além do plano científico, geográfico e supostamente humanitário, a concorrência imperial por mercados também impulsionou o mapeamento do continente.

No sul de Angola, a chegada ou aproximação de agentes estrangeiros alertava as autoridades coloniais de que novas estratégias de mapeamento e ocupação deveriam ser tomadas. Em fevereiro de 1878, o Governo Geral de Angola dava parte ao Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha e Ultramar de um plano elaborado por comerciantes ingleses que negociavam nos sertões de Mossâmedes de “aproveitar a parte navegável e conhecida do Cunene e do Cubango para estabelecerem pequenos vapores”³⁸⁷. Em setembro do mesmo ano, outra notícia informava que uma canhoneira inglesa de nome Liou fora apreendida em Porto Alexandre enquanto contrabandeava gado para a ilha de Santa Helena³⁸⁸.

O temor português face à atividade estrangeira - particular ou não - contribuiu para a criação de missões de exploração em fins do século XIX. Ainda em 1878, a canhoneira Tâmega foi enviada sob a direção de Antônio Marques da Silva, para averiguar a recente ocupação da baía de Walvis (atual Namíbia), pela colônia do Cabo. Ao chegar na baía de Walvis, Marques da Silva relatou haver ali duas casas comerciais: uma, sueca, pertencente à firma A. W. Erikson & Co., que negociava presas de marfim e penas de avestruzes, além de ter seus próprios caçadores compostos de “gente do Cabo”; e outra, inglesa, que se empregava no mesmo gênero de comércio, porém em menor escala. O comércio era feito por carros puxados por juntas de bois, capazes de sulcar o deserto desde o sul

³⁸⁷ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº785. Governo Geral da Província de Angola, nº2, em 19 de fevereiro de 1878. Da parte do projeto d’alguns comerciantes ingleses quererem aproveitar a parte navegável dos rios Cunene e Cubango.

³⁸⁸ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº648_2.

do Cunene até o norte do rio Orange e a 100 ou 150 milhas de distância em sentido do interior³⁸⁹.

No que se refere a um domínio formal, o comandante do Tâmega reporta que há dois meses tinha chegado em Walvis uma autoridade inglesa, suboficiada à colônia do Cabo, cujas atribuições eram análogas aos chefes de concelho portugueses. Além dele, o governo do Cabo enviara um comissário especial de nome Charles Palgrave, para negociar a paz entre os povos de Dâmara, Manaquiri e os negociantes e caçadores ingleses³⁹⁰. O pouco número de representantes ingleses não diminuía as apreensões de Antônio Marques da Silva, pois ele emite a seguinte opinião:

Tanto em Walvis bay como no interior das duas províncias de Dâmara e Manaquiri não existe um único soldado, e por isso a ocupação inglesa não tem caráter algum militar no entretanto pode de futuro sermos mui prejudicial visto o desejo que mostraram os ingleses de se apoderarem dos territórios do S do Cunene e mesmo da própria via, que ainda dado o caso que ainda não tenha foz navegável [f.6] ou não seja navegável próximo dela algumas milhas de boa estrada ou um pequeno caminho de ferro, dá-lhe o comércio da parte da África banhado pelo dito rio e

³⁸⁹ **AHU**. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº785. Relatório de bordo da canhoeira Tâmega, em 11 de outubro de 1878, elaborada pelo comandante da estação naval de Angola, Antônio Marques da Silva, f.1-4.

³⁹⁰ O comissário britânico, Palgrave visitou o país em 1876 com o objetivo de verificar o desejo dos chefes nativos de serem incorporados ao controle britânico e com o fito de informar ao governo do Cabo acerca da conveniência de estender os limites da colônia, de modo a incluir todo o interior até a baía de Walvis. O comissário recomendou que fossem anexadas todas as terras desde Namaquer até Damara e colocasse um representante do governo no centro de cada uma dessas terras. Em vez disso, em 1878, o governo britânico anexou apenas algumas milhas em volta da baía de Walvis. Ver: GEWALD, Jan Bart; SILVESTER, Jeremy. Words cannot be found: German colonial rule in Namibia: an annotated reprint of the 1918 Blue book. Leiden; Boston: Brill, 2003, p. 25.

seus afluentes que se supõe navegável numa grande extensão³⁹¹.

A despeito da ausência de uma ocupação militar, o informante português mostrava grande receio de que as terras de Dâmara e Manaquiri dentro em pouco entrassem na esfera de influência inglesa. Em verdade, o governo britânico jamais anexou mais do que a baía, exercendo influência através da ação indireta do comércio, sobretudo, o comércio de armas com o Ovambo. A maior preocupação com os novos vizinhos do sul não era apenas a ocupação de regiões além dos limites pretendidos pelos portugueses, mas que os ingleses alcançassem o Cunene, acessando, por meio da navegação, o comércio de grande parte do curso principal e até seus afluentes. O temor era fruto de uma ideia ainda dominante de que o Cunene possuía grande vocação à navegação fluvial.

Coetaneamente, uma impressão muito semelhante era tecida pelo explorador Alexandre Alberto de Serpa Pinto em sua exploração pelo interior do continente. Em carta confidencial, datada de 18 de outubro de 1878, Serpa Pinto escreve ao Secretário da Marinha e Ultramar, João de Andrade e Corvo comentando o quanto era temerária a situação do forte português na fronteira sul de Angola. A fragilidade, comenta, decorre da presença de ingleses, que “protegidos pelo governo do Cabo, estão já estabelecidos a sete dias de viagem daqui, além do Cunene no Cuanhama”. Os negociantes ingleses conseguiam desanimar o comércio português, pois apresentavam ali “fazendas por metade do preço por que se obtém em Benguela, monopolizando o comércio de marfim e penas de avestruz”. Os únicos produtos de algum valor para os comerciantes que ficavam fora da esfera de negociação dos ingleses eram o da cera e do gado, cuja permutação “se fazem só com escravos”. Por isso, Serpa Pinto define o presídio de Caconda, importante ponto de parada do comércio sertanejo desde Benguela, como “uma verdadeira feira de escravos”³⁹². Aos olhos do explorador, restava

³⁹¹ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº785. Relatório de bordo da canhoeira Tâmega, em 11 de outubro de 1878, elaborada pelo comandante da estação naval de Angola, Antônio Marques da Silva, f.5-6

³⁹² É necessário lembrar que Serpa Pinto apresenta uma imagem muito distinta em seu livro de viagem. Ao referir-se a Caconda, o autor diz que é “um país agradável”, já o comércio, “é pouco e esse mesmo é feito muito longe no interior”. A escolha de omitir o comércio de escravizados no interior de Caconda, sem dúvida, diz respeito ao caráter público e de divulgação que a literatura de viagem possuía, sobretudo, em

aos portugueses um comércio de menor valor e, o que era mais grave, colaboradora com comércio de escravizados, enquanto que o comércio inglês se expandia em direção a bacia do rio Cunene.

Questões aduaneiras e tributárias também concorriam para a expansão do comércio estrangeiro nas fímbrias do sul de Angola. A facilidade de importação de armas e munições pela baía Walvis favorecia tanto os caçadores, quanto os comerciantes que negociavam pólvora e espingardas com os povos de Dâmara e da Ovambolândia³⁹³. Em 1876, a colônia do Cabo exportou pela baía de Walvis 6.000 armas de fogo, 40.000 libras de pólvora e 50.000 libras de chumbo. As armas facilitariam a centralização de poder de alguns grupos, além do aumento considerável do cabedal bovino, pois aqueles grupos pastores que estavam engajados na caça puderam diversificar sua atividade sem abrir mão de suas rezes. Entre os Ovambo, o reino Kwanyama logrou se fortalecer, tornando-se uma forte oposição à anexação colonial portuguesa no início do século XX³⁹⁴.

Mas nem todos os estrangeiros eram vistos como ameaças ao interesse português. Alguns estrangeiros também buscaram se submeter à autoridade portuguesa para entrar nos sertões de Mossamedes. Em 1879, uma comunidade bôer que atravessara o deserto do Kalahari, alcançou a margem esquerda do rio Cunene, próximo das montanhas de Kaoko. Em Ombakaba, alguns bôeres tiveram contato com o missionário francês Duparquet, que os

um momento em que o governo português era atacado pelas demais potências em relação a sua convivência com a escravidão. A diferença entre o relato de viagem e as cartas e diários dos exploradores modernos já foi observada por Beatrix Heintze. Para a autora, os primeiros testemunhos sob a forma de diários e cartas, enviados para a Europa, eram mais honestos do que os ensaios etnográficos e relatos de viajantes produzidos no regresso. Ver: **AHU**. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº648_1. Secretaria dos negócios da Marinha e Ultramar. Direção Geral do Ultramar. Carta confidencial de Serpa Pinto a João de Andrade Corvo, 18 de janeiro de 1878. f.2; PINTO, Alexandre Alberto de Serpa. *Op. Cit.*, 1881, vol.1, p. 70; HEINTZE, Beatrix. *Op. Cit.*, 2004, p. 35.

³⁹³ **AHU**. ACL. SEMU_DGU, Angola, 1L, Cx 833. Governo Geral da Província de Angola, doc nº 416 de 9 de dezembro de 1882. Responde ao ofício nº201 de 12 de agosto último, o qual cobria copia de um outro consul de Portugal no Cabo da Boa Esperança, que diz respeito a importação de armas e munições de guerra por Walvis Bay.

³⁹⁴ HINRICHSSEN, Dag. Pastoralism, capitalism and power in nineteenth-century Namibia. In: BOLLIG, Michael; WOTZKA, Hans-Peter. *Pastoralism in Africa*. Oxford: Berghahn, 2013, pp. 216-217.

indicou as terras da Huíla para se instalarem. Em 21 de agosto do mesmo ano, um destacamento do *trek* buscou estabelecer relações com os portugueses das terras do Nkhumbi, mas terminaram por criar uma escaramuça com o soba³⁹⁵. O *trek* bôer era formado por 60 famílias, no total de 277 indivíduos, além de alguns criados que não foram relacionados. René Pelissier estima que a força bélica dos bôeres, que também eram caçadores de avestruzes e elefantes, devia ser de aproximadamente 300 armas³⁹⁶. Diante desses novos agentes que não podiam ser ignorados, o governador de Mossamedes, Sebastião Nunes da Mata, firmou um termo com o chefe do grupo, Jacobus Frederick Botha, criando a colônia de São Januário, na Humpata, em 18 de setembro de 1880. O acordo de fixação da colônia concedia 200 hectares de “terreno baldio” para cada família, desde que as terras não fossem ocupadas pelos “indígenas para plantação”. A instalação de colonos bôeres indicava tanto a pressão bélica e demográfica que esse grupo exercia no sul, quanto a expectativa das autoridades locais em incorporar essa força em favor da colonização portuguesa.

Sebastião Nunes da Mata era o mesmo que recomendava, em 1867, a desocupação do Humbe para que as forças se concentrassem no litoral e nas manchas de colonização do planalto, mas o contexto político mudava rapidamente e os territórios virtualmente reclamados pelos portugueses estavam cada vez mais frágeis devido à ação de comerciantes, caçadores, exploradores geógrafos e missionários estrangeiros. Por isso, o governador justifica a necessidade de aceitar os bôeres do seguinte modo:

O que eu desde já prevejo é que se nos torna indispensável adotar uma atitude mais enérgica e desassombrada e empregar os meios precisos para assegurarmos o domínio pelo menos até o rio Cunene, e para podermos senão suplantar, ao menos igualar influências estranhas que se estão desenvolvendo e aproximando a largos passos, porque se assim fizermos ficaremos atrofiados e reduzidos ao litoral, sem mesmo podermos obstar que os próprios bôeres venham à força ocupar os

³⁹⁵ Os Boers na costa ocidental. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880, 2ª série, nº2. pp.117-118

³⁹⁶ PELISSIÉR, René. *Op. Cit.*, 2013, vol. 2, p. 146.

terrenos que lhe tivermos negado, ou outros que lhe agradem em território que deve ser considerado nosso ³⁹⁷.

O temor pronunciado de perder o território que pertencia a Portugal apenas na representação cartográfica e em acordos diplomáticos levava Nunes da Mata a anuir a entrada do grupo bôer mesmo sabendo que este era independente e de difícil assimilação ao Estado português. Uma boa relação com o *trek* poderia alavancar os transportes a partir da inserção do carro de bois e fortalecer a fronteira devido à força armada que disponha. O desejo de assegurar o domínio até o Cunene era relativamente modesto, pois o limite de Angola que era apresentado nos mapas era o Cabo Frio, que ficava um grau de latitude mais ao sul, mas estava alinhado com uma estratégia territorial que vinha se desenhando de concentrar armas e energias ao largo do rio Cunene, para este ser uma fronteira de fato.

Além da expansão comercial e da pressão de grupos sociais que afluíam para o sul de Angola, a organização de missões protestantes também era vista com grandes reservas. Em 1881, outras notícias já davam conta de ingleses no interior de Mossâmedes e alertavam para a expansão de missões religiosas nas terras dos Ovambo. As missões ainda não estavam estabelecidas em “território sob o nosso imediato e direto domínio”, informa o governo de Luanda. Mesmo as missões católicas que queriam ficar “sujeitas à jurisdição e prelado português”, deviam inspirar cuidados, pois, “n’Africa, que todos hoje cobiçam, e em que pretendem lançar raízes ou algum domínio, não é o mesmo, cada missão não abstrai da sua nacionalidade, e por ela trabalha” ³⁹⁸. O nacionalismo de finais do século XIX era visto como um fator mais determinante do que a fé confessada pelos padres e missionários.

Durante séculos de experiência portuguesa em Angola, a questão de um limite territorial no interior ao sul parecia ser secundária, havendo apenas uma importância estratégica de manutenção de um porto ou feitoria no litoral. A chegada de concorrentes europeus alterou rapidamente esse teatro. A presença

³⁹⁷ MATA, Sebastião Nunes da. Ofício nº 110 do Governo do Distrito de Mossâmedes ao Secretário do Governo Geral, de 17 de setembro de 1880. In: FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Op. Cit.*, 1940, vol.3, p. 191.

³⁹⁸ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, no.785_1. - Governo Geral da Província de Angola, nº12, de 19 de abril de 1881. Informando a existência de estrangeiros ingleses no interior de Mossâmedes.

inglesa na baía de Walvis voltava as atenções portuguesas para o império britânico. Apesar desse estabelecimento cada vez mais regular além-Cunene, outra potência estrangeira iria mudar rapidamente a geopolítica da África Austral.

Em 1883, o comerciante alemão Adolf Luderitz passou a adquirir terras na costa da atual Namíbia, com vistas a levantar um estabelecimento comercial. Através de seu agente, Henrich Vogelsang, e assistido pelo missionário renano Johannes Bam, o comerciante de Bremen comprou uma terra nas cercanias de Angra Pequena ao líder Nama-Bethania, Joseph Fredericks. No mesmo ano, Luderitz assinou um novo tratado, em que as fronteiras de seu empório foram demarcadas desde o rio Orange, no sul, até o paralelo 26° S, no norte de Angra Pequena, e com 20 milhas geográficas de profundidade³⁹⁹. A ação particular de Luderitz iria se tornar uma política de Estado no ano seguinte. Em 7 de agosto de 1884, o chanceler alemão, Bismarck, que até então evitara que o Reich estabelecesse colônias no além-mar, decidiu anuir ao pedido de Luderitz de estender a proteção alemã sobre suas possessões africanas. Ficava assim criada a África do Sudoeste Alemã. A partir daí, estavam lançadas as bases para a criação do império ultramarino alemão.

O chefe da missão católica da Huila, o padre José Maria Antunes, olhou com desconfiança os primeiros passos de Luderitz, e escreveu, em outubro de 1883, para a SGL alertando da concorrência que se formava:

O fato de se ter estabelecido uma colônia alemã nesse ponto [Angra Pequena] parece de pouca monta, mas a influência que dentro em pouco tempo a Alemanha vai tomar na terra de Damara, no Namaqua [Namaquer] e no Ovambo, pode ser para as nossas possessões de Mossâmedes e das margens do Cunene de suma importância⁴⁰⁰.

³⁹⁹ WESSELING, Henri. *Op. Cit.*, 2008, pp. 310-311.

⁴⁰⁰ ANTUNES, José Maria. África Occidental portuguesa. A fronteira sul: cartas do superior da missão portuguesa de Huila, P. F. Antunes a Fernando de Almeida Pedroso. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. 4º série, nº 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, pp. 470-476.

O protetorado alemão em Angra Pequena estava mais ao sul do que o porto inglês da baía Walvis e não adentrava o interior do continente, não tendo sequer incorporado o território Nama que se encontrava no mesmo paralelo de Angra Pequena, ou o território Damara, que estava no mesmo paralelo do porto de Walvis. Ainda assim, o padre português compreendeu precocemente o significado dessa instalação nos limites austrais da colônia portuguesa, e foi peremptório ao afirmar que “no estado atual, tudo está preparado para a dominação e ocupação alemã”⁴⁰¹. Sem dúvida, o maior indício que o padre Antunes tivera para formar seu pensamento era a presença relativamente antiga dos missionários protestantes em vastos territórios desde o rio Orange até o sul do Cunene. O trabalho missionário protestante na região começou no início do século XIX. A primeira estação missionária permanente foi instalada nas margens do rio Orange, em 1805, e estava sob os cuidados da Sociedade Missionária de Londres, mas seria a Missão Renana a de maior capilaridade e maior número de estabelecimentos no final do século XIX. Os primeiros missionários renanos chegaram ao sudoeste africano em 1842 e, desde então, fixaram estações missionárias ao longo das bacias dos rios Fish, Orange, Swakop, Omaruru, Omataku, bem como na planície inundada dos Ovambo⁴⁰². Era a presença nesta última região que tanto preocupava o padre português.

O padre considerava as missões protestantes no território Ovambo, sobretudo, entre os Kwanyama, nocivas ao interesse do Império português. Isso é tanto mais evidente quando ele relata que, no mesmo ano, o governado de Mossâmedes enviara uma bandeira a Nambadi, rei dos Kwanyama, durante a sua visita ao Humbe, para que a içasse em sua libata. Entretanto, o rei teria decidido retirar a bandeira e enviá-la novamente ao Humbe após um missionário de Berlim aconselhá-lo, dizendo que se a bandeira assim permanecesse, não tardariam os portugueses em “vir apoderar-se da terra” e fazer “guerra”⁴⁰³.

A instalação das missões protestantes no lago Etosha e parte da planície inundada dos Ovambo era vista pelo padre Antunes como um grande óbice à expansão portuguesa para o sul, de modo que ele achava necessário adiar qualquer plano de instalar uma estação

⁴⁰¹ Idem. *Ibidem*, p. 471.

⁴⁰² SCHNEIDER, Martin. *Bewässerungswirtschaft in Namibia und ihre Grundlagen in der Kolonialzeit*. NWG, Windhoek, 1990, pp. 107-112.

⁴⁰³ ANTUNES, José Maria. *Op. Cit.*, 1885, 472.

civilizadora no reino Kwanyama, para se concentrar em criar uma linha de fortes e guarnições ao longo do rio Cunene. O padre Antunes revela em sua estratégia uma mudança recente - mas vigorosa - de fortalecer a presença portuguesa ao longo desse rio, ainda que a fronteira reivindicada para o sul de Angola estivesse além-Cunene. Nesse momento, o que se verifica é que os estudos geográficos e as estratégias de ocupação iriam se dirigir para as margens do rio, criando a noção cada vez mais presente de um rio fronteira. Ao que parece, esta mudança de olhar sobre o rio não emana de um único lugar ou de um só sujeito, mas emerge e pulula em diferentes espaços, até que o rio seja visto como a fronteira natural, um limite definido e assegurado pela própria natureza.

5.3 Explorações geográficas modernas ao Cunene e a construção do rio fronteira

A construção das fronteiras coloniais é assunto recorrente na literatura. Um olhar crítico sobre sua criação enfocou em uma história diplomática da fronteira, observando os tratados e acordos interimperiais que deram os contornos das colônias africanas; os limites forjados na guerra e na conquista, através de uma efetiva ocupação do território, da criação de fortalezas e sedes coloniais; a interface entre a geopolítica africana e a geopolítica colonial, mais propriamente o modo pelo qual o estudo, a categorização e a circunscrição de determinados grupos foi realizado a fim de legitimar um território, construir virtualmente um espaço e exigir sua soberania por meio de acordos de vassalagem. A proposta que se apresenta nesse trabalho difere das legitimações apenas pelos acordos e assinaturas de tratados, pela violência armada da conquista, ou pela criação de territórios de reinos e povos que nem sempre havia correspondência com a realidade, haja vista que através do olhar português ao rio Cunene, busca-se observar como a natureza também é utilizada para demarcar, legitimar um espaço e determinar uma hegemonia⁴⁰⁴.

⁴⁰⁴ WESSELING, Henri. *Op. Cit.*, 2009; PELISSIER, René. *Op. Cit.*, 2013; OLIVER, Ronald. *A experiência africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1994, p. 209; FEIRE, João. *Olhares europeus sobre Angola: ocupação do território, operações militares, conhecimento dos povos, projectos de modernização (1883-1918)*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2011; SANTOS, Maria Emília Madeira. *Op. Cit.*, 1998, pp. 409-416.

A penetração europeia para com a África, ao longo da segunda metade do século XIX, se fez tal como um “prelúdio da partilha”. Nesse sentido, os agentes europeus que se espalharam pelo território da África Austral são tão determinantes para a configuração territorial quanto os planos, acordos e tratados diplomáticos assinados na Europa. A busca por uma linha delimitadora do sul envolveu, também, exploradores e missões científicas, que buscavam determinar marcos na natureza, nas organizações sociais e políticas africanas, que justificassem a divisão do espaço colonial.

A competição estrangeira era, cada vez mais, uma força que não podia ser desprezada da arena de disputa territorial. A Secretaria de Negócios da Marinha e Ultramar, desde 1874, concentrava seus esforços na exploração geográfica e comercial do rio Cunene, ainda que a fronteira demarcada nos mapas e negociada com a Inglaterra estivesse no paralelo 18° 24' S., em Cabo Frio. Nesse mesmo ano, o naturalista José de Anchieta, responsável pelas diligências zoológicas no sul de Angola, foi consultado por José Vicente Barbosa du Bocage acerca da sua disponibilidade em realizar levantamentos geográficos em paralelo aos estudos zoológicos que vinha desenvolvendo.

No início de 1874, José de Anchieta estava no Humbe, à margem do rio Cunene e era o naturalista em Angola com melhores condições de levar a cabo o empreendimento. Entretanto, ele resistia à proposta, pois não queria acumular funções em sua exploração. Ele explica: “não desejo ser sobrecarregado com obrigações dos outros [...] mas o que eu não desejava, era que estes trabalhos me fossem exigidos oficialmente”⁴⁰⁵. Em 25 de setembro de 1875, José de Anchieta responde novamente à Barbosa du Bocage, mudando um pouco sua impressão com o pedido:

Não pude responder cabalmente a sua carta em que me propõe a exploração do Cunene por falta de informações que agora tenho. Ultimamente trabalhei muito em indagar do gentio do Humbe e de outros, que aqui se encontram, de outro ponto da margem deste rio, notícias acerca do seu curso, que me foram confirmadas pelo soba e mais gentio da Embala. Asseguram-me que a distância do

⁴⁰⁵ ANDRADE, António Alberto Banha de. *O naturalista José de Anchieta*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 121.

Humbe a foz do Cunene é aproximadamente 12 dias de viagem; até os primeiros seis dias é navegável na Chimbria há uma catarata, onde a água se despenca da altura de um grande imbondeiro, fazendo estrondo que se sente longe e muita escuma, depois seguem sem cachoeiras até o mar. Nada mais posso dizer a este respeito ⁴⁰⁶.

Os sr. Anchieta tomou o cuidado de se informar com os autóctones de como era o traçado e as feições do rio antes de decidir explorá-lo. Os guias do Nkhumbi disseram que a distância até a foz era de 12 dias, das quais era navegável até a distância de 6 dias. Vale mencionar que a referência de distância dos Nkhumbi indicam os caminhos de terra e não o tempo de navegação pelo rio, haja vista que esse grupo era uma “civilização de terra”, para usar uma expressão de Maria Emília Madeira Santos ⁴⁰⁷. Sob estas condições, Anchieta aceitou demarcar o rio em sua sessão navegável, a saber, até as quedas que depois seriam chamadas de Ruacaná, com a condição de que lhe permitissem contratar 5 ou 6 operários de Luanda, dos quais ao menos dois deveriam ter noções de carpintaria, serraria ou metalurgia. Além disso, pedia para que lhe fosse entregue 2 espingardas de caça, uma máquina fotográfica binocular, um teodolito de duas lunetas, uma luneta astronômica com jogos oculares, dentre outros ⁴⁰⁸.

Assim, em 27 de abril de 1875, foi remetido a José de Anchieta “seis caixotes contendo instrumentos matemáticos e outros objetos destinados à exploração do rio Cunene”, bem como 2 carabinas *snayder* e 80 cartuchos de munição ⁴⁰⁹. Além dos instrumentos especiais, José de Anchieta parecia estar preocupado em desenvolver uma embarcação especial às condições ecológicas e políticas da região cortada pelo rio Cunene. Em resposta a outra consulta do governo de Angola, o naturalista comenta que a

⁴⁰⁶ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, no.785_1. Exploração do rio Cunene (Anchieta).

⁴⁰⁷ SANTOS, Maria Emília Madeira. *Op. Cit.*, 1985.

⁴⁰⁸ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, no.785_1. Governo Geral da Província de Angola, n 1 a que se refere a África, n 189 de 30 de julho de 1874.

⁴⁰⁹ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, n° 785_1. Governo Geral da Província de Angola, n° 98, 27 de abril de 1875. Comunicando a remessa feita do Governador de Mossâmedes ao explorador Anchieta.

embarcação deveria ser rápida, “para rapidamente se desviar dos embaraços que o gentio feroz e intratável das margens além do Humbe possa tentar em suas canoas”; deveria ser construída de forma reforçada e com bastante solidez, “para resistir aos ataques dos hipopótamos”; e deveria ser chata, “atenta a pouca profundidade do Cunene, pelo menos no seu curso médio”⁴¹⁰.

Anchieta era um naturalista experiente, que trabalhava em Angola desde 1864, e com o apoio que recebera do Ministério dos Negócios Ultramarinos, tudo parecia certo para a realização da exploração. Entretanto, as explorações, cabalmente, dependiam da colaboração e apoio dos africanos. Por isso, em 19 de outubro de 1875, o governo de Angola informa Lisboa de que a expedição havia sido temporariamente suspensa, porque estando Anchieta no Nkhumbi, “a enorme distância do litoral, o gentio que fica entre o Humbe e os nossos pontos ocupados tem dificultado a passagem de gente e objetos, roubando alguns, inutilizando outros, e entre estes, alguns dos instrumentos que lhe eram destinados”⁴¹¹. A insegurança nos caminhos e estradas do interior de Mossâmedes era motivo de queixas constantes pelos colonos e uma preocupação para as autoridades do distrito. A dificuldade com que se percorriam as distâncias entre as manchas de colonização descortinava a fragilidade da autoridade portuguesa e revelava aspectos de uma África autônoma e senhora de seus deslocamentos⁴¹². A exploração geográfica do rio Cunene não seria retomada por José de Anchieta, pois estas atribuições passariam a fazer parte dos escopos da expedição de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Alexandre de Serpa Pinto.

A Expedição Hidrográfica começou a ser elaborada a partir dos anseios da SGL e dos membros da CCPG, apresentados em

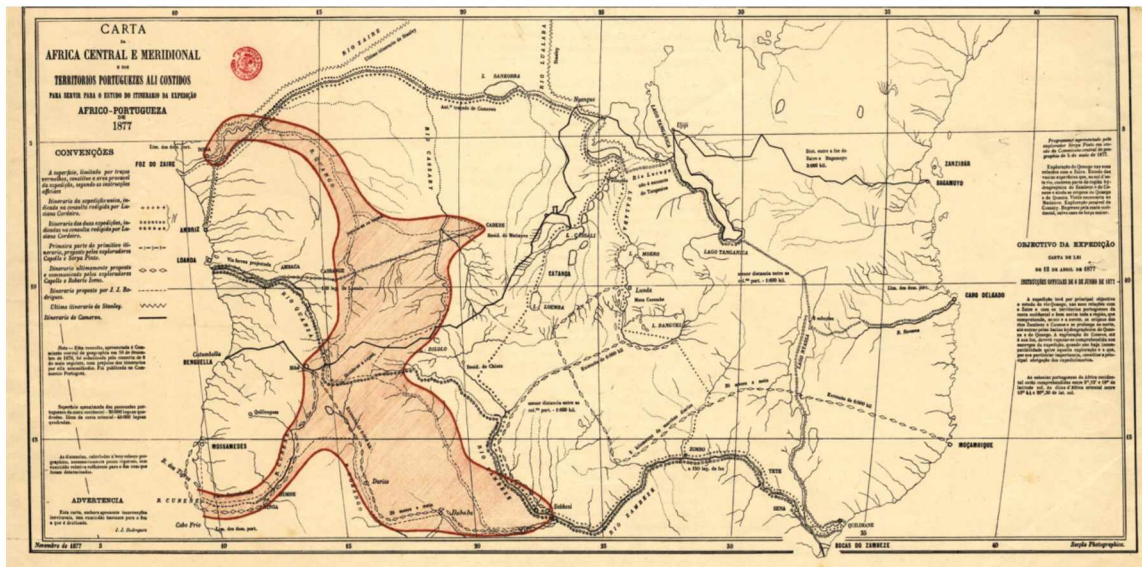
⁴¹⁰ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, nº 785_1. Governo Geral da Província de Angola, nº 1 a que se refere a África, n 189 de 30 de julho de 1875.

⁴¹¹ AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, nº 785_1. Governo Geral da Província de Angola, nº 258, 19 de outubro de 1875. Participando em aditamento ao ofício nº 189, ter o naturalista José de Anchieta, encarregado da exploração do rio Cunene, desistido por enquanto da referida exploração pelos motivos que se expõe.

⁴¹² Sobre a sensação de insegurança entre as manchas de colonização portuguesas no sul de Angola, ver a petição assinada por moradores e fazendeiros de Mossâmedes para que o rei de Portugal autorizasse uma guerra de enfrentamento a grupos armados de “Mondombes” que andavam desde 1874 a roubar gado”. AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº648. Governo Geral da Província de Angola. Relato assinado por vários moradores, em 15 de maio de 1878.

forma de representações ao rei de Portugal, em 1876. As reuniões que antecederam a expedição buscaram definir os seus objetivos e rotas. Ao menos duas correntes bem definidas dominaram esse debate. Para alguns membros da Comissão, entre os quais se distinguia José Júlio Rodrigues, a viagem deveria se concentrar nos domínios efetivos e territórios pretendidos por Portugal, definindo uma fronteira e assegurando, através de acordos com os poderes locais, a soberania lusitana. Já Luciano Cordeiro defendia uma viagem de uma costa a outra, por meio da qual se obteria prestígio internacional, além de encontrar um trilho que conectasse os territórios de Moçambique e Angola. Todas as propostas foram representadas em uma carta hidrográfica da África Central elaborada por José Júlio Rodrigues (**mapa 8**).

Mapa 8 – Carta da África central e meridional e dos territórios portugueses ali contidos para servir para o estudo do itinerário da Expedição Africo-portuguesa de 1877.



Fonte: RODRIGUES, José Júlio. *Carta da África Central e meridional e dos territórios portugueses ali contidos para servir para o estudo do itinerário da Expedição Africo-portuguesa de 1877*. Lisboa: Secção Photographica, 1877. In: Biblioteca da SGL: **CSGL. 1-S-37**.

A proposta de José Júlio Rodrigues apresentada à CCPG visava formar duas comissões geográficas destinadas a estudar cada qual os limites das possessões portuguesas nas costas ocidental e oriental, pois, afirma o autor, convém “primeiro determinar o que é nosso porque depois estudaremos o que é alheio”. O estudo deveria ser realizado por especialistas em Geodésia levados ao ultramar, onde deveriam residir ao menos três anos. Os equipamentos e a configuração devia diferir das grandes expedições internacionais, estando mais preocupados com a triangulação do território ⁴¹³.

Luciano Cordeiro, por sua vez, defendia que a expedição devia partir também das duas costas, mas as semelhanças com o plano de José Júlio Rodrigues paravam aí. Para ele, cada expedição teria um objetivo específico, realizando cada qual uma travessia continental. Um grupo percorreria o Zaire, contornaria o Tangencia, desceria ao lago Niassa e chegaria em Quilimane, Moçambique. O outro, seguiria o curso do Zambeze até onde fosse possível e depois buscaria as cabeceiras do rio Cuanza, de onde seguiria até Luanda, em Angola ⁴¹⁴.

Após intenso debate, os vogais arbitraram em favor da proposta de José Júlio Rodrigues, aprovando o estudo da área hachurada em vermelho na carta da África Central acima. Quanto aos objetivos, segundo as instruções aprovadas em 12 de abril de 1877, decidia-se que a expedição deveria se ocupar do

estudo do rio Quango nas suas relações com o Zaire e com os territórios portugueses da costa ocidental, e bem assim toda a região, que compreende, ao sul e a sueste, as origens dos rios Zambeze e Cunene, e se prolonga ao norte até entrar pelas bacias hidrográficas do Quanza e do Quango. A exploração do Cunene, até a sua foz, deverá reputar-se compreendida nos encargos da expedição, quando não haja incompatibilidade entre aquela exploração e a que, por sua particular

⁴¹³ Atas das sessões da Comissão Central Permanente de Geografia, 21 de outubro de 1876. In: MINISTERIO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR. *Annaes da Comissão Central permanente de Geographia*. Nº 1, dezembro de 1876. Lisboa: imprensa Nacional, 1877.

⁴¹⁴ Idem. Ibidem.

importância, consiste a principal obrigação dos expedicionários ⁴¹⁵.

Cabe salientar que as instruções sugeridas por José Rodrigues e aprovada pelos demais vogais era muito semelhante aos contornos fronteiriços que a colônia de Angola iria assumir nos anos seguintes. No que tange à fronteira sul, observa-se que os estudos seguiam desde a foz do rio Cunene à montante e depois passava às águas do rio Cubango e Zambeze. A área representada em vermelho, assim, abdicava de procurar marcos ou pontos de referência na natureza que confirmassem no interior do continente o limite demarcado em Cabo Frio (18° 24' L.S) em favor do estudo das bacias desses três rios. Desse modo, tanto o mapa, quanto as instruções orientavam o olhar do governo ultramarino para o potencial limite do território que as bacias desses três rios poderiam desempenhar. Nós entendemos que a visão dos rios-fronteira emerge no último quartel do século XIX de forma difusa, mas consistente. A partir de então, tanto as diretrizes ultramarinas, quanto as decisões do governo do distrito de Mossâmedes fortalecem esse uso e representação do rio. Se até meados do século XIX, o Cunene era visto como um potencial caminho entre as duas costas, a partir de então, ele será entendido cada vez mais como o limite sul da colônia.

Em 28 de maio de 1877, Capelo e Serpa Pinto deixaram Lisboa munidos das instruções, com o dever de comprar tudo quanto fosse necessário à expedição em Londres e Paris. Em Paris, adquiriram equipamentos especialmente produzidos para as necessidades da exploração geográfica, para o que contrataram Walker, encarregado dos artigos de viagem; Lepage, das armas; Tissier, dos calçados, dentre outros. Ainda visitaram d'Abbadie, explorador da Abissínia, e Ferdinand Lesseps. Em Londres, negociaram os cronômetros na casa de Dent; a casa Macintosh os forneceu os barcos infláveis, o sulfato de quinino, dentre outros. A expedição de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Alexandre de Serpa Pinto chegava a Luanda em 6 de agosto de 1877 a bordo do vapor *Zaire*.

⁴¹⁵ Instruções: dadas pelo governo de Sua Majestade aos exploradores nomeados para levarem a efeito a expedição decretada por lei de 12 de abril de 1877. In: Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar. *Amaes da Comissão Central permanente de Geographia*. Nº 1, dezembro de 1876. Lisboa: imprensa Nacional, 1877, p. 130.

Por terem grande liberdade quanto ao ponto de início e itinerários da viagem, os exploradores, a princípio, planejaram entrar por Luanda, seguir para leste até encontrar o rio Cuango, descê-lo por dois graus, passar ao Cassai, navegá-lo até o Zaire e finalmente, reconhecer o Zaire até a sua foz, segundo Serpa Pinto. Ou simplesmente seguir de Luanda até o meridiano de 17º ou 19º Leste, onde encontrariam o Cuango, que seria navegado em sua extensão até afluir ao Zaire, segundo a narrativa de Capelo e Ivens⁴¹⁶. Uma vez em África, imperativos sociais e logísticos, políticos e científicos mudariam drasticamente os planos aprovados pela CCPG. Sociais e logísticos porque os carregadores e guias logo se mostraram agentes indispensáveis e determinantes para a realização da empresa⁴¹⁷.

⁴¹⁶ PINTO, Alexandre de. *Op. Cit.*, 1881, vol.1, p. 21; CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *De Benguella às terras de Iacca*: Descrição de uma viagem na África central e ocidental. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, Vol.1, XXV.

⁴¹⁷ Serpa Pinto tentara, debalde, consegui-los no Zaire, onde disseram que o meio mais fácil era “resgatar escravos e em seguida contratá-los para o serviço que eu exigia”, método a que prontamente se opôs. Já em Luanda o explorador tentara contratar os 114 membros da comitiva de Stanley para fazer a viagem de travessia continental, levando-os novamente a Zamzibar, mas Stanley declinou da proposta. Serpa Pinto e seus parceiros logo refizeram os planos, decidindo procurar carregadores em Benguela ou Novo Redondo e entrarem pela foz do Cunene, outro extremo do território pretendido por Portugal. Neste último, lograram contratar apenas 37 indivíduos e novamente traçaram um novo plano. Ao invés de subirem o rio Cunene desde sua foz até as suas cabeceiras, a expedição partiria diretamente ao Bié, crenes de que conseguiriam com facilidade todos indivíduos de que necessitavam, por ser esse núcleo Ovibundo, que era o cerne do comércio de longa distância de Angola. A importância que essa força social e logística assumia no sucesso, fracasso e mesmo no curso da expedição foi admitida por Capelo e Ivens em uma carta, ainda que escamoteada no correr da narrativa de viagem: “que importa que numa correspondência particular se diga: eu desejo ir para qui ou para ali, se mais de uma vez temos dito que os itinerários da costa W. hão-de forçosamente ser subordinados aos carregadores e não são estes que por forma alguma se moldam naqueles”. PINTO, Alexandre de Serpa. *Op. Cit.*, 1881, vol.1, pp. 20-42. AHU. SEMU-DGU, Angola, IL, nº 648_2. Mapa dos indivíduos resgatados no sertão de Novo Redondo e contratados pelo agente de contratos Augusto Moreira Patrício Alvares, como procurador de Hermenegildo Carlos de Brito Capelo, membro da Comissão Científica de Exploração ao Interior da África, os quais foram contratados pela prestação dos serviços de Carregadores na viagem de exploração que a dita comissão vai fazer ao interior da África. MARTINS, F.A. Oliveira. *Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens: documentos*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1951, vol 1, p. 101. Acerca do papel dos carregadores, guias e caçadores no desenvolvimento das expedições científicas de Capelo, Ivens e Serpa Pinto, ver:

Políticos porque a expedição encontrou resistência por parte de alguns administradores locais que tentaram de um modo ou de outro adequar as expedições as suas necessidades ou planos ⁴¹⁸. Científicos porque o encontro com Stanley alterou os planos de estudo da bacia do Zaire, tendo em vista que ele acabava por terminar uma viagem continental de 999 dias, em que navegara toda a extensão desse rio. A junção dessas forças levou a expedição à Benguela, de onde adentrariam o sertão seguindo as rotas comerciais até o Bié.

Em 13 de janeiro de 1878, Capelo e Ivens partiram de Caconda para visitarem pela primeira vez as margens do Cunene, sita a apenas 20 milhas dessa fortaleza. A comitiva foi guiada por Mateus Gomes Pereira, um chefe africano cuja libata distava 3 milhas de Caconda. Os viajantes arrolaram as principais espécies animais, com base no estudo de catalogação já realizado por José de Anchieta; descreveram a paisagem ribeirinha, formada por terrenos pouco elevados, para Oeste, e a serra de Quibila, para leste; tomaram medidas da largura do rio e de suas feições geomorfológicas ao longo de 30 quilômetros, sendo este formado por um leito profundo e pedregoso, de 30 a 50 metros de uma margem a outra e com promontórios e algumas ilhas graníticas; apontaram falta de aproveitamento agrícola de suas margens; por fim, descreveram o caminho das águas desde o ponto em que estavam até a desembocadura no Atlântico, apenas baseado nas informações prévias que figuravam nas instruções de navegação, nos trabalhos de Bernardino José Brochado e do naturalista Anchieta ⁴¹⁹. No que tange ao aproveitamento do alto Cunene para a navegação, os exploradores deixaram a seguinte observação em carta dirigida ao Ministério da Marinha e Ultramar:

é este curso de água muito diferente do que geralmente se supõe, pois só da nascente até ao ponto mais baixo a que descemos

OLIVEIRA, A. J. A. ; **DINIZ, J. N. B.** . Carregadores, guias e caçadores: trabalho e resistência na expedição portuguesa ao interior da África (1884 - 1885). *Revista de ciências sociais*, v. 46, p. 93-115, 2015.

⁴¹⁸ Em 1883 o governador de Angola se queixou ao Ministro dos Negócios do Ultramar de que a lei de excessão aos exploradores científicos concedia demasiados privilégios, tornando-os especialmente desagradáveis. Ver: **AHU**. SEMU-DGU, Angola, 1L, Cx. Nº 833. Governo Geral da Província de Angola, doc nº272, de 17 de julho de 1883. Respondendo ao ofício do Ministro nº140.

⁴¹⁹ CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *Op. Cit.*, 1881, pp. 60-64.

(confluência com o Cuanza) possui ele 14 cachoeiras, e daí para o sul ainda são encontradas, chegando no tempo da seca a descobrir grandes pedras em Mulondo, que se acha em seu terço médio ⁴²⁰.

O quadro do Cunene pintado pelos viajantes tanto na missiva, quanto na narrativa de viagem mesclava a observação direta de um recorte relativamente pequeno do rio com informações mais abrangentes, recolhidas junto aos autóctones. É o caso da passagem acima em que cita as rochas expostas no leito do rio na altura de Mulondo (médio Cunene), durante o período de cacimbo. Desse modo, os viajantes indicavam a impossibilidade da navegação regular, desmistificando o imaginário que se estendia desde meados do século XVIII, de que o Cunene era a grande carreira de integração de Angola ao sul de Benguela e o oceano Índico.

Entrementes, em 13 de janeiro de 1878, Serpa Pinto partiu de Caconda para Vicete desejoso de visitar o Cunene num ponto a jusante do que seus dois companheiros visitaram. Em tom resoluto e heroico que lhe era habitual, o explorador envia uma carta a Luciano Cordeiro, na qual afirma “há aqui a crença geral de que é impossível a exploração do Cunene [...] desta vez terminará o mistério do Cunene”⁴²¹. Ele foi recebido por José Duarte Bandeira, que lhe deu pousada e lhe conduziu às margens do Cunene. Na altura do porto de Fende, o rio havia engrossado consideravelmente seu caudal, tendo 100m de largura e 7m de profundidade, segundo as medições de Serpa Pinto. Uma milha a jusante de Fende, as águas precipitavam-se

⁴²⁰ Ofício de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens ao Ministério da Marinha e Ultramar, datado do Bié 04 de abril de 1878. In: MARTINS, F.A. Oliveira. *Op. Cit.*, 1951, vol. 1, p. 110.

⁴²¹ Com efeito, Serpa Pinto buscou iniciar a expedição pela foz do Cunene e subir o rio até o Bié, mas foi voz vencida entre os exploradores. Isso fica atestado nas cartas que enviara a Luciano Cordeiro, em que planeja a exploração do rio; bem como no testemunho de de Seraphim, escrito a José Maria da Silveira e Costa. Ver: Carta de Serpa Pinto, novembro de 1877. In: MARTINS, F.A. Oliveira. *Op. Cit.*, 1951, vol. 1, p. 208. Carta 35 – Extrato de uma carta escrita de Benguela, em 23 de abril de 1878, escrita por Seraphim A José Maria da Silveira e Costa. Escola Politécnica, pelo “Bengo”; Carta 27: “Dombe Grande, 22 de novembro de 1877”. In: *Cartas e telegramas de Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens dirigidas a Luciano Cordeiro, secretário da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Conjunto de 87 cartas e telegramas relativos à viagem de exploração do continente africano. In: Biblioteca da SGL: **Reservados da SGL**, nº1.

em rápidos, e novamente, a meia milha. 10 milhas a jusante, as águas novamente despencavam de quedas, seguindo sem acidentes até o Nkhumbi ⁴²². Ao fim e ao cabo, a exploração de Serpa Pinto abrangia um trecho muito pequeno do rio, o qual foi representado em sua carta “Itinerário do major Serpa Pinto de Benguela ao Bihé” (**mapa 9**).

⁴²² PINTO, Alexandre de Serpa. *Op. Cit.*, 1881, vol.1, pp. 65-66.

O mapa acima marcava o itinerário de Serpa Pinto desde Benguela até o Bié, como o próprio título indica. Por isso, apenas a orografia que ladeia o caminho está marcada, indicando as zonas visitadas pelo explorador. A carta revela de maneira muito clara que o viajante seguia por caminhos de terra e não utilizava os rios para se deslocar, mesmo sendo o estudo desses a sua principal tarefa. A escolha pelos caminhos de terra altera a representação dos cursos d'água, que são desenhados como um conjunto de linhas perpendiculares a sua jornada. Porém, a fim de corresponder aos objetivos da missão, Serpa Pinto indica em seu mapa alguns aspectos da hidrografia africana. São elas, as cabeceiras do rio Cunene, indicadas desde a face oriental da Serra Andrade e Corvo até Vicete; e a divisão das águas que correm para o Cunene, Cubango e Cuanza. Vale ressaltar que a coerência e continuidade do Cunene entre as terras de “Sambo” e “Vicete” ficava assegurada pelo traçado pontilhado, que nas convenções da época era usado para apontar os trechos que ainda não eram cartografados *in loco*⁴²³.

Os cientistas se arvoram de toda autoridade para identificar a falta de vocação do Cunene como via fluvial. Entretanto, o trecho do rio observado pelos viajantes era há muito cindido pelas rotas comerciais do Bié. A experiência africana já havia selecionado os caminhos de terra em detrimento desta rota aquática. O seguimento que realmente interessava para o mapeamento e possível demarcação de fronteira era aquele que seguia desde a foz do rio até as terras dos Nkhumbi, e cujo estudo já havia sido encarregado a José de Anchieta e, depois, a estes três exploradores. A anexação inglesa da baía de Walvis e as missões alemãs na Ovambolândia e Damaralândia, ambas, demandavam maiores cuidados por parte do Ministério da Marinha e Ultramar diante do curso ainda não conhecido do Cunene, sobretudo em sua foz e terras adjacentes, pois as autoridades portuguesas temiam uma ocupação efetiva de alguma dessas potências.

A documentação coeva continua a apontar uma mudança no modo de ver o rio Cunene, em que a sua vocação de barreira, limite, interdição e fronteira territorial ganha mais notoriedade do que a

⁴²³ A serra que dava origem ao Cunene recebeu o nome de Andrade e Corvo, que nomeara Serpa Pinto para a expedição. Ele explica a adoção do nome da seguinte forma: “Fazendo exceção à minha regra de não batizar em África rios ou montes, dei a esta serra o nome de Andrade Corvo, por ser designada no país apenas por serra do Huambo”. Ver: PINTO, Alexandre de Serpa. *Op. Cit.*, 1881, p. 189.

noção de ligação, caminho fluvial, ou elo de conexão entre as duas costas. A utilização do rio Cunene como o limite sul de Angola se tornava tanto mais evidente na comunicação de Luciano Cordeiro feita à SGL, na sessão de 30 de julho de 1877. O eminente jornalista advogava pela imediata exploração do baixo Cunene, desde as terras dos Nkhumbi até a sua embocadura. Ele estava certo de que o caudal que, aos seus olhos, era a “mais importante formação fluvial dessa parte da nossa África”, formava um limite para a província: “correndo quase sempre em território da nossa soberania africana, da qual, embora ela se estenda mais para o sul do que a paralela da sua foz, [o Cunene] é por assim dizer o limite natural, comercial e estratégico”⁴²⁴.

O Ministério da Marinha e Ultramar parecia estar realmente empenhado em investigar a navegação do baixo Cunene e cartografar a sua embocadura. Tanto é que logo após a notícia de que os exploradores não seguiriam pelo curso desse rio, ainda em 1878, o tenente Antonio de Almeida Lima foi encarregado de mapear a foz do rio (**mapa 10**). Em 28 de novembro de 1878, a canhoneira Tâmega zarpu do porto de Mossâmedes para Porto Alexandre. Lá, a coluna de exploração recebeu carros, bois, e demais apetrechos próprios à empresa, e partiu para a Baía dos Tigres, de onde seguiriam por terra até a foz do Cunene. O ponto de saída e a rota se baseava na viagem do governador, Fernando da Costa Leal (1854), que informou que após o primeiro dia de marcha, as dunas deram lugar a um solo granítico de melhor locomoção⁴²⁵.

Os imperativos do terreno revelaram ao chefe, Antonio de Almeida Lima, que a natureza era muito diversa do que se esperava, em vista das informações recebidas pelo relato de Leal, tanto assim, que o tenente Lima reconheceu logo no primeiro dia de marcha a impossibilidade de seguir com o carro de bois, tendo que em seguida abandonar os carros e até mesmo parte dos mantimentos. O transporte, mais uma vez, teve de ser realizado nos dorsos cansados de carregadores, inclusive o bote, visto que, nas palavras de Almeida Lima, “o trabalho de um boi nestas circunstâncias é inferior ao de um

⁴²⁴ CORDEIRO, Luciano. *Notícia do Cunene*: extrato de uma comunicação feita à Sociedade de Geografia de Lisboa, em sessão de 30 de julho de 1877. Lisboa: Tipografia de J. H. Verde, 1878, p. 12.

⁴²⁵ LEAL, Fernando da Costa. Relatório da viagem feita ao rio dos Elefantes em novembro de 1854. In: LACERDA, José de. *Exame das viagens do doutor Livingstone*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. Pp. 515-520

bom carregador”⁴²⁶. No dia, 5 de dezembro a coluna alcançou a margem do rio e acampou na maior ilha, pelo que a nominaram de “ilha do Acampamento”. A expedição que então se pôs a mapear e perscrutar a barra do rio não divergiu substancialmente da paisagem lida/construída por Costa Leal: um terreno impróprio para a agricultura; um rio inavegável; uma vegetação irrisória, formada “quase exclusivamente por caniços e cedros raquíticos”; um território sem sinais de antropização, dando certeza a Almeida Lima de que nenhuma população humana descia à foz⁴²⁷.

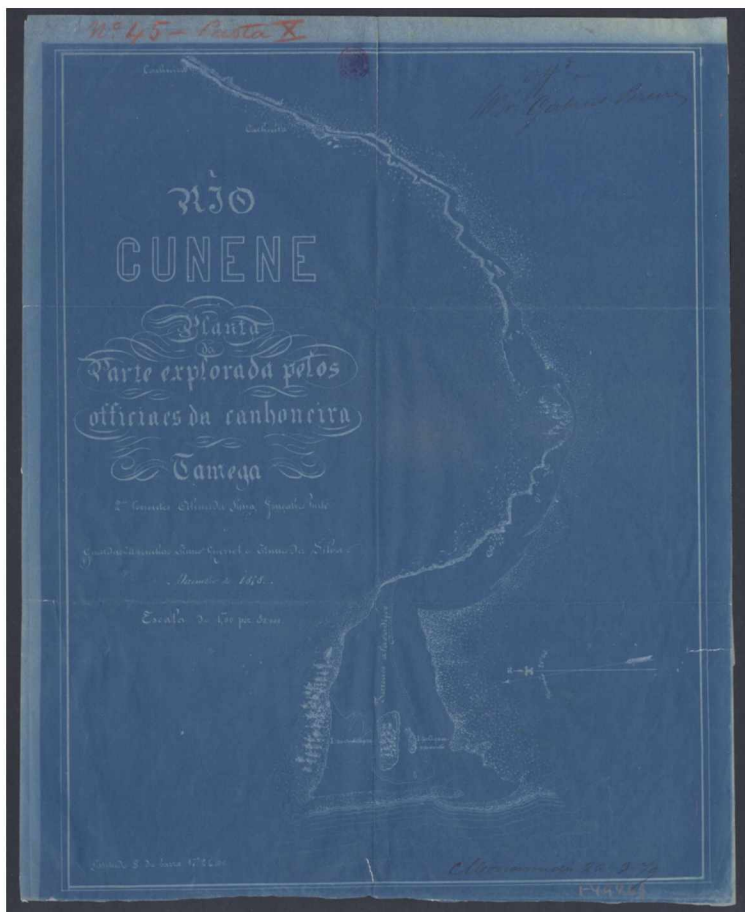
Acerca das potencialidades econômicas do território, Almeida Lima sinalizou novas possibilidades. Ele destacou uma salina junto à barra que julgava ser de excelente qualidade e da qual se poderia abastecer alguns navios. Assegurou ser o terreno “riquíssimo em minério”, conclusão que se devia à distorção magnética verificada na agulha de sua bússola. Assim, Lima sugeria uma natureza oculta, ainda por ser desvendada e que se revelava apenas aos olhos atentos do explorador geógrafo, munido com seus equipamentos⁴²⁸.

⁴²⁶ Foram fornecidos como meios de transporte três carros, seis bois e 45 carregadores e um bote. As informações recebidas davam conta de que o terreno era “bastante duro e formado por uma mistura de areia e burgau”. No entanto, o chefe da expedição se defrontou com um solo “formado por finíssima areia solta, em que os carros se enterravam por modo tal, que se tornava quase impossível arrastá-los ainda que com pequenas cargas”. Nestas circunstâncias, o tentente redistribuiu as cargas e o suprimento de água. Ver: LIMA, Antonio de Almeida. Carta de 1 de janeiro de 1879, Mossâmedes. In: “Nova exploração à foz do Cunene: documentos comunicados pelo governo português à Sociedade de Geografia de Lisboa. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Porto: Tipographia de Freitas e Fortuna, 1880, pp 7-17.

⁴²⁷ Idem. Ibidem, p. 14.

⁴²⁸ Idem. Ibidem. p. 12.

Mapa 10 - Rio Cunene



Fonte: LIMA, Almeida. *Rio Cunene*: planta da parte explorada pelos officiaes da canhoeira Tamega, 2º tenentes Almeida Lima, Gonçalves Pinto; Guardas Marinhas Nunes Queiro e Nunes da Silva. 1879. Fonte: **AHU**. AHU_CARTm_001_D.1347.

A planta da barra do Cunene elaborada pelo tenente Almeida Lima retificava muitas das posições geográficas apontadas por Fernando da Costa Leal. A começar pelas ilhas, pode-se ver que que no mapa de Almeida Lima foram indicadas apenas duas, ao passo que na carta anterior de Costa Leal havia três delas. O deslocamento de bancos de areia no leito do rio pode ter mudado as feições das ilhas. Outra retificação significativa dizia respeito a curva que o rio tomava logo após o conjunto de ilhas da embocadura. Na carta de Costa Leal (1854), se observarmos o rio a montante, uma cadeia de montanhas que surgia em elevação na margem norte, direcionava o rio em direção NE, formando um cotovelo. Já na carta de Almeida Lima, o rio toma a direção SE e, depois de uma grande curva quilômetros acima, toma novamente a direção NE. Além disso, as margens desenhadas por Almeida Lima são muito mais acidentadas, com gargantas muito estreitas, ao passo que a carta anterior representava o rio com traços retilíneos e com a mesma distância entre as margens em quase todo o segmento cartografado. Nesse sentido, o mapa de Almeida Lima sustentava seu relato de que o rio não podia ser navegado.

Por fim, Almeida Lima concluiu que a instalação na foz do Cunene não seria praticável, exceto com grande dispêndio de capitais. O primeiro motivo era a falta de acesso. Por mar, as fortes rebentações e a coroa de dunas impediam a entrada pela barra do rio, mesmo em pequenas embarcações, corroborando a mesma impressão tomada pouco antes, por Antônio Marques da Silva. Pela Baía dos Tigres, as dunas móveis eram um obstáculo à construção de uma estrada até o rio. A navegação do rio era impraticável, impedindo uma entrada pelo interior do continente. O segundo era de ordem econômica, pois nenhuma exploração mineral justificava os investimentos ali ⁴²⁹.

À primeira vista desanimadora, a notícia do segundo tenente, Almeida Lima, pode não ter sido tão negativa aos planos portugueses. De fato, a preocupação em conhecer e ocupar a foz do Cunene durante o último quartel do século XIX era fomentada menos pelo interesse econômico do que pelo caráter estratégico. A busca de um limite austral para a colônia estava a par com o desejo de frear a ocupação estrangeira e a sua influência. Como foi discutido anteriormente, havia algum temor por parte da Secretaria d'Estado dos Negócios Estrangeiros de que uma potência estrangeira

⁴²⁹ Idem. *Ibidem*, p. 17.

– Inglaterra ou Alemanha – criasse um estabelecimento mais ao norte da baía de Walvis, ou que instalasse uma linha de navegação ao longo do Cunene, drenando o mercado de sua bacia hidrográfica. As péssimas condições de navegação do rio e de ancoragem na barra, asseguravam as autoridades portuguesas uma garantia de frenagem do avanço estrangeiro sobre o território reivindicado por Portugal.

Nesse sentido, o conjunto de pareceres negativos à navegação do rio, não significava sua morte social ou desuso, mas uma ressignificação que o definia como uma interdição, um limite. A natureza do rio, a partir de então, podia ser apropriada como uma fronteira natural, um limite supostamente imposto pela natureza e que para ser aceito bastava que olhassem para o mapa, para as condições materiais desse espaço biofísico. O uso da natureza – no caso o rio – pela cartografia como testemunho ou argumento de um limite servia para naturalizar as disputas humanas em torno do espaço e apelava a uma dita objetividade que poderia ser conferida quantas vezes fosse necessário, pois o rio permaneceria ali ⁴³⁰.

Isto é tanto mais evidente durante as negociações de demarcação da fronteira sul de Angola, asseguradas pelo tratado Luso-Alemão de 30 de dezembro de 1886. Embora a política territorial dos Negócios Estrangeiros portugueses sinalizasse cada vez mais para a apropriação do rio Cunene como um traçado fronteiriço, como discutimos acima, esse acordo definiu pela primeira vez o rio como zona limítrofe, de fato, entre Angola e a África do Sudoeste Alemã. Cabe lembrar que até então o limite sul de Angola era determinado pela convenção luso-britânica de 28 de julho de 1817, que o apontava no paralelo 18° 24', em cabo Frio. Nesse caso, o marco fronteiriço era um cabo do litoral e não um marco do ambiente do interior do continente, o que expunha a dificuldade em marcar cartograficamente para além da costa litorânea ⁴³¹.

⁴³⁰ OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. “Basta olhar para o mapa”: cartografia e história ambiental nas disputas pelo rio São Francisco em meados do século XIX. *HALAC*. Volume 5, nº1, 2016, pp. 57-72. CRAMPTON, Jeremy W. Maps as social constructions: power, communication, and visualization. *Progress in Human Geography* 25 (2. 2001.), 236- 238. Disponível em: <<http://phg.sagepub.com/content/25/2/235.full.pdf+html>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

⁴³¹ NEGÓCIOS EXTERNOS. *Documentos apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1887 pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios Estrangeiros. Negociações relativas à delimitação das possessões portuguesas e alemãs na Africa Meridional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.

5.4 A demarcação da fronteira sul de Angola

Após a criação da África do Sudoeste Alemã, em 1884, os Negócios Estrangeiros de Portugal passaram a negociar formalmente com a Alemanha a fim de ratificar a fronteira de cabo Frio. No ano seguinte, o governo alemão tomou posse oficial da costa até o paralelo 18º L. S., forçando as potências a entrarem em comum acordo acerca do ponto exato que separaria as duas colônias.

O governo alemão, através do barão de Schmidthals, foi quem primeiro sugeriu a adoção do rio Cunene para este fim, traçando uma linha que “partindo da foz do Cunene, siga pela margem esquerda o curso deste rio até o ponto fronteiro ao presidio português do Humbe. Daqui, prolongar-se-á para E., no paralelo do Humbe até chegar ao Zambeze, acompanhando quanto possível as fronteiras dos estados nativos daquelas regiões”⁴³². A proposta garantia a adoção de acidentes naturais e estruturas de poder coloniais (fortaleza do Humbe) em detrimento dos limites políticos africanos, o que o então ministro de negócios estrangeiros, Henrique de Barros Gomes era favorável.

Contudo, o ministro português era contrário a adoção do traçado do Cunene/Zambeze como referência e justificou sua posição pela falta de uma continuidade entre ambos, sendo necessário a “demarcação de uma linha matemática, um paralelo, e este ainda sujeito a incertezas”. Barros Gomes era membro fundador da SGL e por meio dessa assembleia e de seu antecessor no ministério, Barbosa du Bocage, estava bem informado das explorações e dos seus resultados no sul de Angola. Sua contraproposta era de que seguindo a linha de cabo Frio, na qual estava grafada a fronteira nas cartas nacionais e estrangeiras, se tomasse por parâmetro uma linha reta até Schomohahi, passando a percorrer o cordão orográfico do lado do nascente até Otymorongo. Continuando daí até a margem setentrional do lago Etosha e rio Ovampo, prolongar-se-ia até as lagoas de Assun do Berg Damara, e daí até a confluência do rio Zambeze. Ao julgar temerário a adoção de uma fronteira baseada em certa parte no paralelo, Barros Gomes mobilizava a natureza em favor do seu desígnio, deslegitimando a proposta do representante

⁴³² Memorandum de Schmidthals enviado ao sr. Henrique de Barros Gomes, ministro dos negócios estrangeiros. In: NEGÓCIOS EXTERNOS. *Op. Cit.*, 1887, p. 11.

alemão por não se ancorar integralmente em algo tão tangível quanto um rio, uma lagoa e uma cadeia orográfica do relevo. Diante disso, ele indaga: não estará aqui precisamente um germe dessas futuras complicações que os dois governos tanto mostram ter a peito o evitar?”⁴³³ Com efeito, a coerência limítrofe na paisagem desde cabo Frio até o Zambeze era uma criação humana e estava a serviço do interesse português de manter o território celebrado no convênio de 1817.

O barão de Schmidthals foi veemente contrário ao desenho sugerido por Barros Gomes. Para o representante alemão, esta proposta alijaria a Alemanha de “grandes territórios no Ovambo e nas margens do Cubango, onde súditos imperiais, ou já adquiriram ou estão a ponto de adquirir direitos por meio de contratos celebrados com os régulos indígenas”. Territórios estes que, apesar de estarem dentro do limite formal português, não eram efetivamente ocupados. Pelo que respeitava ao limite ser “matemático” ou derivado de “fatos geográficos”, o representante alemão disse ser falso insinuar que entre o Cunene e o Zambeze estes inexistissem, pois, estas zonas apenas não se achavam exploradas suficientemente, para “poderem prevalecer os cursos de água e as montanhas como elemento dessa divisória”, mas já era possível apontar, por exemplo Karoca, no Cubango e Sioma, no Zambeze⁴³⁴. Assim, para ele, a natureza permanecia sendo o melhor argumento para a criação das fronteiras, desde que lida, interpretada e desvendada corretamente pelas lentes pretensamente objetivas do cartógrafo, único capaz de desvendá-la.

Em novo *memorandum*, datado em 22 de setembro de 1886, Barros Gomes concordava com os termos do barão de Schmidthals de estabelecer o Cunene e o Zambeze como linha limítrofe em detrimento dos territórios pretendidos por Portugal, no Ovambo e na margem setentrional do lago Etosha, ambos no paralelo 18ºL. S., desde que fossem consideradas no lugar do paralelo com o Humbe, um ponto do rio mais ao sul, onde estavam as cataratas da serra do Caná (Chela), bem como o curso do rio Cubango, na parte em que corria paralelamente a linha do Equador⁴³⁵. Em uma carta endereçada ao marquês de Penafiel, Barros Gomes explicava que a

⁴³³ Idem. Ibidem, p. 14

⁴³⁴ Idem. Ibidem, p. 17-18.

⁴³⁵ Idem. Ibidem, p. 25.

sua intenção era afastar a ocupação alemã do Humbe⁴³⁶. A região do Cubango havia sido recentemente percorrida por Serpa Pinto (1879), Capelo e Ivens (1884) e por uma missão científica e punitiva de Artur de Paiva à margem esquerda do rio Cunene (1885) e ao Cubango (1886)⁴³⁷. Esta última tinha caráter de urgência por motivos da negociação da fronteira e seu objetivo era “ocupar militarmente um ponto das margens do rio Cubango”⁴³⁸. Nesse sentido, o território entre o Cunene e Cubango estava suficientemente cartografado para que se fosse incluído como referência no lugar da abstrata linha matemática. Assim, o argumento do governo português era que se fosse adotado como demarcação da fronteira, sempre que possível, uma sinuosidade da natureza, como um rio, uma cadeia orográfica, um lago.

Finalmente, as duas partes chegaram em comum acordo em 30 de dezembro de 1886. O acordo firmado entre o governo português e alemão definia os limites das zonas de influência em ambas as margens da África meridional, comprometendo-se cada qual a “não fazer aquisição de domínio, a não aceitar neles protetorados, e, finalmente, a não por aí quais quer obstáculos à extensão da influência [portuguesa e alemã]”⁴³⁹. No que se refere ao lado ocidental, ficava assim delimitado:

A fronteira entre as possessões portuguesas e alemãs no sudoeste d’África, seguirá pelo curso do rio Cunene desde a sua embocadura até às cataratas que aquele rio forma no sul do Humbe ao atravessar a serra do Caná. Deste ponto em diante seguirá o paralelo até o rio Cubango, daí o curso deste rio até o lugar de Andara, que ficará na esfera dos interesses alemães, e deste lugar seguirá a fronteira em

⁴³⁶ Carta do sr. Henrique de Barros Gomes ao sr Marquês de Penafiel, de 25 de setembro de 1886. In: NEGÓCIOS EXTERNOS. *Op. Cit.*, 1887, p. 22.

⁴³⁷ PINTO, Alexandre Alberto de. *Op. Cit.*, 1881; CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *Op. Cit.*, 1886. PAIVA, Artur de. Relatório do tenente de caçadores, Artur de Paiva. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 7º série, nº2, 1887.

⁴³⁸ PAIVA, Artur de. *Op. Cit.*, 1887.

⁴³⁹ Artigo. 3º. In: NEGÓCIOS EXTERNOS. *Op. Cit.*, 1887, p. 37.

linha reta na direção Leste até os rápidos de Catima no Zambeze⁴⁴⁰.

Conforme se pode ler no Artigo 1º, assinado entre sr. Barros Gomes e o barão de Schmidthals, a fronteira entre as possessões portuguesas e alemãs na costa ocidental da África meridional era praticamente definida tendo por base o curso dos rios Cunene, Cubango e Zambeze e mesmo onde não seguia o curso de um destes, a linha imaginária os tomava como referência. Durante as negociações travadas em 1886, a fronteira se deslocou do paralelo 18º24' para o rio Cunene, com as duas potências sempre tentando forjar uma coerência na natureza que justificasse suas escolhas. Em geral, os marcos definidos nesse artigo do tratado luso-alemão de 1886, a saber, as cataratas de Caná, no Cunene, o rio Cubango e o Zambeze definiram a fronteira sul de Angola no período colonial, mas também determinaram a configuração territorial pós-colonial do país.

A adoção de marcos da natureza não cessou os litígios fronteiriços entre as potências coloniais como era esperado por Barros Gomes. Durante a primeira década do século XX, a disputa do ponto exato em que estavam as cataratas permaneceu em disputa. Tanto a Alemanha quanto Portugal apelaram para a dita objetividade da natureza para deslocar a linha da fronteira para norte ou sul. Nesse caso, o que formava o pano de fundo da discussão era qual queda d'água deveria ser considerada como a linha determinante da fronteira: a primeira ou a última? Aquela que tivesse a maior queda em altitude ou a que a água jorrava em maior volume? ⁴⁴¹ Ambos países enviaram expedições às cataratas, mas o problema conceitual permaneceu insolúvel, de modo que, então, em 1911, foi adotada uma Zona Neutra da fronteira que só seria desfeita em 1926, já em negociação entre a União Sul Africana e Portugal, mas essas disputas são assunto para outra hora⁴⁴². O que importa ressaltar é que uma vez

⁴⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 36.

⁴⁴¹ Todas essas questões norteiam o *memorandum* da fronteira de Ernesto de Vasconcelos. Ver: VASCONCELOS, Ernesto de. *Fronteira sul d'Angola: memorandum*, 1911. Biblioteca da SGL. **Manuscritos reservados** nº1, estante 145, B4.

⁴⁴² Acerca da criação e manutenção da Zona Neutra de Angola, ver: **Biblioteca Nacional de Portugal**. *Documentos referentes à Zona Neutra, estabelecida após as operações militares de 1915, no sul de Angola*. 19 documentos [MANUSCRITO]. Disponível em <<http://purl.pt/26469>>, acessado em 23 de setembro de 2017.

cessada essas disputas pelo território e pela fronteira, a cartografia tende se tornar um “fato da natureza”, consagrando a representação vencedora e escamoteando o seu passado recente, como nos lembra Denis Wood⁴⁴³. No caso da interface entre a fronteira sul de Angola e o Cunene, a cartografia sugeria não mostrar nada além do que existia, e se existia, podia ser adotada como referência para os desejos coloniais.

Nesse sentido, é válido extrapolarmos apenas o conhecimento da cartografia e nos apropriarmos da ideia de Bruno Latour de que a natureza não é a causa da resolução da controvérsia⁴⁴⁴.

Destarte, mais do que ler e interpretar objetivamente a natureza, as expedições científicas buscaram dar sentido e organizar mentalmente e cartograficamente o espaço, aqui observado a partir do rio Cunene. Por sua vez, a cartografia foi a linguagem privilegiada da diplomacia entre as potências coloniais e cada qual tentou por meio dela impor seu projeto de poder, os seus desejos para o império, e mesmo, a sua visão da natureza. O processo de mapeamento do rio Cunene ao longo do último quartel do século XIX, assim, torna-se uma janela pela qual se pode compreender as relações entre ciência cartográfica e império, entre as disputas territoriais e a instrumentalização da natureza, o papel que os rios desempenharam no mapeamento da África ao longo da segunda metade do século XIX, dentre outros.

⁴⁴³ WOOD, Denis; FELLS, John; KRYGIER. *Rethinking the power of maps*. New York; London: The Guilford Press, 2010.

⁴⁴⁴ LATOUR, Bruno. *Op. Cit.*, 2010; _____. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa focou nas vicissitudes do olhar português sobre o rio Cunene, durante os últimos decênios do século XVIII até fins do século XIX. Este rio foi alvo de projetos coloniais e territoriais que acabaram por moldar a própria forma de representa-lo, que se transformou dramaticamente a depender do observador, de seus interesses e de suas projeções. Em diálogo com a Nova História da Cartografia, os mapas que representam o Cunene foram interpretados conforme as suas funções e interesses dos cartógrafos, dos seus patrocinadores, sobretudo, do governo português, de modo a compreender as distorções e diferenças entre eles sem que fossem definidos qual o melhor ou pior, qual acerta ou erra. Por tanto, foi levado em consideração tanto os limites e possibilidades técnicos e de representação do período, quanto os seus objetivos.

Durante o século XVIII, a emergência do projeto pombalino de um império global e com territórios a se complementarem mobilizou o governo a ligar os estabelecimentos portugueses das duas costas africanas. A busca pelo corredor imperial inicialmente projetada no Cuanza se deslocou para o Cunene em face de fatores ambientais, sociais e geográficos. Os cartógrafos de gabinete coligiram documentos de naturezas diversas e produziram uma linha coerente e contínua em escala continental, um desenho no qual se sustentava o desejo de encontrar um caminho fluvial, uma estrada móvel e manifesta que os levaria ao oceano Índico. Isso alterou o modo de ver o seu curso, que passou a figurar nas representações tão grande e pujante quanto os projetos e ambições imperiais. Assim, pode-se afirmar que ao longo do século XVIII o rio Cunene crescia – aos olhos portugueses – em um imbricado jogo de visão da natureza e projeto imperial.

Porém, o sonho de navegar pela rede hidrográfica do “Grande Rio” não se concretizou e a travessia continental foi feita através dos caminhos terrestres, conectados por uma rede de outra natureza: comercial e diplomática, capaz de ligar os grandes reinos da África Central, a saber, o Cazembe e a Lunda, ao comércio de longa distância. É à descrição desses comerciantes e seus encarregados que se deve a maior parte das informações do que viria a ser o sul de Angola, na primeira metade do século XIX. Os caminhos comerciais eram fruto de um saber acumulado, que selecionou rotas e prescindiu em grande parte dos rios. Desse modo, os relatos produzidos pelos comerciantes trás este lastro, apresentando informações descontínuas e pontuais dos rios,

enfocando mais nos pontos em que estes eram vadeáveis ou davam passagem do que suas condições de navegação. Isso fez com que os comerciantes tivessem uma visão muito diversa da cartografia de gabinete do século XVIII, privilegiando em seus relatos as relações com os povos africanos, seus costumes, língua, e bens e produtos comercializáveis do que os aspectos biofísicos do território. Por sua vez, funcionários e administradores coloniais faziam seus próprios “mapas”, leituras do espaço em que exerciam alguma autoridade ou que virtualmente reivindicavam para Portugal. A representação desses administradores tendia a depreciar a atividade comercial de pequeno volume e estava mais interessada em aproveitar a terra para a produção agrícola. Ela também teve dificuldade em lidar com a fluidez e mobilidade dos grupos pastores, que se deslocavam e quebravam com as pretensões de uso da terra dos administradores.

No último quartel do século XIX, o interesse internacional pela África cresceu exponencialmente, animando alguns grupos sociais de Portugal a se voltarem às suas possessões ultramarinas deste continente. Neste contexto, foi criada a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875) que atuou como a principal instituição de fomento à pesquisa e exploração da África pretendida por Portugal. Por meio da sua Comissão Africana, a SGL reuniu documentos, coletou informações com sócios, organizou expedições, fez um estudo sistemático do sul de Angola, fazendo de lá um espaço de observação e de experimentação, um laboratório. A agenda de estudos apontada nas atas, documentos e cartas geográficas indicavam as ambições coloniais para a porção meridional de Angola: a instalação de colonos brancos, o desenvolvimento da produção agrícola voltada ao mercado internacional, a busca pelo transporte fluvial como elemento de integração do território.

A retomada do interesse pela hidrografia africana agora era pautada por um debate internacional, no qual as potências europeias se aceleravam em si lançar ao interior do continente em explorações científicas, numa corrida que serviu de prelúdio da Partilha da África. A concorrência estrangeira na região passava a ser sentida pela profusão de novos agentes internacionais, incluindo além dos viajantes exploradores, comerciantes, missionários, caçadores, dentre outros. As principais expedições portuguesas foram lançadas em parceria com a SGL e tinham entre os seus objetivos o mapeamento hidrográfico do Cunene. Entretanto, nenhuma delas logrou percorrer toda a extensão do rio, pois ao dependerem da expertise dos comerciantes, se distanciaram desse objetivo e visitaram apenas os trechos há muito percorridos. Assim, o

mapeamento do Cunene em fins do século XIX foi feito por expedições pontuais e de caráter regional.

Nesse contexto, as expectativas que estavam em torno do mapeamento não eram mais do seu aproveitamento para cruzar o continente, mas de fazer o levantamento de todas as suas potencialidades econômicas, das possibilidades de ocupação da sua bacia e as vantagens do aproveitamento para a navegação comercial em escala regional. O Cunene passava a ser visto como uma peça fundamental para a territorialização do poder colonial e como um limite, uma interdição, uma fronteira às potências estrangeiras que já estendiam a sua esfera de influência à margem esquerda do rio.

Para além do objeto de estudo em questão, a observação do processo de mapeamento do rio Cunene possibilitou que se fizesse algumas considerações do fazer cartográfico desse período. A primeira é de que o mapa projeta e transporta tanto um território para outro lugar, quanto os desejos, as ambições e pretensões de que aquilo representado de fato seja assim. Por tanto, os cartógrafos misturam seus propósitos políticos conscientes com os limites da observação e da representação a qual estavam presos para construir seus mapas. A segunda é que das cartas feitas em gabinete no século XVIII aos mapas topográficos com observação *in loco*, do século XIX, a credibilidade da cartografia se desloca do testemunho de humanos – recolhido por comerciantes, pombeiros, sertanistas, missionários, membros da administração colonial – para o testemunho dos não humanos – a paisagem, os acidentes do terreno, as montanhas. A observação da natureza passa a ser o principal argumento para a construção do território que se pretende e das suas fronteiras. O que é um rio, um lago? Onde começa e até onde se estendem? O que é um curso principal e um afluente? As comissões de cartografia jamais deixaram de construir artificialmente a natureza em seus mapas e, ao mesmo tempo, de dizer que a descobrem.

Ao longo dessa tese, tentou-se mostrar o olhar do Império português sobre o rio Cunene e sobre o sul de Angola. Os fazedores de mapas portugueses construíram um território chamado de sul de Angola, e um rio chamado Cunene. Mas a despeito deles, o Cunene permanece lá. Corre por seu leito, elege caminhos diferentes durante os períodos de seca e cheias. Ele certamente é algo muito diverso para os povos que habitam suas margens, que lhe tomam como referência para outras temporalidades – do gado, da caça, da guerra, etc. – para outros usos, outros significados.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas:

Manuscritos da biblioteca da SGL

Cartas e telegramas de Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens dirigidas a Luciano Cordeiro, secretário da Sociedade de Geografia de Lisboa. Conjunto de 87 cartas e telegramas relativos à viagem de exploração do continente africano.

Expedição ao sul d'Angola, 1839. Relatório do ocorrido na comissão da corveta "Izabel" à costa do Sul das possessões portuguesas na costa Ocidental de Angola em agosto de 1839. Manuscritos reservados 2, estante 146, maço 3º, nº26.

VASCONCELOS, Ernesto de. *Fronteira sul d'Angola*: memorandum, 1911. Manuscritos reservados 1, estante 145, _____ B4.

Arquivo Histórico Ultramarino:

AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº648. Governo Geral da Província de Angola. Relato assinado por vários moradores, em 15 de maio de 1878.

AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Cx. Nº 833. Governo Geral da Província de Angola, doc nº272, de 17 de julho de 1883. Respondendo ao officio do Ministro nº140.

AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº648_2. Doc.2, Documento de 17 de setembro de 1878, Cópia. Dando parte do aprisionamento pela canhoeira Cuanza do Cutter "Liou" que estava contrabandeando em Mossâmedes, assim como de ter sido desembarçado pelas autoridades daquele distrito o mesmo Cutter. Nº283, 17 de setembro de 1878;

AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº785. Documento nº326, de 21 de outubro de 1878. Remetendo o relatório do comandante da canhoeira "Tâmega" – encarregado do estudo da baía de Walfish e rio Cunene.

AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº.785. Documento nº326_2, de 11 de outubro de 1878. Relatório de bordo da canhoeira Tâmega, 11 de outubro de 1878, elaborada pelo Comandante da estação naval de Angola, Antonio Marques da Silva;

AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº785. Documento nº 12 de 19 de abril de 1881. Governo Geral da Província de Angola. Informando a existência de estrangeiros ingleses no interior de Mossamedes **AHU.** ACL. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº833.

AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº644_2. Documento nº 192, de 27 de julho de 1874. Distrito de Mossâmedes, Concelho do Bumbo.

AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº644_2. Documento nº 192, de 27 de julho de 1874. Distrito de Mossâmedes.

AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº644_2. Documento nº 234 de 22 de agosto de 1874. Distrito de Mossâmedes.

AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº644_2. Documento s/n de 4 de novembro de 1874. Distrito de Mossâmedes.

AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº645_1. Documento s/n de 20 de novembro de 1875. Distrito de Mossâmedes.

AHU. SEMU-DGU, Angola, 1L, Caixa nº646_1. Documento nº48 de 22 de fevereiro de 1876. Distrito de Mossâmedes.

AHU. Comissão de Cartografia. CCart000648. 6/720 2/2. Ofício a requisitar que o esboço geográfico um esboço geográfico do missionário Leconte seja publicado no boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. O esboço geográfico foi elaborado pelo missionário Leconte, superior apostólico da missão da Cimbebazia e refere-se às regiões compreendidas entre o Cunene e o Cuanto. Ano de 1894.

AHU. Comissão de Cartografia. CCart004614. 9/777. Direcção-Geral do Ultramar, 2ª Repartição, 3ª Secção Governo da Província de Angola. Extradicação de criminosos entre a Alemanha e Portugal no sul de Angola .Correspondência. Ano de 1895.

AHU. Comissão de Cartografia. CCart002128 9/703. Direcção-Geral do Ultramar, 2ª Repartição, 3ª Secção Governo Geral da Província de Angola Ofício a enviar cópia de ofício do comandante do Vasco da Gama, e relatório do tenente Bacellar sobre o possível desembarque de forças alemãs na costa entre Baía dos Tigres e o rio Cunene. Ano de 1896.

AHU. Comissão de Cartografia. CCart002129 9/703. Direcção-Geral do Ultramar, 2ª Repartição, 3ª Secção Província de Angola. Commissariado Régio Processo sobre o envio do relatório de exploração do Cunene, realizada pelo governador do distrito de Moçâmedes. O Commissariado Régio em Angola envia o relatório da exploração entre a Baía dos Tigres e o Cunene, pelo governador do distrito de Moçâmedes, Mendonça Gaivão. Proposta, e parecer da Comissão de Cartografia para este relatório ser publicado no boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Ano de 1896.

AHU. Comissão de Cartografia. CCart000038. 6/719. Comissão de Cartografia Comissão de Cartografia Viagem ao Cunene, esboço de. Ano de 1896.

Cartografia manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

AHU_CARTm_001_D.308.

Mapa I – Mappa dos planaltos da Humpata e da Huilla compreendendo as nascentes dos rios Tchimpunhime Caculavar e Lupollo. Artur de Piava – 2 escalas de 1: 1000.000 e de 5 km. – [Angola]: [s.n.], 1888. 1 mapa: papel empastado em tecido, color. 47,2X69 cm. Inclui: legenda sinal ética; indicações numéricas de latitude e longitude. (Digitalizada)

AHU_CART m_001_D.318. Itinerário da Embala do Cuamato Pequeno à do Cuamato Grande [Campanha dos Cuamatos] – Escala de 1/1000.000 [Angola]: [s.n.], [ca.1907]. – 1 mapa: papel vegetal p&b. ms: 14,8 x 23 cm. Inclui: orientado com seta, indicando o norte verdadeiro e o sul. (Digitalizada).

AHU_CART m_001_D.319. Matta de Mucohimo [Campanha dos Cuamatos]. – Escala indeterminada. – [Angola]: [s.n], [ca. 1907]. 1 mapa: papel vegetal p&b. ms 15,1 x 23cm. (Digitalizada).

AHU_CART m_001_D.320. Itinerário do Posto do Aucongo ao do Damekero [Campanha dos Cuamatos]. – Escala de 1/1000 [Angola]: [s.n], [ca.1907]. – 1 mapa: papel vegetal p&b. ms: 29,6 x 21,2 cm. (Digitalizada).

AHU_CARTm_001_D.1347. LIMA, Almeida. *Rio Cunene*: planta da parte explorada pelos officiaes da canhoeira Tamega, 2º tententes Almeida Lima, Gonçalves Pinto; Guardas Marinhas Nunes Queirol e Nunes da Silva. 1879.

AHU_CART m_001_D.1348. VIAGEM DOS OFF.AES DA ARMADA CAPELLO E IVENS TRAJETO 650 km DE BENGUELA PARA O SERTÃO DO BIHÉ. – Escala (do perfil) das altitudes em metros = 200 m. – [Angola]: [s.n.], [ca. 1878].- 1 mapa: papel, color., ms.; 49,5x73,5 cm. – Inclui uma planta e 1 perfil; quadricula com indicação numérica da latitude e longitude.

AHU_CART m_001_D.1349. CAPELLO E IVENS EXPEDIÇÃO DE 1884/ Cópia da Carta Geral. – Escala 0,12 por grau de 60 (?) = 450 milhas de trajeto total. – [Angola]: [s.n.], 1884.

Fontes impressas:

Cartografia impressa do AHU:

AHU_CART i_001_D.342. MAPPA DOS RIOS CUNENE E CUBANGO...1851. – In: Anais do Conselho Ultramarino, 1854/1858.- Escala de 100 léguas.

AHU_CART i_001_D.346. Viagem de exploração Feira Pelos Officiaes da Armada Capello e Inves nos anos de 1877 a 1879. – [séc. XIX]. – Escala de 1:740.80

AHU_CART i_001_D.347. CARTA DA ÁFRICA OCCIDENTAL AUSTRO-EQUATORIAL contendo o ITINERÁRIO e

EXPLORAÇÕES DE CAPELLO E IVENS, 1877/1880.- Escala de 1: 481.480.

AHU_CART i_001_D.361. Esboço figurativo da região Cunene – Zambeze, pelo missionário Lecomte em 1893/ Sociedade de Geografia de Lisboa. – Escala de 1:3 000 000.

AHU_CART i_001_D.363. Carta dos Distritos de Benguela e Mossamedes. Comissão de Cartografia, 1895. Escala: 1:1000.000

AHU_CART i_001_D.366. Plano da BAHIA DOS TIGRES / Comissão de Cartografia, Levantado em 1895 e publicado em 1896. – Escala de 1: 120 000.

AHU_CART i_001_D.374. Distrito de Mossamedes. [1901]. Escala de 1:1000.000

Cartografia da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL):

CSGL. 2-P-9. DUPARQUET, Charles-Victor-Aubert. *Carte de l'Ovampo (Afrique australe)*: Par le R. P. Duparquet de la Congrégation du St. Esprit et du Saint Coeur de Marie Vice-Préfet apost. De la Cimbébasie. Paris: [s.n.], [s.d.]. map. Pb. 27,5 x 50 cm.

CSGL. 1-S-37. EXPEDIÇÃO AFRICO-PORTUGUESA DE 1877. *Expedição Africo-Portuguesa de 1877*: Extracto de um mapa africano de A. Petermann (1876) contendo a zona d'exploração compreendida entre Bihpe e os rios Cunene e Zambeze.

CSGL. 9-A-10. FIGUEIREDO, Bernardo de Sá Nogueira de, 1º Visconde de Sá da Bandeira. *Angola*. Mappa coordenado pelo Visconde de Sá da Bandeira, Tenente General, Ministro da Guerra, e por Fernando da Costa Leal Tenente Coronel, Governador de Mossâmedes. [1ªed.] Lisboa: Fontes e Rabello, 1863.

CSGL. 2-C-16. _____. *Angola*. Mappa coordenado pelo Visconde de Sá da Bandeira, Tenente General, Ministro da Guerra, e por Fernando da Costa Leal Tenente Coronel, Governador de Mossâmedes. [3ªed.]. Lisboa: Lithorphia da Imprensa Nacional, 1870.

FURTADO, Luís Cândido Pinheiro. In: Documentos. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional. 7ª série, nº7, 1887.

CSGL.2-H-9 /13-J-3 nº5. OLIVEIRA, António Augusto de. *Esboço da África Austral*: contendo o itinerário da travessia de Capello e Ivens e d'outros exploradores portugueses. Escala 1: 12 500 000. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1885.

CSGL. 1-C-31/32. _____. *Carta da África Meridional Portuguesa*. Escala: 1: 6 000 000. Paris: Erhard, 1886.

CSGL. 2-C-7. PORTUGAL, Comissão de Cartografia. *Esboço dos Territórios de Mossamedes e Huilla até ao meridiano 17º30'*. Comissão de Cartografia: [s.n.] 1904. Escala 1: 500 000. 04 f.

CSGL.2-D-2. PORTUGAL, Comissão de Cartografia. *Carta de Angola*: contendo indicações de produção e salubridade. Escala 1: 3 000 000. Lisboa: Comissão de Cartografia, 1885.

CSGL.1-S-45. RODRIGUES, José Júlio. *Carta da África central e Meridional e dos territórios Portuguezes ali contidos para servir para o estudo do itinerário da expedição Africo-Portuguesa de 1877*. [s.l.] 1887.

Cartografia digital:

ANVILLE, Jean-Baptiste Bourguignon d'. *Afrique*. Paris: s.n, 1749. In:

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53053165w/fl.item.r=Afrique%20D'annville>. Cota física: BNF, Département Cartes et Plans, GE DD-2987 (7779 B).

_____. *Royaumes de Loando, Congo, Angola, Benguela & C. 1730*. Galica. <[ark:/12148/btv1b8595614f](http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8595614f)> (acessado em 14 de junho de 2017). Cota física: Bibliothèque nationale de France, département Cartes et plans, GE DD-2987 (8255).

FURTADO, Luís Cândido Pinheiro. “Carta Geographica da Costa Occidental da Africa” (1790). Disponível em:

<http://www.exercito.pt/sites/BiblEx/PublishingImages/Biblioteca_Digital/die.JPG>, (acessado em 20 de agosto de 2017).

Biblioteca Nacional de Portugal. *Documentos referentes à Zona Neutra, estabelecida após as operações militares de 1915, no sul de Angola*. 19 documentos [MANUSCRITO]. Disponível em <<http://purl.pt/26469>>, acessado em 23 de setembro de 2017.

Periódicos:

Anais do conselho ultramarino (1854).

Anais marítimos e coloniais (1840-1846).

A Paródia

Atas das sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa (1876-1896).

Gazeta dos caminhos de ferro

Ilustração portuguesa

O Antonio Maria (1879-1885/1891-1898).

O Occidente (1878-1910).

O Thalassa

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa (1876-1908).

- *Boletim da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Geographico-africanos*. Luanda: Imprensa Mercantil, 1881.

Textos de época:

ALMEIDA, António Júlio Belo de. *Capanhas do Humbe em 1897-1898*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1936.

ALEMEIDA, João de. *Sul d'Angola: relatório de um governo de distrito* (1908-1910). Lisboa: Typografia do Anuario Commercial, 1912.

ANDRADE, José Baptista de. Relatório do Governador Geral de Angola de 1873. In: *Relatórios dos Governadores da Província de Angola*. Lisboa: Ministério da Marinha e Ultramar, s.d.

ANTUNES, José Maria. Proposta da criação de uma missão no concelho do Humbe no sítio denominado Quiteve. In: *Portugal em África*. Lisboa, vol 2. Nº15, 1895, pp.534-537.

_____. África Occidental portuguesa: a fronteira do sul - cartas do superior da missão portuguesa de Huíla, P. F. Antunes e Fernando de Almeida Pedroso. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa, 4º série, nº9, 1883. P. 470-476.

ATA GERAL REDIGIDA EM BERLIM EM 26 DE FEVEREIRO DE 1885 entre a França, a Alemanha, a Áustria-Hungria, a Bélgica, a Dinamarca, a Espanha, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Itália, os Países Baixos, Portugal, a Rússia, a Suécia, a Noruega e a Turquia, para regulamentar a liberdade de comércio nas bacias do Congo e do Níger, assim como novas ocupações de territórios sobre a costa ocidental da África. In:

BANDEIRA, Marquês de Sá. *O trabalho rural africano e a administração colonial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

BRAZZA, Pierre Savorgnan de. *Au cœur de l'Afrique: vers La Source des grands fleuves (1875-1877)*. Paris: Phébus, 1992.

BURTON, Richard. *The Lake Regions of Central Africa, A Picture of Exploration*. Londres: Longman e Roberts, 1860;

_____. *The Nile Basin: Tanganyika to be Ptolemy's western Lake Reservoir*. A Memoir read before the Royal Geographic Society, November 14, 1864. With Prefatory Remarks. Londres: Tinsley, 1864.

CADORNEGA, António de Oliveira. *História geral das guerras de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972, vol.3.

CAPELO, Guilherme Augusto de Brito. *Relatórios dos governadores da província de Angola, 1861, 1872, 1873, 1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *De Angola à Contracosta: descrição de uma viagem pelo continente africano*. 2 Vol. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

_____. *De Benguella às terras de Iácça: Descrição de uma viagem na África central e ocidental*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. 2 vol.

CARPO, Arsénio Pompílio Pompeu de. *Projecto d'uma companhia para o melhoramento do commercio, agricultura e indústria na Província de Angola que se deve estabelecer na cidade de S. Paulo d'Assumpção de LOANDA, e da qual são fundadores Silvano F. L.*

Pereira, de Londres, Arcenio P. P. de Carpo, de Loanda; A. V. R. Schut, d'Hamburgo; e Eduardo Possolo. Lisboa: Typographia da Revolução de Setembro, 1848.

CANELHAS, José Luiz Gonçalves. A delimitação da fronteira sul de Angola: II Campanha. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 47, nº 7-8, (julho-agosto de 1929), pp. 257-274.

CARVALHO, Filipe Carlos Dias de. Apontamentos d'uma viagem no sul d'Angola. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: série 22, nº2 (fev.1904), nº3 (mar.1904), nº4 (Abr.1904) pp. 33-44; 65-77; 126-134.

CASTRO, Alferes Velloso. *A Campanha do Cuamato em 1907*. Breve narrativa acompanhada de fotografias. Luanda: Imprensa Nacional, 1908.

COURCEIRO, Henrique Paiva. *Relatório de viagem entre Bailundo e as terras do Mucusso*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

CONTREIRAS JÚNIOR, Manuel Francisco. *O massacre do Cunene*. Lisboa: Edições Cosmos, 19--?.

CORDEIRO, Luciano. *Notícia do Cunene*: extrato de uma comunicação feita à Sociedade de Geografia de Lisboa, em sessão de 30 de julho de 1877. Lisboa: Tipografia de J. H. Verde, 1878.

CUNHA, Amadeu. Os exploradores Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens: no centenário do nascimento de R. Ivens. *Boletim geral das colónias*. Lisboa: Ano 25º, nº 300, 100-110, 1950.

DINIZ, José de Oliveira Ferreira. *Negócios Indígenas*: relatório do ano de 1913. Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1914.

ESTATUTOS DO CONGRESSO BENEFICENTE A CAPELO E IVENS: fundado em 14 de agosto de 1886; aprovado em Assembleia geral de 1 de outubro de 1886. Rio de Janeiro: Tipografia Politécnica, 1886.

ESTERMANN, Carlos. Contribuição dos missionários do Espírito Santo para a exploração científica do sul de Angola. In: *Boletim geral das colônias*. Lisboa, ano 17, nº196 (1941), pp. 3-15.

FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Angola: apontamentos sobre a colonização e litoral do sul de Angola*. 3 Vol. Agência Geral das Colônias, 1940.

FIUZA, Guilherme. Apontamentos para a história do baixo Cubango (na área do posto do Dirico). *Ministério administrativo*. Luanda nº11 (julho de 1948). Pp.35-37

FORTES, Manoel de Azevedo. *Tratado do modo mais facil e exacto de fazer as cartas geographicas, assim de terra como de mar e tirar plantas das praças*. Lisboa: 1722

_____. *O engenheiro Portuguez*. Lisboa: 1728-1729, vol.1-2.

FRAZÃO, Francisco dos Santos Serra. Como empregam os seus dias os negros da região dos gados no sul de Angola. In: *Boletim geral das Colonias*. Lisboa: ano 21, nº 238 (1945), pp. 42-50.

GALVÃO, João Alexandre Lopes. *Uma semana no sul de Angola: notas de viagem*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1948.

GORJÃO, Raphael. *Colonização do sul de Angola: parecer e proposta da Comissão Africana*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1886.

GRAÇA, Joaquim José da. *Projecto de uma companhia agricola e comercial africana*. 2ªed. Lisboa: Typographia de J.H. Verde, 1879.

HORTA, José Maria da Ponte. Relatório do Governador Geral de Angola de 1872. In: *Relatórios dos Governadores da Provincia de Angola*. Lisboa: Ministério da Marinha e Ultramar, s.d.

JESÚS, Quirino de Avelino de. O sul de Angola. In: *Portugal em África*. Lisboa, vol 2, nº 17 (1895), pp. 608-615.

JOHNSTON, Alexander Keith. *General map of Africa*. constructed from the most recent coast surveys and embodying the results of all explorations to the present time. Londres: 1879.

LACERDA, José de *Exame das viagens do doutor Livingstone*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

LAIRD, Macgregor; OLDFIELD, R. A. K.. *Narrative of an Expedition into the Interior of Africa by the River Niger*. Londres: Samuel Bentley, 1837.

Legislação e disposições regulamentares sobre os caminhos de ferro ultramarinos (1857-1894). Lisboa: Imprensa Nacional, 1908.

LECOMTE, Ernesto. No Cubango. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: 8º série, nº7, 1889, pp. 346-358.

_____. Região entre o Cunene e o Cubango pelo padre Ernesto Lecomte. In: *Portugal em África*. Lisboa: Vol. 11 entre p. 748-749.

LEITÃO, Manuel Correia. Viagem que eu, sargento-mor dos moradores do distrito do Dande, fiz às remotas partes de Caçanje e Olos, no ano de 1755 até ao seguinte de 1756. In: *Textos para a História da África Austral (século XVIII)*. Lisboa: Alfa, 1989.

LEITÃO, Ruben A. *Cartas de d. Pedro V aos seus contemporâneos*. Lisboa: Livraria Portugal, 1961.

LIMA, David Martins de. *A Campanha dos Cuamatos contado por um soldado expedicionário*. Lisboa: Livraria Ferreira, Editora: 1908.

LIVINGSTONE, David. *Livingstone's travels and researches in South Africa: Including a sketch of sixteen years' residence in the interior of Africa, and a journey from the Cape of Good Hope to Loanda on the west coast, thence across the continent, down the river Zambesi to the eastern ocean*. Filadelfia: G. G. Evans, 1859.

_____. *Narrative of an expedition to the Zambesi and its tributaries; and of the discovery of the lakes Shirwa and Nyassa.* (1858-1864). Londres: John Murray, 1865.

_____. *The Last journals in Central Africa from 1865 to his death.* Londres: John Murray, 1874.

MAIA, Carlos Roma Machado de Faria e. *O sul de Angola e as águas do Rio Cunene.* Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1922.

_____. O serviço de delimitação da Fronteira Sul de Angola em 1927: comunicação feita na Sociedade de Geografia. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.* Lisboa, série 46, nº 9-10, 1928, 335-348.

MARTINS, Oliveira. *O Brazil e as colonias portuguezas* Lisboa: Livraria Bertrand, 1880.

MENEZES, Sebastião Lopes de Calheiro e. *Relatório do Governador Geral da Província de Angola. Referido ao Anno de 1861.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR. *Organização, programas e regulamentos da Escola Colonial: decretos de 18 de janeiro e 4 de outubro de 1906; portarias régias de 13 de novembro e 21 de dezembro de 1906; decreto de 22 de fevereiro de 1907.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1907.

_____. *Annaes da Comissão Central permanente de Geographia.* Nº 1, dezembro de 1876. Lisboa: imprensa Nacional, 1877.

MITTELBERGER, Carlos. Entre os Cuanhamas; o que precede a chuva; a fome e a chuva: estudo etnográfico. In: *Portugal em África.* Lisboa, vol 19, nº112, nº113, 1962. Pp. 220-234; 295-309.

MORAIS, Arthur. *Memórias de Angola: as minhas memórias sobre a pacificação do Sul de Angola.* Casal de Cambra: Editora Caleidoscópio, 2007.

NASCIMENTO, José Pereira do. *Da Huila às terras do Humbe (notas a lapis)*. Huila: Typographia da Missão Cathólica do Real Padroado Portuguez, 1891.

- NEGÓCIOS EXTERNOS. *Documentos apresentados às cortes na sessão legislativa de 1877 pelo ministro e secretário d'estado dos negócios estrangeiros: negociações relativas à delimitação das possessões portuguesas e alemãs na Africa Meridional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.

NOGUEIRA, Antonio Francisco. *A raça negra sob o ponto de vista da civilização da Africa. Usos e costumes de alguns povos gentílicos do interior de Moçâmedes e as colónias portuguesas*, Lisboa, Tipographia Nova Minerva, 1880.

PAIVA, Artur de. A expedição ao Cubango (1885-1886): Relatórios do Tenente de Caçadores. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa, série 7 n°2, 1887, p. 97-142.

_____. Expedição ao Cubango-1889: relatório do Capitão Artur de Paiva. *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa, série 9 n°6, 1890.

PARK, Mungo. *Travels in the interior districts of Africa*. Londres: Dufour Edition, 1983.

PINTO, Serpa. *Como eu atravessei a África do atlântico ao mar índico, viagem de Benguella à contra-costa, a-travès regiões desconhecidas; determinações geographicas e estudos ethnographicos*. Londres: Sampson Low, Marston, Searle e Rivington editores, 1881. 2 vol.

PORTO, António Francisco Ferreira da. *Silva Porto e Livingstone*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891.

_____. *Viagens e apontamentos de um portuense em África: diário de António Francisco Ferreira da Silva*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986.

PRADO, Angelo Sarrea de Souza. *Caminho de Ferro entre Loanda e Ambaca*. Primeiros Estudos technicos. Lisboa, 1877.

Quarenta e cinco dias em Angola: apontamentos de viagem. Porto: Sebastião José Pereira, 1862.

RIBEIRO, Manuel Ferreira. *Homenagem aos heroes que precederam Brito Capelo e Roberto Ivens na exploração da África Austral (1484-1877)*. Lisboa: Lallemand Frères, 1885.

_____. *As Conferencias e o Itinerario do viajante de Serpa Pinto atravez das terras da Africa Austral nos limites das Provincias de Angola e Moçambique, Bié a Shoshong, Junho a Dezembro de 1878* – Estudo critico e documentado, contendo duas cartas geographicas. Lisboa: Tipografia Nova Minerva, 1879.

_____. *Hygiene colonial comprehendendo preceitos e regras gerais para se cortarem ou modificarem as doenças endêmicas dos vales próximos aos rios Quanza e Lucalla, na provincia de Angola*. Lisboa: Tipografia das Horas Românticas, 1877.

ROÇADAS, José Augusto Alves. *Conferência sobre o sul de Angola: a propósito das operações militares no Cuamato*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908.

_____. *Relatório de Guerra no distrito da Huila em 1905*. Lisboa: Imprensa da revista Militar, 1908.

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *A Questão do Zaire*. Direitos de Portugal. Lisboa: Lallemand Frères, 1883.

_____. *Ao Povo Português, em nome da Honra, do Direito, do Interesse e do Futuro da Pátria a Comissão do Fundo Africano Criada pela Sociedade de Geografia de Lisboa para Promover uma Subscrição Nacional Permanente Destinada ao Estabelecimento de Estações Civilizadoras nos Territórios Sujeitos e Adjacentes do Domínio Português em África*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

SPEKE, John Hanning. *Journal of the Discovery of the Source of the Nile*. Londres: Willian Blackwood, 1863.

_____. *What Led To The Discovery of the Source Of The Nile*. Willian Blackwood, 1864.

SPEKE, John Han; GRANT, James. *Lake Victoria: a narrative of explorations in search of the source of the Nile*. Londres: Willian Blackwood, 1868.

STANLEY, Henry Morton. *Através do continente africano*. Mem Martins: Gráfica Europam, 2007. HARLEY, J. B. Deconstructing the map. *Cartographica*. V.26, n°2, 1989, pp. 1-20.

Artigos:

ALEXANDRE, Valentim. O Império português (1825-1890): ideologia e economia. *Análise Social*, vol. XXXVIII, Lisboa, 959-979, 2004.

_____. Portugal em África (1825:1974): uma perspectiva global. *Penélope*. n°11, 1993, pp. 53-66.

APARÍCIO, Alexandra. O último reino independente de Angola e a fixação da fronteira sul (1910-1926). In: *A África e a instalação do Sistema Colonial*. III Reunião Internacional de História da África. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000, pp.221-229.

BARROCAS, Deolinda; SOUSA, Maria de Jesus. *As populações do hinterland de Benguela e a passagem das caravanas comerciais (1846-1860)*. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/08/As-populacoes-do-hinterland-de-Benguela-e-a-passage-das-caravanas-comerciais-1846-1860.pdf>> (acesso em 16 de agosto de 2013).

BUENO, Beatriz P. S. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. V. 17, n°2. Jul-dez., 2009, pp. 111-153.

CLARENCE-SMITH, William Gervase. Capitalist penetration among the Nyaneka of southern Angola, 1760s to 1920s. *African Studies*. Vol.37, nº2, (163-176), 1978.

COOPER, Frederick. Conflito e conexão: repensando a história colonial da África. *Anos 90*. v. 15, n. 27, p.21-73, jul. 2008.

CORREIA, Luis Grosso. Centenário da República: O ensino primário na primeira república: O homem vale, sobretudo, pela educação que possui. *Seara Nova*. nº1713, outono de 2010.

CUNHA, Amadeu. Os exploradores Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens: no centenário do nascimento de R. Ivens. *Boletim geral das colónias*. Lisboa: Ano 25º, nº 300, 100-110, 1950.

DIAS, Jill. Famine and disease in the history of Angola. *The journal of African History*. Vol.22, nº3, 349-378, 1981.

_____. Photographic source for the history of portuguese-speaking Africa, 1870-1914. *History in Africa*. Vol. 18, pp. 67-82, 1991.

FERNANDES, A. O desvio recente do Rio Cunene (sul de Angola) para o mar. In: *Memórias e notícias: publicações do departamento de ciências da terra e do museu minerológico e geológico*. Coimbra: nº3, 2008.

FERREIRA, Adriana. O Realismo imaginário das primeiras fotografias de guerra. *Revista digital do laboratório de artes visuais*. Santa Maria: nº2, pp. 142-161, 2009.

HARLEY, J. B. Deconstructing the map. *Cartographica*. V.26, nº2, 1989, pp. 1-20.

FURTADO, Junia Ferreira. o embaixador, o cartógrafo e o romancista e o projeto português de travessia da África: entre mapas, fronteiras e livros. In: *Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. 2015.

HARRISON, Mark. Science and the British Empire. *Isis*. Vol. 96 n°1, 2005, pp. 56-63.

HEINTZE, Beatriz. A lusofonia no interior da Africa Central no período pré-colonial: um contributo para a sua historia e compreensão na atualidade. *Cadernos de Estudos Africanos*: Lisboa, 2005.

JACOB, C. Toward a cultural history of cartography. *Imago Mundi*, v.48, 1996, pp.191-197.

_____. Book review of Mapping an empire. *Imago Mundi*, v.50, 1998, pp.213-214.

KANTOR, Iris; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; FERLINI; Vera Lúcia Amaral. Território em rede: cartografia vivida e razão de Estado no Século das Luzes. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. jul.- dez. 2009.

MARGARIDO, Alfredo. Les porteurs: formes de domination et agents de changement en Angola (XVII-XIX siècles) *Revue Française d'Histoire d'Outre-mer*. Paris, volume LXV, 1978.

MARQUES, João Pedro. Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo: um percurso negreiro no século XIX. *Análise social*. Vol. 36, 2001, pp. 609-638.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo. Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 73-98, 1996.

MENDES, H. Gabriel. As origens da Comissão de Cartografia e a ação determinante de José Júlio Rodrigues, Luciano Cordeiro e Francisco António de Brito Limpo: a história política das explorações africanas de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto. *Separata da Revista do Instituto Geográfico e Cadastral*. n.º2. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982.

OLIVEIRA, A. J. A. ; DINIZ, J. N. B.. Carregadores, guias e caçadores: trabalho e resistência na expedição portuguesa ao interior da

África (1884 - 1885). *Revista de ciências sociais*, v. 46, p. 93-115, 2015.

OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. “Basta olhar para o mapa”: cartografia e história ambiental nas disputas pelo rio São Francisco em meados do século XIX. *HALAC*. Volume 5, nº1, 2016, pp. 57-72. CRAMPTON, Jeremy W. Maps as social constructions: power, communication, and visualization. *Progress in Human Geography* 25 (2. 2001.), 236- 238. Disponível em: <<http://phg.sagepub.com/content/25/2/235.full.pdf+html>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

PATINIOTIS, Manolis. Between the Local and the Global: History of Science in the European Periphery Meets Post-Colonial Studies. *Centaurus*. Volume 55, pages 361–384, Novembro de 2013.

PINA, Luis de. Um pioneiro portuense da Medicina Antropológica Tropical (Manuel Ferreira Ribeiro, 1839.1917). Separata de *O Médico* n. 388, 1959.

RODRIGUES, Eugénia. Ciência europeia e exploradores africanos: a viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida ao Kazembe. *Africana Studia*. Porto, nº17, 2011.

_____. D. Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville: das representações da África Austral aos projetos de reconfiguração do império português. *Actas do III Encontro Internacional de História de Angola*. Luanda, 2007.

_____. Em nome do rei”. O levantamento dos Rios de Sena de 1763. *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa, vol. IV, 2003, pp. 335-380.

ROQUE, Ana Cristina e FERRÃO, Lúcia. “Reconhecimentos Hidrográficos na Cartografia Portuguesa da Costa Centro e Sul de Moçambique no século XIX”, *Africana Studia*, nº 9, CEA – Universidade do Porto, 2007, pp. 187-204.

ROQUE, Ana Cristina. Cartografar fronteiras nos finais do século XIX: questões em torno da demarcação e delimitação da fronteira entre

Moçambique e o Transvaal. In: *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2011.

_____. Sources for the history of the southern border of Mozambique: Preliminary results of a project on the archives of the Portuguese Commission of Cartography. *Journal of Borderland Studies on African Borders*. Vol. 25 (2), 2010, pp. 77-93.

_____. O Sul de Moçambique na viragem do século XIX: território, exploração científica e desenvolvimento. *Africana Studia*, 17. Número especial Exploração Científica em África na Época Colonial, CEA, Universidade do Porto, 2012.

SANTOS, Maria Emília Madeira. *Capelo e Ivens: um fecho europeu para uma tradição nacional*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1987.

_____. *O estudo da hidrografia numa região de civilizações de terra, a África Austral*. Coimbra: Coimbra editora, 1985.

_____. *Travessias científicas da África: recursos e dependências*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1987.

SANTOS, Paula Cristina. As missões geográficas (1883-1940): construção de um documento cartográfico. *Africana studia*. n°9, 2006.

VIEIRA, M. Higinio. A instalação dos Bóeres no sul de Angola (breve monografia histórica) In: *Ministério administrativo*. Luanda: n°183-185, (outubro-dezembro. 1962), pp.7-12.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África centro-ocidental na década de 1840. *Afro-asia*. N°43, 2011, pp. 43-90.

WOOD, Denis; FELS, John. Designs nos signs/ mith and meaning in maps. *Cartographica*. Vol.23, n°3, 1986, pp. 54-103.

Capítulos de livro:

ALEXANDRE, Valentim. A África no imaginário político português (séculos XIX-XX). In: *Velho Brasil. Novas Áfricas*. Portugal e o Império (1808-1975). Porto: Afrontamento, 2000.

AKPAN, Monday B. Libéria e Etiópia, 1880-1914: a sobrevivência de dois Estados africanos. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). *História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010, pp.304-307.

BASTOS, Cristiana. Das viagens científicas aos manuais de colonos: a Sociedade de Geografia e o conhecimento de África. In: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e Instituto de Investigação Científica Tropical. *O colonialismo português – novos rumos da historiografia dos PALOP*. Edições Húmus, 2013, pp. 321-346.

BASTOS, Cristiana. Maria índia, ou a fronteira da colonização: trabalho, migração e política no planalto sul de Angola. *Horizontes Antropológicos*. Vol.15 (31), pp. 51-74, 2009.

_____. Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies. *International Migration* 46 (5), pp. 27- 54, 2008.

CHANAIWA, David. Iniciativas e resistência na África meridional. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). *História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010, pp 219-251.

COUTINHO, D. Francisco Inocêncio de Sousa. Memórias do reino de Angola. E suas conquistas, escritas em Lisboa nos anos de 1773 e 1775. In: *Textos para a História da África Austral* (século XVIII). Lisboa: Alfa, 1989.

CUNHA, D. Luís da. Projecto de D. Luís da Cunha em carta que escreveu ao cardeal da Cunha. In: *Textos para a História da África Austral* (século XVIII). Lisboa: Alfa, 1989.

DIAS, Jill. Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico. In: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de;

FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.). *Trânsitos coloniais: Diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: UNICAMP, 2007.

_____. Caçadores, Artesãos, Comerciantes, Guerreiros: Os Cokwe em perspectiva histórica. In: SILVA, Armando Coelho Ferreira da; GONÇALVES, Antonio Custódio. *A antropologia dos Tshokwe e os povos aparentados*. Atas do colóquio em homenagem a Marie Louise Bastin. Porto: Oporto, 2003, pp. 17-49.

DINIZ, José Nilo Bezerra. História e meio-ambiente no Planalto sul de Angola (1850-1890). In: *Kadila: culturas e ambientes - Diálogos Brasil-Angola*. São Paulo: Blucher, 2016.

FURTADO, Júnia. Entre Angola e Moçambique: um projeto português de ligação terrestre entre as duas costas da África e suas fontes europeias e africanas: In PAIVA, Eduardo França e SANTOS, Vanicléia Silva (orgs.) *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012, pp. 83-115.

HARLEY, J. B. The map and the development of the history of cartography. In: HARLEY, J. B.; WOODWARD, David (org). *The history of cartography; cartography in prehistoric, ancient and medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago, Londres: University of Chicago Press, 1987.

HEINTZE, Beatriz. Hidden transfers: Luso-africans as european explorers experts in nineteenth- century west-central Africa. In: LANDAU, Paul Stuart. *The power of doubt: essays in honor of David Henige*. Parallel Press Chapbooks, parallel books, 2011.

HINRICHSEN, Dag. Pastoralism, capitalism and power in nineteenth-century Namibia. In: BOLLIG, Michael; WOTZKA, Hans-Peter. *Pastoralism in Africa*. Oxford: Berghahn, 2013.

JERONIMO, Miguel Bandeira. Colonialismo moderno e missão civilizadora. In: ROSA, Walter; RIBEIRO, Margarida Calafate (org.). *Patrimônios de influência portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa. Ideologies of Exceptionality and the Legacies of Empire in Portugal. In: ROTHERMUND, Dietmar, (org.), *Memories of Post-imperial Nations: The Aftermath of Decolonization, 1945–2013*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, pp. 97-119

RODRIGUES, Eugénia. “Francisco José de Lacerda e Almeida: viagem e ciência na África Oriental (1797-1798)”. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; RIBAS, André Akamine. *Francisco José de Lacerda e Almeida: um astrônomo paulista no sertão africano*. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

_____. D. Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville: das representações da África Austral aos projetos de reconfiguração do império português. *Actas do III Encontro Internacional de História de Angola*. Luanda, 2007.

_____. “Em nome do rei”. O levantamento dos Rios de Sena de 1763. *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa, vol. IV, 2003, pp. 335-380.

Obras de referência:

ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill. *Nova história da expansão portuguesa*. O império africano(1825-1890). Lisboa: Estampa, 1998.

ANDRADE, António Alberto Banha de. *O naturalista José de Anchieta*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

BARBEITOS, Arlindo. *Angola-Portugal: representações de si e de outrem ou o jogo equívoco das identidades*. Luanda: Kilombelombe, 2011.

BARROCAS, António José de Brito Costa. *Sais de sangue: o corpo fotografado: teoria da prática fotográfica em Portugal (1839-1930)*. Lisboa: Universidade de Lisboa Tese [doutoramento em ciências da arte], 2014.

BORGES, Jorge Luís “Sobre o Rigor na Ciência”. In: *História Universal da Infância*, trad. de José Bento, Assírio e Alvim, 1982.

BORY, Paul. *Les explorateurs de L'Afrique*. Tours: Alfred Mame et Fils, 1890.

BROTTON, Jerry. *Uma história do mundo em 12 mapas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BRUNSWIG, Henri. *A partilha da África Negra*: São Paulo, Perspectiva, 2013. BUENO, Beatriz P. S. *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: EDUSP, 2011.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. II: da Enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CANTINHO, Manuela. *Manuel Ferreira Ribeiro e a Secção de Ciências Étnicas da Sociedade de Geografia de Lisboa: da Aclimação às Ciências Colectivas*. Instituto de Investigação Científica Tropical, Blogue História Lusófona, 2008.

CARVALHO, Ruy Duarte de. *Vou lá visitar pastores: exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuvale*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.

_____. *A câmara, a escrita e a coisa dita: fitas, textos e palestras*. Lisboa: Edições Cotovia, 2008.

_____. *Os Kuvale na história, nas guerras e nas crises: artigos e comunicações, 1994-2001*. Luanda: Nzila, 2002.

_____. *Como se o mundo não tivesse leste*. Lisboa: Edições Cotovia, 2003.

CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: UNESP, 2009.

CLARENCE-SMITH, Gervase. *Slaves, peasants and capitalism in Southern Angola (1840-1926)*. New York: Cambridge University Press, 1979.

_____. *The third Portuguese Empire, 1825-1975*. A study in economic imperialism. Manchester: Manchester University Press, 1985.

CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

COOPER, Frederick; STOLER, Ana, Laura (org.). *Tensions of empire: colonial cultures in a bourgeois world*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1997.

COOPER, Frederick. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkeley: University of California Press, 2005.

CRONON, William. *Changes in the land: Indians, Colonists, and the Ecology of the New England*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2003.

DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DAUNTON, Martin. *Empire and Others: British encounters with indigenous peoples, 1600-1850*. London: UCL Press, 1999.

DELGADO, Ralph. *Ao sul do Cuanza*. Lisboa: Imprensa Beleza, 1944.

_____. *A famosa e histórica Benguela: catalogo dos governadores (1779-1940)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1940.

DIAS, José Sebastião da Silva. *Pombalismo e projecto político*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade de Lisboa, 1984.

DIAS, Gastão de Sousa. *Pioneiros de Angola: explorações portuguesas no sul de Angola (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1937.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que nos vemos, o que nos olha*. São Paulo: editora 34, 2010.

DUBOIS, Phillipe. *O ato fotográfico*. Campinas: Papyrus, 1998.

ERICHSEN, Casper W.. *“The angel of death has descended violently among them”*: concentration camps and prisoners-of-war in Namibia, 1904-08. Leiden: African Studies Centre, 2005.

ESTERMANN, Carlos. *Etnografia de Angola: sudoeste e centro*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

_____. *Etnografia do sudoeste de Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. 1960.

FEBVRE, Lucien. *O Reno: história, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

FREUDENTHAL, Aida. *Arimos e fazendas: a transição agrária em Angola*. Luanda: Caxinde, 2005.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GEWALD, Jan Bart; SILVESTER, Jeremy. *Words cannot be found: German colonial rule in Namibia: an annotated reprint of the 1918 Blue book*. Leiden; Boston: Brill, 2003.

GODLEWSKA, Anne; SMITH, Neil (org.). *Geography and Empire*. Oxford: Blackwell, 1994.

GODINHO, Manuel. *Relação do Novo Caminho que fez por Terra e Mar vindo da Índia para Portugal no ano de 1663*. Lisboa: Typografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1842.

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora UFMG; Edusp, 2014.

GUIMARÃES, Angela. *Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa: Livros horizonte, 1984.

GUIMARÃES, Luís Augusto de Pina. *Campanha do Humbe (1897-98)*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1938.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública, investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARLEY, J. B. *Maps and the Columbian Encounter*. Milwaukee: Golda Meir Library, 1990.

_____. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. México: FCE, 2005.

HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro Ocidental*. Angola: Nzila, 2004.

_____. *Angola em movimento: vias de transporte, comunicação e história*. Frankfurt: Lembeck, 2008.

HENRIQUES, Isabel de Castro. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1997.

HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de voracidade, terror e heroísmo na África colonial*. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

HOAG, Heather J. *Developing the rivers of east and west Africa: an environmental history*. New York: Bloomsbury, 2013.

HODGE, Joseph Morgan. *Triumph of the expert: agrarian doctrines of development and the legacies of British colonialism*. Ohio: Ohio University Press, 2007.

JACOB, Christian. *The Sovereign Map: Theoretical Approaches in Cartography Throughout History*, Chicago: University of Chicago Press, 2006.

KEARNS, Gerry. *Geopolitics and Empire: the legacy of Halford Makinder*. New York: Oxford University Press, 2009.

LATOURE, Bruno. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora*. Tradução de Ivone Benedette. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 2013.

LEMONS, Mário Matos e; RAMIRES, Alexandre. *O primeiro fotógrafo de guerra português: José Henriques de Mello: Guiné, campanhas de 1907-1908*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia de viagem: escravos e libertos em Minas Gerais do século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LIMA, Susana. *Grandes exploradores portugueses*. Alfragide: Don Quixote, 2012.

LOEB, Edwin M.. In feudal Africa. *International Journal of American Linguistics*. Vol, 28, nº3.

MARGARIDO, Alfredo. Les porteurs: formes de domination et agents de changement en Angola (XVII-XIX siècles) *Revue Française d'Histoire d'Outre-mer*. Paris, volume LXV, 1978.

MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves. *Atlas histórico de Portugal e do Ultramar português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova, 2003.

MARTINS, Leonor Pires. *Um império de papel: imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70, 2012.

MATOS, Patrícia Ferraz de. *As cores do império: representações raciais no império colonial português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra. História e civilizações: Do século XIX aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

MCWAN, Chery. *Gender, Geography and Empire: Victoria women travellers in West Africa*. Ashgate, 2000.

MENDES, Gabriel. *As origens da Comissão de Cartografia e a acção determinante de José Julio Rodrigues, Luciano Cordeiro e Francisco António de Brito Limpo: a história política das explorações africanas de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto*. Lisboa: Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1982.

MILLER, Joseph. *Way of death. Merchant capitalism and the Angolan slave trade (1730-1830)*. Wisconsin: University Wisconsin press, 1997.

MONTEIRO, Henrique Pires. *Pacificação do sul de Angola 1914-1915*. Lisboa: Oficinas Gráficas “Minerva” de Gaspar Pinto de Sousa, 1947.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.

MOTA, Avelino Teixeira da. *Os portugueses e a cartografia da África central (1550-1800)*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1963.

MÚRIAS, Manuel. *Travessia da África*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936.

NORONHA, Eduardo de. *Os exploradores Capelo e Ivens*. Lisboa : Agência Geral das Colónias. Divisão de Publicações e Biblioteca, 1936.

NOWELL, Charles E. *The Rose-Colored map: Portugal's attempt to build an African Empire from the Atlantic to the Indian ocean*. Lisboa: Junta de Investigações científicas do Ultramar, 1982.

OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques de. *Os Caminhos Históricos das Fronteiras de Angola*. Luanda: Cefolex, 2010.

OLIVER, Ronald. *A experiência africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1994.

PÉLISSIER, René. *História das campanhas de Angola*. 3ªed. 2 Vol. Lisboa: Estampa, 2013.

PADRÃO, F. Cerviño. *A colonização do sul de Angola (1485-1974)*. Sintra: Europa-América, 1998.

PRATT, Marie Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

RAIVOSO, Ilda Rodolfo Trigo. *A viagem e a construção do espaço no texto de Carl Wiese*. Maputo: Central Impressora de Maputo, 2003.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassalos e Governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

REID, Richard. *A history of modern Africa: 1800 to the present*. West Sussex: Wiley-BlackWell, 2012.

ROSA, Frederico Delgado; VERDE, Filipe. *Exploradores portugueses e reis africanos: viagens ao coração da África no século XIX*. Lisboa: A Esfera Livros.

RUAS, Oscar. *Estudo prévio dos aspectos político e econômico do problema de abastecimento de água ao Sul da Província de Huíla*. Luanda: 1943.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SANTOS, Maria Emília Madeira. *Travessias científicas da África: recursos e dependências*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1987.

_____. *Nos Caminhos de África: serventia e posse. Angola século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1998.

_____. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978.

SCHNEIDER, Martin. *Bewässerungslandwirtschaft in Namibia und ihre Grundlagen in der Kolonialzeit*. NWG, Windhoek, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERRÃO, Joel. *Da 'Regeneração' a República*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, Elisete Marques da. *Impactos da ocupação colonial nas sociedades rurais do sul de Angola*. Lisboa: CEA, 2003.

SILVA, Juliana Ribeiro da. *Homens de ferro: Os ferreiros na África central no século XIX*. 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SONTAG, Susan. *Sobre Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.

TILLEY, Helen. *Africa as a Living Laboratory: Empire, Development, and the Problem of Scientific Knowledge, 1870–1950*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudança de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500 – 1800*. São Paulo Companhia das Letras, 1993.

VANSINA, Jan. *Kingdoms of the Savanna*. Madison: University of Wisconsin Press, 1968.

VIEIRA, Carla da Costa. *Os portugueses e a travessia do continente africano: projetos e viagens (1755-1814) anexos*. [mestrado em história dos descobrimentos e expansão]. Lisboa: 2006.

ZIMMERER, J.; ZELLER, J. (org.) *Völkermord in Deutsch-Südwestafrika. Der Kolonialkrieg (1904- 1908) in Namibia und seine Folgen*. Berlin: Ch. Links Verlag, 2004.

WESSELING, Henry. *Les empires coloniaux européens (1815-1919)*. Paris: Gallimard, 2009.

_____. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: UFRJ; Revan, 2008

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2013.

WOOD, Denis. *The power of maps*. New York: The Guilford Press, 1992.

_____. *Rethinking the power of maps*. New York: The Guilford Press, 2010.